UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP
Faculdade De Ciências e Letras - Campus De Araraquara

ALESSANDRA CRUZ

ENTRE SINAIS E FRONTEIRAS: PRÁTICAS COMUNICATIVAS, REPERTÓRIOS LINGUÍSTICOS E TRANSLINGUAGEM ENTRE LIBRAS E LSV NO EXTREMO-NORTE BRASILEIRO

Araraquara

2026

ALESSANDRA CRUZ

ENTRE SINAIS E FRONTEIRAS: PRÁTICAS COMUNICATIVAS, REPERTÓRIOS LINGUÍSTICOS E TRANSLINGUAGEM ENTRE LIBRAS E LSV NO EXTREMO-NORTE BRASILEIRO

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Câmpus de Araraquara, para obtenção do título de Doutora em Linguística e Língua Portuguesa.

Área de Concentração: Análise Fonológica, Morfossintática, Semântica e Pragmática.

Orientadora: Profa. Dra. Angélica T. Carmo Rodrigues
Coorientador: Prof. Dr. Felipe Aleixo

Araraquara
2026

C957e

Cruz, Alessandra

Entre sinais e fronteiras: : práticas comunicativas, repertórios linguísticos e translinguagem entre Libras e LSV no extremo-norte brasileiro / Alessandra Cruz. -- Araraquara, 2026

364 p. : il., tabs., fotos, mapas

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara

Orientadora: Angélica T. Carmo Rodrigues

Coorientadora: Felipe Aleixo

1. Inteligibilidade. 2. Translinguagem. 3. Línguas de Sinais. 4. Migrantes Surdos. 5. Repertórios linguísticos.. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Dados fornecidos pelo autor(a).

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

A tese aprofunda a compreensão do contato linguístico na modalidade visuoespacial ao analisar a negociação situada da inteligibilidade entre Libras e LSV. Seus resultados oferecem subsídios à formação de intérpretes, à mediação linguística e às políticas de acolhimento de migrantes surdos, com atenção aos repertórios e direitos linguísticos.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

This thesis advances scholarship on language contact in the visual-spatial modality by examining the situated negotiation of intelligibility between Libras and LSV. Its findings may inform interpreter education, language mediation, and reception policies for deaf migrants, with due regard for their linguistic repertoires and rights.

ALESSANDRA CRUZ

ENTRE SINAIS E FRONTEIRAS: PRÁTICAS COMUNICATIVAS, REPERTÓRIOS LINGUÍSTICOS E TRANSLINGUAGEM ENTRE LIBRAS E LSV NO EXTREMO-NORTE BRASILEIRO

Tese de doutorado, apresentada ao Conselho, Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, para obtenção do título de Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa.

Área de Concentração: Análise Fonológica, Morfossintática, Semântica e Pragmática.

Data da defesa: 28/08/2026

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientadora: Profa. Dra. Angélica T. Carmo Rodrigues
UNESP – Universidade Estadual Paulista – Unesp/Araraquara

Membro Titular: Prof. Dra. Shirley Vilhalva
UFMS/FAED – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – Faculdade de Educação

---

Membro Titular: Prof. Dra. Heloise Gripp Diniz
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro/RJ

Membro Titular: Prof. Dr. Jaelson da Silva Santos
UERR – Universidade Federal de Roraima – Boa Vista/RR

Membro Titular: Prof. Dra. Marcella dos Santos Abreu
UNESP – Universidade Estadual de São Paulo - Araraquara/SP

Membros Suplentes: Prof. Dra. Rozidelma Pereira Fraga – UFRR
Prof. Dra. Rosane de Andrade Berlinck – Unesp/Araraquara
Prof. Dr. Anderson Almeida da Silva – UFP

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Câmpus de Araraquara

DEDICATÓRIA

A todo Povo Surdo, em especial à Comunidade Surda que migra da Venezuela para o Brasil que atravessa tantas fronteiras, e que ainda assim, encontra espaço para acolher esta pesquisa com uma generosidade que tantas vezes lhe foi negada ao chegar a este país. É dela que este estudo nasce. É ela que o sustenta, que o atravessa por inteiro, que lhe dá fôlego, pulsa em cada página e o faz existir para além de mim.

Ao casal Nelson e Dorthelena, migrantes surdos, que confiaram em nosso compromisso e respeito ao Povo Surdo e às Línguas de Sinais, permitindo que este aprendizado fosse construído ao lado de tantos outros que generosamente compartilharam suas trajetórias.

À minha orientadora, Profa. Dra. Angélica Rodrigues, dedico todo o meu respeito e carinho. Ao reconhecer e acolher minhas dores antes mesmo que eu fosse capaz de nomeá-las, mostrou-me que seguir também exige reconhecer os próprios limites, recolher-se quando necessário e reencontrar, dentro de si, a força para continuar. Com ela, aprendi que, para não me perder no caminho, às vezes é preciso parar, voltar o olhar para dentro, reconectar-me com aquilo que amo, perdoar-me e, só então, seguir.

Dedicar este trabalho a você é mais que um gesto de gratidão. É registrar que mulheres como você transformam percursos. Você é o acolhimento na travessia, é o abraço atípico de que tantas precisam, é a escuta que reconhece as diferenças sem transformá-las em ausência. Você é a presença que nos conduz ao reencontro com o lado dentro, especialmente daquelas que, aos quarenta e cinco anos, descobrem-se neurodivergentes enquanto ainda aprendem a existir em um mundo que pouco as reconhece.

Ao meu amado companheiro, Paulo Roberto, que, ao longo desta jornada, tem me ensinado que a calmaria também faz parte da caminhada e que é no silêncio dela que aprendemos a desviar das armadilhas do tempo com mais clareza.

Àqueles por quem eu daria a própria vida, meus filhos, Pedro Alexandre e Maria Paula. São eles o amor que transborda de mim e a razão pela qual sempre encontro forças para continuar.

À minha tia Rosane, por acolher minha essência e, ao meu lado, continuar dizendo os "nãos" que tantas vezes foram silenciados nas vozes de nossas mães.

À minha avó, sempre doce, vovó Maria. A ela, todo o meu amor, hoje e sempre.

À minha mãe que, mesmo habitando outro plano, continua respirando dentro de mim e ainda segue ao meu lado. Meu exemplo de bondade e empatia, de sorriso no rosto mesmo nos dias mais difíceis. Obrigada pelos livros e gibis, comprados com tanto sacrifício.

A todas as mulheres que constituíram uma rede de apoio e dedicaram parte de seu tempo ao cuidado de minha filha, Maria Paula, autista nível II, permitindo que eu pudesse reservar algumas horas a mais à leitura e à escrita desta tese. Entre elas, professoras, e terapeutas, em especial Aline Santos, acompanhante terapêutica, e sua família, pelo acolhimento, pelo apoio e pelo carinho construídos em tão pouco tempo de amizade.

A todas as mulheres que persistem, resistem e insistem em ocupar, na ciência, o espaço que historicamente nos foi negado; que seguem produzindo conhecimento, apesar das barreiras, e transformando cada conquista em caminho para tantas outras.

Às mães neurodivergentes e às mães atípicas que, como eu, seguem reunindo coragem para dizer, sem culpa: não, eu não quero ser unicamente mãe. Porque também somos mulheres, pesquisadoras, profissionais, sonhadoras. Existimos para muito além dos papéis que o mundo insiste em nos impor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, à minha orientadora, Profa. Dra. Angélica Rodrigues, pela condução firme e sensível deste percurso. Sua orientação ultrapassa o campo acadêmico, pois se constrói no cuidado, na escuta e no compromisso com uma formação que não se dissocia da vida. Agradeço pela confiança, pela leitura atenta e pela forma como me acompanhou, respeitando meus tempos e sustentando, com rigor e humanidade, este trabalho.

Ao coorientador desta pesquisa, Prof. Dr. Felipe Aleixo, agradeço pelas contribuições, pelo olhar crítico e pelas provocações que fortaleceram minha escrita, assim também estendendo este reconhecimento aos pesquisadores da Linguística e das Línguas de Sinais, cujos trabalhos ampliam horizontes e contribuíram para este estudo.

Aos professores que compuseram a banca examinadora, meu mais sincero agradecimento pela leitura atenta, pelo diálogo generoso e pelas valiosas contribuições à minha tese. Levo comigo não apenas as reflexões que enriqueceram esta pesquisa, mas também a delicadeza, empatia e o respeito com que cada olhar acolheu minha trajetória. Foi uma honra compartilhar este momento com professores cuja presença tornou a defesa ainda mais significativa.

À Universidade Federal de Roraima, pelo espaço de formação e pesquisa, especialmente no Laboratório de Tradução e Interpretação, do Curso de Letras Libras Bacharelado (UFRR). À Universidade Estadual Paulista (UNESP), pelo suporte institucional, acadêmico, e com especial reconhecimento a Josefa Ruiz, psicóloga desta IES, que realizou os primeiros atendimentos para me guiar enquanto mãe atípica, pesquisadora e mulher.

Aos colegas do Curso de Letras Libras da UFRR, Patrícia Barros e Thaysa Barbosa pelo apoio durante o registro do corpus de pesquisa no ano de 2024. De forma muito especial, aos colegas Jaelson Santos, Marivaldo Ferreira e a egressa Ana Paula Damasceno que estiveram diretamente envolvidos na coleta de dados desta pesquisa durante 2023 e 2024, sendo presença constante. Não menos importante aos egressos Tiago Viana e Célia Santos sempre dispostos a colaborar em busca de documentos e informações sobre Roraima que enriquecessem esta pesquisa.

À comunidade surda migrante participante desta pesquisa, agradeço por compartilhar experiências, saberes e modos de existir no mundo, que construíram não apenas dados, mas também caminhos de compreensão neste trabalho.

Aos profissionais de apoio técnico e aos intérpretes de línguas de sinais, agradeço o trabalho comprometido na construção de práticas acessíveis. Desse modo, também não poderia deixar de expressar minha imensa gratidão ao colega de trabalho e amigo, Rogério Barros, por aceitar o meu pedido de, ao final desta pesquisa, iniciar o processo de tradução e interpretação que disponibilizará a pesquisa em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) à comunidade surda.

Por fim, sem que isso reduza sua importância, sou eternamente grata ao amigo Jaelson Santos que, sobretudo nos últimos dois anos, foi escuta, acolhimento, e presença à distância enquanto eu sumia dentro de mim. Estendo, meu carinho e reconhecimento a todos aqueles que, de diferentes formas, contribuíram para que eu pudesse seguir na realização desta pesquisa. OBRIGADA

“[...] Não se perca de você [...]”

(Dra. Angélica Rodrigues, 2024)

RESUMO

O contexto de tríplice fronteira entre Brasil, Venezuela e República Cooperativa da Guiana, especificamente em Roraima, constitui um espaço sociolinguístico marcado por fluxos de mobilidade humana, circulação de repertórios linguísticos e relações desiguais de acesso à comunicação. Nesse cenário, venezuelanos migrantes surdos estabelecem práticas comunicativas no contato entre diferentes línguas de sinais e outros recursos semióticos, construindo condições de inteligibilidade nas interações. Embora as pesquisas sobre migração, mobilidade humana e línguas de sinais tenham se ampliado nas últimas décadas, ainda são escassos estudos que investiguem como a inteligibilidade se constrói, de forma situada, em contextos de contato linguístico. Diante dessa lacuna, esta tese teve como objetivo geral investigar a construção da inteligibilidade nas interações de venezuelanos migrantes surdos, considerando a mobilização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e da Língua de Sinais Venezuelana (LSV) em ecologias sociolinguísticas plurilíngues de Boa Vista, Roraima. Como objetivos específicos, buscamos: (i) descrever as práticas interacionais de venezuelanos migrantes surdos em situações comunicativas situadas; (ii) identificar os recursos linguísticos e semióticos mobilizados em seus repertórios; (iii) analisar como a inteligibilidade se constrói nas interações a partir desses recursos; e (iv) identificar de que modo as relações assimétricas de poder atravessam as negociações interacionais por meio das quais os migrantes surdos constroem a inteligibilidade. A análise articula a Sociolinguística Interacional (Gumperz, 1982; 2001), a Linguística Crítica (Blommaert, 2010; Blommaert; Rampton, 2011) e a perspectiva da translinguagem (García, 2009; García; Li Wei, 2014), a partir de uma concepção de linguagem como prática social situada, atravessada por relações históricas, sociais e institucionais. Metodologicamente, adotamos uma abordagem qualitativa, de orientação etnográfica, apoiada nos pressupostos da Etnografia da Comunicação (Hymes, 1972). O corpus reuniu entrevistas semiestruturadas e sociolinguísticas, registros videográficos e anotações em diário de campo, organizados e analisados com o auxílio do software ELAN e por meio da elaboração de vinhetas etnográficas. Os resultados indicam que a inteligibilidade não constitui uma condição prévia da interação, mas se constrói em negociações contínuas, nas quais os interlocutores mobilizam, de forma situada e integrada, recursos de seus repertórios em Libras, LSV e outras formas de significação. As análises apontam práticas translíngues marcadas por ajustes, retomadas e negociações de sentidos em contextos atravessados pela mobilidade humana, por assimetrias institucionais e por relações desiguais de poder. Concluímos que a inteligibilidade se constitui nas relações entre os interlocutores e na mobilização situada de seus repertórios, como processo relacional, dinâmico e emergente, sujeito a ajustes e novas negociações à medida que os sentidos são construídos. A investigação amplia a compreensão das práticas de linguagem de sujeitos surdos em contextos migratórios e reforça a necessidade de superar modelos monolíngues de comunicação, ao articular reflexões sobre línguas de sinais, mobilidade, translinguagem, políticas linguísticas e direito à comunicação.

Palavras-chave: inteligibilidade; translinguagem; migrantes surdos; línguas de sinais; repertórios linguísticos.

ABSTRACT

The tri-border region encompassing Brazil, Venezuela, and the Co-operative Republic of Guyana, particularly the Brazilian state of Roraima, constitutes a sociolinguistic space shaped by human mobility flows, the circulation of linguistic repertoires, and unequal access to communication. Within this context, deaf Venezuelan migrants engage in communicative practices involving contact between different sign languages and other semiotic resources, constructing intelligibility through interaction. Although research on migration, human mobility, and sign languages has expanded in recent decades, situated investigations into how intelligibility is constructed in contexts of language contact remain scarce. Addressing this gap, this thesis aimed to investigate the construction of intelligibility in interactions involving deaf Venezuelan migrants, focusing on the mobilization of Brazilian Sign Language (Libras) and Venezuelan Sign Language (LSV) within the multilingual sociolinguistic ecologies of Boa Vista, Roraima. The specific objectives were to: (i) describe the interactional practices of deaf Venezuelan migrants in situated communicative contexts; (ii) identify the linguistic and semiotic resources mobilized within their repertoires; (iii) analyze how intelligibility is constructed through interaction by means of these resources; and (iv) examine how asymmetric power relations shape the interactional negotiations through which deaf migrants construct intelligibility. The analysis draws on Interactional Sociolinguistics (Gumperz, 1982, 2001), Critical Linguistics (Blommaert, 2010; Blommaert & Rampton, 2011), and a translanguaging perspective (García, 2009; García & Li Wei, 2014), grounded in an understanding of language as situated social practice shaped by historical, social, and institutional relations. Methodologically, the study adopted a qualitative, ethnographically oriented approach informed by the principles of the Ethnography of Communication (Hymes, 1972). The corpus comprised semi-structured and sociolinguistic interviews, video recordings, and field notes, which were organized and analyzed using ELAN software and through the development of ethnographic vignettes. The findings indicate that intelligibility is not a pre-existing condition of interaction but is constructed through ongoing negotiations in which interlocutors draw on resources from their repertoires in Libras, LSV, and other semiotic forms of meaning-making in situated and integrated ways. The analyses reveal translanguaging practices characterized by interactional adjustments, reformulations, and negotiations of meaning in contexts shaped by human mobility, institutional asymmetries, and unequal power relations. The study concludes that intelligibility is constituted through relationships between interlocutors and the situated mobilization of their repertoires, emerging as a relational, dynamic, and ongoing process that remains subject to adjustment and renegotiation as meanings are constructed. This research broadens our understanding of the language practices of deaf people in migratory contexts and underscores the need to move beyond monolingual models of communication by bringing together perspectives on sign languages, mobility, translanguaging, language policy, and the right to communication.

Keywords: intelligibility; translanguaging; deaf migrants; sign languages; Linguistic repertoires.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
ALERR – Assembleia Legislativa do Estado de Roraima
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONEP – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
ELAN – EUDICO Linguistic Annotator
ENM – expressões não-manuais
FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FEVENSOR – Federación Venezolana de Sordos
GT – Grupo de trabalho
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES – instituição de ensino superior
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Libras – Língua Brasileira de Sinais
LIS – Línguas Indígenas de Sinais
LSE – Língua de Sinais Espanhola
LSV – Língua de Sinais Venezuelana
MEC – Ministério da Educação
OBMigra – Observatório das Migrações Internacionais
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIM – Organização Internacional para as Migrações
ONG – organização não governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PNS – Pesquisa Nacional de Saúde
RR – Roraima
SEED – Secretaria de Estado da Educação e Desporto
SUS – Sistema Único de Saúde
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TILSP – Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais e Português
UERR – Universidade Estadual de Roraima
UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRR – Universidade Federal de Roraima

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNHCR – United Nations High Commissioner for Refugees

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Línguas de sinais e contextos socioterritoriais identificados em estudos no Brasil 61
Figura 2 – Migração dos Máku 63
Figura 3 – Registro de Avelino, identificado como “surdo-mudo”, entre os descendentes Máku em Roraima (1964) 64
Figura 4 – Microcomunidade surda migrante, pesquisadores e filhos 157
Figura 5 – Moradia dos participantes em 2023 - etapa do trabalho de campo 158
Figura 6 – Estúdio de gravações da UFRR – Campus Paricarana 159
Figura 7 – Estúdio de gravação na Universidade Federal de Roraima 160
Figura 8 – Sequência visual da vinheta 2 172
Figura 9 – Sequência visual da vinheta 2 174
Figura 10 – Sequência visual da vinheta 3 179
Figura 11 – Sequência visual da vinheta 3 181
Figura 12 – Sequência visual da vinheta 4 188
Figura 13 – Sequência visual da vinheta 4 190
Figura 14 – Sequência visual da vinheta 4 192
Figura 15 – Sequência visual da vinheta 4 195
Figura 16 – Sequência visual da vinheta 4 197
Figura 17 – Sequência visual da vinheta 4 199
Figura 18 – Sequência visual da vinheta 5 208
Figura 19 – Sequência visual da vinheta 6 215

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Fluxos e restrições na fronteira Brasil–Venezuela 31

Quadro 2 – Atividades e registros documentais da Comissão Externa da Crise de Imigração de Venezuelanos em Roraima – 2018 33

Quadro 3 – Línguas Indígenas de Sinais (LIS) 57

Quadro 4 – Línguas de sinais e contextos socioterritoriais identificados em estudos no Brasil 58

Quadro 5 – Panorama linguístico das línguas de Roraima segundo Santos (2012) 68

Quadro 6 – Seleção de TILSP de Libras em Roraima (2019–2025) 118

Quadro 7 – Critérios de seleção de TILSP nas IES de Roraima 119

Quadro 8 – Critérios de seleção dos participantes 147

Quadro 9 – Caracterização dos participantes da pesquisa 148

Quadro 10 – Operacionalização dos procedimentos de coleta dos dados 150

Quadro 11 – Tipos de produção discursiva nas entrevistas sociolinguísticas 152

Quadro 12 – Procedimentos de transcrição, tradução e vídeo-análise 153

Quadro 13 – Operacionalização das categorias analíticas da pesquisa 155

Quadro 14 – Sistema de referenciação das vinhetas e dos frames 163

Quadro 15 – Organização dos frames (V2–F1 a V2–F3) 171

Quadro 16 – Organização dos frames (V2–F4 a V2–F6) 173

Quadro 17 – Organização dos frames (V3–F1 a V3–F6) 178

Quadro 18 – Organização dos frames (V3–F7 a V3–F8) 180

Quadro 19 – Organização dos frames (V4–F1 a V4–F4) 188

Quadro 20 – Organização dos frames (V4–F5 a V4–F7) 189

Quadro 21 – Organização dos frames (V4–F8 a V4–F10) 191

Quadro 22 – Organização dos frames (V4–F11 a V4–F21) 194

Quadro 23 – Organização dos frames (V4–F22 a V4–F31) 196

Quadro 24 – Organização dos frames (V4–F32 a V4–F42) 198

Quadro 25 – Organização dos frames (V5–F1 a V5–F12) 208

Quadro 26 – Organização dos frames (V6–F1 a V5–F9) 214

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução populacional dos municípios de Roraima (2010–2022) 38

Tabela 2 – Matrículas nas categorias surdez e deficiência auditiva em Boa Vista (2021–2023) 69

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Crescimento populacional do estado de Roraima (2010–2024) 30

Gráfico 2 – Crescimento populacional de Boa Vista (2010–2024) 37

Gráfico 3 – Crescimento populacional dos municípios de Roraima (2010–2022) 40

Gráfico 4 – Comparação do crescimento populacional entre Boa Vista, Pacaraima e Rorainópolis 42

Gráfico 5 – Uso da Língua Brasileira de Sinais por pessoas com DA, segundo o grau de perda auditiva 111

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 20

2 TERRITÓRIO, MIGRAÇÃO E EXPERIÊNCIAS SOCIOLINGUÍSTICAS NA FRONTEIRA. 26

2.1 O EXTREMO NORTE EM TRANSFORMAÇÃO: GEOPOLÍTICA, FRONTEIRAS E DESLOCAMENTOS VENEZUELANOS 26

2.2 BOA VISTA COMO LUGAR DE CHEGADA: DEMOGRAFIA, ACOLHIMENTO E ECOLOGIAS SOCIOLINGUÍSTICAS 36

2.3 TERRITÓRIO, DIVERSIDADE LINGUÍSTICA E CIRCULAÇÃO DE REPERTÓRIOS NO EXTREMO-NORTE 44

2.3.1 Línguas de sinais no Brasil: diversidade territorial e contatos fronteiriços 52

2.4 DIVERSIDADE LINGUÍSTICA, RECONHECIMENTO INSTITUCIONAL E INVISIBILIZAÇÃO DAS LÍNGUAS DE SINAIS EM RORAIMA 66

2.4.1 Povo Surdo migrante e Comunidade Surda local em Boa Vista: pertencimentos e participação 73

2.5 A LÍNGUA DE SINAIS VENEZUELANA: CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA E CONSOLIDAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA 76

2.5.1 Constituição da comunidade surda e emergência da LSV 79

2.5.2 Estrutura linguística da Língua de Sinais Venezuelana 83

2.5.3 Consolidação sociolinguística e reconhecimento institucional 87

3. FRONTEIRAS INTERSECCIONAIS: LINGUAGEM, CULTURA E GÊNERO NA MIGRAÇÃO SURDA 91

3.1 FRONTEIRAS ALÉM DA GEOGRAFIA: MOBILIDADE E PRODUÇÃO DE DESIGUALDADES 92

3.2 LINGUAGEM, CULTURA E REPERTÓRIOS NA EXPERIÊNCIA MIGRATÓRIA SURDA 96

3.3 GÊNERO E VULNERABILIDADE NA EXPERIÊNCIA DAS MULHERES SURDAS MIGRANTES 100

3.3.1 Vulnerabilidade linguística e acesso a direitos entre mulheres surdas 105

3.4 REGIMES DE LEGITIMAÇÃO, MEDIAÇÃO LINGUÍSTICA E RECONHECIMENTO INSTITUCIONAL 108

4. COMUNICAÇÃO EM CONTEXTOS DE CONTATO LINGUÍSTICO: INTERAÇÃO, REPERTÓRIOS E CONSTRUÇÃO DA INTELIGIBILIDADE 122

4.1 CONTATO LINGUÍSTICO E AS PRÁTICAS INTERACIONAIS ENTRE LÍNGUAS DE SINAIS 122

4.2 PLURILINGUISMO, REPERTÓRIOS E VIVÊNCIAS LINGUÍSTICAS . 128

4.3 TRANSLINGUAGEM E CONSTRUÇÃO DA INTELIGIBILIDADE EM CONTEXTOS DE MOBILIDADE 134

4.4 IDENTIDADE, PERTENCIMENTO E RELAÇÕES DE PODER NA MIGRAÇÃO VENEZUELANA EM BOA VISTA 141

5. PERCURSO METODOLÓGICO 145

5.1 ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL, INSERÇÃO NO CAMPO DE PESQUISAS E SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES 145

5.2 SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES 147

5.3 COLETA DOS DADOS 149

5.3.1 Entrevistas semiestruturadas 151

5.3.2 Entrevistas sociolinguísticas 151

5.4 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS 153

5.5 TRABALHO DE CAMPO 155

5.6 ASPECTOS ÉTICOS 160

6. ANÁLISE DAS PRÁTICAS COMUNICATIVAS, DOS REPERTÓRIOS LINGUÍSTICOS E DA TRANSLINGUAGEM EM CONTEXTO MIGRATÓRIO 162

6.1 VINHETA (1) – ACESSIBILIDADE LINGUÍSTICA E MEDIAÇÃO INSTITUCIONAL 164

6.1.1 Vinheta etnográfica 164

6.1.1.1 Análise Interpretativa 166

6.2 VINHETA (2) – APRESENTAÇÃO PESSOAL E INTELIGIBILIDADE .. 170

6.2.1 Vinheta etnográfica 170

Análise Interpretativa 174

6.3 VINHETA (3) – REFERENTES E INTELIGIBILIDADE 177

6.3.1 Vinheta etnográfica 178

6.3.1.1 Análise interpretativa 182
6.4 VINHETA (4) – MEMÓRIA AUTOBIOGRÁFICA E INTELIGIBILIDADE 186
6.4.1 Vinheta etnográfica 187
6.4.1.1 Análise interpretativa 200
6.5 VINHETA (5) – CONSTRUÇÃO COMPARTILHADA DA INTELIGIBILIDADE 206
6.5.1 Vinheta etnográfica 206
6.5.1.1 Análise interpretativa 209
6.6 VINHETA (6) – NEGOCIAÇÃO DA INTELIGIBILIDADE E EXPERIÊNCIAS LINGUÍSTICAS 213
6.6.1 Vinheta etnográfica 213
6.6.1.1 Análise interpretativa 217
CONSIDERAÇÕES FINAIS 224
REFERÊNCIAS 234
APÊNDICE 249
ANEXOS 261

INTRODUÇÃO[1]

Esta pesquisa parte da compreensão de que a linguagem constitui uma prática social situada, atravessada por relações de poder que se intensificam em contextos de fronteira e deslocamento humano. Nesses espaços, diferentes línguas e repertórios entram em contato, enquanto experiências de deslocamento se cruzam e produzem desafios comunicativos, negociações de sentidos e disputas por reconhecimento. Em diálogo com Calvet (2002), o contato linguístico não corresponde a um fenômeno neutro ou meramente estrutural, mas a um processo social no qual as línguas ocupam posições desiguais em função de hierarquias políticas, institucionais e simbólicas. Nesta pesquisa, buscamos compreender, particularmente, como essas assimetrias atravessam o contato entre línguas de sinais e incidem sobre as condições em que a inteligibilidade se estabelece.

No campo das línguas de sinais, Emmorey (2002) demonstra que essas línguas constituem sistemas naturais organizados na modalidade visuoespacial, com complexidade estrutural e cognitiva própria. Seu reconhecimento social e institucional, entretanto, nem sempre é acompanhado dessa complexidade linguística. As experiências migratórias de pessoas surdas desafiam modelos linguísticos padronizados e homogêneos, pois seus repertórios se constituem em percursos marcados por deslocamentos, negociações de sentidos e circulação entre diferentes línguas e modalidades. A comunicação não depende exclusivamente do compartilhamento de uma mesma língua, mas da capacidade dos interlocutores de mobilizar seus repertórios para construir inteligibilidade em situações comunicativas concretas. Essa compreensão aproxima-se das discussões de Blommaert (2010) e Blommaert e Rampton (2011) sobre mobilidade, repertórios e desigualdade na

[1] Nesta pesquisa, optamos pelo uso dos termos *Surdo*, *Povo Surdo* e *Comunidade Surda*. Quando outras denominações aparecem no texto, preservamos a terminologia adotada pelos autores, documentos ou instituições citados no contexto específico em que são mobilizados. Estes termos são empregados com sentidos distintos: [...] *Surdo* refere-se ao sujeito constituído também por experiências linguísticas, culturais e visuais compartilhadas no campo da surdez. *Povo Surdo* designa a coletividade constituída por sujeitos surdos que compartilham referências linguísticas, culturais e identitárias, ainda que estejam distribuídos em diferentes espaços geográficos. *Comunidade Surda*, por sua vez, compreende o espaço de relações sociais e culturais constituído em torno das línguas de sinais e pode incluir tanto sujeitos surdos quanto ouvintes que participam dessas práticas e relações [...]. (Strobel, 2008; Stumpf; Quadros, 2019, 4min48s–5min).

circulação dos recursos linguísticos e dialoga com Ladd (2003), ao reconhecer a centralidade das línguas de sinais na constituição das experiências surdas.

Em contextos migratórios, o encontro entre diferentes línguas de sinais não apenas organiza práticas comunicativas cotidianas, mas também expõe disputas simbólicas, processos de invisibilização linguística e formas de resistência que tensionam políticas de acolhimento e modelos hegemônicos de inclusão. As interações entre sujeitos que mobilizam a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a Língua de Sinais Venezuelana (LSV) permitem-nos observar como sentidos, pertencimentos e possibilidades de participação são negociados entre interlocutores constituídos por diferentes experiências linguísticas, sociais e de deslocamento.

As migrações contemporâneas constituem um dos fenômenos sociais mais expressivos do século XXI e se relacionam às transformações econômicas, políticas e sociais que atravessam diferentes territórios em escala global (Castles; De Haas; Miller, 2013). Esses movimentos produzem reconfigurações linguísticas, culturais e institucionais tanto nos contextos de origem quanto nos de acolhimento. Na América do Sul, a crise político-econômica e humanitária vivenciada pela Venezuela intensificou os fluxos migratórios e passou a reconfigurar espaços urbanos, relações sociais e formas de convivência nos países receptores (Baeninger; Jarochinski-Silva, 2018).

No Brasil, o estado de Roraima ocupa posição estratégica como território de passagem, acolhimento e permanência. Situado na região Norte e conectado à Venezuela pelo município fronteiriço de Pacaraima, tornou-se uma das principais portas de entrada terrestre para os cidadãos venezuelanos que decidem migrar para o país. A localização geográfica do estado e a intensidade dos deslocamentos provenientes da Venezuela conferiram à fronteira roraimense especial relevância nas dinâmicas migratórias contemporâneas. Essa condição demanda respostas das políticas públicas, dos serviços de acolhimento e das estruturas institucionais responsáveis pelo atendimento à população migrante.

Entre as pessoas que atravessam essa fronteira encontram-se também o Povo Surdo e que, além dos desafios associados à migração, passa a interagir em situações marcadas pelo contato entre diferentes línguas de sinais e por condições desiguais de acesso à comunicação. Essas experiências tornam visíveis outras dimensões das desigualdades sociais e linguísticas presentes nos processos migratórios. As barreiras comunicacionais que esses sujeitos enfrentam ultrapassam a dimensão individual e

se vinculam a estruturas historicamente marcadas pela marginalização das línguas de sinais. A insuficiência de políticas linguísticas capazes de assegurar condições efetivas de comunicação limita o acesso à informação, aos serviços públicos e ao exercício pleno da cidadania.[2]

Embora o aumento do fluxo migratório venezuelano tenha ampliado o interesse por temas como mobilidade humana, acolhimento e políticas públicas, no levantamento bibliográfico realizado para esta pesquisa, identificamos ainda poucos estudos que abordam, de forma situada, como migrantes surdos constroem a inteligibilidade em situações concretas de contato entre línguas de sinais. O problema ganha especial relevância quando envolve interlocutores constituídos por diferentes experiências linguísticas e que não dispõem, necessariamente, de uma língua de sinais plenamente compartilhada. Nessas situações, a inteligibilidade não pode ser tomada como um dado prévio, mas como um processo continuamente negociado pelos participantes.

Diante desse problema, formulamos a seguinte questão de pesquisa: como venezuelanos migrantes surdos[3] que mobilizam Libras e LSV constroem a inteligibilidade em suas práticas comunicativas em espaços marcados pela mobilidade humana e pelo contato linguístico?

Definimos como objetivo geral investigar a construção da inteligibilidade nas interações de venezuelanos migrantes surdos, considerando a mobilização da Libras e da Língua de Sinais Venezuelana (LSV) em ecologias sociolinguísticas plurilíngues de Boa Vista, Roraima.

Como objetivos específicos, buscamos: (i) descrever as práticas interacionais de venezuelanos migrantes surdos em situações comunicativas situadas; (ii) identificar os recursos linguísticos e semióticos mobilizados em seus repertórios; (iii) analisar como a inteligibilidade se constrói nas interações a partir desses recursos; e (iv) identificar de que modo as relações assimétricas de poder atravessam as

[2] A investigação desenvolvida dialoga com os princípios da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), particularmente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 – Educação de Qualidade e 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes, ao abordar questões relacionadas à inclusão social, aos direitos linguísticos e à redução de barreiras que limitam o exercício da cidadania em contextos de mobilidade humana (ONU, 2015).

[3] A ordem “venezuelanos migrantes surdos” corresponde à forma de identificação preferida pelos participantes desta pesquisa. A disposição dos termos não estabelece hierarquia entre nacionalidade, experiência migratória e identidade surda, mas procura respeitar a articulação entre essas dimensões de pertencimento.

negociações interacionais por meio das quais os migrantes surdos constroem a inteligibilidade.

Para responder à questão proposta, articulamos a Sociolinguística Interacional (Gumperz, 1982, 2001), a Linguística Crítica (Blommaert, 2010; Blommaert; Rampton, 2011) e a noção de translinguagem (García, 2009; García; Li Wei, 2014). Nesta pesquisa, mobilizamos essa noção para compreender práticas translíngues nas quais os participantes articulam, de forma integrada, recursos constituídos em seus repertórios, sem tomar as fronteiras entre línguas nomeadas como princípio organizador da comunicação. Essa articulação permite compreender a linguagem como prática social situada, constituída em relações históricas, sociais e institucionais. Metodologicamente, adotamos uma abordagem qualitativa, de orientação etnográfica, apoiada nos pressupostos da Etnografia da Comunicação (Hymes, 1972). A investigação vincula-se ao Projeto Lucinda Ferreira e ao Projeto Mais Libras: a saúde em suas mãos, que desempenharam papel central na inserção no campo e na constituição do corpus.

O corpus reúne entrevistas semiestruturadas e sociolinguísticas, registros videográficos e anotações em diário de campo. No Projeto Mais Libras, as interações ocorridas durante o período pandêmico foram registradas exclusivamente em diário de campo; no Projeto Lucinda Ferreira, o material inclui registros videográficos de práticas comunicativas produzidas em contextos específicos. Os encontros ocorreram na residência dos participantes e em espaços vinculados à Universidade Federal de Roraima. Delimitamos, portanto, um registro que não resulta de observação contínua em múltiplos ambientes institucionais, mas de um recorte constituído por diferentes dinâmicas comunicativas situadas.

Organizamos a análise em vinhetas etnográficas, construídas com base nos diferentes registros produzidos e adotadas como unidades analíticas que articulam descrição situada e interpretação. Esse procedimento possibilita uma leitura mais densa das práticas comunicativas em sua ocorrência concreta, com atenção aos recursos mobilizados pelos participantes. Por meio das vinhetas, acompanhamos a inteligibilidade como processo relacional e dinâmico, sujeito a ajustes, retomadas e novas negociações ao longo das interações. Consideramos, ainda, as condições sociais e institucionais que atravessam as experiências de deslocamento, sem reduzir a inteligibilidade a essas condições.

Em resposta à questão que orienta a investigação, nossos dados mostram que a inteligibilidade entre migrantes surdos em situações de contato entre Libras e LSV não pressupõe a existência de uma língua de sinais plenamente compartilhada. Ela se estabelece e se sustenta por meio de ajustes, retomadas, negociações de sentidos e da mobilização situada dos recursos disponíveis aos interlocutores. Ao focalizarmos microinterações produzidas em um contexto fronteiriço marcado pela migração venezuelana e por condições institucionais assimétricas, tornamos visível um processo ainda pouco explorado nos estudos que articulam migração e línguas de sinais: a negociação da inteligibilidade entre sujeitos que mobilizam repertórios sinalizados distintos.

Por essa razão, tratamos o contato entre Libras e LSV não apenas como encontro entre dois sistemas linguísticos, mas como prática produzida por pessoas cujos repertórios se constituíram em experiências anteriores ao deslocamento e continuam a se reorganizar nas relações estabelecidas no Brasil. As práticas translíngues identificadas no corpus da pesquisa também não se realizam fora das relações de poder: elas ocorrem em condições desiguais de reconhecimento linguístico, mediação institucional e acesso à comunicação. Nossos dados colocam em questão, portanto, modelos monolíngues que pressupõem uma língua compartilhada e estável como condição necessária à comunicação.

A partir desta Introdução, organizamos a tese em seções articuladas de modo a conduzir o leitor pelo percurso teórico, metodológico e analítico da investigação.

A Seção 2 contextualiza o cenário da pesquisa e discute a constituição do território fronteiriço entre Brasil e Venezuela, os movimentos migratórios contemporâneos, as ecologias sociolinguísticas de Roraima, a diversidade das línguas de sinais e os processos de reconhecimento e invisibilização institucional que atravessam as experiências de migrantes surdos.

A Seção 3 desenvolve a fundamentação teórica e articula discussões sobre mobilidade, linguagem, cultura, interseccionalidade, gênero, regimes de legitimação, mediação linguística e reconhecimento institucional, que constituem o referencial analítico que orienta a interpretação dos dados.

A Seção 4 aprofunda a discussão sobre a construção da inteligibilidade em contextos de contato linguístico e aborda a Sociolinguística Interacional e as discussões sobre plurilinguismo, repertórios, translinguagem, identidade, pertencimento e relações de poder na migração venezuelana em Boa Vista.

A Seção 5 apresenta o percurso metodológico, incluindo a abordagem qualitativa de orientação etnográfica, a inserção no campo, os participantes, os procedimentos de produção e tratamento dos dados, as vinhetas etnográficas como recorte analítico, as categorias mobilizadas na interpretação dos registros interacionais e os aspectos éticos da pesquisa.

A Seção 6 reúne as análises das práticas comunicativas desenvolvidas pelos participantes, organizadas em vinhetas etnográficas que analisam diferentes processos de construção da inteligibilidade em contextos de contato entre a Libras e a Língua de Sinais Venezuelana e articulam os dados ao referencial teórico desenvolvido ao longo da tese.

Por fim, nas Considerações Finais, retomamos os principais resultados da investigação, as reflexões produzidas a partir das análises para os estudos da linguagem, das línguas de sinais, da mobilidade humana e da translinguagem, além das questões que permanecem abertas para pesquisas futuras.

2 TERRITÓRIO, MIGRAÇÃO E EXPERIÊNCIAS SOCIOLINGUÍSTICAS NA FRONTEIRA.

A configuração territorial de Roraima participa da constituição sociolinguística do estado, marcada pela presença de povos indígenas, migrantes nacionais e internacionais e pela circulação de diferentes línguas, culturas e repertórios. Línguas indígenas como Makuxi, Wapixana e Yanomami, o português, o espanhol e diferentes línguas de sinais integram esse espaço de contato, no qual trajetórias sociais e experiências linguísticas se encontram e se organizam nas relações estabelecidas entre os sujeitos.

A partir dessa configuração, neste capítulo, discutimos as transformações demográficas e migratórias ocorridas em Roraima, a constituição de Boa Vista como importante espaço de chegada e permanência da população venezuelana e a diversidade linguística presente no território, com atenção às línguas de sinais. Esse percurso permite situar as experiências dos migrantes surdos investigados nesta pesquisa em um espaço no qual mobilidade humana, fronteiras e práticas linguísticas se articulam nas vivências cotidianas.

2.1 O EXTREMO NORTE EM TRANSFORMAÇÃO: GEOPOLÍTICA, FRONTEIRAS E DESLOCAMENTOS VENEZUELANOS

O estado de Roraima ocupa uma posição singular no território brasileiro. Situado no extremo-norte do país, abriga Boa Vista, única capital estadual brasileira localizada integralmente ao norte da linha do Equador, e a nascente do rio Ailã, no Monte Caburaí, no município de Uiramutã, correspondente ao ponto mais setentrional do Brasil[4]. Embora a expressão “do Oiapoque ao Chuí” tenha se consolidado no imaginário popular como referência aos extremos norte e sul do país, a localização do ponto setentrional no Monte Caburaí torna geograficamente mais precisa a expressão “do Caburaí ao Chuí”[5]. Ao compor a tríplice fronteira com a Venezuela e a República Cooperativa da Guiana (doravante, Guiana), Roraima ocupa, ainda, posição

[4] Em Roraima, o Dia do Caburaí foi instituído pela Lei nº 992, de 14 de maio de 2015 (Roraima, 2015).

[5] O Monte Caburaí, localizado em Roraima, corresponde ao ponto mais setentrional do território brasileiro. A localização foi oficialmente confirmada por expedição realizada em 1998, substituindo, do ponto de vista geográfico, a tradicional referência ao Oiapoque como extremo norte do país (Benedicto, 2018).

geopolítica estratégica em uma região atravessada por fluxos transfronteiriços de pessoas, línguas, repertórios, mercadorias e práticas socioculturais.

Essa configuração territorial constitui um espaço marcado por dinâmicas históricas de contato, circulação e transformação social e linguística. Compreender os movimentos migratórios que atravessam a região exige, portanto, considerar tanto os processos históricos de ocupação do território quanto os deslocamentos contemporâneos que reconfiguram as relações sociais na fronteira.

No contexto das migrações atuais, parte dos movimentos que atravessam as fronteiras da Região Norte ocorre em cenários marcados por crises econômicas, instabilidades políticas e situações de vulnerabilidade social. Esse quadro difere significativamente das políticas migratórias incentivadas pelo Estado brasileiro entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Conforme argumenta Seyferth (2002), a política imigratória brasileira esteve articulada a projetos de colonização voltados à ocupação territorial, por meio da instalação de colônias agrícolas e da concessão de terras em áreas consideradas estratégicas para o povoamento e a produção. Na mesma direção, Trento (1989) explicita que a imigração italiana esteve vinculada a políticas de incentivo econômico e fixação populacional que ofereciam condições institucionais para o estabelecimento dos migrantes nas áreas de colonização.

Embora os contextos históricos sejam distintos, a comparação entre esses processos permite problematizar a permanência de mecanismos de diferenciação social que atribuem valores desiguais a determinados grupos populacionais. Se, em momentos anteriores, políticas estatais favoreceram a inserção de imigrantes europeus ao mesmo tempo em que a população negra recém-liberta permanecia excluída do acesso à terra e a outras formas de reconhecimento social, na contemporaneidade, migrantes provenientes de países do Sul Global, entre eles os venezuelanos, enfrentam frequentemente formas de estigmatização, precarização e restrição de acesso a direitos. Mais do que uma repetição histórica, trata-se da persistência de formas de hierarquização social que continuam produzindo distinções entre sujeitos considerados desejáveis e indesejáveis, legítimos e ilegítimos, pertencentes ou não pertencentes aos espaços nacionais.

As mudanças recentes nos fluxos migratórios sul-americanos passaram a demandar respostas institucionais voltadas ao acolhimento, à regularização documental e à proteção humanitária. Diante desse quadro, o Estado brasileiro

articulou diferentes mecanismos de atendimento à população migrante. Essas respostas institucionais, contudo, convivem com tensões entre as políticas implementadas, as condições concretas de inserção social e as experiências vividas pelos migrantes em deslocamento.

As relações estabelecidas em contextos fronteiriços tampouco se organizam de forma linear ou permanente. Na fronteira entre Brasil e Venezuela, os fluxos ocorrem em ambos os sentidos, acompanhando transformações políticas, sociais e econômicas que marcaram os dois países. Em diferentes momentos, cidades venezuelanas constituíram importantes polos de atração para brasileiros em busca de combustível, bens de consumo, serviços e oportunidades comerciais, o que configurou uma dinâmica regional marcada por assimetrias favoráveis ao país vizinho. Ainda assim, antes mesmo da intensificação das migrações recentes, a Venezuela já apresentava fragilidades estruturais associadas à dependência do setor petrolífero, à instabilidade política e ao enfraquecimento progressivo das instituições estatais, fatores que se agravaram durante a década de 2010 e contribuíram para o aumento dos deslocamentos populacionais em direção aos países vizinhos (Jarochinski-Silva; Abrahão, 2018).

Com a ampliação da presença venezuelana, Roraima reafirma-se como um território de elevada diversidade social, cultural e linguística. Neste estudo, compreendemos a migração não apenas como deslocamento territorial, mas como um processo que envolve transformações identitárias, linguísticas e socioculturais e atravessa os modos de interação, pertencimento e participação social.

A intensificação desses deslocamentos repercute também sobre as dinâmicas comunicativas da região. Para interpretar esse quadro, mobilizamos o conceito de superdiversidade, proposto por Vertovec (2007), que direciona a atenção para a combinação de diferentes fatores na configuração dos perfis migratórios contemporâneos. No contexto roraimense, essa formulação evita tratar a população venezuelana como um grupo homogêneo e reúne, na mesma leitura, trajetórias, formas de inserção territorial e condições de participação social.

Ao discutir esse conceito, o autor argumenta que as mudanças relacionadas às migrações recentes não podem ser compreendidas apenas a partir de categorias amplas, como nacionalidade ou etnia, uma vez que diferentes fatores sociais, econômicos, jurídicos e territoriais passam a atuar simultaneamente na constituição das trajetórias migratórias (Vertovec, 2007).

Vertovec (2007, p. 1025, tradução nossa) sintetiza essa formulação:

> Na última década, a proliferação e os efeitos de condicionamento mútuo de variáveis adicionais mostram que não basta observar a diversidade apenas em termos de etnia, como ocorre frequentemente tanto nas ciências sociais quanto na esfera pública em geral. Essas variáveis adicionais incluem diferentes estatutos migratórios e seus respectivos direitos e restrições, experiências divergentes no mercado de trabalho, perfis distintos de gênero e idade, padrões de distribuição espacial e respostas locais mistas por parte de prestadores de serviços e moradores. Raramente esses fatores são descritos em conjunto. A interação desses fatores é o que se entende aqui, em resumo, pela noção de "superdiversidade". (Vertovec, 2007, p. 1025, tradução nossa)[6].

A leitura das dinâmicas linguísticas abordadas nesta pesquisa requer, inicialmente, considerar as transformações demográficas ocorridas no estado de Roraima na última década. Ao direcionarmos a atenção para a imigração venezuelana na Amazônia brasileira, recorremos a Jakob (2018), que chama atenção para os limites das fontes disponíveis para mensurar movimentos migratórios recentes e para a necessidade de articulá-las na interpretação das tendências populacionais. Embora seu estudo tenha sido produzido antes da realização do Censo Demográfico 2022, essa cautela metodológica permanece pertinente para a leitura dos dados utilizados nesta pesquisa. A existência de fontes produzidas em momentos e por procedimentos distintos exige que os valores sejam situados segundo sua natureza, sem equiparar resultados censitários e estimativas populacionais. Essa distinção orienta a leitura da série e evita que dados de naturezas distintas sejam interpretados como provenientes do mesmo tipo de levantamento.

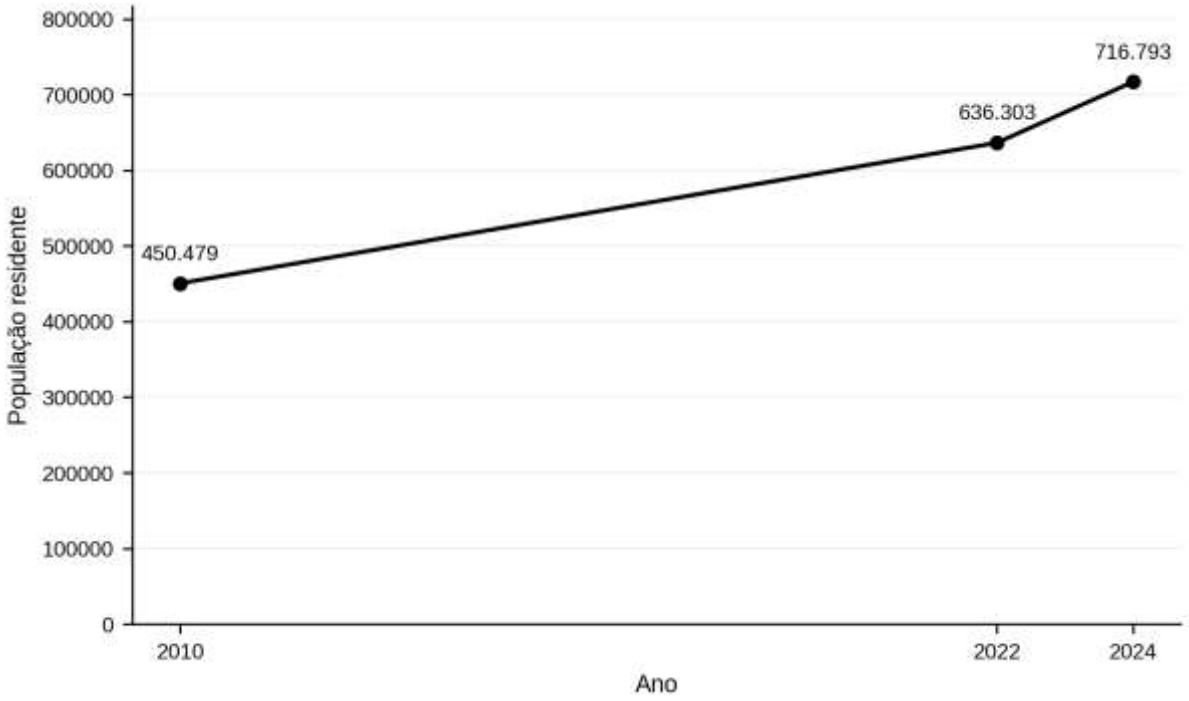
O Gráfico 1 apresenta a evolução da população residente em Roraima entre 2010 e 2024, reunindo dados censitários de 2010 e 2022 e estimativas populacionais referentes aos anos posteriores. A reunião dessas fontes compõe uma série temporal mais ampla, preservando a distinção entre os valores apurados nos censos e aqueles produzidos por estimativa.

---

[6] Traduzido do original: In the last decade the proliferation and mutually conditioning effects of additional variables shows that it is not enough to see diversity only in terms of ethnicity, as is regularly the case both in social science and the wider public sphere. Such additional variables include differential immigration statuses and their concomitant entitlements and restrictions of rights, divergent labour market experiences, discrete gender and age profiles, patterns of spatial distribution, and mixed local area responses by service providers and residents. Rarely are these factors described side by side. The interplay of these factors is what is meant here, in summary fashion, by the notion of 'super-diversity'. (Vertovec, 2007, p. 1025).

Os dados posteriores a 2022 integram a continuidade da série, sem serem tratados como resultados de um novo levantamento censitário.

Gráfico 1 – Crescimento populacional do estado de Roraima (2010–2024)



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do IBGE (2010, 2023, 2024).

Como podemos verificar no Gráfico 1, Roraima apresentou crescimento populacional expressivo. Os resultados do Censo Demográfico 2022 situam esse crescimento em relação às demais unidades da Federação: entre 2010 e 2022, a população do estado passou de 450.479 para 636.303 habitantes, com taxa média geométrica de crescimento anual de 2,92%, a maior registrada no país (IBGE, 2023). Esse resultado confirma a posição singular do estado no cenário demográfico nacional.

A tendência já se delineava nas estimativas populacionais anteriores ao Censo de 2022. Em 2021, o G1 Roraima, com base nos dados divulgados pelo IBGE, noticiou que o estado apresentava, pelo quarto ano consecutivo, o maior crescimento populacional percentual entre as unidades da Federação. Na comparação com 2020, o aumento estimado foi de 3,41%, e a reportagem o associou principalmente à migração venezuelana (Oliveira; Ramalho, 2021). A matéria registrava população estimada de 652.713 habitantes para aquele ano.

Esses dados, contudo, não permitem atribuir a expansão demográfica do estado exclusivamente à migração venezuelana. Esse fluxo migratório constitui um dos elementos relevantes para interpretar as transformações demográficas, sociais e institucionais observadas em Roraima ao longo da última década.

Esse processo ocorreu também em meio a decisões políticas e sanitárias que alteraram a dinâmica de circulação entre Brasil e Venezuela. Os deslocamentos transfronteiriços passaram por fases de intensificação, restrição, fechamento e retomada, com efeitos sobre a mobilidade da população migrante e sobre a organização institucional voltada ao acolhimento e à gestão desses fluxos.

A sucessão desses acontecimentos indica que as condições de ingresso, permanência e trânsito entre os dois países variaram ao longo dos anos. Decisões governamentais, medidas sanitárias e mudanças nas relações bilaterais produziram diferentes regimes de abertura e restrição, o que impede tratar os deslocamentos como um fluxo contínuo e homogêneo.

O Quadro 1 organiza cronologicamente os principais acontecimentos que afetaram a circulação entre Brasil e Venezuela de 2015 a 2026, distinguindo fases de intensificação dos fluxos, restrição, fechamento e reabertura e situando as mudanças institucionais e conjunturais que incidiram sobre a mobilidade transfronteiriça.

Quadro 1 – Fluxos e restrições na fronteira Brasil–Venezuela

Período	País/Responsável	Natureza	Situação	Documento-fonte
2015	Venezuela	Agravamento da crise política e humanitária	Intensificação dos fluxos migratórios para países vizinhos	Moreira (2021) – Ipea
2016	Venezuela	Restrição política	Primeiro fechamento da fronteira Brasil–Venezuela (13/12/2016)	Moreira (2021) – Ipea
2019	Venezuela	Restrição política	Novo fechamento da fronteira Brasil–Venezuela (21/02/2019)	Moreira (2021) – Ipea
2020–2021	Brasil	Restrição sanitária	Restrições excepcionais de entrada no país durante a pandemia de Covid-19	Brasil (2020)
2022	Brasil/ Venezuela	Reabertura institucional	Reabertura da fronteira e retomada gradual da circulação	Cavalcanti; Oliveira e Macedo (2022)
2026	Venezuela	Tensões geopolíticas	Fechamento temporário seguido de reabertura	CNN Brasil (2026)

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Moreira (2021), Brasil (2020), Cavalcanti, Oliveira e Macedo (2022) e CNN Brasil (2026).

Os episódios apresentados no Quadro 1 não se restringem às alterações nas condições de circulação na fronteira, mas permitem compreender suas repercussões sociais e institucionais em Roraima. O aumento da presença venezuelana em Roraima, observado a partir de 2015, tornou mais visíveis desafios relacionados à oferta de serviços públicos de saúde, educação e acolhimento em um estado historicamente marcado por limitações estruturais. A ampliação das demandas decorrentes da migração passou a se somar às desigualdades e às limitações institucionais já presentes na realidade, principalmente, na capital Boa Vista, onde concentra-se maior parte da população Roraimense.

Entre essas repercussões, destacam-se aquelas relacionadas à saúde, à educação e à segurança pública. Em 18 de maio de 2018, a Comissão Externa da Crise de Imigrantes Venezuelanos da Câmara dos Deputados realizou, em conjunto com a Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, uma reunião destinada a discutir os efeitos sociais e econômicos da imigração venezuelana no estado. A cobertura da audiência registrou a participação de representantes de órgãos municipais, estaduais e federais e destacou os efeitos do fluxo migratório sobre esses serviços (Câmara dos Deputados, 2018; Folha Web, 2018). Em Pacaraima, a ampliação das demandas decorrentes do fluxo migratório também alcançou os serviços de saúde e educação, em um município diretamente situado na rota de entrada da população venezuelana (Folha Web, 2018).

No campo da saúde, a pressão sobre equipamentos públicos, entre eles o Hospital Geral de Roraima e o Hospital Materno Infantil Nossa Senhora de Nazareth, apontou fragilidades estruturais que antecedem a intensificação da migração venezuelana. Durante a mesma audiência pública, a representante do Conselho Regional de Medicina de Roraima destacou que a imigração não constituía a origem da crise da saúde, embora a ampliação da demanda tivesse agravado dificuldades já existentes na rede estadual (Folha Web, 2018). Essa interpretação é corroborada por Arruda-Barbosa, Sales e Souza (2020), cujos resultados revelam que limitações relacionadas à infraestrutura, à disponibilidade de profissionais e à capacidade de atendimento já integravam a realidade do sistema público de saúde de Roraima antes da intensificação dos fluxos migratórios, embora tenham sido agravadas pelo aumento da demanda assistencial.

Os registros da Comissão mostram, contudo, que a reunião de 18 de maio integrou uma agenda institucional mais ampla em Roraima. Entre 10 e 18 de maio de 2018, foram realizadas visitas e reuniões com órgãos das áreas de saúde, educação, segurança pública, acolhimento e defesa. O Quadro 2 sistematiza os registros documentais dessas atividades preservados no Portal da Câmara dos Deputados.

Quadro 2 – Atividades e registros documentais da Comissão Externa da Crise de Imigração de Venezuelanos em Roraima – 2018

Data	Atividade registrada	Instituição/local	Registro documental
10/05/2018	Reunião com o chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e visita aos acampamentos de venezuelanos, com participação da presidente do Conselho Regional de Medicina de Roraima.	1ª Brigada de Infantaria de Selva, Boa Vista	Portal da Comissão Externa
11/05/2018	Visita ao Hospital Geral de Roraima Rubens de Souza Bento e ao Hospital Materno Infantil Nossa Senhora de Nazaré.	Boa Vista	Portal da Comissão Externa
14/05/2018	Visita ao Abrigo Latiffe Salomão e realização de reunião tripartite.	Boa Vista	Portal da Comissão Externa
15/05/2018	Audiência com o Secretário Estadual de Educação e Desportos, José Gomes da Silva.	Secretaria de Estado da Educação e Desportos, Boa Vista	Portal da Comissão Externa
15/05/2018	Audiência com o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.	Assembleia Legislativa de Roraima, Boa Vista	Portal da Comissão Externa
17/05/2018	Reunião com a Secretária de Estado de Segurança Pública de Roraima, Haydée Magalhães.	Secretaria de Segurança Pública, Boa Vista	Portal da Comissão Externa
18/05/2018	Reunião conjunta com a Assembleia Legislativa para discutir os efeitos sociais e econômicos da imigração de venezuelanos no estado.	Plenário Noêmia Bastos Amazonas, Assembleia Legislativa de Roraima, Boa Vista	Portal da Comissão Externa; Pauta da reunião; Resultado da reunião

Fonte: Elaborado pela autora com base nos registros da Comissão Externa da Câmara dos Deputados (Brasil, 2018).

A leitura conjunta desses registros e dos dados relativos à rede pública impede o estabelecimento de uma relação causal direta entre migração e insuficiência dos serviços. As dificuldades decorrentes do aumento da demanda precisam ser compreendidas em articulação com fatores históricos ligados à distribuição de investimentos e à capacidade institucional de Roraima. Ao mesmo tempo, a recorrente

associação dessas insuficiências à presença venezuelana pode contribuir para deslocar a atenção de responsabilidades institucionais e para reforçar representações sociais negativas sobre os migrantes.

Para compreender como esse conjunto de respostas se constituiu, é necessário retomar brevemente a ampliação dos deslocamentos venezuelanos e das iniciativas de acolhimento no período. Nos primeiros anos da crise venezuelana, milhões de pessoas deixaram o país em direção a diferentes destinos da América Latina e do Caribe, configurando um dos maiores deslocamentos populacionais recentes da região (Moreira, 2021). No Brasil, esse movimento ocorreu em um contexto de ampliação e diversificação dos fluxos migratórios e de refúgio, que passaram a envolver nacionalidades cada vez mais diversas (Junger da Silva; Cavalcanti; Oliveira, 2025). As respostas governamentais oscilaram entre ações de acolhimento humanitário e mecanismos de controle migratório, evidenciando os desafios da gestão da mobilidade humana em cenários de crise prolongada (ACNUR, 2020; Moreira; Jarochinski-Silva, 2025).

Em Roraima, entretanto, as práticas de acolhimento antecederam a criação da Operação Acolhida. Segundo Moreira (2021), entre 2015 e 2016, as primeiras iniciativas foram desenvolvidas principalmente por organizações da sociedade civil, instituições religiosas, universidades e grupos voluntários, com ações que incluíam distribuição de alimentos e roupas, abrigamento, orientação jurídica e apoio à regularização migratória. Em 2017, essa rede passou a contar também com maior presença de organismos internacionais, entre eles o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). No âmbito universitário, o Projeto Acolher/UFRR desenvolveu ações de ensino de português, campanhas de sensibilização sobre migração e arrecadação de alimentos e roupas. Outras iniciativas universitárias desenvolvidas entre 2016 e 2018 também ofereceram orientação jurídica aos migrantes.

A Operação Acolhida insere-se nesse percurso e marca, a partir de 2018, a federalização e a coordenação de parte das respostas à intensificação da migração venezuelana. De caráter humanitário e interagências, a Operação foi estruturada nos eixos de ordenamento da fronteira, abrigamento e interiorização e passou a articular Forças Armadas, órgãos das diferentes esferas governamentais, agências internacionais e organizações da sociedade civil. Em Pacaraima e Boa Vista, suas

ações compreenderam recepção e triagem, regularização documental, vacinação, assistência em saúde, proteção, abrigamento e encaminhamento para a interiorização (Moreira, 2021).

Esse conjunto de iniciativas mostra que o acolhimento não se reduz ao abrigamento. Ele compreende também o acesso à documentação, à alimentação, à saúde, à educação, ao trabalho, à informação, à orientação jurídica e às possibilidades de inserção social. A existência dessas estruturas, contudo, não assegura que todos os sujeitos tenham acesso aos serviços em condições equivalentes. Entendemos que, mesmo diante de barreiras comunicativas relacionadas ao uso, muitas vezes, de uma única língua pelos agentes de acolhimento, os repertórios dos próprios agentes e dos migrantes, constituídos ao longo de suas trajetórias biográficas, podem contribuir para a construção da inteligibilidade, ainda que a compreensão não seja plena ou estável.

No caso dos migrantes surdos, as condições de comunicação integram diretamente as possibilidades de acesso e participação nas relações com serviços e instituições. Para os venezuelanos migrantes surdos que constituem o foco desta pesquisa, essa questão envolve ainda a circulação entre diferentes línguas de sinais e a mobilização de recursos visuoespaciais. Assim, Libras, LSV e outros recursos semióticos que integram seus repertórios passam a fazer parte das próprias condições de acesso às práticas de acolhimento. Essa dimensão aproxima as transformações sociais e institucionais discutidas nesta seção das experiências que constituem o corpus desta pesquisa.

Essas transformações também não se distribuem de maneira uniforme pelo território roraimense. Diferentes municípios ocupam posições específicas nas rotas migratórias, concentrando em distintos graus movimentos populacionais, instituições e serviços. Nesse conjunto, Boa Vista ocupa posição central por reunir parcela significativa dos serviços públicos, das ações de acolhimento e das possibilidades de permanência da população migrante no estado.

Essa concentração permite passar da escala estadual às formas concretas pelas quais a mobilidade venezuelana se organiza no território. Por essa razão, na seção seguinte, voltamos nosso olhar para Boa Vista, considerando sua dinâmica demográfica, sua função nos processos de acolhimento e as ecologias sociolinguísticas constituídas nesse espaço.

2.2 BOA VISTA COMO LUGAR DE CHEGADA: DEMOGRAFIA, ACOLHIMENTO E ECOLOGIAS SOCIOLINGUÍSTICAS

À medida que o estado de Roraima se reconfigura com a intensificação dos fluxos migratórios provenientes da Venezuela, Boa Vista, como capital e principal centro urbano e administrativo do estado, assume papel central nas trajetórias de chegada e permanência de migrantes venezuelanos. Desse modo, a cidade constitui-se como espaço não apenas de chegada, mas também de estabelecimento e organização da vida cotidiana de parte dessa população. Essa centralidade não se restringe à dimensão demográfica, mas se expressa nas formas de acolhimento institucional, na organização dos espaços urbanos e nas práticas sociais que se reorganizam a partir da presença crescente dos novos moradores.

Boa Vista concentra serviços públicos, instituições de ensino, organizações humanitárias e redes de apoio formais e informais, o que a coloca como um dos principais espaços de acolhimento e inserção territorial da população migrante em Roraima. A presença dessas estruturas favorece o encontro entre trajetórias sociais e linguísticas diversas e amplia as situações de contato entre sujeitos que mobilizam repertórios construídos em diferentes experiências de vida.

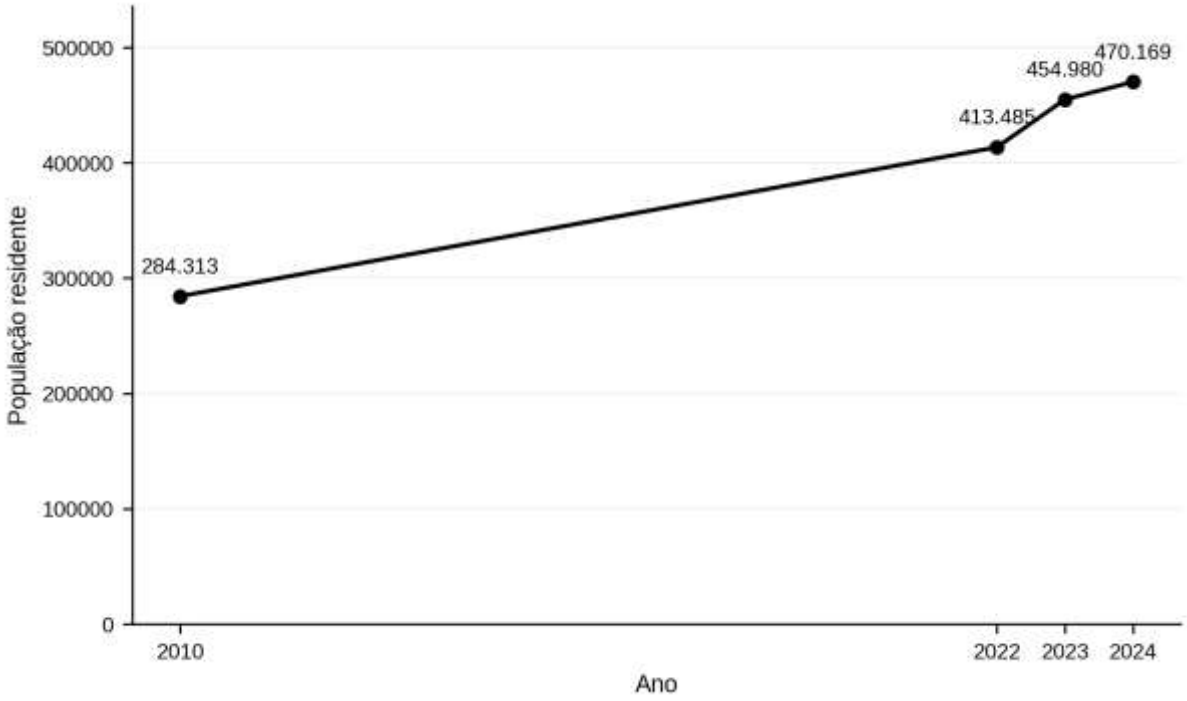
Essa disponibilidade institucional, entretanto, não assegura condições equivalentes de acesso**.** Para a população migrante, sobretudo quando diferentes repertórios linguísticos estão presentes na interação, o ingresso e a participação nesses espaços também dependem das possibilidades concretas de circulação da informação, de mediação e de construção de sentidos entre os interlocutores.

Boa Vista pode ser compreendida como uma capital em que a mobilidade populacional também produz efeitos sobre as práticas comunicativas. A presença de pessoas provenientes de diferentes contextos sociais e linguísticos amplia a circulação de repertórios e coloca em contato recursos que não ocupam posições equivalentes nos diferentes espaços institucionais. Essa dimensão interessa particularmente à presente pesquisa, uma vez que as experiências dos venezuelanos migrantes surdos se constituem em ambientes nos quais o acesso e a participação também passam pelas condições de inteligibilidade construídas na interação. A mobilidade, assim, não desloca apenas pessoas entre territórios, mas também repertórios constituídos em diferentes trajetórias, cujos recursos circulam e adquirem valores distintos nos espaços em que são mobilizados (Blommaert, 2010).

Para situarmos essas experiências no espaço urbano em que parte significativa delas se constitui, retomamos inicialmente a dimensão demográfica de Boa Vista. As transformações observadas na capital constituem um indicador das mudanças sociais ocorridas durante a intensificação da migração venezuelana, sem que seu crescimento populacional seja atribuído exclusivamente a esse fluxo.

O Gráfico 2 apresenta a evolução da população residente em Boa Vista entre 2010 e 2024, reunindo os dois últimos censos demográficos e as estimativas populacionais posteriores. A combinação dessas bases permite acompanhar a trajetória demográfica da capital em uma série temporal mais ampla, preservando a distinção entre dados censitários e estimativas anuais. Assim, os valores de 2023 e 2024 são incorporados como referências de continuidade temporal, e não como equivalentes metodológicos aos resultados censitários.

Gráfico 2 – Crescimento populacional de Boa Vista (2010–2024)



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do IBGE (2010, 2023, 2024).

Os dados mostram uma expansão expressiva da população da capital ao longo do período considerado. Entre os dois últimos censos, Boa Vista passou de 284.313 habitantes, em 2010, para 413.485, em 2022, variação de 45,43%. A dimensão desse contingente também permite compreender a centralidade demográfica da cidade em Roraima, uma vez que Boa Vista concentra mais da metade da população estadual.

Esse crescimento deve ser interpretado com a mesma cautela adotada na leitura dos dados estaduais. Os números não estabelecem uma relação causal direta entre crescimento demográfico e migração venezuelana. Permitem, contudo, situar a intensificação desse fluxo em um período no qual a capital passou por mudanças expressivas em sua composição populacional e em suas demandas institucionais.

A posição de Boa Vista torna-se mais clara quando ampliamos a escala de observação para os demais municípios de Roraima. O crescimento entre 2010 e 2022 alcançou os quinze municípios do estado, embora com intensidades bastante distintas. Essa comparação é importante porque impede que as transformações demográficas sejam interpretadas como fenômeno restrito à capital e permite observar posições territoriais diferentes no interior do estado.

A Tabela 1 reúne a população registrada nos Censos Demográficos de 2010 e 2022 e a variação percentual de cada município no período**.**

Tabela 1 – Evolução populacional dos municípios de Roraima (2010–2022)

Município	População (2010)	População (2022)	Crescimento (%)
Alto Alegre	16.448	21.096	28,26
Amajari	9.327	13.927	49,32
Boa Vista	284.313	413.485	45,43
Bonfim	10.943	13.923	27,23
Cantá	13.902	18.682	34,38
Caracaraí	18.398	20.957	13,91
Caroebe	8.114	10.656	31,33
Iracema	8.696	10.023	15,26
Mucajaí	14.792	18.095	22,33
Normandia	8.940	13.986	56,44
Pacaraima	10.433	19.305	85,04
Rorainópolis	24.279	32.647	34,47
São João da Baliza	6.769	8.858	30,86
São Luiz	6.750	7.315	8,37
Uiramutã	8.375	13.751	64,19

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do IBGE (2010, 2023).

A comparação mostra que o crescimento ocorreu em todo o território estadual, mas não de maneira homogênea. Enquanto alguns municípios registraram variações mais moderadas, outros apresentaram aumentos proporcionalmente muito superiores aos observados na capital.

As diferenças observadas entre os municípios não se restringem aos percentuais de crescimento populacional. Quando consideradas em relação às

dinâmicas de mobilidade que atravessam o território roraimense, elas permitem observar também posições distintas quanto à circulação de pessoas e à concentração de serviços e estruturas institucionais. A intensificação desses movimentos se articula às demandas sobre os serviços públicos, às formas de organização urbana e às condições de circulação e inserção social da população migrante, especialmente em municípios localizados em rotas fronteiriças ou em áreas de maior concentração institucional. Essas transformações alcançam diferentes dimensões da vida social, incluindo as formas de acesso à informação, à educação, à saúde e às práticas de mediação linguística em contextos marcados pela diversidade de repertórios.

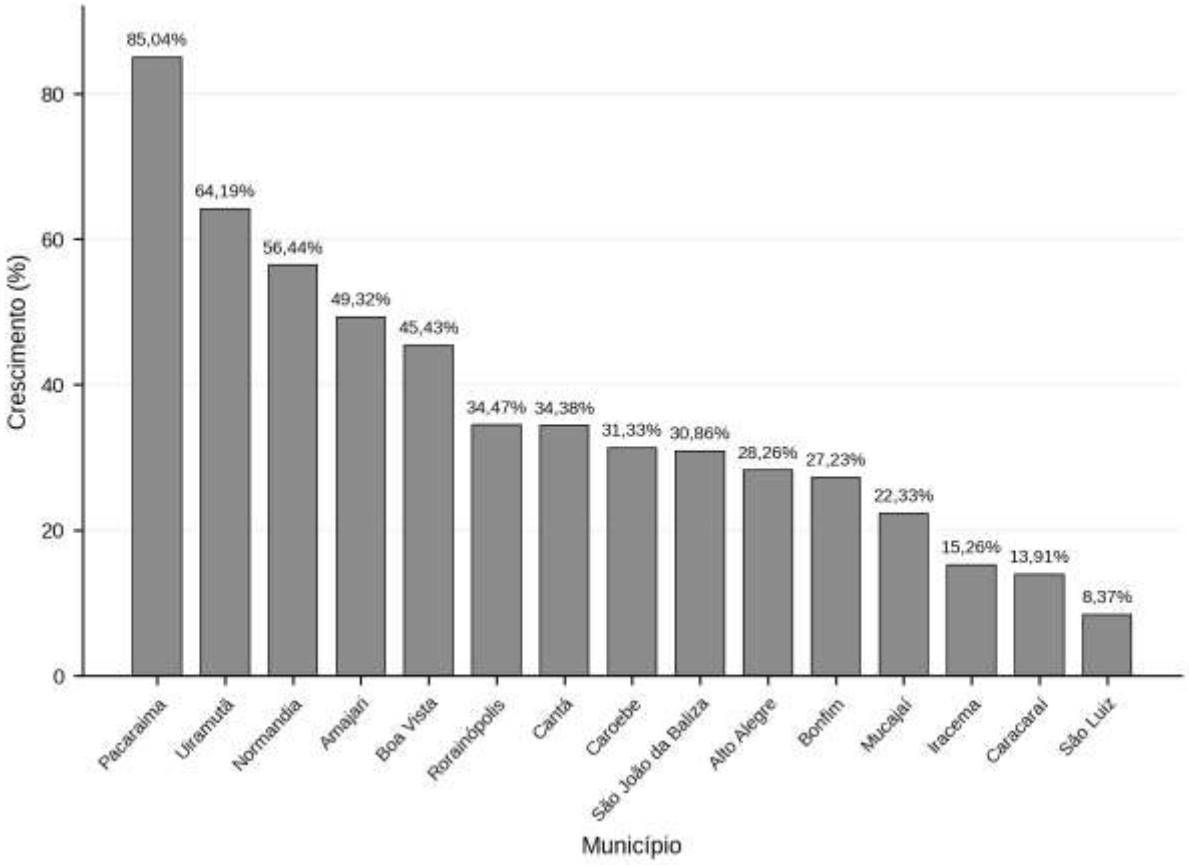
Essa diferenciação territorial também aparece nos estudos sobre a migração venezuelana em Roraima. Alves (2018) destaca Pacaraima como ponto de ingresso pela BR-174 e observa que, com a intensificação do fluxo, Boa Vista e o estado passaram a concentrar a atuação de órgãos públicos, agências internacionais e organizações da sociedade civil. Moreira (2021) identifica Boa Vista e Pacaraima como as cidades que receberam o maior número de migrantes entre as localidades de recepção consideradas em seu estudo. Esses dados permitem compreender que a mobilidade assume configurações distintas no interior do território roraimense, conforme as funções desempenhadas pelos municípios nos percursos de entrada, acolhimento e permanência da população migrante.

Em contextos de intensa mobilidade, as transformações demográficas também se associam à ampliação das situações de contato entre diferentes repertórios linguísticos e semióticos e às condições de interação e participação nos espaços institucionais. A leitura dessas relações aproxima-se da perspectiva ecológica da linguagem proposta por Haugen (1972), na qual as práticas linguísticas são consideradas em relação ao ambiente social em que se constituem. Bastardas i Boada (2005), ao articular ecologia da linguagem e sustentabilidade linguística, retoma essa orientação relacional e chama atenção para as condições sociais que afetam a presença, a continuidade e o valor atribuído às línguas em situações de contato. Nessa perspectiva, a diversidade observada no território roraimense envolve não apenas a coexistência de diferentes recursos, mas também relações de negociação e de atribuição desigual de valor às formas de significação.

A variação percentual acumulada entre os Censos Demográficos de 2010 e 2022 permite visualizar com maior nitidez essas diferenças entre os municípios. O Gráfico 3 reorganiza os dados apresentados na Tabela 1 para possibilitar sua

comparação direta. A leitura dos percentuais deve considerar que eles expressam a diferença relativa entre os dois momentos censitários, e não uma taxa anual de crescimento. Essa distinção evita atribuir ao período intercensitário uma regularidade temporal que os dados não permitem estabelecer.

Gráfico 3 – Crescimento populacional dos municípios de Roraima (2010–2022)



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do IBGE (2010; 2023).

Pacaraima assume posição particular nessa distribuição por concentrar, na fronteira com a Venezuela, parte importante dos movimentos de entrada terrestre no estado. Mais do que o percentual registrado no Gráfico 3, interessa-nos sua função nas dinâmicas de circulação: é nesse município que se articulam a passagem pela fronteira e os primeiros procedimentos institucionais relacionados à recepção e à regularização migratória.

A mobilidade, entretanto, não se encerra em Pacaraima nem necessariamente em Boa Vista. Chaves (2018), ao sistematizar aspectos da atuação da Defensoria Pública da União, registra a intensificação dos fluxos de transporte no eixo Pacaraima–Boa Vista–Manaus e chama atenção para a presença de migrantes em

trânsito. Esse registro situa o eixo Pacaraima–Boa Vista–Manaus em trajetórias que podem envolver entrada, permanência temporária e continuidade do deslocamento.

Boa Vista ocupa posição distinta nesse percurso por concentrar serviços, estruturas de acolhimento e possibilidades de permanência. Alvim (2018), contudo, mostra que a mobilidade venezuelana se estende para além da capital ao identificar Manaus como um dos destinos assumidos após a passagem por Boa Vista. O autor acrescenta que a permanência de parte dos migrantes em Roraima está relacionada, entre outros fatores, às condições econômicas e à proximidade com a Venezuela, enquanto a saída do estado em direção a Manaus ocorre por rotas terrestres.

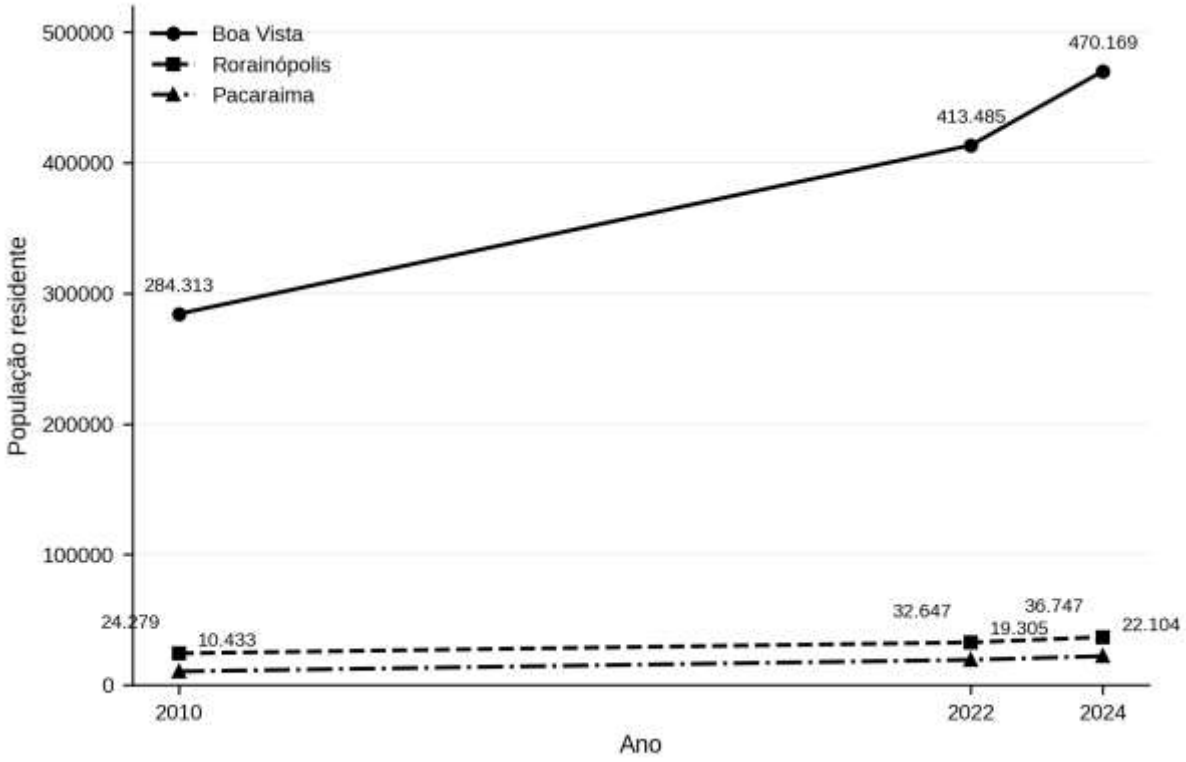
É nesse eixo de continuidade dos deslocamentos que Rorainópolis adquire relevância para o recorte. Sua inclusão amplia o recorte para além da fronteira imediata e da capital, considerando também um município situado ao longo da BR-174, no percurso terrestre que conecta o sul de Roraima ao Amazonas. Não se trata de afirmar que Rorainópolis constitua destino obrigatório ou permanente dos migrantes, mas de reconhecer sua posição em uma dinâmica territorial na qual parte dos deslocamentos prossegue em direção ao Amazonas e a Manaus.

A escolha de Boa Vista, Pacaraima e Rorainópolis combina dois critérios complementares. Para Pacaraima e Boa Vista, as fontes consultadas documentam diretamente posições relacionadas à entrada, ao acolhimento e à permanência da população migrante. Para Rorainópolis, o critério é territorial: sua localização na BR-174 justifica sua inclusão no recorte como parte do eixo de continuidade dos deslocamentos em direção ao Amazonas. Essa seleção não pressupõe uma trajetória linear nem atribui funções fixas aos três municípios.

A delimitação considera também a heterogeneidade da migração venezuelana. Demétrio e Domeniconi (2018) descrevem múltiplas modalidades migratórias, marcadas por temporalidades, formas de inserção e distribuições territoriais distintas, e ressaltam as reconfigurações que caracterizam esse processo. Essa heterogeneidade reforça a necessidade de interpretar os dados demográficos em articulação com as diferentes condições de circulação e permanência no território.

A partir desse critério, o Gráfico 4 coloca os três municípios em comparação, permitindo observar suas diferentes configurações demográficas em articulação com as posições territoriais que assumem nas dinâmicas migratórias do estado.

Gráfico 4 – Comparação do crescimento populacional entre Boa Vista, Pacaraima e Rorainópolis



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do IBGE (2010, 2024).

Pacaraima destaca-se ao apresentar o maior índice de crescimento demográfico, com percentual significativamente superior ao da capital. Boa Vista, por sua vez, mantém o maior contingente populacional entre os três municípios, enquanto Rorainópolis apresenta uma trajetória de crescimento em outra escala. A comparação mostra que os municípios selecionados apresentam configurações demográficas distintas e ocupam posições diferentes nas dinâmicas de mobilidade consideradas.

Os percentuais, contudo, não permitem estabelecer relação causal entre o crescimento demográfico e a migração venezuelana. Quando articulamos esses dados aos estudos sobre o fluxo migratório em Roraima, podemos distinguir as posições de Pacaraima e Boa Vista nesse processo: Pacaraima constitui a principal porta de entrada terrestre da migração venezuelana no estado, enquanto Boa Vista se tornou um dos principais locais de recepção e acolhimento dessa população (Moreira, 2021). Quanto a Rorainópolis, mantemos a análise no plano comparativo de sua trajetória demográfica, sem lhe atribuir uma função específica nos deslocamentos que os dados apresentados não permitem demonstrar.

Esse recorte não pretende representar todo o território roraimense, mas relacionar municípios com escalas demográficas e localizações distintas, aproximando essa leitura das experiências sociais e comunicativas analisadas nesta pesquisa.

Para os venezuelanos migrantes surdos, a entrada no território brasileiro implica também o ingresso em contextos organizados por outras línguas, normas institucionais e formas de reconhecimento, que participam das condições de acesso aos serviços e de participação social. A fronteira, portanto, não termina no momento da entrada no país, mas reaparece nas situações em que esses sujeitos precisam mobilizar seus repertórios para acessar direitos, interagir e construir inteligibilidade em diferentes contextos institucionais e cotidianos.

Essa dimensão permite deslocar a análise da mobilidade territorial para as práticas linguísticas constituídas no contato entre diferentes comunidades. Santos (2020) identifica, na fronteira roraimense, a presença de diferentes línguas de sinais, entre elas a Libras e a Língua de Sinais Venezuelana (LSV). Araújo e Bentes (2018), ao abordarem o contato entre Libras e LSV na fronteira Brasil–Venezuela, mostram que sujeitos surdos mobilizam diferentes recursos linguísticos e semióticos em suas interações, com repertórios que se reorganizam conforme as demandas comunicativas.

Cruz e Aleixo (2020) reforçam essa compreensão ao demonstrarem que as experiências de venezuelanos migrantes surdos residentes em Boa Vista (RR) envolvem reconfigurações linguístico-identitárias produzidas pelo contato entre a Libras e a LSV. Em conjunto, esses estudos situam a fronteira para além de uma delimitação territorial ou de um lugar de passagem: trata-se também de um espaço social em que mobilidade e diversidade linguística integram as práticas interacionais e as condições de construção da inteligibilidade.

A realidade sociolinguística de Boa Vista, portanto, não pode ser dissociada das trajetórias de mobilidade que a conectam à fronteira e a diferentes circuitos de circulação. É nessa articulação entre território, deslocamento e repertórios que situamos as experiências comunicativas dos participantes desta pesquisa, compreendendo a inteligibilidade como construída nas interações e a partir dos recursos disponíveis aos interlocutores em cada situação.

2.3 TERRITÓRIO, DIVERSIDADE LINGUÍSTICA E CIRCULAÇÃO DE REPERTÓRIOS NO EXTREMO-NORTE

As dinâmicas observadas na capital roraimense permitem ampliar o olhar para a configuração sociolinguística do território em sua totalidade, no qual se articulam múltiplas línguas, práticas e trajetórias sociais. A posição geográfica de Roraima, na tríplice fronteira entre Brasil, Venezuela e Guiana, favorece o encontro entre diferentes comunidades linguísticas e intensifica formas de contato que extrapolam a convivência entre o português e o espanhol. A diversidade linguística também se expressa pela presença da Libras, da Língua de Sinais Venezuelana (LSV), das Línguas Indígenas de Sinais (LIS)[7] e de outras línguas de sinais presentes na região, o que confere ao território uma complexidade sociolinguística cujo recorte relacionado às experiências de venezuelanos migrantes surdos e ao contato entre Libras e LSV ainda é pouco explorado na produção acadêmica brasileira.

As transformações demográficas e territoriais discutidas nas seções anteriores incidem sobre essa configuração e mostram que a diversidade regional não se resume à presença simultânea de diferentes línguas. Ela se vincula às histórias de ocupação, aos movimentos migratórios, às comunidades linguísticas e às formas de participação social que se estabeleceram no território. As práticas de linguagem adquirem significados distintos conforme os contextos de uso, as instituições em que circulam e as relações sociais que lhes conferem reconhecimento. A organização sociolinguística da região desafia, portanto, modelos assentados em categorias linguísticas homogêneas e requer uma abordagem capaz de articular linguagem, mobilidade humana e formas de legitimação.

A chave para interpretar essa configuração está no questionamento das associações lineares entre língua, território, identidade e comunidade. Para Blommaert e Backus (2013), a intensificação da mobilidade humana torna insuficientes modelos sociolinguísticos apoiados em categorias homogêneas, uma vez que as experiências linguísticas se constituem em diferentes trajetórias de participação social. Como afirmam, “[...] as pessoas já não podem ser diretamente

[7] Adotamos nesta pesquisa a sigla LIS, em consonância com a denominação proposta no âmbito do Grupo de Trabalho Nacional das Línguas Indígenas de Sinais (GT – LIS). A cartilha *Línguas Indígenas de Sinais (LIS)* explica que a alteração da sigla LSI para LIS considera a identidade indígena como precedente à modalidade linguística, orientação que também fundamenta o uso da expressão “indígena surdo”, em vez de “surdo indígena” (Rubim; Santos, 2024).

associadas a grupos e identidades (nacionais, étnicos, socioculturais); tampouco se pode presumir que práticas de produção de sentidos ‘pertençam’ a determinadas línguas e culturas”. (Blommaert; Backus, 2013, p. 13, tradução nossa)[8].

Essa formulação permite ampliar a compreensão das fronteiras para além de sua dimensão político-territorial. Em contextos marcados por deslocamentos contínuos, a fronteira não separa apenas Estados; aproxima trajetórias sociais, histórias linguísticas e formas distintas de participação que não se organizam segundo correspondências fixas entre território, língua e pertencimento. Os sujeitos atravessam limites nacionais sem abandonar os recursos constituídos em experiências anteriores e passam a participar de espaços nos quais esses recursos encontram outras condições de uso, reconhecimento e valor.

As práticas comunicativas de sujeitos em mobilidade também não podem ser tratadas como simples extensão de uma língua nacional ou de uma identidade previamente definida. O que circula com os sujeitos não são sistemas linguísticos intactos, mas repertórios constituídos em experiências familiares, escolares, comunitárias e institucionais diversas. Ao atravessar uma fronteira, esses repertórios passam a operar em novas relações sociais, diante de outros interlocutores e sob diferentes expectativas de comunicação. A mobilidade não altera apenas o lugar onde a interação ocorre; modifica as condições sob as quais determinados recursos podem ser reconhecidos, negociados ou adquirir relevância.

Roraima torna particularmente visível essa relação entre fronteira, mobilidade e constituição de repertórios. Sua formação populacional foi atravessada por sucessivos deslocamentos internos, com presença expressiva de migrantes provenientes do Maranhão e de diferentes unidades da Federação, aos quais se somam os movimentos internacionais e as populações indígenas historicamente vinculadas ao território. A mobilidade não constitui um fenômeno excepcional ou restrito à intensificação recente da migração venezuelana, mas participa da própria formação social e demográfica do estado. Nesse espaço, trajetórias originadas em diferentes regiões do Brasil e em outros países se encontram e estabelecem novas relações. Roraima não é apenas um território que recebe migrantes; sua configuração social foi historicamente constituída pela mobilidade.

---

[8] No original: […] People can no longer be straightforwardly associated with particular (national, ethnic, sociocultural) groups and identities; their meaning-making practices can no longer be presumed to ‘belong’ to particular languages and cultures (Blommaert; Backus, 2013, p. 13).

A heterogeneidade desses deslocamentos também aparece nas análises sobre a migração venezuelana no Brasil. Baeninger (2018) chama atenção para a complexidade e a heterogeneidade das migrações venezuelanas e para a reconfiguração dos espaços migratórios na fronteira norte, particularmente em Roraima. Essa caracterização permite compreender que a mobilidade não constitui um fluxo homogêneo, mas assume configurações específicas nos diferentes espaços em que os sujeitos chegam, permanecem, circulam e estabelecem novas relações.

Essa característica repercute diretamente na configuração sociolinguística do estado. A presença do português, do espanhol, das línguas indígenas, da Libras, da LSV e de outros recursos comunicativos não pode ser interpretada apenas pela vinculação de cada língua a determinado território ou grupo. Interessa observar as trajetórias que colocam esses recursos em circulação e as condições sociais que lhes atribuem diferentes possibilidades de uso e reconhecimento. Para os migrantes surdos investigados nesta tese, essa questão adquire especial importância, pois suas práticas comunicativas se constituem no encontro entre experiências linguísticas anteriores ao deslocamento e aquelas construídas nas relações estabelecidas no Brasil.

Nesse quadro, o contato não ocorre entre línguas abstratamente tomadas, mas entre sujeitos que dispõem de recursos constituídos em percursos sociais distintos. A mobilidade torna essas diferenças particularmente visíveis e coloca em questão concepções estáveis de língua e competência:

> A estabilidade que caracterizava as concepções estabelecidas de língua já não pode ser mantida diante das intensas formas de mistura e hibridização presentes em ambientes comunicativos superdiversos. Do mesmo modo, as concepções tradicionais de competência necessitam ser revistas em razão dos padrões altamente desiguais de distribuição dos recursos comunicativos, que frequentemente resultam em formas de comunicação “truncadas” e “inacabadas” (Blommaert; Backus, 2013, p. 14, tradução nossa)[9].

Esse deslocamento é particularmente relevante em um território no qual a mobilidade coloca em contato sujeitos cujas experiências linguísticas não se deixam circunscrever por correspondências rígidas entre língua, nacionalidade e

[9] No original: “[…] The stability that characterized the established notions of language can no longer be maintained in light of the intense forms of mixing and blending occurring in superdiverse communication environments [...], and established notions of competence are in need of revision in light of the highly unequal patterns of distribution of communicative resources resulting in the often ‘truncated’ and ‘unfinished’ character of communication […]” (Blommaert; Backus, 2013, p. 14).

pertencimento. Em Roraima, identificar a presença do português, do espanhol, da Libras ou da LSV constitui apenas uma primeira dimensão da descrição. Essa identificação informa quais línguas participam da configuração sociolinguística regional, mas não explica como seus recursos se tornam disponíveis aos sujeitos, quais experiências sustentam seus usos nem sob quais condições sociais podem circular.

É nesse ponto que a noção de repertório se torna particularmente relevante, ao relacionar os conhecimentos linguísticos às experiências em que foram constituídos e às condições sociais de seu uso. Blommaert e Rampton (2011) recorrem ao conceito para afastar pressupostos prévios sobre origem, socialização, proficiência e tipos de língua. Os autores consideram graus variáveis e, muitas vezes, fragmentários de conhecimento de estilos, registros e gêneros, adquiridos e parcialmente esquecidos ao longo de trajetórias biográficas inscritas em histórias e espaços concretos.

A dimensão biográfica assume, portanto, posição central na análise das práticas observadas nesta pesquisa. Os recursos mobilizados por migrantes surdos remetem a experiências de socialização familiar, escolarização, participação em comunidades surdas, contatos com sujeitos surdos e ouvintes e deslocamentos anteriores e posteriores à migração. Identificar dois participantes como usuários de LSV, por exemplo, não autoriza presumir equivalência entre seus repertórios. O acesso à língua, a frequência e os espaços de uso, os interlocutores com os quais foi utilizada e as condições em que determinados recursos foram incorporados à experiência de cada sujeito podem ser profundamente distintos.

Blommaert e Backus (2013, p. 15, tradução nossa) sintetizam essa relação ao definirem os repertórios como “complexos de recursos organizados biograficamente”.[10] A formulação rompe com a expectativa de uma competência linguística homogênea e direciona a atenção aos recursos constituídos ao longo da vida social. O repertório não equivale, portanto, ao domínio integral de uma ou mais línguas. Nele se inscrevem os espaços frequentados, as relações estabelecidas, as oportunidades de aprendizagem e as formas de participação às quais cada sujeito teve acesso.

[10] No original: “Repertoires are individual, biographically organized complexes of resources” (Blommaert; Backus, 2013, p. 15).

As expressões “biografias indexicais” e “registros da mobilidade” (Blommaert; Backus, 2013, p. 28, tradução nossa)[11] aprofundam essa dimensão ao relacionarem os recursos disponíveis aos percursos sociais nos quais foram constituídos. O repertório registra, nesse sentido, uma história de possibilidades e restrições. Aquilo que um sujeito pode mobilizar em determinada interação não decorre apenas das escolhas realizadas no momento do encontro, mas também de condições anteriores de acesso, aprendizagem, participação e reconhecimento. A biografia linguística torna-se analiticamente relevante não porque determine de antemão o comportamento comunicativo, mas porque permite situar a procedência e as condições de constituição dos recursos colocados em relação em uma situação concreta.

A mobilidade acrescenta outra dimensão a esse processo. O deslocamento territorial não apaga a história social inscrita nos repertórios, mas modifica as condições de circulação dos recursos que os constituem. Para os venezuelanos migrantes surdos investigados nesta tese, a chegada ao Brasil não inaugura suas experiências linguísticas, pois eles atravessam a fronteira com repertórios formados em relações familiares, escolares e comunitárias anteriores à migração. O que se transforma é a configuração social em que esses conhecimentos passam a operar e, com ela, as possibilidades de reconhecimento, uso e participação que assumem em novos contextos de interação.

Essa distinção impede interpretar o contato entre LSV e Libras como simples passagem de uma língua para outra. A LSV não deixa de integrar o repertório quando o sujeito entra no Brasil, assim como o contato com a Libras não implica uma substituição linear entre sistemas linguísticos. A mudança de território altera interlocutores, espaços de participação e condições institucionais de reconhecimento. Um recurso amplamente compartilhado em experiências anteriores pode deixar de ser reconhecido em determinado contexto; outro, inicialmente pouco disponível, pode adquirir maior relevância por possibilitar acesso a novas relações, espaços e instituições. A mobilidade reorganiza, desse modo, não apenas os recursos que passam a integrar o repertório, mas também suas condições de uso e seu valor social.

[11] No original: “Repertoires are thus indexical biographies” e “Repertoires in a superdiverse world are records of mobility” (Blommaert; Backus, 2013, p. 28).

Nessa reorganização, a relação entre repertório e inteligibilidade adquire força analítica. Quando os interlocutores não compartilham trajetórias linguísticas equivalentes, a inteligibilidade não pode ser deduzida apenas da identificação nominal das línguas que conhecem. O encontro coloca em relação recursos constituídos em histórias distintas. Alguns encontram correspondência entre os repertórios dos participantes; outros exigem ajustes, reformulações, autorreparos ou a mobilização de recursos adicionais. A inteligibilidade resulta, assim, do trabalho interacional por meio do qual os participantes articulam os recursos disponíveis, interpretam as pistas produzidas pelo interlocutor e ajustam suas práticas às exigências que emergem no curso da interação.

A dimensão biográfica dos repertórios, contudo, não se dissocia dos ambientes sociais dos quais os sujeitos participam nem das possibilidades de contato e uso que esses espaços oferecem. Família, escola, comunidades e instituições não são apenas cenários em que as práticas ocorrem, mas integram as experiências pelas quais os repertórios se formam e se transformam. Esse vínculo entre recursos linguísticos e ambiente social aproxima a discussão da Ecologia Linguística. Na tradição inaugurada por Haugen (1972) e retomada por Calvet (2002) e Bastardas i Boada (2005), as línguas são consideradas em articulação com os ambientes nos quais circulam, os sujeitos que as utilizam e as condições históricas, sociais e institucionais que interferem em seus usos.

No contexto roraimense, Simões e Rocha (2018) destacam a participação da Universidade Federal de Roraima na governança da migração venezuelana e registram ações de ensino, pesquisa e extensão voltadas à população migrante, entre elas iniciativas de Português como Língua de Acolhimento. Essas iniciativas mostram que instituições locais passaram a incorporar demandas relacionadas à migração, inclusive em ações voltadas ao acesso a recursos linguísticos, à informação e à participação social.

Essa mudança de escala é fundamental para a leitura do território roraimense. Enquanto o repertório remete às experiências sociais inscritas nos recursos disponíveis aos sujeitos, a perspectiva da ecologia linguística volta a atenção para as razões pelas quais eles são valorizados, legitimados ou restringidos de formas distintas, conforme os espaços sociais e as relações em que são mobilizados. A fronteira não corresponde apenas a um lugar de encontro entre línguas, mas a um

espaço em que trajetórias linguísticas distintas se cruzam sob condições desiguais de acesso, participação e legitimação.

Importa considerar como determinados recursos se tornam disponíveis aos sujeitos, onde podem ser utilizados, quais instituições os reconhecem, que formas de participação possibilitam e em quais situações encontram restrições. A diversidade linguística, desse modo, não se reduz à variedade de sistemas, pois envolve também as relações sociais que condicionam seus usos.

As oportunidades de acesso, os regimes de reconhecimento, as políticas linguísticas e as formas de participação em diferentes comunidades interferem diretamente sobre as possibilidades de uso e circulação linguística (Calvet, 2002; Bastardas i Boada, 2005). Um recurso que ocupa posição central em determinado espaço comunitário pode ter seu uso restringido em uma instituição organizada segundo outras expectativas linguísticas. Em sentido inverso, mudanças nas relações sociais podem conferir maior importância a recursos antes pouco mobilizados. Os repertórios se transformam ao longo das trajetórias, e suas condições de uso também se modificam quando os sujeitos transitam por diferentes espaços sociais.

A questão do valor torna-se, por isso, inseparável dessa discussão. Heller (2007) situa a legitimidade das práticas linguísticas nas relações sociais e institucionais em que elas são produzidas, enquanto Bourdieu (1991) oferece elementos para compreender que os recursos linguísticos não recebem reconhecimento equivalente em todos os espaços. Na experiência migratória, essa desigualdade adquire particular importância porque recursos constituídos sob determinado regime de valor passam a operar em outro. A fronteira coloca em contato não apenas línguas e sujeitos, mas diferentes critérios de legitimação das práticas de linguagem.

Para os migrantes surdos, atravessar a fronteira implica também colocar recursos constituídos em experiências anteriores em novas relações sociolinguísticas, sem que isso signifique o abandono das práticas que compunham seus percursos. Nos dados desta pesquisa, identificamos a mobilização da Libras, da LSV, de línguas orais, de práticas de letramento e de recursos visuoespaciais em uma mesma situação comunicativa. Sua presença, entretanto, não corresponde a uma soma indiferenciada de elementos disponíveis. A escolha e a combinação desses recursos respondem às exigências concretas do encontro, ao que cada interlocutor reconhece, às dificuldades que emergem e aos ajustes necessários à continuidade da interação. Permanência e

reorganização articulam-se nas novas possibilidades de uso que emergem após o deslocamento. Nessa dimensão situada, a perspectiva interacional de Gumperz (1982) se articula à discussão desenvolvida até aqui.

Repertório, mobilidade e ecologia sociolinguística operam como dimensões interdependentes na interpretação das práticas comunicativas dos venezuelanos migrantes surdos em situações de contato linguístico. O repertório recupera a historicidade dos recursos; a mobilidade mostra como o deslocamento os reinsere em outras relações; e a ecologia sociolinguística situa os ambientes sociais nos quais adquirem possibilidades distintas de uso e reconhecimento.

A diferença entre disponibilidade e reconhecimento merece atenção particular. Um repertório pode incluir recursos suficientes para a participação em diferentes situações comunicativas, sem que todos encontrem as mesmas possibilidades de interpretação ou legitimidade nos espaços sociais. Dispor de um deles não significa, necessariamente, conseguir fazê-lo funcionar em qualquer interação. Em contextos de mobilidade, essa distância torna-se mais evidente quando práticas reconhecidas em experiências anteriores encontram interlocutores e instituições que não compartilham as mesmas referências linguísticas. A desigualdade não reside apenas na distribuição dos recursos, mas também nas relações que os tornam comunicativamente válidos, questão que se articula às discussões de Bourdieu (1991) e Heller (2007).

As dificuldades comunicativas enfrentadas por migrantes surdos não podem ser atribuídas de forma imediata a uma suposta insuficiência de seus repertórios. A própria situação de interação estabelece possibilidades e limites de participação. Quando uma instituição reconhece apenas determinados recursos, não oferece mediação adequada ou organiza o acesso à informação a partir de expectativas linguísticas restritas, o problema comunicativo não pode ser localizado exclusivamente no sujeito. Aquilo que aparece como dificuldade individual pode resultar do desencontro entre os recursos disponíveis aos interlocutores e as formas de comunicação legitimadas naquele espaço. A perspectiva ecológica de Haugen (1972), Calvet (2002) e Bastardas i Boada (2005) permite situar esse desencontro nas relações entre práticas linguísticas, sujeitos e ambientes sociais, sem atribuí-lo à falta de domínio de uma língua específica.

A inteligibilidade adquire, a partir dessa relação, uma dimensão que ultrapassa a negociação imediata produzida durante o encontro. Com Gumperz (1982),

consideramos o trabalho interpretativo realizado entre os interlocutores, mas as possibilidades desse trabalho não são independentes das trajetórias e das relações sociais que antecedem a interação. Os participantes chegam ao encontro com repertórios distintos, constituídos a partir de diferentes oportunidades de acesso, participação e reconhecimento. A construção da inteligibilidade ocorre no presente da interação, mas mobiliza recursos cuja história é anterior a ela. A articulação entre aquilo que os sujeitos trazem de suas trajetórias e o que conseguem tornar mutuamente interpretável na situação concreta confere à inteligibilidade, nesta tese, seu caráter simultaneamente interacional, biográfico e sociolinguístico.

A configuração sociolinguística de Roraima mostra que a diversidade não reside apenas na coexistência de diferentes línguas, mas nas relações estabelecidas entre sujeitos, repertórios e espaços sociais. As línguas de sinais integram plenamente essa configuração e não podem ocupar posição periférica em um quadro definido prioritariamente pelas línguas orais. Sua presença no espaço fronteiriço remete a trajetórias, comunidades e práticas próprias, ao mesmo tempo que se articula às dinâmicas sociolinguísticas mais amplas do território. Essa articulação abre a discussão sobre as línguas de sinais no Brasil, tema da subseção seguinte.

2.3.1 Línguas de sinais no Brasil: diversidade territorial e contatos fronteiriços

A pluralidade das línguas de sinais introduz uma questão decisiva para análise sociolinguística: sua distribuição territorial não corresponde necessariamente às fronteiras políticas dos Estados nem pode ser explicada apenas por processos de institucionalização. Línguas e práticas visuoespaciais se constituem em comunidades cujas histórias de interação, parentesco, escolarização e organização social produzem condições próprias de transmissão e uso. Desse modo, reconhecer a Libras como língua de ampla circulação nacional não significa tomar o território brasileiro como linguisticamente homogêneo no campo das línguas de sinais. Ao contrário, sua presença se inscreve em um espaço no qual diferentes experiências linguísticas coexistem e estabelecem relações marcadas por distintas formas de reconhecimento.

Essa diversidade, entretanto, nem sempre encontra correspondência nos instrumentos de catalogação linguística. Na 28ª edição do *Ethnologue* (Eberhard; Simons; Fennig, 2025a, 2025b), encontramos registros individualizados para a Língua

Brasileira de Sinais (Libras), [12] e para a Língua de Sinais Ka'apor. [13] Esses registros convivem com um panorama muito mais amplo apresentado por pesquisas realizadas em diferentes regiões do país, que documentam outras línguas de sinais vinculadas a povos indígenas, comunidades locais e distintos processos de formação e circulação. A comparação mostra que a presença de uma língua em bases de referência depende também de processos de documentação e sistematização e, por isso, não representa necessariamente a pluralidade linguística do território brasileiro.

No campo institucional brasileiro, há outro aspecto dessa assimetria: a Língua Brasileira de Sinais (Libras) é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão desde a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Na plataforma do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), vinculada ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), as informações disponibilizadas resultam do projeto "Inventário da Língua Brasileira de Sinais – Libras", elaborado especificamente para a documentação dessa língua e para subsidiar sua inclusão no Inventário. Embora o projeto apareça com o status de inventário finalizado, o processo de reconhecimento permanece classificado como "Línguas aguardando inclusão no INDL".[14] Além disso, na consulta à plataforma por modalidade visuoespacial, encontramos apenas a Libras como registro individualizado. Esse resultado não deve ser interpretado como um levantamento da totalidade das línguas de sinais existentes no Brasil, uma vez que o próprio projeto teve a Libras como objeto específico de investigação. O contraste torna-se relevante, entretanto, quando o comparamos ao panorama já documentado por pesquisas linguísticas e outros levantamentos realizados no país.

Essa constatação exige distinguir diversidade linguística de reconhecimento institucional. A existência de uma língua ou de uma prática comunicativa não depende de sua incorporação aos instrumentos jurídicos, educacionais ou administrativos do Estado, embora esse reconhecimento incida profundamente sobre as possibilidades

---

[12] A Língua Brasileira de Sinais é registrada no *Ethnologue* sob o código ISO 639-3 bzs (Eberhard; Simons; Fennig, 2025a).

[13] A Língua de Sinais Ka'apor é registrada no *Ethnologue* sob o código ISO 639-3 uks (Eberhard; Simons; Fennig, 2025b).

[14] O projeto "Inventário da Língua Brasileira de Sinais – Libras" foi concebido especificamente para a documentação da Libras e para subsidiar sua inclusão no Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL). Embora a coleta detalhada tenha se concentrado na Grande Florianópolis, o levantamento incluiu também dados de usuários e participantes de referência de diferentes regiões do país. Na plataforma, o inventário consta como "Finalizado", enquanto o processo de reconhecimento permanece com o status "Línguas aguardando inclusão no INDL" (Seiffert; Quadros; Neves, [s.d.]).

de circulação de seus usuários. Essa relação aproxima-se das reflexões de Calvet (2007), para quem as políticas linguísticas participam da organização social das línguas ao estabelecer espaços, funções e formas diferenciadas de legitimação. Há uma diferença analítica entre a existência social das línguas de sinais e as condições políticas que lhes conferem visibilidade. Quando apenas determinados sistemas alcançam espaços institucionais, outras experiências linguísticas podem permanecer pouco documentadas ou circunscritas aos ambientes comunitários em que se constituíram. A ausência nos registros oficiais não equivale à inexistência dessas línguas no território.

Para sujeitos surdos, essa assimetria possui consequências concretas. A possibilidade de participar de uma interação não depende somente dos recursos que integram seus repertórios, mas também da existência de interlocutores e ambientes capazes de reconhecê-los. Uma língua plenamente funcional em determinado espaço comunitário pode encontrar possibilidades reduzidas de uso em uma instituição organizada a partir de outra língua de sinais. O problema não pode ser formulado exclusivamente em termos de competência individual, pois envolve também as relações entre repertórios, interlocutores e formas institucionalmente legitimadas de comunicação. Essa distinção é especialmente relevante para evitar que barreiras produzidas socialmente sejam interpretadas como limitações linguísticas dos próprios sujeitos.

No caso das línguas de sinais, a dimensão visuoespacial acrescenta especificidades a esse quadro sem isolá-las das dinâmicas sociolinguísticas mais amplas. Os recursos mobilizados nas interações participam de histórias coletivas e individuais, mas seu funcionamento situado depende das relações estabelecidas entre os interlocutores. A diversidade visuoespacial não se reduz a um conjunto estático de línguas e formas comunicativas. Ela reflete processos históricos de constituição de comunidades, deslocamentos, contatos e diferentes possibilidades de participação social, aspectos que consideramos ao dimensionar a presença das línguas de sinais no Brasil.

Essa leitura também problematiza a tendência de organizar as experiências visuoespaciais a partir de uma língua tomada como referência central. Embora a Libras possua reconhecimento jurídico e ampla presença nos campos educacional, acadêmico e institucional brasileiro, essa posição não deve convertê-la em medida para interpretar todas as demais experiências visuoespaciais existentes no país.

Línguas constituídas em comunidades indígenas, em contextos locais específicos ou trazidas por movimentos migratórios possuem histórias e condições próprias de uso. Ao situá-las em relação à Libras, consideramos as formas pelas quais diferentes línguas e repertórios compartilham espaços sociais, entram em contato e circulam sob condições desiguais de visibilidade e legitimação, sem estabelecer entre elas uma relação de subordinação.

A heterogeneidade das comunidades surdas também integra um cenário latino-americano mais amplo. Zambrano e Pedrosa (2017), na apresentação das experiências nacionais reunidas em *Comunidades surdas na América Latina*, mostram que as condições de reconhecimento linguístico, educação e organização das comunidades surdas variam entre os países da região. No caso brasileiro, Quadros e Silva (2017) discutem a existência de diferentes comunidades surdas, vinculadas tanto a contextos locais quanto a povos indígenas, o que impede que a realidade brasileira seja compreendida a partir da correspondência entre uma única comunidade e uma única língua de sinais.

Roraima oferece um ponto particularmente produtivo para essa reflexão. A proximidade territorial com Venezuela e Guiana, a presença de diferentes povos indígenas e a intensidade dos deslocamentos populacionais fazem convergir experiências linguísticas que desafiam leituras baseadas exclusivamente em correspondências entre uma língua, uma comunidade e um território nacional. Nesse contexto, a presença da LSV não constitui apenas a introdução de mais uma língua no inventário regional. Ela reflete trajetórias de sujeitos que atravessam a fronteira com repertórios já constituídos e passam a estabelecer relações em espaços nos quais outras línguas e formas de comunicação ocupam posições distintas. A fronteira mostra que a diversidade das línguas de sinais no Brasil também se constitui pelo deslocamento dos sujeitos e pelas relações estabelecidas nesse processo.

Nesta subseção, não tratamos as línguas de sinais como uma sucessão de sistemas isolados. Consideramos, em conjunto, línguas vinculadas a povos indígenas, línguas constituídas em comunidades locais e experiências linguísticas relacionadas à mobilidade e aos contatos fronteiriços. Essa organização não pretende estabelecer categorias rígidas, mas orienta a discussão sobre diferentes condições de constituição, transmissão, circulação, documentação e reconhecimento das práticas visuoespaciais presentes no território brasileiro.

As línguas de sinais presentes no Brasil não se distribuem de maneira uniforme nem se vinculam a uma única forma de organização comunitária. Sua presença acompanha diferentes configurações territoriais e sociais, desde contextos urbanos com maior institucionalização da Libras até comunidades indígenas e localidades em que práticas visuoespaciais se constituem em redes específicas de interação. A esse quadro somam-se os contextos fronteiriços, nos quais a circulação de sujeitos coloca em contato línguas de sinais inscritas em distintas trajetórias nacionais, comunitárias e institucionais. Essa heterogeneidade revela diferentes processos de formação, transmissão e circulação e impede que a realidade linguística das pessoas surdas no país seja compreendida exclusivamente a partir da língua de maior reconhecimento institucional.

O mapeamento das línguas de sinais constitui também uma questão analítica. Registrar uma língua de sinais significa tornar visível uma experiência linguística vinculada a sujeitos, comunidades e territórios que nem sempre alcançam os mesmos espaços de documentação e reconhecimento. Os levantamentos disponíveis devem ser lidos não apenas pelo número de línguas identificadas, mas também pelo que revelam sobre a extensão territorial e a diversidade sociocultural das práticas visuoespaciais no país. Seus limites indicam que o que foi documentado não corresponde necessariamente à totalidade das experiências existentes.

Entre os levantamentos que integram esse panorama, o trabalho desenvolvido pelo Grupo de Trabalho de Línguas Indígenas de Sinais (GT-LIS) reúne informações sobre línguas vinculadas a diferentes povos e regiões do país. Incorporamos esse levantamento como um recorte do panorama visuoespacial brasileiro, e não como representação da totalidade das línguas de sinais em circulação no Brasil. O Quadro 3 apresenta esse recorte e sua abrangência territorial. A partir dele, avançamos para outras formas de constituição comunitária e, posteriormente, para os contextos de contato e fronteira.

Quadro 3 – Línguas Indígenas de Sinais (LIS)

Nº	Povo indígena	Línguas Indígenas de Sinais	Estado(s)
1	Akwe-Xerente	Língua Indígena Akwe-Xerente de Sinais	TO
2	Apinajé	Língua Indígena I Apinajé de Sinais	TO
3	Assurini	Língua Indígena Assurini de Sinais	PA
4	Caxinauá (Huni Kuin)	Língua Indígena Caxinauá de Sinais	AC
5	Cinta Larga	Língua Indígena Cinta Larga de Sinais	RO / MT
6	Fulni-ô	Língua Indígena Fulni-ô de Sinais	PE
7	Guarani Kaiowá	Língua Indígena Guarani Kaiowá de Sinais	MS
8	Hãtxa Kuĩ	Língua Indígena Hãtxa Kuĩ de Sinais	AC
9	Ka'apor	Língua Indígena Ka'apor de Sinais	MA
10	Kaingang	Língua Indígena Kaingang de Sinais	PR / SC / RS
11	Kambeba	Língua Indígena Kambeba de Sinais	AM
12	Macuxi	Língua Indígena Macuxi de Sinais	RR
13	Marubo	Língua Indígena Marubo de Sinais	AM
14	Maxakali	Língua Indígena Maxakali de Sinais	MG
15	Munduruku	Língua Indígena Munduruku de Sinais	PA
16	Nambikwara	Língua Indígena Nambikwara de Sinais	MT
17	Paiter Suruí	Língua Indígena Paiter Suruí de Sinais	RO
18	Pankararu	Língua Indígena Pankararu de Sinais	PE
19	Pataxó	Língua Indígena Pataxó de Sinais	BA
20	Sateré-Mawé	Língua Indígena Sateré-Mawé de Sinais	AM
21	Tapajó	Língua Indígena Tapajó de Sinais	PA
22	Tapayuna	Língua Indígena Tapayuna de Sinais	MT
23	Tapeba	Língua Indígena Tapeba de Sinais	CE
24	Tembé	Língua Indígena Tembé de Sinais	PA
25	Terena	Língua Indígena Terena de Sinais	MS
26	Tupinambá	Língua Indígena Tupinambá de Sinais	BA
27	Wapichana	Língua Indígena Wapichana de Sinais	RR
28	Wauja	Língua Indígena Wauja de Sinais	MT
29	Xakriabá	Língua Indígena Xakriabá de Sinais	MG
30	Xukuru do Ororubá	Língua Indígena Xukuru do Ororubá de Sinais	PE
31	Yanomami	Língua Indígena Yanomami de Sinais	RR / AM

Fonte: Elaborado pela autora com base em Inhape et al. (2024).

O Quadro 3 encerra, nesta subseção, o recorte dedicado às Línguas Indígenas de Sinais (LIS) reunidas pelo GT–LIS. O levantamento permite reconhecer sua presença em diferentes povos e regiões do país e, ao mesmo tempo, reforça que a diversidade visuoespacial brasileira está vinculada às particularidades dos territórios, das trajetórias e das formas de organização social em que essas línguas se

constituem e circulam. Como todo mapeamento, esse conjunto corresponde ao que foi registrado e sistematizado até o momento e não à totalidade das experiências linguísticas existentes no território brasileiro.

A partir desse recorte, ampliamos o panorama para outras línguas de sinais e formas de circulação documentadas no Brasil. Os estudos consultados registram experiências constituídas em contextos locais, familiares, rurais e insulares, além de situações relacionadas à mobilidade e às fronteiras internacionais. Estas últimas assumem especial importância para esta pesquisa, pois permitem distinguir desde a presença de diferentes línguas de sinais em um mesmo território até situações em que o contato linguístico é efetivamente descrito nas trajetórias escolares, familiares, migratórias e comunitárias dos sinalizantes. O Quadro 4 reúne essas ocorrências, indicando suas localidades, os contextos socioterritoriais, as situações descritas e os respectivos documentos-fonte.

Quadro 4 – Línguas de sinais e contextos socioterritoriais identificados em estudos no Brasil

Localização	**Língua(s) de sinais**	**Contexto**	**Situação**	**Documento-fonte**
PA – Soure, Ilha do Marajó	Língua de Sinais da Ilha do Marajó	Contexto local insular	Registro em comunidade insular	Martinod (2013); Formigosa (2015); Fusilier (2016)
PA – Maracanã, Ilha de Maiandeua, Vila de Fortalezinha	Língua de Sinais da Fortalezinha	Contexto local	Registro em comunidade rural da Vila de Fortalezinha	Carlize, Formigosa e Cruz (2016)
AC – Cruzeiro do Sul	Acenos	Contexto local	Registro em comunidade local de Cruzeiro do Sul	Cerqueira e Teixeira (2016)
CE – Várzea Alegre, Sítio Caiçara	Língua de Sinais de Caiçara	Contexto local	Registro no Sítio Caiçara	Temóteo (2008)
PE – Porto de Galinhas	Língua de Sinais de Porto de Galinhas	Contexto local	Registro na comunidade local de Porto de Galinhas	Carlize, Formigosa e Cruz (2016)
PI – Jaicós, Várzea Queimada	Cena	Contexto rural	Registro em comunidade rural	Pereira (2013); Almeida-Silva e Nevins (2020)
PI – Buriti dos Lopes	Língua de Sinais de Buriti dos Lopes	Contexto familiar	Constituição entre membros surdos da mesma família	Almeida-Silva e Macêdo (2023)

Quadro 4 – Línguas de sinais e contextos socioterritoriais identificados em estudos no Brasil (continuação)

Localização	Língua(s) de sinais	Contexto	Situação	Documento-fonte
MG – Tiros, zona rural	Língua de Sinais de Tiros	Contexto familiar e rural	Registro em comunidade descrita pelo autor como isolada	Amorim (2024)
PR – Umuarama	Língua de Sinais de Umuarama	Contexto local	Registro na comunidade surda local	Couto (2023); Rodrigues e Costardi (2024)
MS – Ponta Porã / Pedro Juan Caballero (Paraguai)	Libras e Língua Paraguaia de Sinais (LSPy)	Fronteira Brasil–Paraguai	Contato Libras–LSPy em trajetórias escolares e familiares	Florenciano e Limberti (2017)
RR – Boa Vista / fronteira Brasil–Venezuela	Libras e Língua de Sinais Venezuelana (LSV)	Migração e fronteira Brasil–Venezuela	Contato Libras–LSV associado à mobilidade migratória	Araújo e Bentes (2018); Cruz (2019); Cruz e Aleixo (2020); Mesquita e Cruz (2020)
PR – Foz do Iguaçu / tríplice fronteira Brasil–Paraguai–Argentina	Libras, Língua Paraguaia de Sinais (LSPy) e Língua de Sinais Argentina (LSA)	Tríplice fronteira	Presença de Libras, LSPy e LSA e distintos reconhecimentos jurídicos; sem contato linguístico descrito no estudo	Mazacotte, Martins e Berger (2024)
AM – Tabatinga / Letícia (Colômbia) / Santa Rosa (Peru)	Sinais caseiros, Libras e língua de sinais colombiana	Tríplice fronteira Brasil–Colômbia–Peru	Presença de repertórios visuoespaciais diversos e influência da língua de sinais colombiana nas práticas locais	Sales (2024)
RS – Santana do Livramento / Rivera (Uruguai)	Libras, Língua Uruguaia de Sinais (LSU) e LIBRALSU	Fronteira Brasil–Uruguai	Contato Libras–LSU, uso de LIBRALSU e circulação de estudantes surdos entre os dois países	Castro (2024)

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos estudos indicados na coluna “Documento-fonte”.

Embora o Quadro 4 reúna línguas de sinais registradas na literatura especializada, esse levantamento não esgota a diversidade existente no país. Novas pesquisas e iniciativas desenvolvidas por comunidades, pesquisadores e instituições têm incorporado outros registros provenientes de diferentes contextos socioculturais. Trata-se, portanto, de um campo em permanente construção, no qual a produção de novos estudos favorece maior visibilidade à diversidade linguística visuoespacial brasileira.

Os contextos de fronteira reunidos no Quadro 4 permitem distinguir situações sociolinguísticas que não devem ser tratadas como equivalentes. Na fronteira Brasil–

Paraguai, os municípios de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, documentam conforme Florenciano e Limberti (2017) o contato entre a Libras e a Língua Paraguaia de Sinais (LSPy) em trajetórias escolares e familiares. Em Foz do Iguaçu, na tríplice fronteira Brasil–Paraguai–Argentina, Mazacotte, Martins e Berger (2024) registram a presença regional da Libras, da LSPy e da Língua de Sinais Argentina (LSA), bem como distintos processos de reconhecimento jurídico, sem descrever, contudo, contato linguístico entre essas línguas. A comparação mostra que a proximidade territorial não constitui, por si só, evidência de contato linguístico, o que exige considerar as práticas efetivamente documentadas e as condições sociais em que essas línguas circulam.

Na tríplice fronteira Brasil–Colômbia–Peru, entre os municípios de Tabatinga, Letícia e Santa Rosa, Sales (2024), ao retomar sua experiência docente em Tabatinga, relata a presença de sinais caseiros, Libras e Língua de Sinais Colombiana, além de registrar a influência desta última nas práticas de sinalização observadas na região. Embora esse registro não resulte de uma investigação especificamente voltada ao contato entre línguas de sinais, ele amplia o panorama das fronteiras brasileiras ao indicar que a circulação transfronteiriça também alcança os repertórios visuoespaciais.

Uma configuração distinta é encontrada na fronteira Brasil–Uruguai, entre Santana do Livramento e Rivera. Castro (2024) apresenta uma situação em que o contato entre línguas de sinais constitui objeto específico de investigação. A autora registra o uso da Libras e da Língua Uruguaia de Sinais (LSU), além da LIBRALSU[15], reconhecida pela comunidade fronteiriça, e descreve a circulação de estudantes surdos entre os dois países para acesso a instituições de ensino. Nesse caso, o deslocamento cotidiano entre os territórios acompanha a circulação dos recursos linguísticos e mostra como as práticas da comunidade ultrapassam os limites político-administrativos da fronteira.

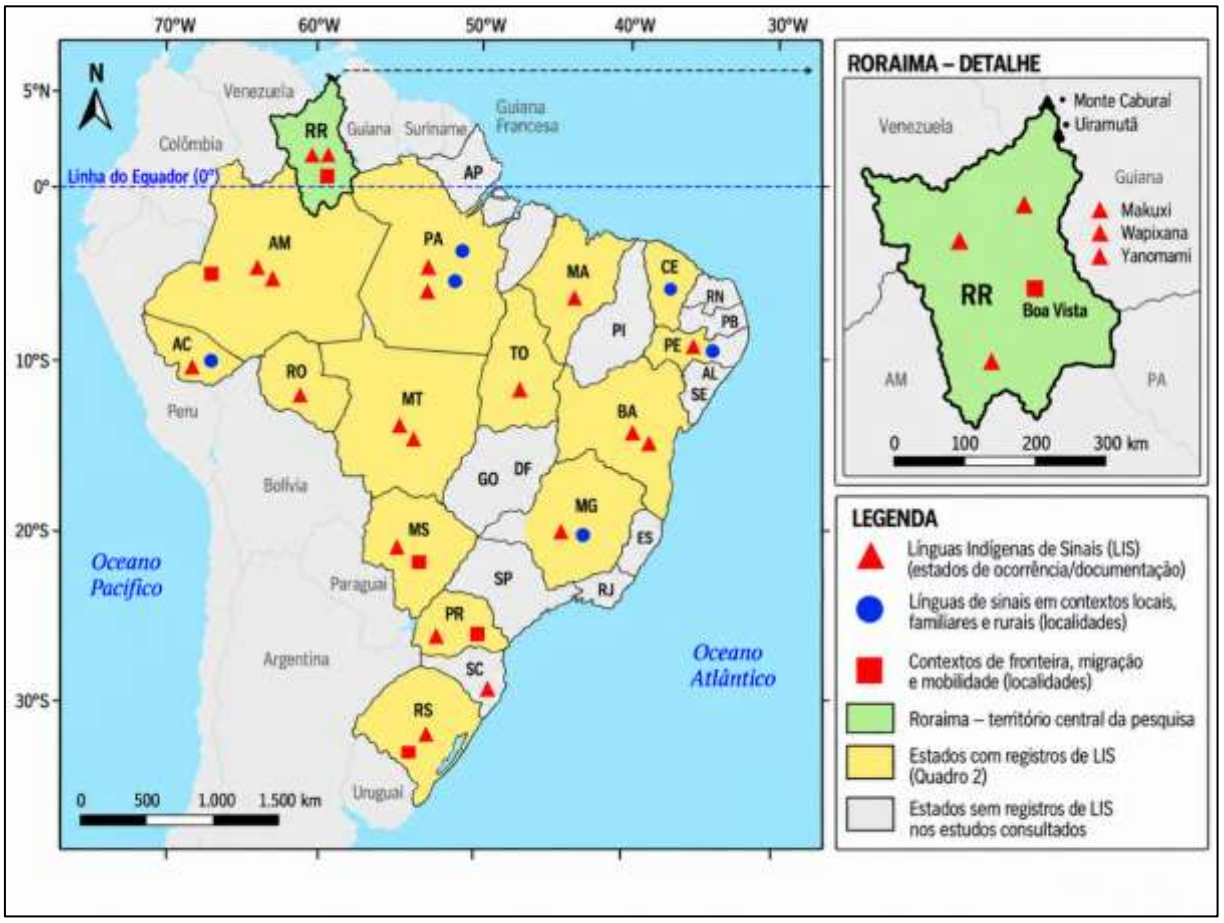
Tomados em conjunto, esses registros mostram que as fronteiras brasileiras abrigam diferentes formas de presença, circulação e contato entre línguas de sinais,

[15] LIBRALSU é a denominação utilizada no contexto da comunidade surda da fronteira Santana do Livramento–Rivera para práticas linguísticas associadas ao contato entre Libras e LSU. Castro (2024) registra que a comunidade reconhece e nomeia essa manifestação linguística, embora seu estatuto seja objeto de diferentes avaliações e não haja reconhecimento oficial da denominação no Brasil ou no Uruguai.

cuja configuração depende das trajetórias dos sinalizantes e das práticas constituídas em cada território.

A síntese espacial desse panorama é apresentada na Figura 1, que reúne os registros contemplados nos Quadros 3 e 4 e destaca Roraima, território central para a presente pesquisa.

Figura 1 – Línguas de sinais e contextos socioterritoriais identificados em estudos no Brasil



Fonte: Elaborado pela autora com base em Inhape et al. (2024) e nos estudos indicados no Quadro 4.

Quando deslocamos esse panorama para Roraima, a documentação histórica permite recuar essa discussão a meados do século XIX. Em relato de viagem publicado em 1853, Wallace[16] registra a presença de Baker, um viajante norte-americano surdo que havia percorrido Peru e Chile, atravessado o Brasil, passado por

[16] *A Narrative of Travels on the Amazon and Rio Negro*, de Alfred R. Wallace, foi publicada em Londres, em 1853. No prefácio, Wallace informa que as partes inicial e final da narrativa foram elaboradas a partir de seus diários de viagem e que parte das anotações e materiais reunidos durante sua permanência na Amazônia foi perdida no incêndio do navio durante a viagem de retorno à Inglaterra

Pará e Barra do Rio Negro e pretendia seguir pelo rio Branco até Demerara. O autor relata que Baker utilizava a escrita em diferentes línguas, comercializava um alfabeto destinado a pessoas surdas e recorria a sinais para expressar suas necessidades. Em seus registros, informa ainda que o viajante morreu posteriormente no Forte de São Joaquim,[17] no rio Branco (Wallace, 1853).

Herndon (1854) corrobora esse registro ao identificar Baker como *deaf mute* e situar sua morte em 29 de abril de 1850, em São Joaquim, então porto fronteiriço brasileiro no rio Branco. O autor menciona também que Baker carregava tabuletas e um alfabeto em relevo destinado, segundo a descrição da época, à educação de pessoas surdas, mudas e cegas.

Há mais de um século depois, Migliazza (1965), com base em dados coletados em 1964, registra entre os descendentes Máku encontrados no então Território Federal de Roraima Avelino, de 30 anos, nascido no Furo Maracá e identificado, segundo a terminologia empregada à época, como “surdo-mudo”. A relevância desse registro se amplia quando relacionada à trajetória histórica dos Máku descrita pelo próprio autor, marcada por deslocamentos entre o alto Orinoco, na Venezuela, a cordilheira Parima e os vales dos rios Uaris e Uraricuera, em território roraimense. Nesse contexto, a presença de Avelino insere uma pessoa indígena surda em uma história territorial atravessada por mobilidade e circulação transfronteiriça, sem que a documentação disponível permita reconstruir suas práticas linguísticas ou os recursos visuoespaciais mobilizados em suas interações.

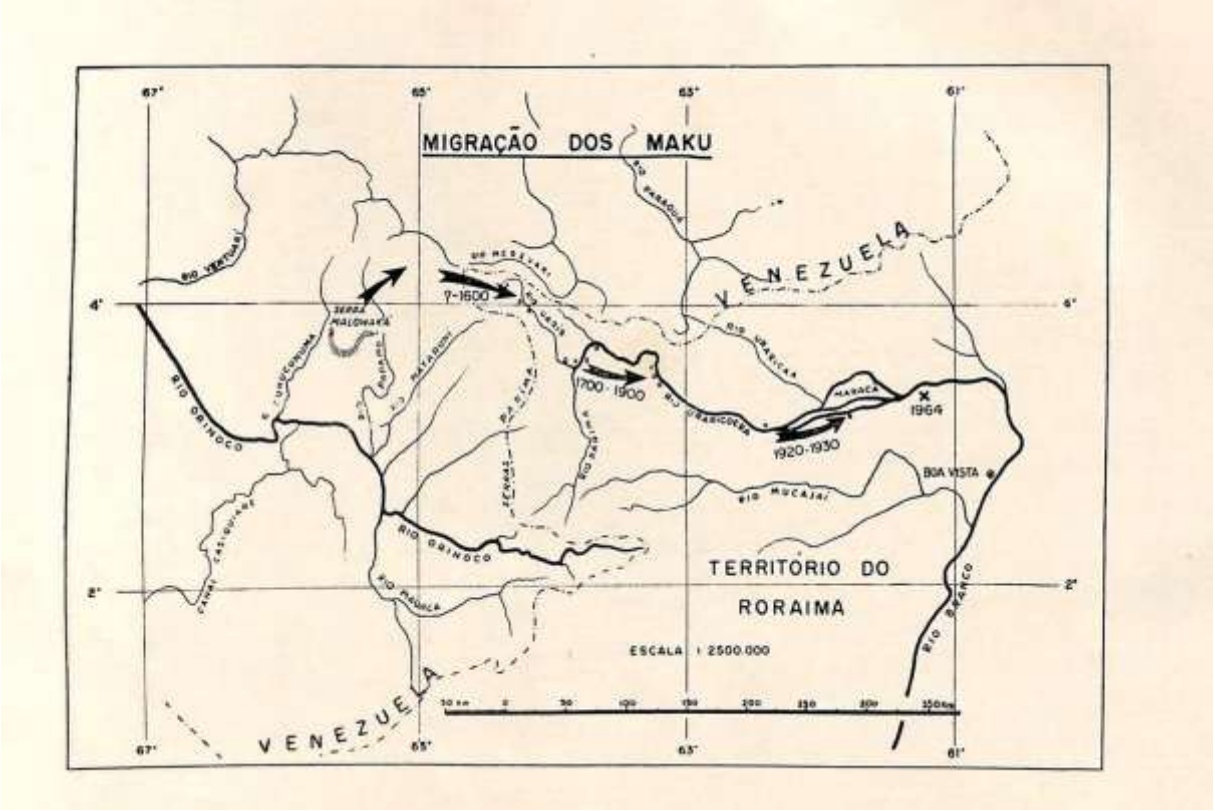
O mapa intitulado “Migração dos Máku”, apresentado no mesmo estudo, representa esses deslocamentos e permite situar Avelino no interior de uma população cuja história territorial atravessa espaços hoje pertencentes à Venezuela e ao Brasil. O documento não permite afirmar que Avelino tenha realizado pessoalmente esse deslocamento, nem informa quais recursos linguísticos ou visuoespaciais utilizava. Ainda assim, o registro contribui para situar historicamente a presença de uma pessoa indígena surda em Roraima no interior de uma população marcada pela mobilidade transfronteiriça.

[17] O Forte São Joaquim do Rio Branco, localizado no atual município de Bonfim, em Roraima, foi construído em 1775 sob comando português, com mão de obra indígena, em uma posição estratégica de defesa da fronteira setentrional. Desativado em 1900, suas ruínas constituem patrimônio tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

No caso dos Máku, a mobilidade registrada por Migliazza (1965) apresenta natureza distinta daquela que caracteriza os sujeitos desta pesquisa, todos migrantes internacionais venezuelanos. O próprio autor emprega a noção de “emigração” para descrever os deslocamentos desse povo e documenta movimentos sucessivos ao longo dos rios e entre diferentes áreas da região. Trata-se, portanto, de um registro histórico de mobilidade territorial que não deve ser equiparado ao percurso migratório internacional analisado nesta tese. O texto integral referente a esses deslocamentos encontra-se reproduzido nos Anexos, a fim de preservar o contexto documental em que essas informações foram registradas.

O quadro elaborado por Migliazza (1965) registra Avelino entre os descendentes Máku encontrados no território em março de 1964 e o identifica, na terminologia daquele período, como “surdo-mudo”.

Figura 2 – Migração dos Máku.



Fonte: Migliazza (1965).

A representação cartográfica permite compreender que esse registro se insere em uma história territorial marcada por deslocamentos entre áreas hoje pertencentes ao Brasil e à Venezuela. Os documentos analisados mostram, assim, que a presença

de pessoas surdas em contextos de mobilidade e circulação transfronteiriça em Roraima não é recente, embora somente a partir da década de 2015 essas experiências tenham passado a receber maior atenção acadêmica. A figura do mapa amplia, portanto, a leitura do registro individual ao situá-lo em uma trajetória coletiva de circulação e contato, dimensão que ganha maior precisão documental no registro nominal apresentado por Migliazza (1965) entre os descendentes Máku encontrados no então Território Federal de Roraima.

Essa dimensão documental se explicita na Figura 3, que apresenta o registro original de Avelino entre os descendentes Máku encontrados no então Território Federal de Roraima, permitindo situar historicamente a presença de uma pessoa surda nesse contexto.

Figura 3 – Registro de Avelino, identificado como “surdo-mudo”, entre os descendentes Máku em Roraima (1964)

SOBREVIVENTES "MÁKU" ACHADOS NO TERRITÓRIO DE RORAIMA (MARÇO, 1964)

NOME	SEXO IDADE	ESTADO CIVIL	LUGAR DE NASCIMENTO	DOMICÍLIO	OCUPAÇÃO	LÍNGUAS QUE FALAM	OBSERVAÇÕES
Sinfrônio	M 45	Viúvo	Alto Uraricuera	Mal. Mangueira Boa Esperança	Braçal fazenda e roça	Máku e pouco Português	Foi criado, até 13 anos na sua maloca de onde passou para fazenda Boa Esperança
Maria	F 50	Viúva	Alto Uraricuera	Boa Esperança Mal. Mangueira	Braçal fazenda e roça	Máku e pouco Português	Mora com Sinfrônio (seu irmão)
Conceição	F 13	Solteira	Boa Esperança	Mal. Mangueira Boa Esperança	Braçal fazenda e roça	Português	Mora com Maria (sua mãe)
Júlia	F 40	Casada	Alto Uraricuera	Rio Surumu	Braçal roça	Máku-Português	Irmã de Sinfrônio e deixada do marido Makuxi
José	M 25	Casado	Furo Maracá	Rio Cotingo	Braçal fazenda e garimpo	Português	Sobrinho de Sinfrônio e casado com Makuxi
Avelino	M 30	Solteiro	Furo Maracá	Boqueirão e minas do Ter.	Braçal garimpo e fazenda	—	Surdo-mudo, sobrinho de Sinfrônio
Máku	M 35	Solteiro	Santa Rosa	Boa Vista	Mendigo recadeiro	Português (pouco)	Débil mental
Moacir	M 25	Casado	Rio Uraricaá	Alto Uraricaá	(caça-pesca-coleta)	Xiriâna	Casado com Xiriâna. O pai de Moacir passou a morar com os Xiriâna em 1935, era cunhado de Sinfrônio
Kaxïra	F 20	Casada	Rio Uraricaá	Alto Uraricaá		Xiriâna	Irmã de Moacir e casada com Xiriâna
Iwazoló	F 45	Casada	Alto Uraricuera	Rio Mucajaí		Xirianá e Máku (pouco)	Casada com Kasrapai (Xirianá). Quando mais nova era casada com Máku, morto pelos Kasrapai na cachoeira Kulekuleima.

OBS.: — Sòmente os dois últimos nomes são originais.

Fonte: Migliazza (1965).

A leitura dessas fontes requer atenção às formas de nomeação próprias de cada período histórico. Expressões como “surdo-mudo”, “mudo” e *deaf mute*

pertencem a categorias então correntes e não correspondem às denominações adotadas nesta pesquisa. Wallace (1853), ao registrar a presença de Baker, informa que o viajante recorria à escrita em diferentes línguas e a sinais para expressar suas necessidades, o que permite reconhecer a articulação de recursos escritos e visuoespaciais em suas interações. O relato, contudo, não oferece elementos suficientes para identificar uma língua de sinais específica.

Migliazza (1965), por sua vez, documenta Avelino entre os descendentes Máku encontrados no então Território Federal de Roraima e o identifica, conforme a terminologia da época, como “surdo-mudo”, sem descrever os meios pelos quais se comunicava. As duas fontes possuem, portanto, alcances distintos. No caso de Baker, há indicação dos recursos empregados na interação; no de Avelino, a documentação sustenta sua presença histórica no território e sua identificação como pessoa surda, mas não autoriza reconstruir suas práticas comunicativas. Essa assimetria delimita as inferências possíveis em cada caso e impede que ambos sejam tomados como registros equivalentes. Do mesmo modo, a ausência de uma denominação explícita para línguas de sinais não permite concluir por sua inexistência, mas apenas reconhecer os limites documentais para identificá-las e descrevê-las.

Esses registros permitem recuar historicamente a presença de pessoas surdas em contextos de deslocamento, circulação e contato no território roraimense, muito antes de a migração surda adquirir maior visibilidade como objeto de investigação acadêmica. No caso Máku, trata-se de uma dinâmica distinta daquela vivenciada pelos sujeitos desta pesquisa, todos migrantes internacionais venezuelanos, mas igualmente vinculada a uma história regional marcada por movimentos territoriais, circulação fluvial e contato entre diferentes populações. Sob essa perspectiva, a fronteira pode ser compreendida como parte de uma ecologia linguística na qual línguas, repertórios e práticas comunicativas coexistem em relações de cooperação, negociação e disputa (Calvet, 2002). Sua diversidade, portanto, não se reduz à coexistência de códigos linguísticos, pois envolve também as condições sociais e institucionais que regulam sua circulação, sua legitimidade e as possibilidades de participação de quem os mobiliza.

As assimetrias inscritas no território roraimense ultrapassam as dimensões demográficas e geográficas e alcançam o acesso à mediação linguística, ao reconhecimento institucional e à participação social. A mobilidade humana não implica, necessariamente, mobilidade de direitos. Para migrantes surdos que chegam

a Boa Vista, o deslocamento territorial pode coexistir com barreiras simbólicas e institucionais que se materializam nas condições de comunicação, no acesso aos serviços e nas possibilidades de inserção em diferentes espaços sociais.

A circulação desigual dos repertórios e os diferentes regimes de legitimação das práticas comunicativas aproximam essa trajetória histórica do problema central da pesquisa. Compreender as experiências de migrantes surdos na fronteira Brasil–Venezuela exige considerar não apenas a coexistência de línguas e recursos semióticos, mas também as condições que autorizam, restringem ou invisibilizam determinadas formas de comunicação. Nesse quadro, a diversidade linguística de Roraima relaciona-se diretamente aos processos de reconhecimento das línguas de sinais e às possibilidades concretas de participação de seus sinalizantes.

2.4 DIVERSIDADE LINGUÍSTICA, RECONHECIMENTO INSTITUCIONAL E INVISIBILIZAÇÃO DAS LÍNGUAS DE SINAIS EM RORAIMA

A discussão sobre participação e reconhecimento linguístico em Roraima ganha outra dimensão quando examinamos as descrições disponíveis sobre o panorama linguístico do estado. A sistematização proposta por Santos (2012) permite-nos examinar também os critérios que orientam a composição desse panorama. Conforme Santos a autora, o quadro linguístico de Roraima é composto por línguas indígenas pertencentes a diferentes famílias linguísticas e por línguas de colonização europeia.

Quadro 5[18] – Panorama linguístico das línguas de Roraima segundo Santos (2012)

Línguas Indo-Europeias		Línguas Indígenas		
Românicas	Germânica	Aruak	Karib	Yanomami
Português Espanhol	Inglês	Wapichana	Macuxi Taurepang Ingarikó Ye'kuana Wai-wai Atroari	Yanomam Yanomami Sanumá Yanam ou Ninan

Fonte: Santos (2012, p. 23).

[18] O Quadro 5 foi reproduzido em sua forma original, preservando a organização, a grafia e as cores utilizadas pela autora.

O levantamento de Santos (2012) assume especial importância porque registra a circulação de sinais para além da Libras em período anterior à intensificação recente dos fluxos migratórios venezuelanos. A presença de sujeitos Surdos utilizando sinais compartilhados em espaços comunitários mostra que a diversidade linguística visuoespacial já integrava a realidade sociolinguística do estado, ainda que permanecesse pouco visível nos registros institucionais.

A ausência da Libras nesse quadro não decorre da inexistência de sujeitos Surdos ou de formas de sinalização na região. Trata-se de uma decisão metodológica justificada pela autora a partir da possibilidade de existência de uma língua de sinais distinta ou de práticas que não corresponderiam diretamente à Libras.

Essa decisão permite problematizar os critérios que orientam o reconhecimento e a legitimação linguística. Os dados apresentados por Santos (2012), entretanto, registram sujeitos Surdos que utilizavam sinais compartilhados em suas interações, ainda que essas formas de sinalização não fossem plenamente coincidentes com a Libras. Podemos identificar, portanto, uma tensão entre uso e reconhecimento: os dados registram práticas sinalizadas empregadas por sujeitos Surdos, enquanto essas práticas não são incorporadas ao panorama linguístico apresentado no quadro. Essa diferença mostra que a presença de uma prática nas interações não implica que ela receba o mesmo reconhecimento nos diferentes espaços sociais e institucionais.

A própria autora descreve situações escolares em que estudantes Surdos utilizavam sinais compartilhados, alfabeto manual e outros elementos construídos coletivamente nas interações cotidianas com colegas ouvintes. A comunicação observada não se organizava exclusivamente em torno de uma língua institucionalmente estabilizada, mas por meio da articulação de diferentes formas de expressão produzidas nas experiências sociais dos participantes. Ao compararmos essas situações com a sistematização apresentada no Quadro 5, constatamos que a presença de práticas sinalizadas no estudo não corresponde automaticamente à sua inclusão no panorama linguístico apresentado.

Outro registro produzido no território roraimense permite aproximar essa discussão da região de fronteira com a Guiana. Ao descrever o contexto educacional em Bonfim, Cunha (2012, p. 51) observa que a chamada “linguagem de surdos” fazia parte da diversidade linguística local, ao lado de línguas como Wapixana, Makuxi e Patamona, além do inglês.

A denominação “linguagem de surdos”, preservada conforme empregada por Cunha (2012), distingue essas práticas das demais línguas nomeadas no mesmo contexto. Sem atribuir à autora uma classificação que ela não formula, essa diferença de nomeação interessa à presente discussão porque mostra modos distintos de registrar a presença das práticas sinalizadas no panorama linguístico regional.

Os registros de Santos (2012) e Cunha (2012) permitem, portanto, acompanhar historicamente uma diferença entre a presença social das práticas sinalizadas e sua inscrição nas formas de descrição e reconhecimento institucional da diversidade linguística de Roraima. Essa questão assume novos contornos quando examinamos os levantamentos demográficos e educacionais contemporâneos, pois as categorias utilizadas para registrar os sujeitos nem sempre possibilitam identificar as línguas de sinais que integram suas trajetórias.

Segundo dados do Censo Escolar de 2019, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), analisados por Oliveira, Cavalcanti e Costa (2020), Roraima figurava entre as unidades da Federação com presença expressiva de estudantes migrantes, distribuídos pelas diferentes etapas da Educação Básica. Na educação infantil, São Paulo, Roraima, Paraná e Santa Catarina reuniam 62,7% dessas matrículas; no ensino fundamental, o estado aparecia novamente entre os principais locais de escolarização desse público; e, no ensino médio, integrava, ao lado de São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Santa Catarina, o conjunto responsável por 62,3% dos registros. A posição ocupada por Roraima nesses levantamentos assume particular relevância quando considerada sua reduzida dimensão populacional em comparação com a maior parte das demais unidades da Federação que compõem esses grupos.

Antes de examinarmos as matrículas de alunos Surdos na Educação Básica em Boa Vista, é pertinente situar a presença da população Surda em Roraima a partir dos dados disponíveis no Censo Demográfico de 2022. Segundo o levantamento, 1,0% da população de 2 anos ou mais residente no estado declarou muita dificuldade ou impossibilidade de ouvir, mesmo com o uso de aparelho auditivo (IBGE, 2025) Embora esse dado ofereça uma referência populacional para situarmos a presença de Surdos no estado, o critério utilizado pelo IBGE é funcional e não contempla dimensões linguísticas e culturais. A ausência dessas informações delimita o alcance do próprio dado demográfico, pois impede identificar, no conjunto contabilizado, as línguas mobilizadas, as formas de identificação linguística e os repertórios

constituídos pelos sujeitos. Assim, o levantamento permite dimensionar parte dessa população, mas não caracterizar linguisticamente as Comunidades Surdas compreendidas nesse percentual.

No âmbito educacional, o recorte de Boa Vista permite relacionar essa referência populacional aos registros de matrícula da Educação Especial no município. Siems, Costa e Caiado (2025), com base em dados do Inep, apresentam a distribuição dessas matrículas segundo diferentes categorias. Desse modo, recortamos exclusivamente os registros classificados institucionalmente como “surdez” e “deficiência auditiva”, preservando as nomenclaturas empregadas pelo Censo Escolar, visto que ambas integram as opções utilizadas para o registro do tipo de deficiência (Inep, 2025, p. 59). O questionário aplicado pelo Censo Escolar, no quesito identificação, solicita a informação sobre a nacionalidade do estudante (Inep, 2025, p. 57). No recorte estatístico utilizado, contudo, esse dado não aparece articulado às categorias “surdez” e “deficiência auditiva”, o que impede identificar quantas dessas matrículas correspondem a estudantes de nacionalidade venezuelana. A partir dessa delimitação, a Tabela 2 reúne as matrículas correspondentes em Boa Vista entre 2021 e 2023.

Tabela 2 – Matrículas nas categorias surdez e deficiência auditiva em Boa Vista (2021–2023)

Ano	Surdez	Deficiência auditiva
2021	36	95
2022	43	89
2023	45	82

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Inep (2024), apresentados por Siems, Costa e Caiado (2025, p. 6).

Os números reunidos na Tabela 2 situam a presença de estudantes registrados nessas categorias na Educação Básica de Boa Vista, mas não permitem distinguir as línguas de sinais que integram suas experiências. Essa limitação é particularmente significativa no contexto desta seção: as classificações tornam determinadas condições identificáveis estatisticamente, sem que a diversidade linguística existente entre os próprios estudantes Surdos alcance a mesma possibilidade de registro.

Na rede municipal, parte do atendimento aos estudantes Surdos ocorre por meio de escolas-polo, estratégia que concentra esses alunos em determinadas unidades escolares e favorece a circulação da Libras nas atividades pedagógicas e nas interações cotidianas. A convivência com outros estudantes Surdos, professores e profissionais que mobilizam a língua de sinais amplia as possibilidades de interação direta e torna a Libras mais presente na dinâmica escolar. Quadros (2005) destaca a importância da interação entre pares Surdos que compartilham uma língua e experiências socioculturais, especialmente para a construção do conhecimento, da cultura e da identidade surda.

As práticas escolares oferecem também exemplos da presença institucional da Libras. Entre as iniciativas desenvolvidas pelas escolas, destaca-se o projeto SoletraLibras, promovido pela Escola Municipal Luiz Canará, que integra as atividades do “Setembro Azul”, movimento de mobilização da Comunidade Surda brasileira voltado à valorização da Libras, da Cultura Surda e da Identidade Surda, bem como à defesa dos direitos linguísticos, educacionais e da participação social das pessoas Surdas. A iniciativa reúne estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental em práticas de datilologia e reconhecimento de sinais, envolvendo alunos Surdos e ouvintes e ampliando o contato com a Libras no espaço escolar.

A centralidade atribuída à datilologia nessas atividades requer distinguir a representação ortográfica da construção de sentidos. A datilologia corresponde à representação manual das letras do alfabeto utilizado na escrita do português e não se confunde com o léxico da Libras. Como observam Quadros e Karnopp (2004), trata-se de um recurso relacionado à representação do sistema alfabético do português, que não substitui o léxico nem os processos de significação próprios da língua de sinais. A produção correta de uma sequência datilológica, portanto, não assegura por si só a compreensão do significado representado, sobretudo entre estudantes com diferentes trajetórias linguísticas ou sinalizantes de outras línguas de sinais. Esse aspecto mostra que a presença institucional da Libras não elimina a necessidade de considerar a diversidade dos repertórios mobilizados pelos sujeitos.

Na rede estadual de ensino, a organização do atendimento apresenta características distintas. Em vez da concentração de estudantes Surdos em unidades específicas, prevalece uma lógica de distribuição desses alunos em diferentes escolas. Nesse modelo, a presença do Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais e Português (TILSP) assume papel central na mediação das atividades escolares, uma

vez que a língua de sinais nem sempre circula de forma mais ampla entre professores, estudantes e demais integrantes da comunidade escolar. Nessas condições, parte das interações pedagógicas pode depender da mediação desse profissional, o que coloca em primeiro plano as condições institucionais de acesso à comunicação e à participação.

Essas diferenças não são tomadas como indicação de superioridade de um modelo sobre o outro. Interessa-nos compreender que a concentração de estudantes Surdos em escolas-polo e sua distribuição por diferentes unidades na rede estadual configuram condições distintas para a circulação da Libras e para a mediação das interações. No primeiro caso, ampliam-se as possibilidades de contato direto entre sinalizantes da Libras; no segundo, a atuação do TILSP assume maior centralidade nas atividades escolares. Em ambos, entretanto, é a Libras que alcança maior visibilidade como língua institucionalmente reconhecida para organizar o atendimento educacional.

A centralidade também se manifesta nos mecanismos de acesso ao Ensino Superior. Ao examinarem a participação de migrantes no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Oliveira, Cavalcanti e Costa (2020) registram, entre os recursos de acessibilidade destinados aos candidatos Surdos, a atuação de intérprete de Libras e a disponibilização de videoprova nessa língua. Na base analisada pelos autores, os participantes são classificados como nacionais ou imigrantes, sem informação sobre sua nacionalidade. A leitura conjunta desses elementos permite distinguir o registro administrativo da condição migratória da visibilidade conferida aos repertórios linguísticos dos sujeitos: embora o exame contemple candidatos migrantes e disponha de recursos de acessibilidade para candidatos Surdos, a modalidade sinalizada descrita pelos autores organiza-se em Libras, enquanto outras línguas de sinais que possam integrar as trajetórias desses candidatos não são identificadas nos dados aprese

No Ensino Superior, os dados disponíveis apresentam outra expressão do mesmo problema. Oliveira, Cavalcanti e Costa (2020) reúnem informações sobre migrantes matriculados em Instituições de Ensino Superior brasileiras, mas, no recorte apresentado pelos autores, essas matrículas não são organizadas de modo a permitir identificar quantos desses estudantes são Surdos nem quais línguas de sinais integram seus repertórios. A ausência dessa desagregação não autoriza concluir pela

inexistência desses sujeitos no Ensino Superior; delimita, antes, aquilo que pode ser reconhecido por meio dos dados disponibilizados.

Os dados da própria pesquisa permitem registrar uma ocorrência que escapa a essa representação estatística. Nelson, participante venezuelano migrante Surdo, encontra-se matriculado no Curso de Bacharelado em Letras Libras da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e traz para o espaço universitário uma trajetória linguística constituída também pela LSV. Sua presença não permite dimensionar a extensão desse fenômeno nem o generalizar para outros cursos ou instituições, mas documenta que a LSV circula também no Ensino Superior roraimense, em um espaço acadêmico organizado institucionalmente em torno da Libras e do português.

A comparação entre esses diferentes registros torna mais precisa a noção de invisibilização mobilizada nesta seção. Não se trata de afirmar que os sujeitos Surdos estejam ausentes das instituições ou que suas práticas linguísticas não existam. Ao contrário, os dados históricos, educacionais e os registros desta pesquisa mostram sua presença em diferentes espaços. O que permanece parcialmente invisível são determinadas dimensões dessa diversidade linguística: enquanto a Libras alcança nomeação, reconhecimento jurídico e formas específicas de institucionalização nas redes de ensino e na universidade, a LSV e outras práticas sinalizadas podem circular nesses mesmos espaços sem alcançar possibilidade equivalente de identificação nos levantamentos e categorias disponíveis. Esse contraste permite considerar que o valor atribuído às línguas é situado: a Libras, historicamente minorizada em sua relação com o português, pode ocupar posição de maior legitimidade em espaços nos quais a LSV não dispõe do mesmo estatuto institucional.

Essa assimetria entre circulação e reconhecimento ajuda a compreender por que a diversidade linguística de Roraima não pode ser reduzida ao conjunto de línguas que os registros institucionais conseguem nomear e quantificar. As línguas e os repertórios mobilizados pelos sujeitos tornam-se mais ou menos visíveis conforme os instrumentos, as categorias e as formas de organização institucional por meio dos quais são reconhecidos. Nesse intervalo entre presença social e legibilidade institucional situam-se também as experiências dos venezuelanos migrantes Surdos que passam a compartilhar espaços com a Comunidade Surda local em Boa Vista.

A discussão desloca-se, assim, das formas de registro e reconhecimento das línguas de sinais para as relações estabelecidas entre os sujeitos que as mobilizam,

considerando pertencimento e participação nos diferentes espaços sociais. É esse movimento que orienta a subseção seguinte.

2.4.1 Povo Surdo migrante e Comunidade Surda local em Boa Vista: pertencimentos e participação

A compreensão das práticas comunicativas em contextos de fronteira exige considerar não apenas as línguas nomeadas, mas os recursos que os sujeitos mobilizam em situações concretas de interação. Como discutimos anteriormente, os repertórios se constituem ao longo das trajetórias sociais e linguísticas e podem ser reorganizados diante das exigências de cada situação comunicativa. Essa dimensão assume particular relevância no contexto roraimense, marcado pela mobilidade e pelo encontro entre diferentes experiências linguísticas e socioculturais.

Para os migrantes Surdos que chegam a Boa Vista, essas trajetórias incluem experiências distintas de escolarização, socialização e acesso às línguas de sinais. Suas práticas comunicativas, portanto, não se orientam exclusivamente pelas formas institucionalmente reconhecidas, mas pelos recursos disponíveis e pelos ajustes produzidos na relação com diferentes interlocutores. É nesse plano interacional que a discussão sobre repertórios se aproxima do problema central desta pesquisa: a construção da inteligibilidade.

Ao analisar interações cotidianas entre interlocutores pertencentes a um mesmo contexto sociocultural, Gumperz (1982) permite considerar que, mesmo em condições de aparente compartilhamento linguístico e cultural, podem emergir interpretações distintas. Os problemas de compreensão, portanto, não decorrem exclusivamente da presença de línguas diferentes, mas também das formas pelas quais os participantes interpretam os recursos produzidos ao longo da interação. Essa relação torna-se mais clara por meio das pistas de contextualização, compreendidas pelo autor como recursos que orientam a construção das pressuposições contextuais e participam das inferências realizadas pelos interlocutores.

> Uma pista de contextualização é qualquer recurso da forma linguística que contribui para a sinalização de pressuposições contextuais. Essas pistas podem assumir diferentes realizações linguísticas, dependendo do repertório linguístico historicamente constituído dos participantes. Embora transmitam informações, seus significados são construídos como parte do próprio processo interacional. Diferentemente das palavras, que podem ser discutidas fora de contexto, os significados das pistas de contextualização são implícitos e, em geral, não são tematizados fora das situações em que ocorrem. (Gumperz, 1982, p. 131, tradução nossa)[19].

Os descompassos que podem ocorrer nas interações relacionam-se, assim, às interpretações construídas pelos interlocutores a partir das pistas disponíveis. A inteligibilidade não corresponde a uma condição assegurada previamente pelo compartilhamento de uma língua, mas depende das inferências produzidas, das respostas dos participantes e dos reajustes realizados no curso da interação. Essa compreensão permite tratar a comunicação como um processo de negociação de sentidos, e não como simples transmissão de informações.

Quando voltamos essa discussão para as línguas de sinais, precisamos considerar também a modalidade visuoespacial. Nesta pesquisa, orientação do olhar, expressões não manuais, apontamentos, organização do espaço de sinalização, classificadores e outros recursos mobilizados pelos interlocutores participam da construção dos enquadramentos interpretativos. Seu funcionamento precisa ser analisado na relação que estabelecem com os demais elementos da interação e com as respostas produzidas pelos participantes.

A noção de translinguagem acrescenta outra dimensão a essa leitura, uma vez que García (2009) e García e Li Wei (2014), ao deslocarem o foco das fronteiras rígidas entre línguas nomeadas para as práticas que os sujeitos efetivamente mobilizam, permitem considerar de forma integrada os recursos constituídos em seus repertórios. No contexto desta pesquisa, essa formulação permite compreender que a produção de sentidos não se reduz à alternância entre Libras e Língua de Sinais Venezuelana (LSV). Os participantes podem articular diferentes recursos linguísticos e interacionais conforme as demandas da situação comunicativa. Nas interações em línguas de sinais, essa mobilização envolve os recursos próprios da modalidade

[19] No original: “A contextualization cue is any feature of linguistic form that contributes to the signaling of contextual presuppositions. Such cues may have a number of such linguistic realizations depending on the historically given linguistic repertoire of the participants. Although such cues carry information, meanings are conveyed as part of the interactive process. Unlike words which can be discussed out of context, the meanings of contextualization cues are implicit. They are not usually talked about out of context.” (Gumperz, 1982, p. 131).

visuoespacial e as experiências linguísticas constituídas nas trajetórias dos interlocutores.

Gumperz (1982), García (2009) e García e Li Wei (2014) não partem do mesmo enquadramento teórico, e não os tratamos como perspectivas equivalentes. Sua aproximação atende a funções analíticas distintas: Gumperz permite examinar como pistas e inferências participam da construção dos sentidos; a translinguagem permite analisar a mobilização integrada dos recursos disponíveis aos participantes. Para esta pesquisa, essa articulação possibilita compreender a inteligibilidade como uma realização situada, construída e reajustada na relação entre os interlocutores.

A mobilização desses repertórios ocorre, entretanto, em relações sociais nas quais também estão implicadas formas de pertencimento e possibilidades de participação. Em Boa Vista, o encontro entre venezuelanos migrantes Surdos e a Comunidade Surda local coloca em relação trajetórias constituídas em diferentes contextos linguísticos e sociais. O contato entre Libras, LSV e outros recursos disponíveis aos interlocutores não apaga essas diferenças, pois experiências anteriores, formas de identificação e conhecimentos construídos em diferentes espaços integram as condições em que os sentidos são negociados.

Como argumenta Sayad (1998), a migração ultrapassa o deslocamento territorial e envolve processos de reorganização das formas de pertencimento e participação social. No contexto examinado nesta pesquisa, a chegada a Boa Vista insere os venezuelanos migrantes Surdos em novas relações sociais e linguísticas, entre elas aquelas estabelecidas com a Comunidade Surda local. Essa aproximação coloca em contato experiências distintas e demanda dos interlocutores formas contínuas de ajuste, reconhecimento e negociação. Pertencimento e inteligibilidade, portanto, não constituem dimensões separadas, pois as possibilidades de participação nas interações dependem também das condições concretas em que os sujeitos e seus repertórios são reconhecidos.

Nesse processo, a participação assume uma dimensão interacional concreta: não se restringe à presença nos mesmos espaços sociais, mas envolve a possibilidade de ocupar uma posição efetiva de interlocutor, acompanhar os sentidos em construção, responder aos demais participantes e intervir na continuidade da interação. Para os venezuelanos migrantes Surdos, essa participação pode exigir ajustes sucessivos diante de experiências linguísticas não inteiramente compartilhadas. A inteligibilidade integra, portanto, as próprias condições de

participação, pois sustenta a continuidade da interação e a negociação de sentidos sem pressupor a homogeneização dos repertórios.

A presença da LSV nessas experiências introduz uma dimensão que precisa ser examinada em sua própria trajetória histórica e sociolinguística. Compreender a constituição dessa língua e os processos relacionados ao seu reconhecimento torna-se, assim, necessário para situarmos as experiências dos migrantes Surdos que circulam entre Venezuela e Brasil. Essa discussão constitui o foco da seção seguinte.

2.5 A LÍNGUA DE SINAIS VENEZUELANA: CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA E CONSOLIDAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA

A trajetória da Língua de Sinais Venezuelana (LSV) reúne processos históricos, linguísticos e sociolinguísticos que não podem ser tomados como equivalentes nem compreendidos a partir de uma progressão única. Sua constituição relaciona-se às redes de convivência e às práticas sinalizadas da Comunidade Surda venezuelana; sua descrição linguística decorre do desenvolvimento de estudos específicos sobre a língua; e sua consolidação sociolinguística envolve mudanças nos domínios de uso, nas formas de reconhecimento e em sua presença nos espaços institucionais. Considerar essas dimensões de maneira articulada permite compreender a LSV em sua historicidade, sem confundir existência social da língua, descrição de sua estrutura e reconhecimento institucional.

A história documentada da LSV deve ser compreendida, portanto, em diferentes planos. Um deles diz respeito às relações entre pessoas surdas e à continuidade de práticas sinalizadas; outro corresponde à ampliação dos contextos em que a língua passou a ser utilizada e reconhecida; um terceiro envolve as discussões posteriores sobre norma e padronização. Distinguir esses movimentos evita tratar como equivalentes a existência social da língua, sua presença em determinados espaços institucionais e o reconhecimento que ela passa a receber nesses ambientes.

A constituição histórica da língua e sua consolidação sociolinguística, entretanto, não correspondem ao mesmo processo. Enquanto a primeira remete às relações sociais e linguísticas nas quais a LSV se desenvolveu, a segunda envolve também a expansão de seus domínios de circulação e mudanças nas posições ocupadas pela língua em diferentes espaços sociais. Pérez (2007) identifica uma

transformação importante a partir de 1985, com a implementação da *Propuesta de Atención Integral al Niño Sordo* (PAINS).[20] A autora registra que a LSV, até então utilizada predominantemente em contextos informais da comunidade surda e em situações não legitimadas no ambiente escolar, passou a ingressar em contextos formais nos quais deveria atender a novas demandas comunicativas.

Outro marco desse percurso aparece na própria denominação atribuída à língua. Oviedo, Rumbos e Pérez Hernández (2004) registram que, desde 1989, a expressão Língua de Sinais Venezuelana passou a ser empregada em situações formais de interação e em textos acadêmicos escritos em espanhol. A data não corresponde ao surgimento da LSV, mas assinala uma etapa de sua visibilização em espaços nos quais passou a ser nomeada e abordada como objeto linguístico. Há, nesse caso, uma diferença fundamental entre uma língua existir nas práticas de seus sinalizantes e alcançar uma denominação que circula também em ambientes acadêmicos e institucionais.

A nomeação, por si só, não institui a língua nem elimina as formas de uso anteriores. Ela participa, contudo, de um processo sociolinguístico no qual determinados repertórios passam a ocupar posições antes pouco acessíveis ou não legitimadas. A trajetória da LSV mostra, assim, que uso, reconhecimento e legitimação podem ocorrer em temporalidades diferentes. Essa distinção também impede que a ausência de uma denominação estabilizada em períodos anteriores seja interpretada como inexistência de práticas sinalizadas entre pessoas surdas.

A entrada nesses novos domínios repercutiu nos próprios usos da LSV. Pérez (2007) registra que a necessidade de tratar, em LSV, de conteúdos relacionados à informação, à ciência e a outros conhecimentos até então pouco presentes nesses espaços exigiu a ampliação do vocabulário e o desenvolvimento de usos mais formais. A autora destaca, ainda, a participação de adultos surdos nessas mudanças, inclusive por meio da interlocução com outros membros da comunidade para a criação e circulação de novas formas de expressão. Esse movimento não se restringiu à incorporação de unidades lexicais, mas acompanhou a diversificação das situações sociais em que a língua passou a ser mobilizada por seus sinalizantes.

A participação de adultos surdos nesse movimento merece atenção porque mostra que a expansão da LSV não ocorreu apenas pela abertura de novos espaços

[20] Proposta de Atenção Integral à Criança Surda (tradução nossa).

institucionais. Os próprios sinalizantes participaram das respostas às demandas produzidas nesses ambientes, inclusive da elaboração e do compartilhamento de formas necessárias a usos até então menos frequentes. Desse modo, a ampliação dos domínios sociais da língua envolveu também a atuação daqueles que a mobilizavam cotidianamente, e não apenas decisões provenientes das instituições.

Essas transformações adquiriram uma dimensão sociolinguística que ultrapassou os resultados do modelo educacional que lhes deu impulso. Ao reconstruir o período entre 1985 e 1996, Oviedo (2022) observa que o alcance das transformações escolares foi limitado, mas identifica efeitos expressivos nas relações de poder entre as línguas envolvidas. No interior da comunidade surda, a LSV passou de uma posição de menor prestígio para uma posição de maior valorização em relação ao espanhol sinalizado, transformação que permaneceu mesmo após o encerramento do modelo em 1996.

Ao examinar esse período sob a perspectiva do planejamento linguístico, Oviedo (2022) acrescenta que a LSV ingressou em ambientes acadêmicos, iniciou o desenvolvimento de uma variedade formal, expandiu sua comunidade de usuários e passou por uma mudança de status. Esses resultados permitem compreender sua consolidação sociolinguística não como simples aumento do número de sinalizantes, mas como diversificação das possibilidades sociais de uso e alteração das posições atribuídas à língua em contextos anteriormente ocupados por outras formas de comunicação.

A mudança de status descrita pelo autor não deve ser interpretada como se a LSV tivesse adquirido, naquele momento, propriedades que anteriormente lhe faltassem. O que se modifica são também as condições sociais de reconhecimento de uma língua que já integrava as práticas da comunidade surda venezuelana. Essa diferença é relevante porque desloca a análise de uma suposta adequação interna da língua para as relações de poder que condicionam sua presença, seu prestígio e sua legitimidade em diferentes domínios.

A presença da LSV em contextos formais, contudo, não corresponde a uma completa uniformização da língua. Ao discutir a questão da norma, Pérez (2007) assinala que não havia, naquele período, padronização formal sustentada por academia, gramática normativa ou instrumentos lexicográficos equivalentes aos existentes para outras línguas. A autora distingue, inclusive, os manuais de sinais utilizados pela comunidade de obras lexicográficas produzidas segundo critérios

científicos. Sua análise aponta, antes, para uma língua em transformação, marcada pela entrada em novos contextos, pela criação e pelo empréstimo de vocabulário e pelo surgimento de usos e normas. Para a autora, os consensos em torno dessas normas devem contar com a participação central dos próprios surdos.

Reconhecimento e uniformização, portanto, não constituem etapas necessariamente coincidentes. A presença da LSV em ambientes formais e acadêmicos não elimina a variação decorrente das diferentes trajetórias de seus sinalizantes, das situações de uso ou dos espaços em que a língua circula. A discussão de Pérez (2007) permite compreender a norma como parte de processos sociais de negociação e consenso, e não como condição para que a LSV seja reconhecida como língua.

Constituição, consolidação sociolinguística e padronização não são, portanto, processos equivalentes. A trajetória documentada da LSV mostra uma língua constituída nas relações mantidas pela comunidade surda venezuelana, que alcançou novos domínios sociais e passou por transformações relacionadas às condições históricas de seu uso. Seu maior reconhecimento não suprimiu a variação nem encerrou os processos de mudança próprios da vida linguística. Ao contrário, a expansão de seus usos introduziu novas demandas, formas e negociações, das quais os próprios sinalizantes participaram ativamente (Pérez, 2007; Oviedo, 2022). Para compreender a base social sobre a qual essas transformações se desenvolveram, voltamo-nos agora aos registros relativos à formação da comunidade surda venezuelana e aos espaços nos quais a sinalização passou a adquirir maior continuidade entre seus membros.

2.5.1 Constituição da comunidade surda e emergência da LSV

No âmbito desta tese, considerar a história social da LSV é necessário para que as práticas comunicativas dos venezuelanos migrantes surdos sejam compreendidas a partir de trajetórias linguísticas constituídas antes da migração. Os repertórios mobilizados posteriormente nas interações em Roraima remetem a experiências familiares, comunitárias e institucionais vividas na Venezuela. Essa historicização impede que a Libras seja tomada como medida para interpretar a língua e os recursos que os participantes já mobilizavam antes de sua chegada ao Brasil.

Os primeiros registros institucionais desse percurso remontam a 1935. Luque e Pérez Hernández (2017) relacionam o início da escolarização formal de pessoas surdas na Venezuela às ações da *Asociación de Amigos de los Ciegos y Sordomudos*[21], que convidou o professor espanhol Vicente Alnoriaga para desenvolver um projeto destinado às crianças surdas. Desse processo resultou a primeira escola voltada a crianças surdas e cegas no país, organizada em regime de internato e orientada por uma concepção predominantemente oralista. Williams e Parks (2012) também situam essa instituição entre os primeiros marcos documentados da história da LSV e registram que os estudantes utilizavam sinais em suas interações fora das atividades formais de ensino.

Oviedo, Rumbos e Pérez Hernández (2004) registram que as crianças chegavam à escola com sinais utilizados em seus ambientes familiares. Esse dado amplia a compreensão do período, pois indica que as experiências de comunicação sinalizada não se iniciavam necessariamente com o ingresso na instituição. O internato reuniu, em convivência prolongada, estudantes que traziam experiências comunicativas distintas, criando condições para que recursos já utilizados anteriormente passassem a circular entre um número maior de interlocutores. A relevância histórica da escola encontra-se, nesse aspecto, menos em uma suposta criação da língua do que no encontro continuado entre crianças surdas provenientes de diferentes contextos.

Essa informação também impõe um limite à leitura das fontes. A documentação escolar torna visíveis práticas ocorridas em um espaço institucional, mas não alcança, com a mesma precisão, aquilo que acontecia anteriormente nos ambientes familiares ou em outras redes locais. Se os estudantes já chegavam utilizando sinais, o início do registro escrito não pode ser confundido com o começo de suas experiências comunicativas. A ausência de documentação sobre esses ambientes anteriores, portanto, não autoriza concluir pela inexistência de formas de sinalização entre pessoas surdas.

Essa distinção assume especial importância quando consideramos as biografias linguísticas que compõem o corpus desta pesquisa. O contato, em determinada idade, com uma língua de sinais de circulação comunitária mais ampla não corresponde necessariamente ao primeiro contato de uma pessoa surda com

[21] Associação de Amigos dos Cegos e Surdos-Mudos (tradução nossa).

formas de comunicação sinalizada. Experiências constituídas na família, relações com outros surdos, escolarização e posterior acesso à LSV podem organizar-se de maneiras distintas ao longo da vida. Sem antecipar a análise dessas trajetórias individuais, essa perspectiva evita que o acesso institucional à língua seja tomado como marco inicial da experiência linguística visuoespacial dos participantes.

A partir de 1946, outra dimensão passa a integrar de modo mais visível os registros disponíveis. Após uma reorganização da escolarização destinada aos surdos, a escola ficou sob a responsabilidade de religiosas franciscanas espanholas. Oviedo, Rumbos e Pérez Hernández (2004) assinalam que os sinais continuaram presentes fora das aulas e que elementos relacionados à Língua de Sinais Espanhola (LSE) foram mobilizados em algumas atividades. O contato com a LSE, portanto, não ocorreu por uma única via nem em um único momento da história venezuelana.

Além da atuação das religiosas espanholas no ambiente escolar, Oviedo, Rumbos e Pérez Hernández (2004) mencionam Gustavo Álvarez, surdo venezuelano que havia estudado em Madri e adquirido conhecimentos da LSE antes de retornar à Venezuela. Sua trajetória mostra que recursos linguísticos também circularam por meio da mobilidade dos próprios surdos. Nesse caso, a circulação entre Venezuela e Espanha não se restringiu à presença de educadores estrangeiros, mas incluiu experiências vividas por um sinalizante venezuelano em outra comunidade surda. Essa diferença amplia a compreensão do contato linguístico ao deslocá-lo de uma relação exclusivamente institucional para trajetórias concretas de mobilidade.

Consideradas em conjunto, essas vias tornam inadequada uma explicação linear segundo a qual a LSV resultaria da simples transferência da LSE para a Venezuela. Religiosas espanholas, estudantes que circularam entre os dois países e pessoas surdas que já utilizavam sinais em seus ambientes familiares ocupam posições diferentes nessa história. Os registros apontam, assim, para contatos sucessivos entre recursos e experiências diversas, sem fornecer base para atribuir a constituição da LSV à atuação exclusiva de uma língua ou de um indivíduo.

É nesse conjunto de relações que se insere a chegada de José Arquero Urbano a Caracas, em 1950. Ao estabelecer contato com surdos que já mantinham formas de comunicação sinalizada e redes de convivência na cidade, Arquero passou a participar de um processo comunitário em curso. Em abril daquele ano, ao lado de Gustavo Álvarez e de outros membros da comunidade, fundou a *Asociación de*

Sordomudos de Caracas[22] (Oviedo; Rumbos; Pérez Hernández, 2004). Luque e Pérez Hernández (2017) a identificam como a primeira instituição criada por iniciativa da própria comunidade surda venezuelana, característica que a distingue dos espaços de escolarização anteriormente conduzidos predominantemente por agentes ouvintes.

A associação ampliou as possibilidades de encontro para além da escolarização. Oviedo, Rumbos e Pérez Hernández (2004) registram a realização de cursos, atividades esportivas e culturais, ações de apoio entre seus membros e apresentações teatrais em língua de sinais. Esse conjunto de práticas indica que a associação ultrapassava a função de local de reunião: constituía um espaço de sociabilidade no qual adultos surdos participavam da organização das próprias atividades, fortaleciam vínculos e ampliavam as situações de uso da língua. A LSV encontrava, desse modo, novas possibilidades de circulação em práticas sociais, culturais e formativas organizadas pela própria comunidade.

Escola e associação ocupam, assim, posições distintas nessa trajetória. O internato favoreceu encontros prolongados entre crianças que chegavam com experiências comunicativas diversas; a associação criou condições para uma atuação coletiva mais ampla entre adultos surdos. A importância desses espaços reside nas redes sociais que possibilitaram constituir e ampliar, e não em uma suposta capacidade institucional de produzir a língua. Essa diferença permite compreender a emergência da LSV como processo social atravessado por relações entre sinalizantes, circulação de recursos e continuidade das interações.

A leitura desse percurso exige também cautela quando aproximamos a história da LSV daquela apresentada anteriormente para a Libras. Os registros disponíveis apontam trajetórias distintas, mas essa diferença não permite, por si só, estabelecer ou excluir uma relação genealógica entre as duas línguas. Schermer e Pfau (2016) assinalam que a identificação de famílias de línguas de sinais exige investigação histórico-comparativa específica. Quinto-Pozos (2007), ao discutir o contato entre línguas de sinais, acrescenta que semelhanças formais podem decorrer de fatores diversos, entre eles a iconicidade e o próprio contato, e não constituem isoladamente evidência de parentesco histórico.

[22] Associação de Surdos-Mudos de Caracas (tradução nossa).

Essa precaução metodológica possui uma função direta nesta pesquisa. Semelhança formal, possibilidade de compreensão entre interlocutores e relação genealógica pertencem a planos distintos e não podem ser tratados como explicações equivalentes. Por isso, as aproximações que venham a aparecer entre Libras e LSV nos dados não serão tomadas como confirmação retrospectiva de uma origem compartilhada. Fazer essa associação significaria antecipar uma explicação para a inteligibilidade construída nas interações a partir de uma proximidade estrutural que esta tese não se propõe a demonstrar.

A reconstrução desenvolvida nesta subseção permite, portanto, situar a LSV a partir de sua própria história social antes de examinarmos os recursos mobilizados no contato com a Libras. A caracterização apresentada a seguir mantém esse mesmo princípio: não pretende oferecer uma descrição estrutural exaustiva da língua, mas selecionar aspectos de sua organização necessários à compreensão das práticas comunicativas analisadas nesta pesquisa.

2.5.2 Estrutura linguística da Língua de Sinais Venezuelana

A compreensão da estrutura linguística da Língua de Sinais Venezuelana (LSV) constitui um aspecto importante para esta pesquisa, uma vez que as interações analisadas nos capítulos seguintes envolvem sujeitos que mobilizam essa língua em situações de contato com a Libras. Embora ambas pertençam à modalidade visuoespacial, não compartilham um mesmo sistema linguístico. Compreender a organização da LSV permite, portanto, reconhecer os recursos linguísticos acionados por seus sinalizantes sem interpretar diferenças estruturais como simples variações individuais ou estratégias improvisadas de comunicação. Essa distinção assume particular relevância para a análise da inteligibilidade, construída nas interações entre interlocutores cujos repertórios não são plenamente coincidentes.

O reconhecimento científico das línguas de sinais como sistemas linguísticos encontra um marco nos estudos de Stokoe (1960) sobre a *American Sign Language* (ASL). Ao demonstrar que os sinais não constituem unidades indivisíveis, mas apresentam organização interna formada pela combinação sistemática de elementos menores com função distintiva, o autor estabeleceu bases para investigações posteriores sobre diferentes línguas de sinais. Esse deslocamento permitiu que sua

estrutura fosse examinada segundo critérios linguísticos, sem tomar as línguas orais como parâmetro necessário de descrição ou validação.

É nesse percurso que se inserem os estudos dedicados à LSV. Oviedo, Rumbos e Pérez Hernández (2004) sistematizam o desenvolvimento das pesquisas realizadas a partir das últimas décadas do século XX e mostram que a língua passou a constituir objeto de investigações sobre sua estrutura, o discurso, os processos de aquisição e questões educacionais. Esse conjunto de trabalhos consolidou um campo de estudos sobre a LSV e permitiu descrevê-la como uma língua natural com organização própria, distinta tanto das línguas orais quanto das demais línguas de sinais.

Entre essas investigações, Oviedo (2000) dedica-se à estrutura interna dos sinais da LSV. O autor descreve parâmetros relacionados à configuração de mão, orientação, localização, movimento e componentes não manuais, além da organização segmental das unidades. Esses elementos não operam isoladamente, mas estabelecem relações sistemáticas que participam da constituição e da distinção das formas linguísticas.

A descrição de Oviedo (2000) apoia-se no modelo desenvolvido por Liddell e Johnson (1989), que amplia a tradição inaugurada por Stokoe ao incorporar a dimensão temporal à análise fonológica das línguas de sinais. Nessa abordagem, a produção dos sinais envolve tanto relações simultâneas entre traços articulatórios quanto organização sequencial em segmentos. Assim, os parâmetros fonológicos podem combinar-se em determinados momentos da produção e distribuir-se ao longo de sua realização, o que impede compreender os sinais como configurações globais e indivisíveis.

Essa organização possui implicações para a presente pesquisa. Reconhecer que a LSV apresenta estrutura fonológica, lexical e gramatical própria impede que diferenças observadas nas interações com a Libras sejam interpretadas como desvios, incompletudes ou realizações inadequadas em relação à língua brasileira. Trata-se de sistemas linguísticos distintos que compartilham a modalidade visuoespacial, mas apresentam regularidades próprias. A modalidade comum, portanto, não pressupõe identidade linguística nem garante, por si só, inteligibilidade entre seus sinalizantes.

Outro aspecto discutido por Oviedo (2000) refere-se às construções com classificadores, recursos gramaticais que participam da representação de entidades,

formas, deslocamentos, localizações, trajetórias e diferentes relações espaciais. Essas construções não correspondem a gestos livres ou representações exclusivamente icônicas, pois sua produção articula parâmetros fonológicos, relações espaciais e informações previamente estabelecidas no discurso.

O valor interpretativo dos classificadores depende, assim, não apenas da configuração assumida pelas mãos, mas das relações construídas entre referentes, espaço de sinalização e contexto discursivo. Embora recursos classificatórios sejam encontrados em diferentes línguas de sinais, sua organização, seus padrões de uso e suas possibilidades combinatórias não são necessariamente equivalentes. A recorrência de classificadores em Libras e LSV não autoriza, portanto, tratá-los como recursos automaticamente compartilhados nem como evidência, isoladamente, de inteligibilidade entre as duas línguas.

A descrição da LSV amplia-se quando a análise passa das unidades lexicais e gramaticais à organização do discurso. Pérez (2006), ao investigar narrativas produzidas por adultos Surdos, identifica marcadores manuais que desempenham funções de abertura, continuidade, formulação e encerramento. Esses elementos integram o funcionamento discursivo da língua e participam da progressão textual, da distribuição das informações e da orientação interpretativa dos interlocutores.

Os marcadores descritos pela autora estabelecem relações entre segmentos narrativos, assinalam mudanças de foco, introduzem acontecimentos e possibilitam a retomada de informações anteriormente apresentadas. A construção dos sentidos não depende, portanto, apenas da sucessão dos sinais, mas de mecanismos linguísticos que organizam a informação e estruturam a continuidade do discurso. A LSV dispõe, desse modo, de procedimentos próprios de coesão e progressão narrativa.

Essa dimensão discursiva aproxima-se da análise realizada por Oviedo (1996) sobre os processos de referenciação. Nas narrativas em LSV, participantes e objetos discursivos podem ser associados a posições específicas no espaço de sinalização e retomados posteriormente por meio de apontamentos, direção do olhar, orientação corporal e flexão de verbos direcionais. A manutenção dessas relações permite acompanhar os referentes sem que eles precisem ser continuamente reintroduzidos.

O espaço de sinalização constitui, portanto, parte da própria organização linguística da LSV e não apenas o ambiente físico no qual os sinais são produzidos. Referenciação, coesão e progressão discursiva articulam-se por meio de relações espaciais que integram a gramática e orientam a interpretação dos enunciados. Essa

característica assume importância para a análise das interações desta pesquisa, porque apontamentos, direcionamentos do olhar e recursos espaciais não devem ser classificados automaticamente como elementos externos à língua ou como indícios de práticas translíngues: em determinados contextos, constituem recursos estruturais da própria LSV.

A capacidade da LSV de produzir sentidos que ultrapassam correspondências lexicais também aparece no estudo de Ramírez (2020) sobre a metáfora. A partir da experiência de um pesquisador Surdo e sinalizante da própria língua, o trabalho examina formas de construção metafórica e processos de abstração mobilizados em LSV. Sua pertinência para esta subseção reside em mostrar que a produção de significados envolve relações construídas no interior da própria língua, inclusive por meio de recursos visuais, espaciais e classificatórios, e não pode ser reduzida à busca de equivalentes lexicais em uma língua oral ou em outra língua de sinais.

O conjunto dessas descrições permite compreender que a estrutura linguística da LSV não se reduz a um inventário de sinais. Componentes fonológicos, lexicais, gramaticais, espaciais e discursivos articulam-se na constituição dos enunciados e integram um sistema organizado segundo regularidades próprias. Para esta pesquisa, essa compreensão é especialmente relevante porque impede que as aproximações observadas entre Libras e LSV sejam explicadas a partir de uma suposta identidade entre as duas línguas ou apenas pela presença de recursos visuoespaciais semelhantes.

As interações analisadas nos capítulos seguintes envolvem venezuelanos migrantes Surdos que mobilizam recursos constituídos em suas experiências com a LSV ao mesmo tempo que entram em contato com a Libras e com outros recursos disponíveis em cada situação comunicativa. Conhecer a organização linguística da LSV fornece, portanto, uma base necessária para distinguir aquilo que integra o funcionamento da própria língua dos ajustes e articulações produzidos no curso das interações. Essa distinção prepara a discussão da subseção seguinte, voltada às condições sociolinguísticas e institucionais sob as quais a LSV se consolidou e passou a circular em diferentes espaços sociais.

2.5.3 Consolidação sociolinguística e reconhecimento institucional

As descrições linguísticas apresentadas na subseção anterior indicam que a consolidação da Língua de Sinais Venezuelana (LSV) não resultou exclusivamente de seu desenvolvimento histórico ou da ampliação do número de sinalizantes. Sua legitimação esteve diretamente relacionada às transformações ocorridas no campo educacional e às mudanças nas formas de compreender a surdez, a Comunidade Surda e o papel da língua de sinais na escolarização. Ao reconstruir a implementação do modelo bilíngue-bicultural nas escolas públicas para Surdos entre 1985 e 1996, Oviedo (2022) demonstra que seus efeitos ultrapassaram o âmbito pedagógico e alcançaram as próprias relações de poder estabelecidas entre a LSV e o espanhol sinalizado.[23]

Essa transformação pode ser compreendida também a partir da distinção estabelecida por Calvet (2007) entre intervenções sobre o corpus e sobre o *status* de uma língua. Enquanto as primeiras incidem sobre sua forma, as segundas dizem respeito às funções sociais que ela desempenha e aos espaços nos quais passa a ser utilizada e reconhecida. No percurso da LSV, interessa particularmente essa segunda dimensão. Sua consolidação sociolinguística não corresponde à aquisição de propriedades que a tornariam linguisticamente mais legítima, uma vez que sua condição de língua independe do reconhecimento institucional. O que se modifica são as condições sociais de circulação, os domínios de uso e os valores atribuídos às práticas de seus sinalizantes.

Conforme descreve o autor, antes da implementação desse modelo predominavam nas escolas práticas educacionais orientadas pelo espanhol sinalizado. Oviedo (2022) o caracteriza como um código de contato no qual elementos lexicais da LSV eram mobilizados segundo a organização gramatical do espanhol. Diferentemente da LSV, o espanhol sinalizado não correspondia à língua utilizada pela Comunidade Surda, mas a uma proposta pedagógica que buscava representar visualmente a estrutura do espanhol por meio de sinais organizados segundo sua gramática. Nesse modelo, as práticas comunicativas dos estudantes permaneciam

[23] Neste trabalho, “espanhol sinalizado” refere-se ao código de contato descrito por Oviedo (2022), no qual elementos lexicais da LSV são mobilizados segundo a organização gramatical do espanhol. Não corresponde, portanto, à Língua de Sinais Venezuelana como sistema linguístico utilizado pela Comunidade Surda venezuelana.

subordinadas aos padrões da língua majoritária, o que mantinha a organização linguística da Comunidade Surda em posição secundária nos processos de escolarização.

O reconhecimento da LSV como primeira língua dos estudantes Surdos alterou esse quadro ao deslocar o parâmetro de legitimidade linguística presente na escola. As formas de comunicação desenvolvidas pela Comunidade Surda passaram a constituir a principal referência para o ensino, substituindo um modelo orientado pela estrutura do espanhol por outro fundamentado na organização linguística da própria LSV. Segundo Oviedo (2022), essa mudança modificou a posição sociolinguística ocupada pela LSV e ampliou sua valorização em relação ao espanhol sinalizado no interior da Comunidade Surda venezuelana.

Essa transformação demonstra que os processos de legitimação linguística também reorganizam as relações de poder no interior das próprias Comunidades Surdas. Ao adquirir maior reconhecimento no contexto educacional, a LSV passou a ocupar posição de maior prestígio em relação ao espanhol sinalizado, redefinindo as práticas linguísticas que passaram a orientar os espaços escolares e comunitários. Não se trata, portanto, apenas da substituição de uma orientação pedagógica por outra. A mudança alcança os próprios critérios pelos quais determinadas práticas recebem valor e passam a ocupar funções antes reservadas a formas linguisticamente orientadas pelo espanhol. Nesse processo, ampliação de uso, atribuição de prestígio e reconhecimento institucional relacionam-se, mas não constituem fenômenos equivalentes.

Ao analisar esse processo sob a perspectiva curricular, Morales (2008) argumenta que a implementação de uma educação bilíngue-bicultural exigia reconhecer a Língua de Sinais Venezuelana como primeira língua no processo de escolarização dos estudantes Surdos e incorporá-la como disciplina no currículo escolar. A autora parte da compreensão de que as pessoas Surdas constituem uma comunidade linguística minoritária, cuja organização social e cultural se estabelece a partir do uso da língua de sinais. Políticas educacionais voltadas a esse grupo precisam considerar a especificidade de sua experiência bilíngue e bicultural. A incorporação da LSV ao planejamento curricular amplia, assim, seu lugar institucional, ao inseri-la não somente como meio de comunicação, mas como língua presente na própria organização das práticas educacionais.

As mudanças observadas no campo educacional alcançaram também a qualificação de profissionais responsáveis pela mediação linguística. Ravelo (2006) discute a necessidade de formação específica para a interpretação entre LSV e espanhol e propõe sua profissionalização em nível universitário. Sua formulação pressupõe intérpretes fluentes nas duas línguas e devidamente qualificados, com preparação linguística e técnica compatível com as exigências dessa atividade.

O reconhecimento institucional de uma língua envolve não apenas sua utilização em contextos escolares, mas também a criação de meios que possibilitem sua circulação em âmbitos sociais, administrativos e profissionais.

A diversificação dos domínios de uso aproxima-se da discussão de Lucchesi e Savedra (2023) para quem as situações de contato precisam ser compreendidas em sua especificidade histórico-social e nos contextos em que as línguas são mobilizadas, entre eles os âmbitos familiar, social, educacional, profissional e administrativo. Essa perspectiva permite avançar na interpretação do percurso da LSV: sua legitimação não se distribui de maneira uniforme entre esses domínios. A presença da língua na escola, nas ações associativas ou nos serviços de interpretação assume configurações distintas, dependentes de agentes, normas e mediações próprias. Desse modo, ampliar domínios de uso não significa alcançar, de uma só vez, legitimação equivalente em todas as esferas da vida social.

A consolidação sociolinguística da LSV também se articulou ao fortalecimento das organizações representativas da Comunidade Surda venezuelana. Conforme registram Williams e Parks (2012), a criação da *Asociación de Sordomudos de Caracas*, posteriormente seguida pela fundação da *Federación Venezolana de Sordos* (FEVENSOR), ampliou as possibilidades de organização coletiva, favoreceu a circulação da LSV, incentivou atividades culturais, fortaleceu a formação de intérpretes e consolidou a defesa dos direitos linguísticos da população Surda. Essas iniciativas reafirmaram a língua como elemento central das formas de pertencimento construídas pelos Surdos.

Os avanços alcançados pela LSV na Venezuela contrastam com os desafios que surgem quando essa língua passa a circular em outros territórios em decorrência dos movimentos migratórios contemporâneos. No Brasil, a pesquisa de Cruz (2019), desenvolvida em Roraima, já apontava dificuldades enfrentadas por venezuelanos migrantes Surdos quanto ao acesso à informação, à mediação linguística e aos serviços públicos.

Essa situação permite estabelecer um diálogo com Orlandi (2007), para quem as políticas linguísticas não se restringem ao reconhecimento formal das línguas, mas abrangem também os processos pelos quais determinadas práticas passam a integrar os dispositivos institucionais do Estado. O plano jurídico constitui apenas uma das dimensões da legitimação linguística. A efetiva participação social depende igualmente da existência de políticas de formação, de serviços de mediação, de produção de materiais e de condições concretas que assegurem o uso da língua em diferentes espaços institucionais.

No contexto desta pesquisa, distinguimos duas modalidades que não são equivalentes. Os repertórios acompanham os sujeitos e podem ser mobilizados nos novos ambientes sociais; as condições institucionais que legitimavam determinadas práticas, entretanto, permanecem histórica e territorialmente situadas. A fronteira não interrompe a circulação da LSV, mas altera os parâmetros institucionais de reconhecimento, mediação e uso de seus recursos. Assim, a mobilidade da língua e dos repertórios não implica a transferência automática dos mecanismos de legitimação constituídas no território de origem.

Essa assimetria possui consequências também para as situações de interação. Os dispositivos institucionais não são exteriores à construção da inteligibilidade, pois a definição das línguas reconhecidas para o atendimento, a disponibilidade de intérpretes e os recursos considerados legítimos delimitam possibilidades concretas de participação. Isso não significa atribuir às instituições a produção da inteligibilidade, que permanece construída pelos interlocutores no curso da interação, mas considerar que essa negociação ocorre sob condições sociais que não se distribuem igualmente entre as línguas e os repertórios mobilizados.

Desse modo, a consolidação sociolinguística da LSV não pode ser compreendida apenas como um processo interno à Comunidade Surda venezuelana. Ela também se projeta sobre os contextos transfronteiriços, nos quais diferentes línguas de sinais passam a coexistir em situações de interação marcadas por reconhecimento desigual. A inteligibilidade, nessas situações, não decorre de uma suposta proximidade entre as línguas, mas da forma como os interlocutores articulam seus repertórios nas situações de interação e dos parâmetros institucionais que regulam sua circulação, seu reconhecimento e sua legitimidade.

3. FRONTEIRAS INTERSECCIONAIS: LINGUAGEM, CULTURA E GÊNERO NA MIGRAÇÃO SURDA

A mobilidade humana em regiões de fronteira ultrapassa o deslocamento entre territórios e envolve processos de inserção social, negociação de pertencimentos e acesso a diferentes espaços institucionais. Essas experiências não ocorrem de forma homogênea, pois são atravessadas por trajetórias linguísticas, culturais e sociais que incidem sobre o percurso migratório.

No caso dos migrantes surdos, a passagem entre territórios também os coloca diante de outras configurações sociolinguísticas, formas de mediação comunicativa e condições de acesso à informação e aos serviços. A diferença linguística, entretanto, não explica isoladamente essas experiências. Ela se articula a outras dimensões sociais que podem produzir formas distintas de participação, reconhecimento e exercício de direitos.

A noção de fronteiras interseccionais adotada neste capítulo parte justamente desse entrecruzamento. Compreendida como uma perspectiva analítica, a interseccionalidade permite examinar como diferentes relações sociais e de poder se articulam e se constituem mutuamente, produzindo experiências que não podem ser explicadas pela consideração isolada de um único marcador social (Crenshaw, 2002; Collins; Bilge, 2021). Linguagem, cultura e gênero não são tratados de forma isolada nem como atributos que determinam previamente as experiências dos sujeitos, mas como elementos que assumem diferentes significados nas relações sociais e institucionais estabelecidas em contextos de mobilidade. Essa abordagem permite reconhecer a heterogeneidade das trajetórias dos participantes e examinar as desigualdades sem atribuí-las às características individuais dos próprios sujeitos.

A partir desse enquadramento, o capítulo discute como essas relações se articulam às possibilidades de participação, reconhecimento e acesso a direitos em contextos fronteiriços. A fronteira é considerada, portanto, para além de sua dimensão geográfica, como espaço no qual diferentes posições sociais, repertórios e formas de pertencimento entram em relação e adquirem novos significados.

3.1 FRONTEIRAS ALÉM DA GEOGRAFIA: MOBILIDADE E PRODUÇÃO DE DESIGUALDADES

Toda investigação sobre a linguagem pressupõe uma determinada forma de compreender seu objeto, os sujeitos que dela participam e as relações sociais nas quais as práticas de linguagem se constituem. As escolhas que sustentam a pesquisa não se restringem ao campo técnico ou aos procedimentos adotados; expressam uma posição epistemológica que orienta a formulação dos problemas de pesquisa, a construção do conhecimento e a interpretação dos fenômenos analisados. Nesta pesquisa, tal posição assume particular importância porque linguagem, mobilidade e fronteira não constituem dimensões independentes: articulam-se em relações sociais que definem possibilidades distintas de participação, reconhecimento e circulação dos repertórios.

A proposta de uma Linguística Crítica desenvolvida por Rajagopalan (1999; 2003) oferece um ponto de partida para a discussão ao questionar a possibilidade de dissociar a investigação da linguagem das dimensões éticas, políticas e ideológicas que atravessam a produção do conhecimento. Para o autor, toda teoria sobre a linguagem expressa um modo de interpretar a realidade social e produz implicações que ultrapassam o âmbito acadêmico. Qualquer perspectiva teórica sobre a linguagem, portanto, “inevitavelmente implicará um certo posicionamento ideológico e, portanto, terá necessariamente consequências éticas” (Rajagopalan, 1999, p. 212).

O alcance da formulação de Rajagopalan não se limita à crítica da neutralidade científica. Se as categorias empregadas pela Linguística participam dos modos pelos quais práticas e sujeitos são descritos, classificações aparentemente técnicas também podem naturalizar determinadas concepções de língua, falante, pertencimento e legitimidade. A escolha de uma unidade de análise, a definição do que conta como língua e a interpretação de determinadas práticas como legítimas ou desviantes não são operações exteriores às relações sociais investigadas. Elas integram a própria construção do objeto e exigem que o pesquisador explicite os pressupostos que sustentam sua leitura.

A discussão se amplia quando Rajagopalan (2003; 2023) problematiza a própria noção de língua. Em diferentes momentos de sua produção, o autor questiona sua naturalização como sistema homogêneo, autônomo e delimitado exclusivamente por critérios estruturais. Em publicação recente, Rajagopalan (2023) afirma que aquilo

que se denomina língua corresponde a “reflexos semióticos” de configurações geopolíticas historicamente constituídas e reconfiguradas com o passar do tempo. A delimitação das línguas passa, portanto, a ser examinada também à luz dos processos históricos, políticos e institucionais que lhes atribuem nomes, fronteiras e reconhecimento.

A consequência analítica dessa problematização é significativa para uma pesquisa situada em região fronteiriça. Os limites que distinguem uma língua de outra deixam de figurar como evidências naturais e passam a integrar processos de classificação e legitimação. Nomear uma prática linguística, estabelecer sua relação com determinada comunidade e reconhecer ou recusar sua presença em espaços institucionais são atos que também produzem fronteiras. A noção de fronteira utilizada nesta tese, por isso, não se restringe à linha territorial que separa Estados nacionais; alcança os mecanismos sociais e simbólicos que estabelecem pertencimentos, distribuem legitimidades e condicionam a participação dos sujeitos.

A passagem da fronteira territorial às suas dimensões sociais encontra em Sayad (1998) um eixo decisivo. Para o autor, a migração não pode ser reduzida ao deslocamento entre um ponto de origem e outro de destino, pois articula simultaneamente as condições da sociedade de emigração e da sociedade de imigração. O migrante ocupa uma posição constituída nessa relação e, por isso, sua experiência não se encerra no ato de atravessar uma fronteira nacional. Ela alcança os modos de inserção, as possibilidades de reconhecimento e as formas de participação estabelecidas após o deslocamento.

A perspectiva de Sayad modifica o próprio lugar atribuído ao sujeito migrante. Em vez de concebê-lo apenas como alguém que se encontra em trânsito geográfico, torna-se necessário considerar as relações sociais, políticas e institucionais nas quais sua presença passa a ser interpretada. Pertencimento e reconhecimento não acompanham automaticamente a entrada em um novo território. São produzidos nas relações estabelecidas com instituições, comunidades e sujeitos que já ocupam posições específicas naquele espaço social.

A diferença entre presença e participação torna-se central para nossa leitura das vivências migratórias. O ingresso físico em um território ou em uma instituição não assegura participação efetiva, pois os sujeitos podem encontrar obstáculos para acessar informações, estabelecer interlocuções ou tomar parte em situações que os afetam diretamente. Essas possibilidades também são atravessadas por diferentes

relações sociais, entre elas as de gênero, retomadas adiante em sua articulação com migração, surdez e acesso a direitos.

As contribuições de Bourdieu (1989; 1996) permitem deslocar a discussão do pertencimento para as condições sociais que conferem valor desigual às posições e às práticas. Se o reconhecimento é socialmente produzido, ele depende das relações que autorizam determinados modos de participação e restringem outros. A inserção em um espaço social não elimina as diferenças de posição; ao contrário, pode reorganizá-las de acordo com os critérios de legitimidade que operam naquele contexto.

Ao definir o poder simbólico como “um poder de construção da realidade”, Bourdieu (1989, p. 14) oferece uma chave importante para interpretar os processos de legitimação. Nomear, classificar e reconhecer não constituem operações neutras porque participam da produção das divisões por meio das quais o mundo social se torna inteligível. Aplicada ao contexto da pesquisa, a formulação permite compreender que as fronteiras também se produzem quando determinados sujeitos, línguas ou repertórios encontram reconhecimento institucional e outros permanecem pouco visíveis, dependentes de mediação ou situados em posições de menor legitimidade.

Essa questão também se evidencia na função atribuída aos sistemas simbólicos. Conforme Bourdieu (1989, p. 10, tradução nossa), eles constituem “[...] os instrumentos por excelência da ‘integração social’: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação [...], tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social [...]”.[24]

A integração mencionada pelo autor não pressupõe ausência de desigualdade. Os sistemas simbólicos que possibilitam formas compartilhadas de interpretação também participam da definição dos critérios pelos quais diferenças são reconhecidas e hierarquizadas. Interessa, portanto, examinar as condições sob as quais a presença, a língua e os repertórios dos sujeitos adquirem valor em determinado espaço social.

A articulação entre mobilidade, reconhecimento e poder simbólico permite compreender como a fronteira se produz nas relações sociais e institucionais constituídas nesses deslocamentos. Essa dimensão manifesta-se nas classificações

[24] NO original: *Les systèmes symboliques sont les instruments par excellence de l'intégration sociale: en tant qu'instruments de connaissance et de communication (cf. l'analyse durkheimienne de la fête), ils rendent possible le consensus sur le sens du monde social qui contribue fondamentalement à la reproduction de l'ordre social.* (Bourdieu, 1989, p. 10).

atribuídas aos sujeitos, nas formas de reconhecimento conferidas às suas práticas e nas condições institucionais que autorizam ou restringem sua participação. Rajagopalan (1999; 2003), Sayad (1998) e Bourdieu (1989; 1996) permitem, por caminhos teóricos distintos, deslocar a análise de uma linha territorial para processos relacionais capazes de produzir diferenças de posição, pertencimento e legitimidade.

Quando a linguagem ocupa o centro da análise, a mobilidade não transporta línguas intactas de um território para outro, nem desloca sujeitos acompanhados de repertórios cujo valor permanece inalterado. É justamente a relação entre circulação e mudança de valor que Blommaert (2010) permite aprofundar. Ao articular linguagem, mobilidade, repertórios e desigualdades sociolinguísticas, o autor questiona modelos que pressupõem correspondência estável entre língua, comunidade e território e direciona a análise para o que ocorre quando recursos linguísticos e semióticos circulam entre diferentes espaços sociais.

A circulação desigual dos recursos é central para compreender a produção de desigualdades sociolinguísticas. Nessa perspectiva, esses recursos não mantêm valor constante entre diferentes contextos. Uma prática reconhecida como legítima em determinado espaço pode ocupar posição distinta quando deslocada para outro, porque os critérios de avaliação também se modificam. A desigualdade não reside, portanto, em uma suposta insuficiência do repertório do sujeito, mas na relação entre aquilo que ele mobiliza e os regimes de valor que organizam cada espaço social.

Entre migrantes surdos, a circulação dos repertórios adquire uma configuração específica. A passagem entre territórios coloca em contato Libras e LSV como línguas nomeadas e repertórios constituídos ao longo de trajetórias diversas de escolarização, socialização, participação comunitária e acesso às línguas de sinais. O deslocamento para outro espaço sociolinguístico não apaga esses recursos, porém pode modificar as condições de sua circulação e reconhecimento. Ao ingressarem em espaços organizados por outras expectativas e normas institucionais, determinados recursos passam a operar sob condições de inteligibilidade e legitimidade distintas daquelas experimentadas anteriormente.

A inteligibilidade integra diretamente a problemática do reconhecimento dos repertórios em mobilidade. Nesse quadro, a circulação dos recursos mostra que a compreensão não pode ser tomada como consequência automática da correspondência entre sistemas linguísticos. Na análise aqui desenvolvida, a inteligibilidade situa-se na relação entre os repertórios mobilizados, as condições

concretas da interação e os valores atribuídos aos recursos em cada espaço social. O entendimento não se separa, portanto, das relações de poder que atravessam a mobilidade: as possibilidades de produzir sentidos e participar das interações também dependem do modo como os repertórios dos sujeitos são reconhecidos.

A fronteira configura-se, assim, como territorial, linguística, social e simbólica, uma vez que as formas de classificação e valoração dos repertórios também incidem sobre as condições de participação dos sujeitos em mobilidade. Compreendê-la nesses termos permite tratar a experiência dos participantes não como consequência abstrata da condição migratória, mas a partir das relações concretas nas quais linguagem, pertencimento e legitimidade se articulam.

Com o percurso teórico delineado, torna-se possível avançar da discussão sobre fronteira, mobilidade e desigualdade para os modos como linguagem e cultura se articulam às trajetórias dos migrantes surdos. A seção seguinte examina a reorganização de repertórios e referências culturais em contextos de mobilidade.

3.2 LINGUAGEM, CULTURA E REPERTÓRIOS NA EXPERIÊNCIA MIGRATÓRIA SURDA

Nas trajetórias de migrantes surdos, a mobilidade coloca em relação repertórios linguísticos, referências culturais, formas de pertencimento e modos de participação constituídos em diferentes contextos sociais. Esses elementos não permanecem inalterados quando os sujeitos passam a estabelecer vínculos em outro espaço sociolinguístico, pois entram em contato com novas práticas, interlocutores e formas de organização social e institucional. As experiências anteriores continuam a integrar seus percursos, mas passam a ser mobilizadas em situações marcadas por outras expectativas linguísticas e possibilidades de participação.

Na experiência migratória surda, o contato entre diferentes línguas de sinais, comunidades e formas de mediação comunicativa amplia as possibilidades de interação e introduz outras exigências para a construção da inteligibilidade. A inserção em novos espaços sociais envolve instituições, redes de sociabilidade e práticas linguísticas que podem diferir daquelas presentes antes do deslocamento. A compreensão mútua, portanto, não depende necessariamente do compartilhamento de uma única língua, mas da articulação dos recursos disponíveis diante das demandas de cada situação de interlocução.

As diferenças entre línguas constituem apenas uma dimensão desse processo. Os interlocutores trazem para a interação conhecimentos linguísticos, culturais e sociais constituídos em contextos distintos, que participam dos modos de interpretar e produzir sentidos. Compartilhar determinados recursos linguísticos não significa, necessariamente, compartilhar experiências de uso, referências sociais ou expectativas semelhantes sobre a interação. As possibilidades de compreensão relacionam-se também aos percursos de constituição desses conhecimentos e às condições em que passam a ser mobilizados.

A relação entre repertórios e trajetórias, já discutida no Capítulo 2, adquire particular relevância em contextos de mobilidade. Retomando a discussão de Blommaert (2010), o deslocamento coloca em circulação recursos constituídos em diferentes tempos e espaços. Blommaert e Backus (2013) aprofundam essa compreensão ao caracterizarem os repertórios como “biografias indexicais” (p. 28, tradução nossa),[25] nas quais se inscrevem os itinerários sociais e culturais dos sujeitos, e como “registros da mobilidade” (p. 29, tradução nossa),[26] relacionados ao movimento de pessoas, recursos linguísticos, espaços sociais e formas de aprendizagem. Os repertórios vinculam-se, assim, às experiências particulares por meio das quais seus componentes foram adquiridos e mobilizados, em vez de constituírem inventários homogêneos e estáveis.

A construção do entendimento exige ainda considerar o caráter situado da interpretação. Para Gumperz (1982), os processos inferenciais produzidos no curso da interação orientam a maneira como os participantes interpretam mutuamente suas ações comunicativas. As pistas de contextualização adquirem significado nas situações concretas em que são produzidas e oferecem elementos para essas inferências. Ambiguidades podem ser negociadas no desenvolvimento da própria troca, o que sustenta a compreensão da inteligibilidade como processo situado, relacionado aos ajustes realizados pelos interlocutores. Desse modo, a mobilidade integra as condições de interpretação, pois os recursos disponíveis e os conhecimentos acionados foram constituídos em trajetórias distintas e não possuem necessariamente o mesmo alcance para todos os participantes.

[25] Original: *indexical biographies* (BLOMMAERT; BACKUS, 2013, p. 28).
[26] Original: *records of mobility* (BLOMMAERT; BACKUS, 2013, p. 29).

A reflexão sobre os repertórios alcança também a compreensão da cultura, tomada não como conjunto estático de tradições, mas como dimensão continuamente atualizada nas relações sociais. Burke (2003, p. 73) caracteriza as zonas de fronteira como espaços que constituem “[...] não apenas locais de encontro, mas também sobreposições ou interseções entre culturas [...]”. Essa formulação permite compreender os espaços fronteiriços como lugares nos quais diferentes referências culturais entram em contato e passam a compor relações sociais específicas. Em Roraima, migrantes surdos estabelecem vínculos com comunidades surdas locais e instituições e entram em contato com outras práticas linguísticas, sem que isso pressuponha o apagamento das referências constituídas antes do deslocamento.

Essa aproximação não implica caracterizar as vivências dos participantes como formas de hibridismo. Sua leitura das zonas de fronteira como espaços de encontro e articulação entre referências culturais distintas permite tratar o contato sem pressupor a formação de uma nova configuração cultural. O recorte adotado busca compreender como elementos constituídos em diferentes percursos passam a coexistir e a ser reorganizados nas experiências migratórias. Mantemos, assim, a atenção sobre as formas de participação sem pressupor fusão ou homogeneização. Tais referências tampouco são tomadas como explicação prévia para os comportamentos dos participantes; integram suas trajetórias e atravessam as relações e as possibilidades de inserção construídas após o deslocamento.

Nas comunidades surdas, a articulação entre língua, cultura e vida comunitária assume especial relevância, uma vez que as línguas de sinais participam da constituição de vínculos sociais, da circulação de conhecimentos e da construção de referências compartilhadas. Após o deslocamento, os sujeitos estabelecem relações com outras comunidades surdas e formas de organização institucional e passam a participar de novas práticas linguísticas. Esses encontros não substituem os pertencimentos anteriores, mas podem reorganizar possibilidades de participação social, redes de sociabilidade e conhecimentos incorporados às experiências dos participantes.

Os estudos reunidos por Zambrano e Pedrosa (2017) permitem ampliar essa discussão ao apresentarem diferentes comunidades surdas latino-americanas e a heterogeneidade de suas trajetórias linguísticas, educacionais e institucionais. No capítulo dedicado à Venezuela, Luque e Pérez (2017) recuperam aspectos da trajetória educacional da comunidade surda venezuelana, das políticas relacionadas

à Língua de Sinais Venezuelana (LSV), da participação das organizações surdas e das reivindicações por uma educação orientada pelas especificidades linguísticas e culturais desses sujeitos. As autoras atribuem à LSV papel relevante na coesão e no desenvolvimento dessa comunidade.

O panorama venezuelano é relevante porque a história linguística dos participantes desta pesquisa não se inicia com sua chegada ao Brasil. Seus repertórios e referências educacionais e comunitárias foram constituídos também nas relações anteriores com a LSV, em diferentes experiências de escolarização e em espaços de participação da comunidade surda venezuelana. O deslocamento para o Brasil coloca esses conhecimentos em contato com outras práticas, línguas de sinais e condições institucionais, sem apagar os percursos que antecederam a migração.

Em Roraima, Azerêdo (2023) discute a comunicação como direito linguístico a partir de relatos de migrantes surdos venezuelanos residentes em Boa Vista, considerando experiências relacionadas ao acesso à informação, ao contato entre LSV, Libras, português e espanhol e à aprendizagem da Libras. Esses relatos permitem refletir sobre o lugar que diferentes recursos linguísticos assumem na vida cotidiana após o deslocamento e sobre as condições em que sua mobilização amplia ou restringe a participação social. Para a comunidade surda migrante, a questão ultrapassa a aprendizagem de uma nova língua: envolve o direito de estabelecer interlocução, acessar informações e participar dos espaços sociais e institucionais sem que a responsabilidade pela comunicação recaia exclusivamente sobre o próprio sujeito.

No corpus desta pesquisa, a inserção em instituições brasileiras, a convivência cotidiana com falantes de Libras e a manutenção de vínculos com a comunidade surda venezuelana colocam em contato recursos constituídos em diferentes momentos da vida dos participantes. Não ocorre, necessariamente, a substituição de um repertório por outro. As situações comunicativas demandam seleções, combinações e ajustes de acordo com os interlocutores, os objetivos da interação e as condições concretas em que os sentidos são negociados.

Além de variarem conforme interlocutores e situações, os recursos circulam sob condições desiguais de reconhecimento, questão retomada adiante na discussão sobre regimes de legitimação e mediação linguística. Aquilo que os participantes mobilizam não encontra necessariamente o mesmo valor em todos os espaços sociais, sobretudo em instituições organizadas prioritariamente em torno da Libras e

do português. Tais diferenças não decorrem de uma suposta insuficiência linguística dos sujeitos, mas das condições sociais e institucionais que ampliam ou restringem o reconhecimento de determinados repertórios e as possibilidades de participação.

A articulação situada dos repertórios dialoga com a perspectiva da translinguagem (García, 2009; García; Li Wei, 2014), retomada e aprofundada na Seção 4.3. Neste ponto da discussão, interessa considerar que os participantes não operam com conjuntos estanques de recursos previamente separados segundo as fronteiras das línguas nomeadas. Nas situações de interação, mobilizam conhecimentos disponíveis em função dos interlocutores, dos propósitos comunicativos e das exigências que emergem em cada troca.

Repertório, pertencimento e participação não se organizam de maneira uniforme nas experiências dos sujeitos, pois também se relacionam às posições sociais ocupadas em diferentes contextos. Nesse quadro**,** o gênero assume importância particular para esta pesquisa. No caso das mulheres surdas migrantes, as possibilidades de acesso a direitos, participação social e reconhecimento institucional não podem ser compreendidas apenas a partir da diversidade linguística e cultural. A articulação entre mobilidade, surdez e relações de gênero orienta, por isso, a discussão desenvolvida na seção seguinte.

3.3 GÊNERO E VULNERABILIDADE NA EXPERIÊNCIA DAS MULHERES SURDAS MIGRANTES

As experiências produzidas pela migração não reorganizam a participação social de maneira uniforme. As possibilidades de acesso à educação, ao trabalho, à saúde e aos serviços públicos são atravessadas por relações sociais que distribuem oportunidades e recursos de forma desigual, condicionando modos distintos de inserção e exercício dos direitos. No caso das mulheres surdas migrantes, interessa compreender como mobilidade humana, linguagem, gênero e outras relações sociais se articulam na produção dessas desigualdades. A vulnerabilidade, portanto, não é tomada como característica inerente aos sujeitos, mas como resultado de processos de vulnerabilização constituídos em condições sociais e institucionais específicas.

Em diálogo com essa compreensão, Marafon e Piluso (2020) argumentam que a vulnerabilidade é distribuída de maneira desigual nos regimes de poder e nas relações de gênero, sem constituir característica essencial das mulheres. Ao

articularem contribuições feministas aos estudos da deficiência, as autoras mostram que diferentes formas de desigualdade podem se intensificar quando atravessadas por outras relações sociais, o que desloca a análise de atributos individuais para os contextos em que barreiras e assimetrias são produzidas. Para esta pesquisa, essa formulação sustenta a opção por compreender a vulnerabilização como processo social e institucional, especialmente quando condições de comunicação, acesso a direitos e reconhecimento limitam as possibilidades de participação.

A análise dessas desigualdades exige afastar explicações que atribuam as dificuldades vivenciadas pelas mulheres surdas migrantes exclusivamente à condição migratória ou à surdez. As formas de participação social, de reconhecimento e de acesso aos direitos são estruturadas por relações mais amplas, que distribuem desigualmente recursos materiais, simbólicos e comunicacionais. O gênero assume, assim, função analítica para examinar como posições sociais são constituídas e como determinadas condições ampliam ou restringem as possibilidades de atuação dos sujeitos em diferentes espaços.

Os estudos feministas foram decisivos para o questionamento de concepções que tratavam a experiência feminina como homogênea e universal. Hollanda (2020) mostra que as discussões contemporâneas sobre gênero passaram a considerar a pluralidade de condições históricas, sociais e culturais nas quais as experiências das mulheres se constituem. As desigualdades, portanto, não atingem todas da mesma forma, pois relações de poder distintas atravessam seus percursos e organizam possibilidades diversas de reconhecimento, inserção social e acesso aos direitos.

A crítica à existência de uma identidade feminina fixa também está presente em Butler (2006). Ao problematizar a ideia de uma experiência comum a todas as mulheres, a autora direciona a atenção para as normas e relações sociais pelas quais determinadas identidades se tornam reconhecíveis, enquanto outras ocupam posições menos legitimadas. Para esta pesquisa, tal formulação impede que a categoria “mulheres surdas migrantes” seja tomada como descrição de um grupo internamente uniforme. Compartilhar gênero, experiência migratória ou condição de surdez não produz trajetórias equivalentes nem determina, de antemão, formas idênticas de participação social.

Entre as participantes desta pesquisa, repertórios linguísticos, experiências educacionais, percursos migratórios, vínculos familiares e comunitários e relações com as instituições constituem trajetórias particulares. Compreendemos, portanto, que

a designação “mulheres migrantes surdas” não apaga as diferenças existentes entre essas participantes nem pressupõe experiências equivalentes. Cada participante constrói seu percurso a partir de vivências e relações específicas, que incidem de modos distintos sobre suas possibilidades de participação, reconhecimento e acesso a direitos. A análise considera, assim, tanto as relações sociais que atravessam essas experiências quanto a singularidade das trajetórias em que elas se constituem.

A experiência histórica das mulheres negras evidencia os limites de uma categoria universal de mulher e mostra que gênero não pode ser interpretado isoladamente das demais relações de poder que constituem a vida social. Compreendemos, assim, que essa perspectiva permite articular gênero, mobilidade, surdez e linguagem sem convertê-los em uma simples soma de condições individuais (Davis, 2016).

As mulheres surdas migrantes, portanto, não são compreendidas a partir da adição de categorias previamente separadas. Surdez, gênero, migração e linguagem adquirem significado nas relações sociais e institucionais em que os sujeitos participam e nas condições concretas de acesso à informação, à comunicação e aos direitos. Analisar tais articulações requer um referencial capaz de considerar relações de poder que operam simultaneamente e produzem formas específicas de desigualdade. É nesse ponto que a interseccionalidade assume função na arquitetura teórica desta pesquisa.

Crenshaw (2002, p. 177) concebe a interseccionalidade como perspectiva para compreender os efeitos estruturais e dinâmicos produzidos pela articulação entre diferentes eixos de subordinação. Em vez de analisar categorias sociais isoladamente, a autora direciona a atenção aos sistemas de poder e às relações entre eles:

> A associação de sistemas múltiplos de subordinação tem sido descrita de vários modos: discriminação composta, cargas múltiplas, ou como dupla ou tripla discriminação. A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (Crenshaw, 2002, p. 177)

A formulação de Crenshaw modifica o foco da análise: em vez de acrescentar marcadores a uma descrição previamente estabelecida, interessa compreender como

diferentes sistemas de poder se relacionam e reorganizam as posições ocupadas pelos sujeitos. Aplicada a esta pesquisa, a interseccionalidade permite examinar as experiências das mulheres surdas migrantes sem atribuir as desigualdades separadamente ao gênero, à surdez ou à migração. O foco recai sobre as relações nas quais tais dimensões se articulam e sobre as condições sociais e institucionais produzidas nessa articulação.

No campo da comunicação, essa perspectiva impede que as barreiras encontradas pelas mulheres surdas migrantes sejam interpretadas exclusivamente como consequência da ausência de uma língua compartilhada. Tampouco pressupomos que toda dificuldade comunicacional vivenciada por uma mulher surda migrante seja necessariamente distinta daquela enfrentada por um homem surdo migrante. A perspectiva interseccional não serve para presumir diferenças que os dados não demonstram, mas para examinar de que maneira as condições de comunicação se inserem em relações sociais e institucionais também atravessadas pelo gênero. O problema analítico desloca-se, dessa forma, da suposta insuficiência individual para as condições em que o acesso à comunicação é organizado.

Em pesquisa anterior que realizamos em Roraima (Cruz, 2019), analisamos dificuldades de acesso à informação e à comunicação vivenciadas pela comunidade surda migrante em suas relações com diferentes espaços institucionais. Os resultados já apontavam que tais barreiras não podiam ser reduzidas à ausência de uma língua comum, pois também se relacionavam às formas pelas quais as instituições organizavam a acessibilidade e reconheciam determinadas práticas linguísticas. Na presente pesquisa, a discussão assume outro recorte: interessa compreender como essas condições integram experiências marcadas simultaneamente pela mobilidade, pela surdez, pela linguagem e, no caso das mulheres participantes, pelas relações de gênero.

A dimensão institucional também está presente na formulação de Crenshaw (1989; 1991), especialmente quando a autora problematiza políticas e estruturas que tratam separadamente categorias sociais cuja articulação produz experiências específicas. Quando respostas institucionais são formuladas a partir de uma única dimensão, determinados sujeitos podem permanecer pouco contemplados pelas categorias utilizadas para definir destinatários, necessidades e formas de atendimento. Para as mulheres surdas migrantes, essa questão permite refletir sobre situações em que políticas voltadas às mulheres, às pessoas surdas ou aos migrantes

não alcançam, necessariamente, a complexidade das experiências constituídas no cruzamento dessas relações.

A mediação linguística ocupa lugar importante nessa discussão porque integra as condições de acesso à informação, aos serviços e aos direitos. Não se trata de benefício assistencial nem de recurso complementar, mas de uma condição institucional que pode favorecer o estabelecimento da inteligibilidade em determinadas situações. Quando recursos adequados de mediação não são disponibilizados, dificuldades inicialmente percebidas como comunicacionais podem produzir obstáculos concretos ao acesso à saúde, à educação, à informação e a outros espaços de participação social. Essa relação entre condições linguísticas, participação e acesso a direitos será aprofundada na subseção seguinte.

A discussão sobre reconhecimento aproxima-se da formulação de Fraser (2007), para quem a questão não se reduz à valorização positiva de identidades ou diferenças, mas envolve a posição ocupada pelos sujeitos nas relações sociais. Ao concebê-lo como uma questão de *status*, a autora problematiza situações em que direitos formalmente assegurados coexistem com possibilidades desiguais de participação. A marginalização, nessa perspectiva, relaciona-se tanto à distribuição de recursos quanto a padrões institucionalizados de valor que impedem determinados sujeitos de participar em condições de paridade.

Essa compreensão direciona a análise para as formas pelas quais instituições classificam sujeitos, registram demandas e definem os destinatários de políticas públicas. Estatísticas, diagnósticos e critérios administrativos não funcionam apenas como instrumentos descritivos, pois estabelecem recortes a partir dos quais determinadas experiências se tornam mais ou menos visíveis. A ausência de informações sobre grupos específicos não comprova, por si só, sua invisibilização institucional, mas permite problematizar os limites das categorias utilizadas para registrar experiências sociais complexas.

O *Guia para Acolhimento de Migrantes, Refugiadas e Refugiados* (ONU Brasil, 2022, p. 10) chama atenção para esse problema ao registrar que:

> Os dados de migração normalmente não são desagregados, o que faz com que as necessidades específicas de mulheres sejam muitas vezes invisibilizadas, acarretando a falta de políticas para migrantes e refugiados que promovem a inclusão de necessidades específicas de mulheres (ONU Brasil, 2022, p. 10).

O documento indica, ainda, que situações de vulnerabilidade em contextos de deslocamento podem ser atravessadas por fatores como deficiência, origem étnica, religião, orientação sexual, identidade de gênero e origem social. Embora reconheça a coexistência dessas dimensões, o guia não apresenta informações específicas sobre mulheres surdas migrantes nem examina a articulação entre gênero, surdez, mobilidade e linguagem. Tal limite não autoriza concluir que essas experiências sejam inexistentes ou necessariamente ignoradas pelas instituições, mas permite refletir sobre aquilo que permanece pouco visível quando os dados não são produzidos de forma suficientemente desagregada.

A leitura conjunta dessas discussões permite compreender gênero, surdez, mobilidade e linguagem como dimensões que adquirem significado nas relações sociais e institucionais, e não como atributos que se somam mecanicamente aos sujeitos. A perspectiva interseccional oferece, assim, uma chave para analisar processos de vulnerabilização sem transformar a diferença em insuficiência individual. Ao direcionarmos o olhar para as condições em que comunicação, reconhecimento e acesso aos direitos são organizados, torna-se necessário examinar com maior precisão a dimensão linguística desses processos. A subseção seguinte aprofunda essa questão ao discutir situações em que as condições de acesso linguístico podem ampliar ou restringir a participação de mulheres surdas em serviços, instituições e mecanismos de proteção.

3.3.1 Vulnerabilidade linguística e acesso a direitos entre mulheres surdas

A discussão sobre os processos de vulnerabilização ganha maior precisão quando consideramos as condições linguísticas em que mulheres surdas acessam informações, serviços públicos e mecanismos de proteção. Nesta tese, a expressão vulnerabilidade linguística não designa uma propriedade da mulher surda nem uma insuficiência de seu repertório. Refere-se a situações nas quais os meios de comunicação disponibilizados não asseguram condições adequadas para que a pessoa compreenda informações, expresse suas demandas e participe de decisões que lhe dizem respeito. A vulnerabilização situa-se, portanto, na relação entre os recursos mobilizados pelos sujeitos e as condições oferecidas nos espaços em que precisam estabelecer interlocução.

Baalbaki e Silveira (2024) aproximam essa problemática das experiências de mulheres surdas em situações de violência e de busca por proteção. As autoras mostram que, em delegacias e outros serviços, a ausência de profissionais capazes de estabelecer comunicação em Libras ou de recursos adequados de interpretação pode limitar o relato da violência sofrida, o registro de informações relevantes e a compreensão dos encaminhamentos realizados. Nesses casos, a barreira linguística ultrapassa uma dificuldade circunstancial de entendimento, pois pode afetar diretamente a possibilidade de denunciar, solicitar proteção e acessar direitos. O problema deixa, assim, de ser atribuído à língua ou à capacidade comunicativa da mulher surda e passa a envolver a forma como o atendimento é institucionalmente organizado.

A vulnerabilidade linguística torna-se particularmente relevante em situações nas quais informações e decisões produzem consequências imediatas para a vida dos sujeitos. Baalbaki e Silveira (2024) relacionam a ausência de acessibilidade nos serviços de proteção a restrições concretas no exercício de direitos e destacam diferentes possibilidades de enfrentamento das barreiras comunicacionais, entre elas atendimento por vídeo, tradução de materiais jurídicos e presença de intérpretes quando a comunicação direta em Libras não está disponível. Tais medidas mostram que o acesso linguístico depende também das escolhas realizadas pelos serviços acerca das línguas reconhecidas, dos recursos de mediação oferecidos e das formas pelas quais as informações são disponibilizadas.

Perlin e Jung (2024) ampliam essa reflexão a partir de relatos produzidos no Grupo de Trabalho dedicado aos direitos das mulheres surdas durante o II Congresso Nacional de Libras (CONALI). As autoras registram experiências relacionadas à saúde, à educação, à segurança e a outros espaços públicos, além de problematizarem concepções que associam a mulher surda à incapacidade e à necessidade permanente de tutela. O conjunto dessas experiências permite compreender que as barreiras comunicacionais não atuam isoladamente: articulam-se a modos de reconhecimento que podem restringir a possibilidade de falar por si, compreender procedimentos, participar de decisões e ocupar posições de maior autonomia social.

A discussão proposta por Perlin e Jung (2024) também impede que a acessibilidade seja reduzida à presença eventual de um recurso técnico. Nos contextos de saúde, justiça e segurança examinados pelas autoras, a participação das

mulheres surdas depende do reconhecimento de sua diferença linguística e cultural e da existência de meios efetivos para compreender e ser compreendidas. A ausência desses meios pode impedir o acesso a informações relativas à própria saúde, aos procedimentos institucionais e aos mecanismos de proteção. É nesse quadro que as autoras discutem a violência linguística, relacionada a situações nas quais a própria organização do atendimento restringe o exercício de direitos.

Pesquisas anteriores também registram efeitos dessas barreiras em atendimentos de saúde. Lamberg e Oliveira (2017), em estudo com mulheres surdas, apresentam relatos de dificuldades comunicacionais durante consultas médicas e no parto. As participantes mencionam estratégias como escrita, leitura labial e auxílio de familiares diante da ausência de atendimento em Libras. Esses relatos não podem ser generalizados para todas as mulheres surdas, mas permitem perceber que, quando a instituição não oferece condições linguísticas adequadas, a responsabilidade por viabilizar a comunicação pode ser transferida para a própria usuária ou para pessoas de sua rede pessoal.

Os estudos mobilizados nesta subseção tratam predominantemente de mulheres surdas em contextos brasileiros e, por essa razão, não podem ser transpostos diretamente para as trajetórias das migrantes venezuelanas participantes desta pesquisa. Sua pertinência reside em mostrar que surdez, gênero e condições de acesso linguístico podem produzir efeitos particulares quando o exercício de direitos depende de interlocuções com serviços e instituições. Não presumimos, portanto, que as participantes tenham vivenciado as mesmas formas de violência ou vulnerabilização descritas nessa literatura. O diálogo com esses trabalhos permite formular uma questão mais delimitada para nosso objeto: em que condições os recursos linguísticos disponíveis às migrantes surdas encontram reconhecimento e sustentam sua participação quando precisam acessar informações, serviços e direitos?

No caso das participantes desta pesquisa, a experiência migratória reconfigura esse problema, pois elas chegam ao Brasil com repertórios constituídos em trajetórias nas quais a Língua de Sinais Venezuelana (LSV), o espanhol e outros recursos ocupam posições próprias. Ao ingressarem em espaços organizados prioritariamente em torno da Libras e do português, a questão não se reduz à existência ou ausência de uma língua compartilhada. As possibilidades de interlocução dependem também dos recursos reconhecidos, das formas de mediação disponibilizadas e da capacidade

das instituições de responder à diversidade linguística presente nas interações. Desse modo, o acesso formal a determinado serviço não corresponde necessariamente à possibilidade efetiva de compreender, ser compreendida e participar das decisões produzidas naquele espaço.

Compreender a vulnerabilidade linguística nesses termos permite afastar duas interpretações incompatíveis com a perspectiva adotada nesta tese. A primeira atribuiria às mulheres surdas uma vulnerabilidade intrínseca; a segunda explicaria as dificuldades comunicacionais como déficit individual ou consequência natural da diferença entre línguas. Em ambos os casos, permaneceriam obscurecidas as relações sociais e institucionais que organizam a comunicação e distribuem desigualmente as condições de participação. Ao situarmos a questão no modo como o acesso linguístico é produzido, aproximamo-nos dos regimes de legitimação, das formas de mediação e dos processos de reconhecimento institucional discutidos na seção seguinte.

3.4 REGIMES DE LEGITIMAÇÃO, MEDIAÇÃO LINGUÍSTICA E RECONHECIMENTO INSTITUCIONAL

Nos espaços institucionais, línguas, repertórios e formas de mediação não encontram condições equivalentes de reconhecimento. Normas, categorias de classificação e estruturas administrativas participam da definição do que adquire legitimidade e do que permanece fora dos mecanismos formais de identificação e acesso à comunicação. Em Roraima, essa questão assume particular relevância porque a diversidade linguística presente nas práticas sociais da fronteira nem sempre encontra correspondência nos dispositivos por meio dos quais as instituições produzem informações, organizam serviços e reconhecem seus interlocutores.

A distribuição desigual desse reconhecimento pode ser compreendida em diálogo com Blommaert (2010), para quem os recursos linguísticos não circulam sob condições equivalentes de valor e legitimidade. Em situações de mobilidade, os sujeitos atravessam fronteiras com repertórios constituídos em diferentes trajetórias, mas o reconhecimento atribuído a esses recursos não se desloca automaticamente com eles. No caso dos migrantes surdos investigados nesta pesquisa, essa assimetria ganha especial importância quando recursos que participam de suas experiências

comunicativas encontram espaços institucionais organizados prioritariamente em torno de outras referências linguísticas.

A relação entre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a Língua de Sinais Venezuelana (LSV) torna esse processo particularmente visível, sem estabelecer oposição entre as duas línguas. A Libras ocupa uma posição institucionalmente reconhecida no Brasil, amparada por dispositivos jurídicos e presente em categorias utilizadas por diferentes sistemas públicos. A LSV, por sua vez, pode circular nos mesmos espaços por meio de seus falantes sem alcançar possibilidades equivalentes de identificação institucional. O problema analítico, portanto, não está na existência ou na legitimidade linguística desses repertórios, mas nas condições pelas quais eles se tornam reconhecíveis para as instituições.

As formas de produção e divulgação dos registros oficiais também tornam essa assimetria visível. Como discutimos na Seção 2, a diversidade das línguas de sinais presente no território brasileiro ultrapassa aquilo que determinadas categorias estatísticas conseguem identificar. A ausência de registros sobre uma língua ou prática comunicativa não autoriza concluir que ela inexista, pois entre a realidade social e sua representação estatística operam escolhas relativas ao que será perguntado, registrado, organizado e disponibilizado pelas instituições.

Nos dados educacionais, o problema exige atenção particular. Uma informação pode integrar o instrumento de coleta ou estar disponível em determinado registro sem que isso signifique que ela possa ser articulada, no recorte estatístico consultado, a outras variáveis necessárias para responder a uma questão específica. A nacionalidade dos estudantes, por exemplo, constitui uma variável registrada, mas sua forma de disponibilização não permite, nos dados utilizados nesta pesquisa, estabelecer todos os cruzamentos necessários para identificar diretamente grupos como o de estudantes surdos migrantes. O problema, portanto, não deve ser formulado como simples ausência de dados, mas em termos das relações que podem ser estabelecidas a partir da maneira como essas informações são organizadas e divulgadas.

A visibilidade produzida por esses registros dialoga com a noção de política linguística implícita proposta por Calvet (2007). Classificar, organizar e disponibilizar informações não constituem operações neutras quando delas dependem as possibilidades de reconhecer línguas, repertórios e sujeitos. A predominância da Libras nos registros oficiais relaciona-se à sua circulação e ao seu reconhecimento

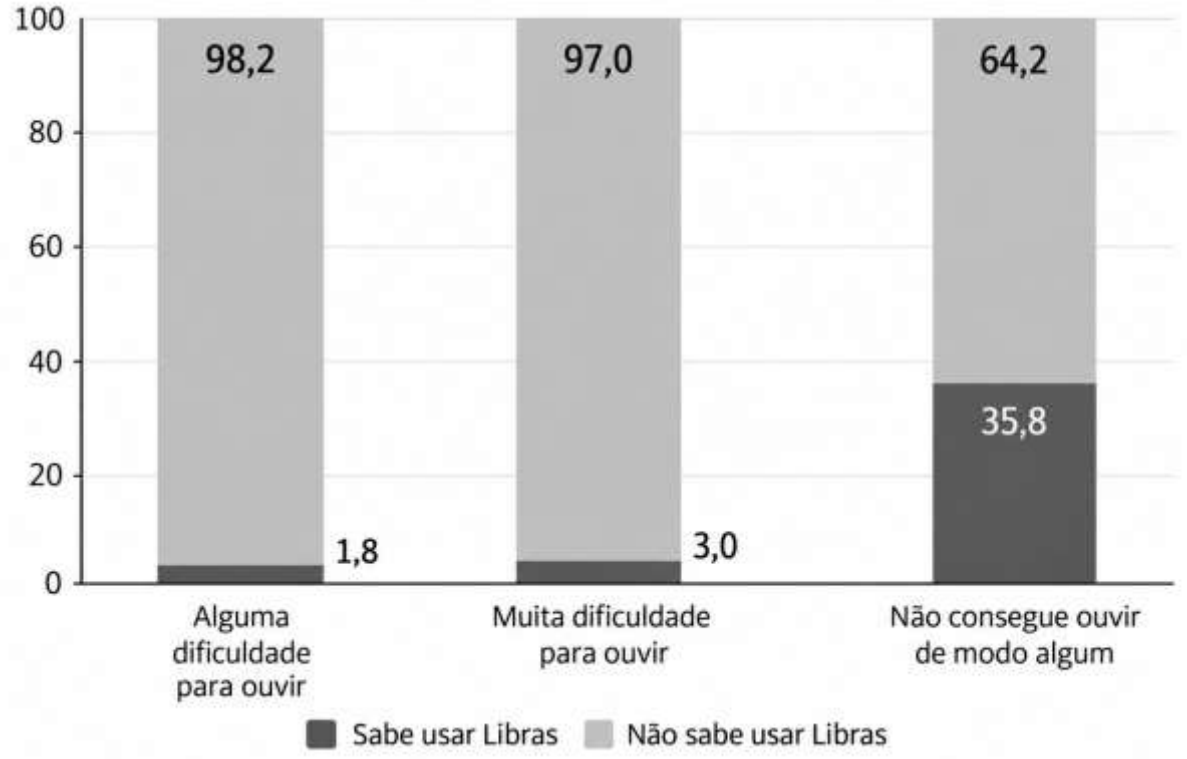
jurídico, mas também aos instrumentos institucionais que a tornam uma categoria identificável. Outras práticas linguísticas podem integrar as experiências dos sujeitos sem alcançar a mesma possibilidade de inscrição nos sistemas responsáveis pela produção dos dados oficiais.

O reconhecimento jurídico da Libras, por sua vez, não permite presumir correspondência direta entre sua institucionalização e seu uso pela população surda ou com deficiência auditiva. Tampouco significa que esses sujeitos tenham encontrado condições equivalentes de acesso à língua ao longo de suas trajetórias. Educação bilíngue, oportunidades de contato com comunidades sinalizantes, presença de profissionais qualificados e diferentes experiências de socialização linguística incidem sobre essa relação. Assim, o estatuto institucional alcançado pela Libras e sua circulação entre diferentes grupos da população constituem dimensões relacionadas, mas não equivalentes.

Os resultados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2019 fornecem dados sobre uma dimensão específica dessa relação: o uso declarado da Libras entre pessoas com diferentes graus de perda auditiva. Esses dados oferecem uma base quantitativa para comparar os grupos contemplados pelo levantamento, sem informar, por si mesmos, quais outros recursos linguísticos ou formas de comunicação essas pessoas mobilizam.

Os dados apresentados no Gráfico 5 não devem ser interpretados como medida do valor atribuído à Libras pelas pessoas contempladas pelo levantamento. A proporção daqueles que declararam utilizá-la, inclusive entre os que não conseguem ouvir de modo algum, suscita questões sobre as diferentes condições de acesso, aprendizagem, circulação e ensino da língua em distintos contextos sociais.

Gráfico 5 – Uso da Libras por pessoas com DA, segundo o grau de perda auditiva



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Pesquisa Nacional de Saúde – PNS 2019 (IBGE, 2021).

A reduzida proporção de uso declarado da Libras tampouco autoriza concluir pela ausência de comunicação. A PNS não informa quais outros recursos linguísticos ou formas de comunicação são mobilizados pelas pessoas que declararam não utilizá-la. A interpretação desse resultado exige articulação com a literatura e com dados qualitativos capazes de examinar práticas comunicativas em situações concretas. Gestualidades, práticas comunicativas locais, línguas de sinais emergentes, línguas indígenas de sinais e combinações entre diferentes recursos não podem, portanto, ser inferidas a partir do gráfico, embora integrem discussões mais amplas sobre a diversidade das práticas comunicativas de pessoas surdas.

A distância entre as práticas comunicativas mobilizadas pelos sujeitos e os critérios que regulam seu reconhecimento mostra que diferentes repertórios não ocupam posições sociais equivalentes. Bourdieu (1991) argumenta que o valor atribuído a uma língua não decorre exclusivamente de suas propriedades estruturais, mas das condições sociais que regulam sua circulação e legitimidade. A centralidade conferida à Libras nos espaços institucionais brasileiros organiza possibilidades de

acesso à comunicação e, simultaneamente, estabelece parâmetros a partir dos quais outras práticas linguísticas podem alcançar maior ou menor reconhecimento.

Assim, recursos recorrentes nas práticas comunicativas podem ocupar posição relevante nas interações e, ainda assim, não encontrar formas equivalentes de reconhecimento nos mecanismos responsáveis pelo acesso à comunicação. A diversidade presente nessas práticas, contudo, não corresponde automaticamente às formas pelas quais as instituições classificam as línguas, organizam seus serviços e estabelecem condições de acesso à comunicação.

Na fronteira entre Brasil e Venezuela, a intensificação da mobilidade humana amplia a circulação de diferentes repertórios e torna os espaços sociais mais plurilíngues, mas essa diversidade não encontra correspondência automática nas formas institucionais de reconhecimento linguístico. Nas interações sociais, os sujeitos mobilizam os recursos disponíveis em seus repertórios; nas instituições, esses mesmos recursos encontram critérios previamente estabelecidos, que regulam quais práticas são reconhecidas para o acesso à comunicação, aos serviços públicos e ao exercício de direitos. A passagem para a escala institucional modifica, portanto, as condições de legitimidade dos recursos mobilizados pelos sujeitos.

A mediação linguística ultrapassa, nessas condições, a função de recurso destinado apenas a facilitar a comunicação e integra os mecanismos de reconhecimento institucional. Quando as práticas comunicativas dos sujeitos não correspondem integralmente às referências linguísticas previstas pelos serviços públicos, a forma de organizar essa mediação participa das condições pelas quais informações, serviços e direitos podem ser acessados.

As desigualdades linguísticas não decorrem, assim, da diversidade de repertórios em si, mas também das formas pelas quais as instituições os reconhecem, classificam e legitimam. Os regimes de legitimação ultrapassam o reconhecimento formal das línguas e alcançam os modos de organização do acesso à comunicação.

A expressão regimes de legitimação serve para designar o conjunto de relações, critérios de classificação, dispositivos normativos e arranjos institucionais por meio dos quais determinados recursos linguísticos e formas de mediação adquirem reconhecimento, enquanto outros permanecem fora ou à margem desses mecanismos. Não se trata de um regime único ou estável, mas de processos que operam em diferentes escalas, desde a produção e a organização de informações até a definição de requisitos para a atuação profissional. A definição articula o valor social

das práticas linguísticas discutido por Bourdieu (1991), a circulação desigual dos recursos em Blommaert (2010) e a dimensão institucional das políticas linguísticas examinada por Calvet (2007), e situa reconhecimento, mediação e acesso como dimensões relacionadas, embora não equivalentes.

No plano jurídico brasileiro, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece, em seu Título II (Dos Direitos e Garantias Fundamentais), Capítulo III (Da Nacionalidade), art. 13, que “a língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil” (Brasil, 1988, art. 13). O dispositivo estabelece a posição oficial do português no Estado brasileiro e integra o quadro jurídico no qual, posteriormente, foram instituídas políticas específicas relacionadas ao reconhecimento da Libras e aos direitos linguísticos das pessoas surdas.

O reconhecimento jurídico, contudo, não elimina a necessidade de estruturas administrativas capazes de assegurar a comunicação em contextos linguisticamente diversos. A existência de uma norma que reconhece determinada língua não garante, por si só, que seus falantes encontrem condições efetivas de acesso aos serviços públicos. Sua implementação depende também da forma como as instituições organizam profissionais, carreiras, políticas de pessoal e outros mecanismos responsáveis pela efetivação do direito à comunicação.

A regulamentação da Lei nº 10.436/2002 por meio do Decreto nº 5.626/2005 desloca essa discussão do plano do reconhecimento formal para o da implementação. A partir desse marco, as disposições relativas à Libras passam a contemplar também formas pelas quais o poder público deve organizar condições de comunicação para as pessoas surdas em diferentes espaços sociais. A mediação linguística integra, desse modo, as estruturas relacionadas à efetivação desses direitos.

A publicação do Decreto nº 9.656, de 27 de dezembro de 2018, altera essa organização ao modificar dispositivos do Decreto nº 5.626/2005. A nova redação estabelece possibilidades de atendimento às pessoas surdas mediante intérpretes contratados especificamente para essa finalidade ou por intermédio de centrais de comunicação que utilizem recursos tecnológicos, como videoconferência e webchat. Ao mesmo tempo, mantém previsões relativas à capacitação em Libras de servidores responsáveis pelo atendimento ao público.

O Decreto nº 10.185, de 20 de dezembro de 2019, constitui outro elemento desse processo ao extinguir diversos cargos efetivos vagos da administração pública federal, entre eles o código de vaga referente ao Tradutor e Intérprete de Libras.

Considerado em conjunto com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 9.656/2018, o documento permite identificar uma reorganização das formas de oferta da mediação linguística, enquanto o reconhecimento jurídico da Libras permanece assegurado.

No Estado de Roraima, a discussão adquire contornos particulares porque o reconhecimento institucional também se materializa na organização das carreiras públicas responsáveis pela implementação das políticas educacionais. A Lei Estadual nº 892/2013 instituiu o Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações dos Servidores da Educação Básica e inseriu o cargo de Tradutor e Intérprete de Libras na carreira de Técnico Administrativo Educacional, com previsão de vagas para provimento efetivo mediante concurso público. A inserção do cargo na estrutura permanente atribuía à mediação linguística um lugar definido na organização administrativa da educação estadual.

A reestruturação promovida pela legislação estadual de 2022 modificou o arranjo anterior ao redefinir o Plano de Cargos dos Trabalhadores em Educação Básica e revogar dispositivos da Lei nº 892/2013 referentes aos cargos disciplinados pela nova norma. No novo quadro de cargos, o Tradutor e Intérprete de Libras deixa de figurar entre aqueles previstos na estrutura permanente da carreira. Embora a alteração, isoladamente, não permita identificar quais mecanismos passaram a ser utilizados para assegurar a mediação linguística, ela indica uma mudança na forma de organização da atividade na rede estadual de ensino.

O reconhecimento da diversidade linguística também aparece em iniciativas recentes do Estado de Roraima. A Lei Estadual nº 2.055/2024 reconhece línguas indígenas faladas no estado como patrimônio cultural imaterial, estabelece a cooficialização de doze línguas indígenas e institui a Política Estadual de Proteção às Línguas Indígenas. A norma prevê mecanismos relacionados à promoção dessas línguas, entre eles a formação e o cadastro de intérpretes indígenas bilíngues e sua atuação nas situações previstas pela legislação. Ao prever esses mecanismos, a própria norma incorpora a mediação linguística aos instrumentos de proteção das línguas contempladas.

A análise conjunta desses instrumentos mostra que o reconhecimento jurídico constitui uma das dimensões das políticas linguísticas. Ao lado do estatuto atribuído às línguas, importa considerar como o Estado organiza as condições para sua circulação, quem assume a mediação, quais formas de provimento são adotadas e como esses profissionais se inserem na estrutura administrativa. A mesma distinção

aparece em âmbito municipal, uma vez que Bonfim e Cantá já haviam cooficializado línguas indígenas antes da política estadual de 2024.

A reorganização desses mecanismos coloca uma questão relevante: como assegurar o acesso à comunicação quando os dispositivos responsáveis pela mediação passam por processos de mudança? Em uma região de fronteira como Roraima, o problema alcança também migrantes surdos cujos repertórios não correspondem integralmente às referências linguísticas em torno das quais os serviços foram organizados.

As diferentes trajetórias de escolarização e letramento desses sujeitos aprofundam a questão. Alguns migrantes surdos constituíram seus processos de letramento com o espanhol escrito como língua de referência; outros tiveram experiências marcadas pela oralização, pelo acesso tardio às línguas de sinais ou por percursos linguísticos distintos. Ao ingressarem em instituições brasileiras, essas trajetórias encontram um sistema educacional organizado também em torno do português escrito, o que produz demandas que ultrapassam a aprendizagem de uma nova língua e alcançam as próprias condições de participação.

As alterações na organização das carreiras não eliminam a demanda social por mediação linguística. A demanda permanece presente em escolas, universidades, serviços de saúde, órgãos de justiça, assistência social e outras instituições públicas. A reorganização administrativa modifica, contudo, as formas pelas quais o Estado estrutura a oferta desses serviços e, com isso, parte das condições concretas de acesso à comunicação.

As transformações associadas à mobilidade humana também alcançam o ensino superior. A Universidade Federal de Roraima (UFRR) constitui um exemplo das mudanças que atravessam instituições situadas em regiões de fronteira. O Projeto Pedagógico e os documentos normativos que regulamentam o Curso de Bacharelado em Letras Libras[27] foram concebidos em consonância com políticas nacionais voltadas à formação de tradutores e intérpretes de Libras e Língua Portuguesa e estruturam a formação acadêmica prioritariamente em torno dessas línguas.

A presença, já registrada nesta tese, de um estudante venezuelano surdo falante de LSV no curso mostra que a dinâmica linguística da fronteira alcança o

[27] O Projeto Pedagógico e os demais documentos normativos do Curso de Bacharelado em Letras Libras da UFRR mencionados nesta seção encontram-se disponíveis para consulta pública no site institucional da Universidade Federal de Roraima.

espaço da formação universitária. A LSV circula em uma instituição cuja organização curricular foi estruturada prioritariamente em torno da Libras e do português, o que introduz demandas relacionadas às trajetórias linguísticas dos sujeitos que passam a integrar esse espaço.

Os documentos que regulamentam o Curso de Letras Libras estabelecem que as atividades acadêmicas são desenvolvidas prioritariamente em Libras e em português, de acordo com a organização curricular prevista no Projeto Pedagógico. A presença de estudantes que também mobilizam LSV e espanhol escrito acrescenta a esse espaço experiências constituídas em outros contextos de escolarização e socialização linguística.

As demandas não se restringem à educação básica ou aos serviços públicos de atendimento, pois alcançam também instituições responsáveis pela formação de profissionais. O caso coloca em discussão a relação entre a organização curricular universitária e as transformações sociolinguísticas produzidas pela circulação de sujeitos e línguas em regiões de fronteira, sem tomar uma experiência individual como representação de toda a população surda migrante.

A discussão institucional ultrapassa o contexto brasileiro. Ao examinarem comunidades surdas latino-americanas, Zambrano e Pedrosa (2017) apontam diferenças quanto ao estatuto legal das línguas de sinais, às diretrizes educacionais e às condições de exercício da cidadania em distintos países da região. O reconhecimento dessas línguas assume, portanto, configurações relacionadas aos processos históricos e institucionais próprios de cada contexto nacional.

Em Roraima, a presença da LSV coloca em relação não apenas duas línguas de sinais, mas também diferentes histórias de institucionalização e reconhecimento linguístico. Os migrantes surdos atravessam a fronteira com repertórios constituídos em um contexto educacional e político distinto daquele em que passam a acessar serviços e instituições no Brasil, o que acrescenta outra dimensão às demandas de mediação linguística.

Para as mulheres surdas migrantes discutidas anteriormente, as condições de acesso à mediação podem atravessar diretamente sua participação nos serviços de saúde, justiça, assistência social e em outros espaços institucionais. A questão não reside apenas na presença de diferentes repertórios, mas nas condições oferecidas para que essas mulheres possam participar dos espaços aos quais recorrem.

Na tríplice fronteira, onde circulam Libras, LSV, português, espanhol e outros recursos mobilizados pelos sujeitos, a mediação linguística não se reduz à tradução entre línguas previamente delimitadas. Ela precisa responder a situações comunicativas constituídas em diferentes trajetórias de mobilidade, socialização linguística e participação social.

A distinção proposta por Calvet (2007) entre política linguística e planejamento linguístico ajuda a compreender como decisões sobre as relações entre as línguas se materializam por meio de ações institucionais concretas. As escolhas realizadas pelas instituições não se restringem à elaboração de normas, mas orientam a organização dos serviços, estabelecem prioridades e definem quais competências linguísticas serão reconhecidas nos diferentes espaços sociais. A mediação integra, assim, as próprias políticas de acesso à comunicação, pois a organização dos serviços participa da definição das competências e dos repertórios que encontram reconhecimento e das demandas que permanecem fora dos parâmetros inicialmente previstos pelas instituições.

A seleção de profissionais torna visível uma das formas pelas quais os regimes de legitimação se materializam. As escolhas institucionais não apenas organizam os serviços de mediação, mas delimitam as competências reconhecidas como necessárias ao exercício profissional. Os editais destinados à contratação de Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais e Português (TILSP) constituem, por essa razão, documentos por meio dos quais podemos analisar como determinadas concepções de qualificação profissional se convertem em requisitos formais de ingresso e atuação.

Para examinar como esses regimes de legitimação se materializam na rede estadual de ensino de Roraima, comparamos os editais de 2019, 2024 e 2025 para contratação de TILSP. O Quadro 6 sintetiza os critérios adotados nesses processos seletivos.

Quadro 6 – Seleção de TILSP de Libras em Roraima (2019–2025)

Critério	Edital 2019	Edital 2024	Edital 2025	Síntese[28] interpretativa da autora
Prova prática	Obrigatória, com critérios detalhados e banca mista	Mantida, com menor detalhamento	Parcialmente incorporada à avaliação pedagógica	Alteração na centralidade e na forma de avaliação da competência interpretativa
Sistema de pontuação	Equilíbrio entre títulos e prova prática	Menor explicitação dos pesos	Pesos distribuídos entre as etapas	Menor delimitação da avaliação linguística específica entre as etapas
Formação exigida	Cursos de Libras (≥ 120 h) e experiência	Cursos com validade temporal	Licenciatura em Letras–Libras	Ampliação das exigências de formação formal
Composição da banca	Avaliadores surdos e ouvintes	Previsão formal de banca	Participação pouco explicitada	Menor explicitação da participação de avaliadores surdos nos editais posteriores
Síntese do enfoque avaliativo	Competência interpretativa situada	Ênfase técnico-burocrática	Ênfase pedagógica	Reconfiguração dos critérios e das modalidades de avaliação

Fonte: Elaborado pela autora com base nos editais da Secretaria de Estado da Educação e Desporto de Roraima (2019, 2024, 2025).

Os critérios estabelecidos pela rede estadual atribuem centralidade à formação específica, à certificação profissional e à proficiência em Libras como requisitos para a atuação dos TILSP. Tais exigências integram as condições formais de qualificação para a mediação linguística. Entretanto, experiências relacionadas ao contato entre diferentes línguas de sinais, às práticas comunicativas próprias da fronteira e às demandas decorrentes da presença de migrantes surdos sinalizantes da LSV não aparecem entre os parâmetros explicitados nos editais analisados. A seleção profissional constitui, assim, uma das instâncias em que os regimes de legitimação se materializam: ao transformar determinadas competências em requisitos de ingresso, os documentos formalizam os conhecimentos considerados pertinentes à mediação e delimitam o perfil profissional reconhecido pela rede de ensino.

A comparação dos documentos leva a outra dimensão do problema. Os processos seletivos não definem somente quem pode exercer determinada função, mas participam da constituição do modelo de atendimento linguístico previsto pela rede pública de ensino. Ao concentrarem suas exigências na Libras e nas qualificações a ela associadas, delimitam os conhecimentos considerados

[28] As formulações apresentadas na coluna “Síntese interpretativa da autora” e na linha “Síntese do enfoque avaliativo” resultam da comparação dos critérios explicitados nos editais analisados.

necessários ao atendimento do estudante surdo. A mobilidade transfronteiriça, contudo, introduz nesse espaço sujeitos cujas trajetórias podem incluir LSV, Libras e outros recursos constituídos antes e depois da migração. A distância entre o perfil linguístico pressuposto pelos dispositivos administrativos e a heterogeneidade presente nas experiências dos estudantes produz uma tensão que antecede o próprio encontro entre intérprete e estudante.

Em uma região fronteiriça como Roraima, essa tensão não se limita ao momento de entrada dos migrantes no país, mas alcança os espaços nos quais passam a estudar, trabalhar e estabelecer relações sociais. Se os instrumentos de organização dos serviços reconhecem apenas parte dos repertórios presentes nesses contextos, a mediação pode estar formalmente disponível sem responder integralmente às condições linguísticas dos sujeitos aos quais se destina. O problema, portanto, não se restringe à atuação individual do tradutor e intérprete, mas alcança o planejamento da acessibilidade comunicacional e a definição prévia dos conhecimentos considerados necessários para assegurá-la.

Os processos seletivos das universidades públicas de Roraima apresentam outra forma de organização desses requisitos. A Universidade Federal de Roraima (UFRR) e a Universidade Estadual de Roraima (UERR) também recorrem à formação específica e à experiência profissional na seleção de TILSP, mas adotam mecanismos distintos de avaliação. As diferenças entre prova prática, análise curricular, prova de títulos e requisitos de formação mostram como cada universidade formaliza os conhecimentos e as habilidades considerados pertinentes à atuação profissional.

Quadro 7 – Critérios de seleção de TILSP nas IES de Roraima

Critério	**UFRR**	**UERR**
Avaliação prática	Prova em três etapas (tradução e interpretação)	Não prevista no edital analisado (avaliação por títulos)
Sistema de seleção	Prova prática e análise curricular	Exclusivamente documental
Formação	Titulação e cursos em Libras/Tradução	Graduação em Letras Libras e certificações
Experiência	Pontuação por atuação educacional	Pontuação por tempo de serviço
Comissão avaliadora	Critérios técnicos explicitados	Designação sem detalhamento

Fonte: Elaborado pela autora com base nos Editais da Universidade Federal de Roraima (2022) e da Universidade Estadual de Roraima (2025).

A leitura conjunta dos Quadros 6 e 7 mostra que a legitimação profissional não se organiza por um padrão único em Roraima. Na rede estadual, a comparação entre os editais de 2019, 2024 e 2025 aponta reconfigurações nos modos de avaliar formação, experiência e competência interpretativa; nas universidades, UFRR e UERR adotam arranjos distintos para aferir essas dimensões. Apesar dessas diferenças, a Libras permanece como referência linguística explícita nos processos analisados, enquanto competências relacionadas ao contato com a LSV e com repertórios constituídos em contextos fronteiriços não aparecem entre os critérios documentados. Podemos distinguir, assim, as variações nos mecanismos administrativos de uma continuidade mais ampla nas referências linguísticas que orientam a seleção profissional.

Fraser (2003) situa o reconhecimento entre as condições necessárias à participação dos sujeitos como pares na vida social. O problema não se restringe à valorização simbólica das diferenças, mas alcança as condições sociais e institucionais que favorecem ou restringem a participação. A proposição torna-se particularmente pertinente quando o reconhecimento formal de direitos e línguas não encontra correspondência nas possibilidades efetivamente oferecidas de acesso à comunicação.

O reconhecimento jurídico das línguas precisa, portanto, ser relacionado às condições concretas em que a comunicação se torna possível nos espaços institucionais. A existência de dispositivos legais, serviços especializados e profissionais qualificados não assegura, por si só, que o atendimento responda à diversidade dos repertórios mobilizados pelos sujeitos. Em espaços fronteiriços atravessados pela mobilidade humana e pelo contato entre diferentes línguas de sinais e outros recursos comunicativos, a oferta formal de mediação precisa ser considerada também em relação às condições sociolinguísticas daqueles aos quais se destina.

Os regimes de legitimação examinados nesta seção não se limitam, portanto, às línguas que alcançam reconhecimento oficial. Eles também se materializam na organização dos serviços, nos requisitos estabelecidos para a atuação profissional e nos mecanismos utilizados para definir quais conhecimentos são considerados pertinentes à mediação. Os documentos analisados explicitam essa dimensão por meio de critérios de formação, experiência e avaliação, ao mesmo tempo que deixam

fora de seus parâmetros determinadas experiências relacionadas ao contato entre línguas de sinais e às práticas comunicativas próprias da fronteira.

Para os venezuelanos migrantes surdos participantes desta pesquisa, a organização institucional da mediação assume contornos particulares. A presença da LSV em suas trajetórias não corresponde apenas à introdução de outra língua em espaços organizados predominantemente em torno da Libras e do português, mas coloca em relação repertórios constituídos sob diferentes condições de socialização, escolarização e participação social. Quando essa heterogeneidade não integra os parâmetros previstos para a mediação, parte do trabalho necessário à construção da inteligibilidade recai sobre os próprios sujeitos e sobre os profissionais envolvidos nas situações concretas de interação.

A construção da inteligibilidade não pode, por essa razão, ser situada exclusivamente no encontro entre interlocutores. As possibilidades de compreender e ser compreendido também se relacionam às condições que ampliam ou restringem a circulação, o acesso e o reconhecimento de determinados repertórios. As condições institucionais antecedem a interação concreta sem determiná-la integralmente: ao definir quais profissionais, línguas e recursos de mediação estarão disponíveis, as instituições delimitam parte das possibilidades que estarão ao alcance dos interlocutores nas situações comunicativas. A inteligibilidade articula, assim, a atividade interacional às relações sociais nas quais ela ocorre: os sujeitos negociam sentidos com os recursos que mobilizam, mas esses recursos não chegam às interações sob condições equivalentes de legitimidade e mediação.

Ao longo deste capítulo, situamos a inteligibilidade nas condições sociais e institucionais em que os repertórios adquirem valor, encontram possibilidades de circulação e participam das relações entre os sujeitos. No capítulo seguinte, voltamo-nos ao funcionamento dessas relações nas práticas comunicativas, examinando como os participantes mobilizam seus repertórios e constroem sentidos em situações concretas de contato linguístico.

4. COMUNICAÇÃO EM CONTEXTOS DE CONTATO LINGUÍSTICO: INTERAÇÃO, REPERTÓRIOS E CONSTRUÇÃO DA INTELIGIBILIDADE

A comunicação permanece possível mesmo quando os interlocutores não compartilham integralmente seus repertórios. A inteligibilidade, portanto, não pode ser reduzida ao compartilhamento integral de uma única língua, pois sua construção envolve processos interacionais nos quais diferentes conhecimentos são mobilizados na produção de sentidos. Em situações de contato entre repertórios distintos, tornam-se particularmente visíveis os processos de negociação por meio dos quais os interlocutores constroem possibilidades de comunicação.

Como, então, a comunicação se torna possível entre sujeitos que não compartilham integralmente seus repertórios? Enquanto as condições sociais e institucionais atravessam as possibilidades de participação e de acesso à comunicação, o funcionamento da interação, por sua vez, revela como os interlocutores mobilizam diferentes conhecimentos e realizam ajustes interpretativos na construção da inteligibilidade.

Para observar essas dinâmicas, a Sociolinguística Interacional e os estudos sobre plurilinguismo, repertórios e translinguagem oferecem bases analíticas complementares. Eles permitem investigar práticas comunicativas constituídas em contextos de contato linguístico e mobilidade, sem pressupor o compartilhamento integral dos mesmos recursos entre os interlocutores.

4.1 CONTATO LINGUÍSTICO E AS PRÁTICAS INTERACIONAIS ENTRE LÍNGUAS DE SINAIS

O contato linguístico, especialmente em contextos marcados pela mobilidade humana, coloca em relação interlocutores cujas experiências linguísticas não coincidem integralmente. A análise desses encontros exige deslocar a atenção da simples identificação das línguas presentes para os procedimentos pelos quais os sujeitos interpretam produções, formulam inferências, realizam ajustes e negociam sentidos. A inteligibilidade passa a ser examinada no curso das trocas comunicativas, a partir das ações pelas quais os interlocutores constroem e sustentam possibilidades de interpretação.

Gumperz (1982) oferece uma base central para compreender esse processo ao situar a interpretação no interior da própria atividade comunicativa. O autor explica que a produção de sentidos não decorre somente do significado lexical ou gramatical das formas empregadas, uma vez que os interlocutores relacionam aquilo que percebem a conhecimentos prévios, expectativas acerca da situação, informações sobre os demais envolvidos e pistas que orientam a compreensão da atividade em curso. A formulação direciona a análise não apenas para aquilo que é produzido, mas para a maneira como cada ação se torna interpretável e participa do desenvolvimento subsequente do encontro.

Gumperz e Cook-Gumperz (1982) esclarecem que a intenção comunicativa não constitui um estado mental diretamente acessível ao observador. Seu reconhecimento depende das relações estabelecidas entre os participantes, das expectativas compartilhadas e das informações que adquirem pertinência em uma situação concreta. A interpretação, portanto, envolve conhecimentos linguísticos e pressuposições contextuais que tornam as ações socialmente reconhecíveis. A intenção não se apresenta como conteúdo transparente ou independente da interação, mas como uma dimensão interpretada a partir das manifestações dos sujeitos e das respostas que produzem uns aos outros.

A interpretação assume caráter relacional e provisório. Aquilo que um interlocutor compreende em determinado momento resulta das informações disponíveis naquele ponto da troca e pode ser confirmado ou modificado pelas ações subsequentes. Os julgamentos construídos durante a interação permanecem sujeitos a revisão conforme a sequência comunicativa se desenvolve (Gumperz; Cook-Gumperz, 1982). A inteligibilidade não constitui, nessa perspectiva, uma condição previamente assegurada, mas uma realização sustentada e, quando necessário, reajustada ao longo do encontro.

As pistas de contextualização desempenham papel decisivo nesse processo. Gumperz (1982) explica que elas não transportam isoladamente um significado fixo; orientam os interlocutores acerca de como determinada ação pode ser compreendida em uma situação específica. Elas contribuem para reconhecer a atividade em curso, formular expectativas e relacionar cada ação às que a antecedem ou sucedem. Seu valor depende das condições em que aparecem e das relações que estabelecem com outras informações mobilizadas na interação.

Essa perspectiva afasta a inteligibilidade de uma concepção fundada exclusivamente na equivalência entre formas linguísticas ou no compartilhamento integral de uma mesma língua. Os interlocutores podem sustentar uma atividade conjunta mesmo quando seus conhecimentos não coincidem plenamente. Importa, nesse processo, reconhecer ações, estabelecer referências, produzir respostas pertinentes e realizar ajustes quando uma leitura inicial não se mostra suficiente.

Diante de dificuldades, a própria troca pode oferecer meios para superá-las. Retomadas, reformulações, confirmações, esclarecimentos e outros ajustes tornam perceptível um trabalho que muitas vezes permanece menos visível quando a comunicação transcorre sem interrupções. Esses movimentos não representam necessariamente sinais de fracasso. Em determinadas ocorrências, constituem os próprios procedimentos pelos quais os interlocutores reorganizam interpretações e sustentam a continuidade da atividade comunicativa.

A inferência conversacional ocupa lugar central nessa concepção da interação. Gumperz (1982) ressalta que compreender uma ação não corresponde apenas a reconhecer aquilo que foi literalmente produzido, pois os interlocutores relacionam formas linguísticas, pistas contextuais, conhecimentos anteriores e informações disponibilizadas durante o próprio encontro. A compreensão envolve um trabalho inferencial continuamente atualizado à medida que novas ações são produzidas.

A inferência adquire particular importância quando a comunicação prossegue sem que todos os elementos sejam plenamente reconhecidos. Um interlocutor pode não identificar plenamente uma forma e, ainda assim, estabelecer relações entre diferentes informações disponíveis e construir uma leitura suficiente para responder ao outro. A inteligibilidade é examinada a partir do funcionamento efetivo da interação, e não pela exigência abstrata de correspondência total entre os conhecimentos mobilizados pelos interlocutores.

O contexto integra igualmente esse funcionamento e não constitui uma moldura externa definida de antemão. Gumperz (1982) mostra que aspectos da situação se tornam relevantes porque são sinalizados, reconhecidos e atualizados no decorrer da atividade comunicativa. Os sujeitos relacionam informações anteriores ao momento presente e projetam expectativas acerca do que poderá ocorrer em seguida. Desse modo, a pertinência de certas informações se constitui na própria atividade.

Figueroa (1994) acrescenta a dimensão histórica e social à compreensão da linguagem em uso, ao concebê-la como prática inseparável das condições culturais

em que se realiza. A autora ressalta que as formas linguísticas adquirem significado nas relações estabelecidas entre os sujeitos e nas situações concretas em que são mobilizadas. Sua contribuição reforça a articulação entre linguagem, interação e contexto sem deslocar o centro da análise dos procedimentos interpretativos realizados pelos interlocutores.

Bortoni-Ricardo (2017), por sua vez, destaca que as escolhas dos interlocutores são socialmente orientadas e respondem às relações estabelecidas no encontro. Expectativas, conhecimentos acionados e condições concretas de participação interferem no modo como as ações são organizadas e compreendidas. Um mesmo recurso pode assumir funções distintas conforme sua posição na atividade comunicativa, a resposta que suscita e as relações construídas no encontro.

A aproximação entre Gumperz (1982), Figueroa (1994) e Bortoni-Ricardo (2017) situa a interação sem transformar as condições sociais em explicação externa ou determinante. A situação comunicativa adquire relevância conforme os participantes a interpretam e orientam suas ações. A inteligibilidade permanece vinculada ao funcionamento situado do encontro, ainda que se relacione a conhecimentos e experiências constituídos para além daquele momento específico.

Nas interações em línguas de sinais, esse enquadramento precisa considerar a modalidade em que as ações linguísticas são produzidas e percebidas. Categorias formuladas a partir de interações em línguas de modalidade oral-auditiva não podem ser aplicadas mecanicamente a práticas sinalizadas. Parte do que determinados estudos poderiam identificar como componente não verbal ou paralinguístico pode, nas línguas de sinais, desempenhar função estrutural na própria organização linguística.

Quadros e Karnopp (2004) explicam que os parâmetros linguísticos, as expressões não manuais e a organização do espaço participam da estrutura das línguas de sinais. A modalidade visuoespacial não corresponde, portanto, a uma língua acrescida de movimentos corporais ou elementos visuais acessórios. Reconhecer essa propriedade impede que fenômenos constitutivos da Libras ou da Língua de Sinais Venezuelana (LSV) sejam classificados antecipadamente como extralinguísticos apenas porque envolvem corpo, espaço ou direção do olhar.

Um apontamento, por exemplo, pode estabelecer relações referenciais previstas na organização linguística, enquanto uma expressão não manual pode exercer função gramatical. Movimentos do corpo e direção do olhar também assumem

funções diferentes conforme sua articulação com os demais componentes da sinalização e com a atividade em curso. A condição visual de um elemento, por si só, não define sua natureza linguística ou interacional. Essa distinção preserva a especificidade das línguas de sinais sem tratar toda manifestação corporal como recurso externo à língua.

Emmorey (2002) aprofunda a discussão ao explicar que o espaço não representa simplesmente o local físico onde a sinalização acontece. A organização espacial participa da estrutura linguística e do estabelecimento de relações referenciais. A autora ressalta ainda que a modalidade visuoespacial possibilita a articulação simultânea de informações produzidas pelas mãos, pelas expressões faciais, pela orientação corporal e pela disposição espacial dos referentes.

A simultaneidade descrita por Emmorey (2002) desafia modelos que pressupõem a produção sucessiva e independente dos elementos linguísticos. Componentes produzidos concomitantemente podem integrar uma mesma construção de sentido, de modo que a interpretação de cada um deles depende das relações estabelecidas com o conjunto. Nessas línguas, a organização temporal e espacial exige atenção à articulação das informações veiculadas pelos diferentes articuladores.

Quadros e Karnopp (2004) e Emmorey (2002) oferecem, portanto, fundamentos para distinguir a estrutura linguística das línguas de sinais, as funções desempenhadas pelas formas nas interações e outros recursos semióticos que podem participar da comunicação. Embora relacionadas, essas dimensões não se confundem. Sua diferenciação evita tanto a redução da sinalização a movimentos visuais indiferenciados quanto a atribuição de um estatuto único a elementos cuja função depende de relações linguísticas e situacionais específicas.

O princípio interacional formulado por Gumperz (1982) permanece produtivo para compreender essas particularidades sem transpor mecanicamente às línguas de sinais um inventário de pistas concebido para a fala. O caráter contextual de uma pista decorre da função que ela desempenha na orientação mútua entre interlocutores, e não de sua correspondência com uma categoria previamente estabelecida. Nesse enquadramento, a interpretação se torna observável nas relações entre as ações e nas respostas que confirmam, modificam ou recusam leituras anteriores, respeitadas as propriedades linguísticas da modalidade visuoespacial.

O contato entre Libras e LSV reúne sujeitos cujas trajetórias de aprendizagem, socialização e uso podem sustentar convenções parcialmente distintas. Conforme Gumperz e Cook-Gumperz (1982), as expectativas mobilizadas na interação se relacionam às experiências sociais dos participantes e não são necessariamente compartilhadas em toda a sua extensão. Diferenças entre formas reconhecidas, referências e conhecimentos disponíveis podem produzir desencontros, mas não conduzem obrigatoriamente à interrupção da comunicação. A atividade conjunta, por sua vez, permite rever leituras inicialmente construídas.

Uma primeira leitura insuficiente não impede que a troca prossiga. Retomadas, esclarecimentos e reformulações permitem recolocar uma referência em circulação, especificar uma produção ou conferir pertinência a uma resposta. Esses movimentos não correspondem apenas à correção de um erro anterior: podem constituir parte do próprio processo pelo qual se alcança uma compreensão suficiente para a continuidade da atividade. A negociação de sentidos integra, assim, a dinâmica da interação, sobretudo quando os conhecimentos dos participantes não coincidem plenamente.

O contato entre Libras e LSV não se explica apenas pela comparação formal entre dois sistemas linguísticos. A proximidade ou a diferença entre determinadas formas não assegura, por si, a interpretação que será construída em um encontro. O reconhecimento de ações, a retomada de referentes e as respostas dos participantes contribuem para a organização dos sentidos. A diferença linguística importa, mas seus efeitos dependem das condições do encontro, das expectativas dos sujeitos e das possibilidades de negociação que emergem na troca.

A inteligibilidade constitui, assim, uma realização situada e processual, e não como propriedade intrínseca das línguas em contato ou medida abstrata de sua proximidade. Tampouco pressupõe que as diferenças desapareçam ou que todos os participantes atribuam significados rigorosamente idênticos às formas em circulação. Uma interpretação pode mostrar-se suficiente em determinado momento e, diante de ações subsequentes, exigir revisão. Compreender e ser compreendido envolve, portanto, condições construídas no encontro, cuja continuidade permanece aberta a novas negociações.

Nesse quadro, a estabilização interpretativa expressa suficiência situada, e não a fixação definitiva de um sentido. Uma interpretação se estabiliza provisoriamente quando sustenta a continuidade da atividade sem demandar renegociação imediata

daquele aspecto. Isso não significa identidade de significados entre os participantes nem impede revisões posteriores. A noção permite reconhecer momentos de relativa convergência sem abandonar a natureza dinâmica e relacional da inteligibilidade.

A ausência de dificuldades explícitas tampouco comprova o compartilhamento integral de conhecimentos. O prosseguimento da troca pode indicar compreensão suficiente para seus propósitos, mas não revela coincidência plena entre repertórios. Inversamente, a necessidade de ajustes não caracteriza automaticamente um fracasso: as tentativas de esclarecimento também são formas de participação e podem assegurar a continuidade do encontro. A inteligibilidade envolve, portanto, tanto a sustentação quanto a revisão dos sentidos negociados.

A inteligibilidade envolve um trabalho interacional no qual inferências, pistas de contextualização, respostas e ajustes se articulam às propriedades da modalidade visuoespacial. Gumperz (1982) contribui para compreender a construção e a revisão das interpretações, enquanto Quadros e Karnopp (2004) e Emmorey (2002) permitem situar esse processo na organização linguística própria das línguas de sinais. Os encontros comunicativos, entretanto, também colocam em relação conhecimentos constituídos em experiências distintas. É essa dimensão histórica e social dos repertórios, associada às vivências de aprendizagem e mobilidade, que orienta a discussão da subseção seguinte.

4.2 PLURILINGUISMO, REPERTÓRIOS E VIVÊNCIAS LINGUÍSTICAS

A construção da inteligibilidade depende não apenas do trabalho interpretativo realizado no curso da interação, mas também dos conhecimentos mobilizados pelos interlocutores e das experiências em que se constituíram. Os sujeitos não chegam aos encontros comunicativos com repertórios equivalentes nem formados pelas mesmas vias. Aprendizagem, socialização e mobilidade participam da formação de possibilidades linguísticas distintas, que podem adquirir relevância de modos igualmente diversos nas interações.

O plurilinguismo interessa menos como enumeração das línguas presentes em determinado território do que pelas relações que os sujeitos estabelecem com diferentes conhecimentos linguísticos ao longo de suas trajetórias. A presença simultânea da Língua Brasileira de Sinais (Libras), da Língua de Sinais Venezuelana (LSV), do espanhol e do português em uma mesma ecologia sociolinguística integra

a ecologia sociolinguística das regiões de contato. A coexistência dessas línguas, porém, não significa que todos tenham estabelecido contato com elas em momentos equivalentes, possuam saberes equivalentes ou possam utilizá-los com alcance semelhante em diferentes situações comunicativas.

Berger e Kuerten (2021), ao realizarem um mapeamento linguístico escolar na fronteira Brasil–Paraguai–Argentina, identificam repertórios que compreendem diferentes línguas e graus de familiaridade com elas. Embora o contexto investigado pelas autoras seja distinto daquele analisado nesta tese, o estudo oferece um paralelo importante: a presença de várias línguas em uma região fronteiriça não corresponde a saberes igualmente distribuídos entre os sujeitos. A diversidade sociolinguística do território não pode, portanto, ser transposta automaticamente para a experiência individual daqueles que nele circulam.

A noção de repertório permite ultrapassar uma descrição baseada exclusivamente nas línguas nomeadas. Em vez de compreender cada sujeito pela soma de línguas supostamente dominadas de forma completa, interessa-nos considerar quais saberes emergiram de suas experiências e em que condições ampliaram suas possibilidades comunicativas. O repertório corresponde a uma configuração heterogênea de recursos relacionados a diferentes momentos, espaços e relações sociais.

Blommaert e Backus (2013) aprofundam essa compreensão ao relacionarem a constituição dos repertórios aos percursos de aprendizagem. Os autores explicam que os recursos linguísticos podem ser adquiridos por vias diversas, desde processos formais e prolongados até experiências informais, contatos circunstanciais e encontros específicos com determinada língua. Esses percursos produzem níveis variados de familiaridade, desde competências estruturais e pragmáticas mais amplas até formas localizadas de reconhecimento e uso.

A extensão dos saberes de cada sujeito relaciona-se às suas oportunidades de aprendizagem e participação. É comum que um indivíduo demonstre maior fluidez em determinada língua de sinais, reconheça formas provenientes de outra, utilize a escrita em contextos particulares ou incorpore recursos de vivências cotidianas, sem apresentar o mesmo alcance em todos esses domínios. Essa composição heterogênea afasta a ideia de repertório como simples soma de línguas dominadas integralmente.

Blommaert e Backus (2013) ressaltam ainda que os recursos que integram um repertório desempenham funções distintas conforme as práticas. A familiaridade com uma atividade não implica desempenho equivalente em outros contextos. A parcialidade deixa de representar ausência de competência e passa a caracterizar a própria organização dos repertórios: conhecer uma língua não significa possuir domínio uniforme de todos os estilos, registros, gêneros ou formas de uso a ela relacionados.

Um saber localizado pode adquirir importância decisiva em uma situação comunicativa particular. Uma forma aprendida em um espaço específico de convivência, uma forma reconhecida em ocasiões restritas ou um conhecimento associado a certos interlocutores pode apresentar alcance restrito em termos gerais e, ainda assim, participar da construção de sentidos no encontro. Seu valor analítico não depende de corresponder a uma competência integral em uma língua nomeada.

As condições de acesso às línguas também interferem na composição desses repertórios. A escolarização, a convivência familiar, a participação em comunidades surdas e os contatos estabelecidos em espaços de circulação social oferecem oportunidades distintas de aprendizagem. Essas experiências podem favorecer conhecimentos amplos em determinadas práticas e familiaridade mais restrita com outras, sem que essa distribuição corresponda necessariamente à idade dos sujeitos ou ao tempo de exposição a uma língua. A história de acesso constitui, assim, uma dimensão indispensável à compreensão da diversidade interna dos repertórios.

O fato de dois sujeitos serem sinalizantes de LSV, por exemplo, não permite presumir equivalência entre seus recursos. O momento em que a língua passou a integrar suas experiências, os espaços nos quais foi utilizada, as relações construídas por meio dela e as oportunidades de ampliação desses conhecimentos podem resultar em configurações bastante diferentes. A identificação da língua revela uma dimensão da trajetória, mas não descreve, por si só, a extensão, a especialização ou as condições de uso dos recursos constituídos.

Essa constituição tampouco obedece necessariamente a uma progressão linear. Determinado recurso pode ser inicialmente reconhecido, passar a ser utilizado em situações restritas e, posteriormente, alcançar outros espaços de participação. Conhecimentos frequentes em determinada etapa da vida podem, por outro lado, tornar-se menos presentes em experiências posteriores. São configurações abertas

às mudanças das condições de aprendizagem e uso, não estoques estáveis acumulados uniformemente.

A dimensão biográfica contribui para explicar a disponibilidade dos recursos, mas não determina sua utilização em cada encontro. Experiências anteriores ampliam ou restringem possibilidades de participação sem permitir prever as escolhas dos interlocutores. Nem tudo aquilo que integra um repertório comparece simultaneamente na comunicação ou assume a mesma importância em situações diferentes.

Disponibilidade e mobilização constituem, portanto, dimensões distintas. Um recurso pode ser conhecido sem ser necessário em determinada atividade; outro, aparentemente periférico na trajetória de um sujeito, pode tornar-se central diante de uma demanda concreta. O tema, as relações entre os interlocutores e o desenvolvimento da troca influenciam aquilo que adquire pertinência. A existência de um saber não se confunde com seu uso situado, embora ambos os planos se relacionem.

A experiência migratória abre outras oportunidades de aprendizagem sem apagar as experiências anteriores. O contato com a Libras após a chegada ao Brasil não implica o desaparecimento da LSV, assim como experiências com o português não anulam conhecimentos relacionados ao espanhol. Outras formas de expressão podem ser incorporadas ou articuladas aos saberes existentes, sem que disso decorra uma substituição linear entre uma língua anterior e outra adquirida posteriormente.

Saberes desenvolvidos em épocas distintas podem assumir funções específicas. Um recurso recentemente adquirido pode tornar-se frequente em determinado espaço social, enquanto outro, constituído anteriormente, permanece relevante em relações familiares, comunitárias ou em contatos específicos. A coexistência desses recursos não significa que circulem ou sejam utilizados nas mesmas condições.

A gradação entre diferentes formas de conhecimento torna pouco produtivas oposições rígidas como “sabe/não sabe” ou “domina/não domina”. Entre esses extremos há graus diversos de reconhecimento, compreensão e uso. Para os migrantes Surdos investigados, a distinção é especialmente relevante em trajetórias atravessadas pelo contato com línguas de sinais, espanhol e português, em condições de acesso não uniformes.

A diferença entre a natureza, a extensão e a função desses conhecimentos impede reuni-los sob uma classificação indiferenciada. Recursos linguísticos, modalidades de escrita e outras possibilidades semióticas podem integrar a experiência de um sujeito, mas não desempenham necessariamente papéis equivalentes. Reconhecer essas distinções contribui para compreender o repertório em sua complexidade, sem pressupor que todos os seus componentes respondam às mesmas condições de aprendizagem ou circulação.

Vivências familiares, escolares, comunitárias e migratórias ajudam a situar as condições de acesso e circulação desses recursos. Sua importância não estabelece uma relação causal direta entre o passado linguístico e as escolhas de cada interação. As trajetórias constituem horizontes de possibilidade; a pertinência de um conhecimento, por sua vez, depende das relações e das necessidades comunicativas que emergem em situações concretas.

O plurilinguismo envolve, portanto, configurações particulares de conhecimentos, e não apenas a quantidade de línguas atribuídas a cada sujeito. Aprendizagem tardia, contatos descontínuos, oportunidades desiguais de escolarização e participação em espaços sociais diversos podem ampliar, especializar ou reorganizar as possibilidades de expressão. Essas diferenças não representam, por si mesmas, insuficiência diante de um modelo ideal de sujeito plurilíngue; revelam a historicidade dos repertórios e suas formas diversas de constituição.

A biografia linguística não fornece, isoladamente, uma medida do que será possível realizar em uma interação. Um conhecimento familiar em certo contexto pode perder centralidade em outro, ao passo que recursos pouco frequentes ganham relevância em circunstâncias específicas. A relação entre trajetória e prática é, assim, contingente: a primeira ajuda a compreender a constituição dos saberes, enquanto a segunda revela sua pertinência na comunicação efetivamente realizada.

A inteligibilidade, entendida como construção situada, relaciona-se a conhecimentos heterogêneos, parciais e nem sempre coincidentes. Essa diferença não determina a incompreensão, assim como a disponibilidade de recursos não garante previamente a produção compartilhada dos sentidos. A noção de repertório permite relacionar o percurso biográfico ao presente da interação sem reduzir um plano ao outro. Os conhecimentos acumulados abrem caminhos para a comunicação, mas não estabelecem antecipadamente as formas pelas quais os interlocutores os percorrerão.

García (2009) questiona abordagens que descrevem a experiência de sujeitos plurilíngues exclusivamente a partir de compartimentos correspondentes a línguas nomeadas. Essa abordagem evidencia que nomear Libras, LSV, português ou espanhol não esgota a composição dos repertórios nem esclarece, isoladamente, o funcionamento de suas práticas.

Repertório e translinguagem, contudo, não designam o mesmo fenômeno. O primeiro diz respeito aos conhecimentos constituídos nas experiências dos sujeitos e disponíveis em graus variados; a segunda se refere à articulação integrada e situada desses recursos na produção de significados. A existência de repertórios heterogêneos ou a presença de formas associadas a diferentes línguas não caracterizam automaticamente uma prática translíngue. Sua identificação exige atenção às relações que tais recursos estabelecem na atividade comunicativa, discussão aprofundada na subseção seguinte.

Essa distinção impede tomar os sujeitos como representantes homogêneos de uma língua ou ordená-los em escalas abstratas de competência. A composição dos repertórios revela experiências de aprendizagem e participação diferentes, nas quais parcialidade e especialização não correspondem necessariamente a limitações individuais. Ao mesmo tempo, nenhum conhecimento pode ser avaliado apenas por sua existência: seu alcance comunicativo depende das circunstâncias em que passa a integrar uma prática.

Plurilinguismo, repertórios e vivências linguísticas permitem, desse modo, compreender que os sujeitos participam dos encontros com histórias de aprendizagem distintas e recursos cuja relevância não está previamente definida. A inteligibilidade não decorre da simples coexistência desses conhecimentos nem exige que sejam idênticos. Entre as experiências que os constituíram e as ações realizadas no presente, abre-se um campo de possibilidades no qual os interlocutores negociam sentidos. É nesse espaço de articulação que se torna pertinente discutir, a seguir, a translinguagem.

4.3 TRANSLINGUAGEM E CONSTRUÇÃO DA INTELIGIBILIDADE EM CONTEXTOS DE MOBILIDADE

Quando saberes formados em trajetórias distintas se encontram na comunicação, sua função não decorre apenas da língua à qual possam ser associados, mas do modo como são mobilizados diante das demandas produzidas na interação. No contato entre falantes da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e da Língua de Sinais Venezuelana (LSV), interessa-nos compreender como sua articulação participa da produção de sentidos e da construção da inteligibilidade. A translinguagem assume função analítica para examinar a mobilização situada de repertórios heterogêneos.

García (2009) propõe um deslocamento teórico ao tomar como ponto de partida as práticas dos sujeitos, em vez de línguas concebidas exclusivamente como sistemas separados. Ao discutir o bilinguismo dinâmico, a autora questiona interpretações das práticas plurilíngues restritas ao trânsito entre códigos autônomos e dirige a atenção para aquilo que os falantes efetivamente fazem com os conhecimentos que compõem seus repertórios. A presença de Libras e LSV em uma mesma situação comunicativa, portanto, não é compreendida apenas como sucessão de escolhas entre duas línguas previamente delimitadas. O foco desloca-se, assim, das fronteiras formais entre sistemas para a dinâmica das práticas comunicativas.

García e Lin (2016) esclarecem que a translinguagem teve origem no contexto educacional galês e passou por ampliações conceituais que ultrapassaram a prática pedagógica inicialmente associada ao termo. Nesse percurso, uma diferença importante se estabelece em relação ao code-switching. A alternância de códigos, em sua formulação tradicional, parte do reconhecimento de sistemas linguísticos distintos entre os quais o falante alterna, enquanto a orientação translíngue desloca o ponto de partida para as práticas do sujeito e questiona a suposição de que seu fazer linguístico possa ser explicado integralmente pela passagem entre sistemas separados. Não se trata, portanto, de substituir uma denominação por outra, mas de modificar a unidade a partir da qual a prática comunicativa é examinada.

Adotar esse entendimento não implica negar a existência, a organização linguística, a história ou a importância social de Libras e LSV. Também não significa apagar diferenças reconhecíveis entre elas. Ambas permanecem fundamentais para compreendermos as trajetórias dos migrantes Surdos e as condições em que os

encontros se realizam. A análise, entretanto, não se encerra na identificação da língua à qual determinada forma pode ser atribuída. Importa compreender de que maneira o encontro põe esses conhecimentos em relação, sem apagar a singularidade histórica e linguística de cada língua.

García e Li Wei (2014, p. 19) explicitam a amplitude dessa concepção ao afirmarem que “[...] a translinguagem refere-se tanto às práticas linguísticas complexas de indivíduos e comunidades plurilíngues quanto às abordagens pedagógicas que utilizam essas práticas complexas [...]” (tradução nossa). Embora os autores desenvolvam também uma importante dimensão pedagógica, privilegiamos a acepção relacionada às práticas comunicativas de sujeitos cujos repertórios se constituíram em diferentes experiências sociais e linguísticas. Em contextos de mobilidade, essa formulação desloca a análise da utilização sucessiva de línguas nomeadas para a articulação situada dos conhecimentos disponíveis aos sujeitos.

A simples presença de duas ou mais línguas não caracteriza, por si, uma prática translíngue. A coexistência de Libras, LSV, espanhol, português escrito ou outros elementos precisa ser examinada segundo a função que assume na atividade comunicativa. O rendimento analítico do conceito reside em compreender como conhecimentos distintos passam a atuar de forma articulada na produção situada dos sentidos.

Na produção brasileira, Rocha e Megale (2023) ressaltam que os entendimentos acerca da translinguagem são múltiplos e não inteiramente consensuais. Em lugar de aprisionar o conceito em uma definição rígida, as autoras dirigem a atenção às formas pelas quais a produção de sentidos se constitui de maneira histórica, situada e complexa. A linguagem deixa, assim, de ser compreendida como estrutura autossuficiente e passa a ser examinada em sua realização nas práticas sociais, nas quais diferentes dimensões linguísticas e semióticas podem adquirir relevância segundo as relações estabelecidas entre sujeitos, espaços e circunstâncias comunicativas.

Rocha (2019), por sua vez, chama atenção para a dimensão crítica da orientação translíngue e para seu potencial de questionar concepções de língua assentadas na homogeneidade, na estabilidade e na separação rígida entre sistemas. Essa contribuição, porém, não transforma a translinguagem em explicação suficiente para todas as dimensões sociais presentes no corpus. Seu alcance está, sobretudo, no questionamento de leituras que tomam repertórios heterogêneos como desvios

diante de uma norma monolíngue e na atenção à agência dos sujeitos diante dos conhecimentos constituídos ao longo de suas trajetórias.

Translinguagem e inteligibilidade ocupam planos analíticos distintos. A primeira permite compreender como conhecimentos associados a diferentes experiências linguísticas são articulados na prática; a segunda diz respeito ao trabalho pelo qual tal articulação se torna interpretável entre os interlocutores. Por essa razão, nem a amplitude de um repertório assegura a compreensão, nem a diferença entre experiências anteriores constitui obstáculo incontornável. A Sociolinguística Interacional, discutida na seção 4.1, oferece instrumentos para acompanhar as respostas e os ajustes que tornam visível esse processo, sem confundir a presença de recursos variados com o êxito comunicativo.

Canagarajah (2017) acrescenta uma dimensão importante ao questionar a ideia de que os sujeitos simplesmente transportem para cada situação um conjunto previamente estabilizado de recursos. Ao propor uma orientação espacial para os repertórios, o autor argumenta que eles podem não estar inteiramente constituídos antes da atividade, pois determinadas configurações de recursos se organizam in situ, isto é, na própria situação comunicativa e em colaboração com os demais interlocutores. Elementos linguísticos e semióticos disponíveis aos sujeitos, ao ambiente e à própria atividade podem, assim, articular-se durante a interação e funcionar conjuntamente na produção dos sentidos. Um apontamento, uma palavra escrita, um objeto presente no espaço ou determinada localização espacial, por exemplo, pode tornar-se pertinente em razão da função que assume naquele momento e de sua relação com outros elementos mobilizados pelos interlocutores. A prática comunicativa passa a ser examinada, desse modo, em sua dimensão relacional, e não como simples exteriorização de conhecimentos individuais previamente constituídos.

No contato entre falantes de Libras e LSV, os recursos adquirem pertinência pelas relações que estabelecem com a atividade e com as respostas do outro. Um sinal inicialmente pouco reconhecível pode ganhar sentido quando relacionado à datilologia, à escrita ou a referências compartilhadas no espaço. Não se trata de supor que essas escolhas sempre produzam compreensão, mas de reconhecer que seu efeito depende da configuração concreta em que passam a atuar. A orientação espacial permite examinar essa articulação sem reduzir o encontro a um repertório individual previamente delimitado.

Canagarajah (2017) também examina a relação entre linguagem e elementos semióticos. Em suas análises, escrita, fala, corpo, imagens, objetos e condições espaciais podem atuar conjuntamente na produção dos significados. Esses componentes não aparecem apenas como complementos acionados quando a linguagem seria insuficiente, pois participam ativamente da atividade comunicativa. O autor, entretanto, diferencia sua orientação espacial de determinadas leituras da multimodalidade, sobretudo ao enfatizar que os sentidos emergem das relações constituídas entre sujeitos, elementos semióticos e condições materiais ao longo da prática.

Blackledge e Creese (2017) também dedicam atenção à dimensão corporal em interações nas quais as histórias linguísticas e biográficas dos sujeitos envolvidos apresentam pouca sobreposição. Os autores mostram que pessoas podem recorrer a repertórios semióticos amplos para estabelecer possibilidades de comunicação, integrando corpo, gesto, postura e outros elementos à construção dos sentidos. O estudo dialoga com nosso objeto por focalizar encontros entre interlocutores cujos repertórios não apresentam ampla coincidência prévia e nos quais as possibilidades de comunicação são construídas com os recursos que se tornam pertinentes na situação.

A aplicação dessas discussões às línguas de sinais exige preservar as propriedades de sua modalidade visuoespacial. Conforme fundamentado na seção 4.1, Quadros e Karnopp (2004) e Emmorey (2002) demonstram que mãos, corpo, expressões não manuais e organização espacial participam da própria estrutura linguística. O que em estudos de línguas orais pode ser descrito como gesto complementar não recebe automaticamente o mesmo estatuto nas interações sinalizadas. Essa cautela impede que a complexidade gramatical de Libras ou LSV seja confundida com o emprego de recursos externos à língua.

Consequentemente, apontamentos, expressões não manuais, classificadores e direcionamento do olhar não comprovam isoladamente a ocorrência de translinguagem. Tais formas podem cumprir funções gramaticais, discursivas ou integrar configurações semióticas mais amplas. Sua relevância para uma prática translíngue depende da relação que estabelecem com outros conhecimentos mobilizados, e não de seu caráter visual. O cuidado com essa distinção preserva a especificidade linguística das línguas de sinais e evita ampliar indiscriminadamente a categoria de translinguagem.

Kress (2010) oferece instrumentos importantes para compreender a produção dos sentidos por meio de diferentes modos semióticos, mas multimodalidade e translinguagem não constituem categorias equivalentes. A primeira possibilita examinar como diferentes modos participam da significação; a segunda focaliza práticas nas quais os sujeitos mobilizam seus repertórios sem tomar as fronteiras entre línguas nomeadas como limites prévios para o fazer comunicativo. Ambas podem articular-se em uma mesma atividade, porém a presença de múltiplos modos não é suficiente para caracterizar uma prática como translíngue.

Nas línguas de sinais, essa diferenciação é especialmente relevante: simultaneidade, orientação espacial e expressões não manuais integram modos de organização que não pressupõem trânsito entre línguas. A coexistência de recursos visuais pode envolver multimodalidade sem necessariamente configurar translinguagem. O critério decisivo não é quantos componentes aparecem em uma produção, mas como sua articulação se relaciona às práticas linguísticas dos sujeitos e às fronteiras entre línguas nomeadas. Assim, nenhuma dessas categorias substitui a descrição das funções efetivamente desempenhadas no encontro.

Neste trabalho, a noção de prática translíngue focaliza a articulação situada de conhecimentos constituídos em repertórios heterogêneos, mobilizados sem submissão necessária às fronteiras entre Libras, LSV e outros conhecimentos linguísticos disponíveis, e cuja combinação participa efetivamente da produção, retomada ou negociação dos sentidos. Não basta registrar a coexistência de formas diferentes. Seu alcance se evidencia quando a articulação participa da produção ou negociação de sentidos, em vez de corresponder somente à justaposição de formas.

A caracterização de uma prática translíngue exige atenção à maneira como os próprios sujeitos tornam determinadas formas relevantes no desenvolvimento da atividade. Uma produção adquire importância quando desencadeia resposta, confirmação, esclarecimento, retomada ou reformulação, ou quando sua ausência de reconhecimento conduz o interlocutor à busca de outra possibilidade expressiva. A organização sequencial fornece indícios dessa participação, sem autorizar inferências automáticas a partir da mera presença de um recurso.

A análise tampouco exige que cada elemento seja atribuído inequivocamente a uma única língua nomeada. As trajetórias dos migrantes surdos podem constituir conhecimentos cujas formas e funções não se deixam separar facilmente entre Libras e LSV. A orientação translíngue é produtiva justamente porque possibilita examinar a

prática antes de lhe impor uma divisão rígida entre sistemas. Diferenças lexicais, estruturais ou convencionais identificáveis entre as duas línguas, portanto, continuam relevantes e não precisam ser apagadas para que a prática seja compreendida em uma perspectiva translíngue.

No Brasil, estudos desenvolvidos em espaços fronteiriços reforçam a pertinência de uma leitura situada dessas práticas. Ferrari (2020), ao analisar aspectos translíngues da interação entre professora e alunos na fronteira Brasil–Bolívia, discute a produção dos sentidos em um território marcado pelo contato linguístico. Embora seu estudo se volte para línguas orais e para um contexto educacional distinto daquele investigado nesta tese, aproxima o debate das realidades sociolinguísticas das fronteiras brasileiras e reforça a necessidade de não reduzir esses espaços às linhas político-administrativas que separam línguas e Estados.

Oliveira e Liberali (2023) oferecem um diálogo particularmente relevante para o campo da surdez ao examinarem práticas translíngues em atividades que envolvem sujeitos surdos e ouvintes no Brasil. Os autores relacionam a mobilização de diferentes formas de significação à negociação dos sentidos e às possibilidades de participação. O estudo insere a translinguagem nas discussões brasileiras voltadas às experiências de pessoas surdas, embora os critérios analíticos precisem responder às especificidades de cada objeto. No caso desta pesquisa, isso implica não diluir a estrutura das línguas de sinais em uma categoria genérica de gestualidade ou multimodalidade.

Libras e LSV constituem línguas com organização própria, histórias distintas e posições sociais específicas, ao mesmo tempo que seus falantes podem desenvolver práticas nas quais os conhecimentos mobilizados não permanecem confinados às fronteiras estabelecidas entre elas. A translinguagem permite manter essas dimensões em relação sem apagar as línguas nomeadas nem pressupor que suas fronteiras determinem antecipadamente tudo aquilo que os sujeitos podem realizar durante a comunicação.

A circulação de formas entre essas línguas tampouco permite identificar automaticamente sua origem ou função a partir de semelhanças superficiais. Uma realização reconhecível em mais de uma experiência linguística pode assumir valores distintos conforme os interlocutores e a atividade. Por isso, a perspectiva translíngue considera as relações construídas entre os recursos sem exigir que cada ocorrência seja atribuída de maneira exclusiva a um sistema. Essa abertura analítica não elimina

as diferenças entre Libras e LSV, mas permite reconhecer o que elas efetivamente significam no encontro.

As ações dos interlocutores podem reorganizar essa articulação no próprio curso do encontro. A datilologia, uma forma escrita ou um apontamento situado não possuem, isoladamente, valor translíngue: sua contribuição depende de como se relacionam às demais escolhas e às respostas construídas na troca. Desse modo, o reconhecimento de uma prática translíngue exige uma leitura contextualizada, sensível tanto aos recursos compartilhados quanto às diferenças que permanecem relevantes para os participantes.

A possibilidade de construir inteligibilidade mediante repertórios diversos também não substitui condições institucionais de acessibilidade. Em atendimentos de saúde, educação, trabalho, procedimentos administrativos, situações jurídicas ou processos relacionados à migração, determinadas informações podem exigir precisão, mediação profissional e estruturas institucionais adequadas para que a participação seja efetivamente assegurada.

A agência demonstrada pelos migrantes surdos na negociação dos sentidos não lhes transfere a responsabilidade por superar barreiras comunicacionais produzidas pelas instituições. Direitos linguísticos e mediação qualificada permanecem necessários quando as condições da situação os exigem. Reconhecer práticas translíngues significa compreender os caminhos comunicativos construídos pelos sujeitos, e não transformar essa capacidade em justificativa para reduzir políticas de acessibilidade ou substituir profissionais responsáveis pela mediação linguística.

A translinguagem, nas interações entre falantes de Libras e LSV, não constitui um terceiro sistema linguístico nem uma mistura indiferenciada. Designa uma perspectiva sobre práticas em que recursos associados a trajetórias distintas são postos em relação, sem que os limites entre línguas nomeadas determinem todas as possibilidades de significação. Essa articulação pode favorecer a inteligibilidade, mas não assegura, por si, que os sujeitos construam interpretações suficientes para a continuidade da atividade. A distinção preserva a complexidade do contato linguístico e os limites explicativos de cada conceito.

Os recursos mobilizados, entretanto, não circulam sob condições sociais equivalentes. Libras, LSV e outras formas presentes nos repertórios dos migrantes surdos podem assumir valores distintos conforme os espaços em que são acionadas

e os interlocutores envolvidos. As relações entre essas diferenças, o reconhecimento dos sujeitos, suas possibilidades de participação e as formas de pertencimento introduzem uma dimensão de poder que ultrapassa a organização imediata da interação e integra as condições sociais em que a comunicação se realiza.

4.4 IDENTIDADE, PERTENCIMENTO E RELAÇÕES DE PODER NA MIGRAÇÃO VENEZUELANA EM BOA VISTA

A construção da inteligibilidade não implica que os interlocutores ocupem posições sociais equivalentes nos espaços em que circulam. Em Boa Vista, as experiências linguísticas dos migrantes surdos venezuelanos articulam-se a processos de identificação e pertencimento, atravessados pelos valores atribuídos às línguas e às práticas comunicativas. A possibilidade de compreender e ser compreendido em uma interação não assegura, por si só, condições iguais de participação social. Hall (2006) recusa a concepção de identidade como essência fixa e previamente constituída. Para o autor, os processos de identificação são históricos e relacionais, vinculados às experiências sociais e culturais dos sujeitos. Em contextos de mobilidade, referências formadas em diferentes momentos da trajetória passam a coexistir e a estabelecer novas relações, sem que a migração produza necessariamente mudanças homogêneas nas formas de identificação. A convivência entre referências anteriores e vínculos recentes pode ampliar as possibilidades de pertencimento sem exigir o abandono de experiências já constituídas. A chegada ao Brasil coloca os migrantes surdos venezuelanos em contato com espaços nos quais a Língua Brasileira de Sinais (Libras) assume relevância nas relações com pessoas surdas brasileiras e em situações educacionais, institucionais e comunitárias. Essa aproximação não pressupõe a substituição da Língua de Sinais Venezuelana (LSV), tampouco o abandono de referências anteriores à migração. Línguas e experiências de socialização podem permanecer presentes em diferentes vínculos, ainda que as condições de circulação e reconhecimento se alterem entre os espaços sociais. Ladd (2003) contribui para a compreensão da dimensão coletiva dessas experiências ao discutir as comunidades surdas como espaços de socialização, produção cultural e compartilhamento de práticas. Integrar uma comunidade não se reduz ao domínio de uma língua de sinais, pois envolve relações sociais, culturais e políticas construídas entre pessoas surdas. Participar de espaços da comunidade surda brasileira ou utilizar

Libras, portanto, não constitui evidência suficiente de pertencimento. A identificação se relaciona aos vínculos estabelecidos, às experiências compartilhadas e aos sentidos atribuídos pelos próprios sujeitos à participação nesses espaços. Não cabe, assim, pressupor uma oposição necessária entre pertencimentos venezuelanos e brasileiros. Referências anteriores à migração podem coexistir com relações estabelecidas em novos contextos, sem que a aproximação com falantes de Libras determine uma mudança automática de identificação cultural. A língua utilizada em determinado encontro constitui parte da experiência social, mas não permite deduzir, isoladamente, a maneira como alguém reconhece a si próprio ou seus vínculos com diferentes coletividades. Hermes e Silva (2018) propõem compreender o pertencimento para além da presença física em um território, considerando as relações simbólicas entre sujeitos, lugares e práticas sociais. Boa Vista pode ser compreendida não apenas como local de residência, mas também como espaço de construção de vínculos, sociabilidades e oportunidades de participação. A ausência de uma instituição especificamente identificada com a comunidade surda venezuelana, contudo, não equivale à inexistência de pertencimento ou de expressão cultural. Tais conclusões exigiriam evidências próprias e não podem ser inferidas apenas da configuração institucional da cidade. Blommaert (2010) aprofunda a relação entre mobilidade e valor social dos recursos ao demonstrar que conhecimentos linguísticos não conservam necessariamente o mesmo reconhecimento quando circulam entre diferentes espaços e escalas sociais. A mobilidade envolve mais do que o deslocamento de pessoas entre territórios: transforma as condições de legitimidade, acesso e uso dos recursos. Aquilo que favorece a participação em um ambiente pode encontrar restrições em outro, não por propriedades inerentes à língua ou ao sujeito, mas pelas normas e relações que organizam cada contexto. A relação entre LSV e Libras torna essa discussão particularmente relevante. A LSV participa das experiências de socialização de migrantes surdos constituídas na Venezuela e pode continuar presente em suas relações após o deslocamento. Em Boa Vista, a circulação por espaços nos quais a Libras tem maior reconhecimento institucional estabelece outras exigências comunicativas. A diferença de valor social entre esses recursos não significa superioridade linguística de um deles, nem substituição inevitável do outro; evidencia, antes, condições desiguais de legitimação e participação. O reconhecimento de um repertório não depende apenas da quantidade ou da extensão dos conhecimentos

que o compõem. Blommaert (2010) chama atenção para as ordens sociais que atribuem valores distintos aos recursos em circulação. Uma capacidade linguística pode favorecer a participação em determinado contexto e receber pouca legitimidade em outro. Por essa razão, obstáculos comunicacionais não devem ser explicados automaticamente como insuficiências individuais: também é necessário considerar as condições que autorizam, restringem ou desvalorizam determinadas práticas. Heller (2007) acrescenta uma dimensão política ao demonstrar que as práticas linguísticas são atravessadas por relações de poder e processos de legitimação. Línguas e formas de comunicação não circulam de maneira neutra, pois instituições e grupos sociais participam da definição de quais práticas recebem reconhecimento. As condições de participação, portanto, ultrapassam a possibilidade de produzir sentidos entre interlocutores e incluem as formas pelas quais suas ações são acolhidas, avaliadas ou desautorizadas em cada espaço social. Inteligibilidade interacional e reconhecimento social constituem, desse modo, dimensões relacionadas, mas não equivalentes. É possível construir uma interpretação suficiente para a continuidade de determinado encontro e, ainda assim, enfrentar desigualdades de acesso ou legitimidade institucional. O êxito comunicativo não assegura reconhecimento social às línguas mobilizadas, assim como uma dificuldade de atendimento não comprova incapacidade linguística do sujeito. Enquanto a inteligibilidade diz respeito ao trabalho interpretativo realizado na interação, o reconhecimento envolve relações sociais e institucionais que condicionam a participação. O pertencimento também não se confunde com a presença em um território, o uso de determinada língua ou a frequência a um espaço comunitário. Trata-se de uma relação cuja significação não pode ser atribuída externamente aos sujeitos por meio de classificações prévias. Vínculos, referências culturais e formas de participação adquirem sentidos particulares conforme as experiências e as relações construídas ao longo das trajetórias. Identidade e pertencimento permanecem, assim, processos abertos à transformação, e não consequências necessárias da condição migratória. As relações de poder, por sua vez, não podem ser presumidas em toda diferença entre Libras e LSV, nem toda interação entre migrantes surdos e brasileiros se organiza pela exclusão. Assimetrias tornam-se pertinentes quando determinadas condições de acesso, participação ou reconhecimento favorecem algumas práticas e restringem outras. Distinguir desigualdades efetivamente presentes de interpretações previamente atribuídas à migração evita reduzir experiências diversas a uma narrativa

única de vulnerabilidade. Os migrantes surdos tampouco constituem um grupo social homogêneo. Suas trajetórias educacionais, familiares e profissionais são distintas, assim como as relações que estabelecem com diferentes línguas de sinais e espaços de convivência. Essas dimensões podem adquirir relevância variável conforme as circunstâncias e os vínculos em questão. Reconhecer tal diversidade impede que características biográficas sejam convertidas em explicações gerais sobre as possibilidades comunicativas ou sobre as formas de pertencimento dos sujeitos. Identidade, pertencimento e poder ampliam, portanto, a compreensão das condições sociais em que a inteligibilidade se constrói. A capacidade de negociar sentidos, recorrer a conhecimentos diversos e reorganizar interpretações não elimina as assimetrias presentes nos espaços de circulação. Libras, LSV, português, espanhol e escrita podem participar das práticas comunicativas sem receber o mesmo valor em todas as situações. A agência dos sujeitos convive com normas institucionais e hierarquias sociais que influenciam o reconhecimento de suas formas de expressão. O contato entre falantes de Libras e LSV revela, assim, que compreender o outro e ter sua prática linguística socialmente reconhecida não são acontecimentos necessariamente coincidentes. Os sentidos podem ser negociados no encontro, enquanto as condições de acesso e pertencimento permanecem atravessadas por relações de poder. A fronteira, nesse quadro, não se limita ao deslocamento entre territórios: também se manifesta nas possibilidades desiguais de circulação, legitimidade e participação que acompanham os sujeitos e suas línguas.

5. PERCURSO METODOLÓGICO

Este capítulo apresenta o percurso metodológico que orientou a pesquisa e explicita o desenho investigativo, a inserção no campo, os critérios de seleção dos participantes, os instrumentos de coleta dos dados, as etapas do trabalho de campo e os procedimentos de organização, transcrição, tradução e análise do corpus. Em consonância com os pressupostos teóricos discutidos no capítulo anterior, a investigação desenvolveu-se por meio de uma abordagem qualitativa, de orientação etnográfica, voltada à observação das práticas de linguagem de migrantes surdos.

A opção por esse percurso metodológico decorreu da compreensão de que a construção da inteligibilidade não pode ser analisada isoladamente dos contextos sociais, institucionais e linguísticos em que as interações se realizam. Desse modo, a pesquisa privilegiou o acompanhamento de práticas comunicativas em diferentes dinâmicas interacionais e buscou compreender como conhecimentos constituídos em repertórios distintos são mobilizados nas experiências dos participantes.

5.1 ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL, INSERÇÃO NO CAMPO DE PESQUISAS E SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES

A pesquisa desenvolveu-se em articulação com dois projetos institucionais. O Projeto Mais Libras: a saúde em nossas mãos, vinculado à Universidade Federal de Roraima (UFRR), foi desenvolvido no início do período pandêmico, com o objetivo de promover o ensino de Libras a profissionais da área da saúde. Concebido inicialmente para atender ao contexto de Boa Vista–RR, o projeto ampliou seu alcance e passou a reunir pessoas de diferentes regiões do Brasil. As atividades desenvolvidas no Mais Libras possibilitaram o contato inicial com sujeitos de pesquisa residentes em Boa Vista e favoreceram nossa aproximação com o campo investigado.

O Projeto Lucinda Ferreira, coordenado pela Prof.ª Dra. Angélica Rodrigues e financiado pela FAPESP, (Processo 2022/05962-4), dedica-se à documentação e análise de línguas de sinais em microcomunidades surdas e em contextos de contato linguístico no Brasil. O projeto teve como objetivo a constituição de uma amostra composta por dados de sete línguas de sinais que se inscrevem sob dois subgrupos principais. O primeiro subgrupo é formado por línguas de sinais de microcomunidades surdas, social ou familiarmente organizadas, que se encontram geograficamente

isoladas de grandes centros urbanos e com histórico de alta natalidade de participantes; micromunidades de Buriti dos Lopes (PI), Tiros (MG) e Várzea Queimada (PI), Vila de Fortalezinha (Ilha de Maiandeua, PA), Centro Novo do Maranhão (MA) e Centro do Guilherme (MA). O segundo subgrupo é constituído por microcomunidades surdas em situação de contato bilíngue, unimodal, sinalizado; comunidades surdas de Umuarama (PR) e de Boa Vista (RR), onde observamos, respectivamente, situação de contato linguístico entre a Libras e a Língua de Sinais Venezuelana (LSV). Todas as informações sobre o projeto podem ser acessadas na página www.projetolucinda.com.br. No âmbito deste projeto, a pesquisadora integrou a equipe de investigação e foi responsável pela coleta, organização e sistematização dos dados referentes ao contexto de Boa Vista–RR.

A articulação com os dois projetos não implica, contudo, correspondência integral entre os conjuntos de dados produzidos em cada iniciativa. Parte do trabalho de campo contemplou atividades relacionadas simultaneamente aos objetivos desta tese e às finalidades de documentação do Projeto Lucinda Ferreira, enquanto outros registros atenderam a recortes específicos e não integram o corpus analisado nesta investigação. A seleção do material utilizado na tese foi orientada pelo problema de pesquisa, pelos objetivos e pelos critérios analíticos próprios da investigação, preservando sua autonomia em relação às finalidades dos projetos institucionais.

A distinção entre os dados coletados para a tese e o conjunto documental do Projeto Lucinda Ferreira também se aplica à disponibilização dos registros produzidos no contexto de Boa Vista. Durante a vigência do Projeto Lucinda Ferreira, dois registros videográficos foram disponibilizados para compor seu acervo. Os demais registros previstos para compartilhamento serão disponibilizados após o depósito desta tese no Repositório Institucional da Unesp. A participação da pesquisadora no projeto e sua responsabilidade pelos dados relativos à LSV e ao contexto de Boa Vista articulam-se à realização desta investigação, sem que os dados empíricos da tese e o conjunto documental do projeto sejam tomados como equivalentes.

O trabalho de campo que subsidiou a constituiu a coleta de dados ocorreu em duas etapas: a primeira, durante 28 dias, em julho de 2023; a segunda, durante 15 dias, a partir de meados de outubro de 2024.

5.2 SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES

A seleção do grupo foi orientada por critérios previamente definidos, em consonância com os objetivos da investigação e com o recorte empírico estabelecido. Em razão da abordagem qualitativa e da orientação etnográfica adotadas, não buscamos constituir uma amostra estatisticamente representativa, mas reunir participantes cujas experiências permitissem examinar em profundidade a construção da inteligibilidade em situações de contato entre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a Língua de Sinais Venezuelana (LSV). Os critérios de inclusão consideraram a experiência migratória, o tempo de residência em Boa Vista e a participação nos projetos institucionais relacionados à inserção no campo e à produção dos registros utilizados na pesquisa.

Quadro 8 – Critérios de seleção dos participantes

Descrição	**Justificativa analítica**
Ser venezuelano migrante surdo.	Delimitar o grupo social correspondente ao objeto da investigação.
Ter idade superior a 20 anos.	Delimitar a investigação a participantes adultos com experiências próprias de trajetória migratória.
Residir no município de Boa Vista–RR há pelo menos um ano.	Considerar participantes com experiência de residência e circulação no contexto sociolinguístico investigado.
Participar do Projeto Mais Libras: a saúde em nossas mãos.	Vincular a seleção ao contexto institucional que possibilitou a aproximação inicial com os participantes e a inserção no campo.
Participar do Projeto Lucinda Ferreira.	Incluir participantes vinculados às atividades de produção e documentação dos registros referentes ao contexto de Boa Vista e ao contato entre Libras e LSV.

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Os critérios apresentados orientaram a composição do grupo investigado, constituído ao longo das duas etapas do trabalho de campo. Cinco venezuelanos migrantes surdos integraram a primeira etapa, realizada em 2023, e outros quatro foram incorporados no retorno ao campo, em 2024, totalizando nove sujeitos surdos.

O Quadro nove reúne informações sociobiográficas dos participantes, considerando idade, sexo, número de filhos, escolaridade, ocupação profissional e tempo de residência no Brasil. Esses dados permitem caracterizar o grupo e reconhecer a heterogeneidade de suas trajetórias migratórias, familiares,

educacionais e profissionais, sem que essas características sejam tomadas isoladamente como determinantes das práticas comunicativas analisadas.

Quadro 9 – Caracterização dos participantes da pesquisa

Participante	**Sexo**	**Idad**	**Filhos**	**Escolaridade**	**Trabalho**	**Tempo de residência no Brasil**
Participante A	Homem	51	1	Ensino Médio	Supermercado Função: repositor	6 anos
Participante B	Mulher	51	4	Ensino Médio incompleto	Supermercado Função: repositora	5 anos
Participante C	Mulher	43	Não	Ensino Médio incompleto	Supermercado Função: limpeza	3 anos e 5 meses
Participante D	Mulher	23	1	Ensino Médio completo	Supermercado Função: repositora	4 anos
Participante E	Mulher	49	3	Ensino Médio incompleto	Supermercado Função: limpeza	5 anos
Participante F	Homem	21	Não	Fundamento II Incompleto	Supermercado Função: pacoteiro	1 ano
Participante G	Mulher	35	2	Fundamental II incompleto	Supermercado Função: repositora	4 anos
Participante H	Mulher	39	Não	Nunca foi a escola	Supermercado Função: limpeza	5 anos
Participante I	Mulher	25	1	Ensino médio Incompleto	Desempregada	3 anos

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

A caracterização apresentada no Quadro 9 evidencia a diversidade interna do grupo quanto à idade, escolarização, composição familiar, inserção profissional e tempo de residência no Brasil. Essas diferenças integram suas trajetórias e oferecem elementos para contextualizar as experiências de mobilidade e as práticas comunicativas do grupo.

O grupo constituído corresponde a um recorte qualitativo da investigação. Não atribuímos aos nove integrantes representatividade estatística em relação ao conjunto de venezuelanos migrantes surdos residentes em Boa Vista, mas buscamos compreender, em profundidade, como constroem inteligibilidade em situações de contato entre Libras e LSV, considerando as particularidades de suas trajetórias e dos contextos em que as interações se realizam.

5.3 COLETA DOS DADOS

A coleta dos dados apoiou-se em procedimentos metodológicos complementares: entrevistas semiestruturadas, entrevistas sociolinguísticas, observação participante, registros videográficos e diário de campo. Cada um cumpriu função específica no desenho da investigação e contemplou dimensões das trajetórias do grupo e das práticas comunicativas observadas.

As entrevistas semiestruturadas foram direcionadas à contextualização das trajetórias de vida, dos percursos migratórios e das experiências linguísticas e sociais do grupo. As entrevistas sociolinguísticas, por sua vez, incluíram dinâmicas interacionais orientadas, organizadas segundo tipos de produção discursiva, com o propósito de examinar a construção da inteligibilidade e a mobilização situada de recursos durante as interações. A observação participante e o diário de campo complementaram esses registros com informações sobre as condições sociais e institucionais em que as práticas ocorreram.

Em razão da modalidade visuoespacial das línguas de sinais, o registro videográfico foi fundamental para a investigação, uma vez que possibilitou documentar elementos da sinalização e da organização interacional que registros exclusivamente escritos não apreenderiam integralmente, como expressões não manuais, uso do espaço de sinalização, direcionamento do olhar e apontamentos. Esses elementos foram examinados conforme a função assumida em cada ocorrência, sem classificá-los previamente como recursos exteriores à estrutura linguística da Libras ou da LSV.

Durante o trabalho de campo, uma das instituições envolvidas não autorizou o registro videográfico. O episódio foi documentado em diário de campo, que reuniu as informações contextuais e interacionais necessárias à análise.

O material empírico reúne aproximadamente sete horas de vídeo, além das anotações realizadas em diário de campo. Desse conjunto, selecionamos os episódios que compõem o corpus analítico da tese com base em sua relação com o problema de pesquisa, com os objetivos estabelecidos e com sua pertinência para o exame da construção da inteligibilidade em distintas configurações interacionais.

O Quadro 10 sistematiza os procedimentos empregados, suas finalidades e sua função na análise.

Quadro 10 – Operacionalização dos procedimentos de coleta dos dados

Procedimento	Finalidade na pesquisa	Contribuição para a análise
Entrevistas semiestruturadas	Compreender trajetórias de vida, percursos migratórios e experiências comunicativas dos participantes.	Contextualizar as trajetórias migratórias, os repertórios comunicativos e as experiências relatadas pelos participantes.
Entrevistas sociolinguísticas	Produzir narrativas, descrições, relatos de procedimentos e experiências a partir de diferentes dinâmicas interacionais.	Observar a construção da inteligibilidade em diferentes configurações discursivas e comunicativas.
Observação participante	Acompanhar as interações e práticas comunicativas durante o trabalho de campo.	Relacionar os registros produzidos às condições sociais, institucionais e linguísticas em que ocorreram.
Diário de campo	Registrar observações etnográficas em situações nas quais o registro videográfico não foi possível, bem como complementar informações produzidas durante o trabalho de campo.	Documentar aspectos contextuais das interações e subsidiar a análise de episódios cuja gravação não foi autorizada.

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Os procedimentos reunidos no Quadro 10 foram utilizados de forma complementar e permitiram articular informações sobre as trajetórias do grupo, as condições de produção das interações e os recursos mobilizados nas práticas comunicativas. Essa articulação favoreceu a contextualização dos registros e o exame, em diferentes situações, dos processos envolvidos na construção da inteligibilidade.

Embora apresentassem formas distintas de organização e condução, a entrevista semiestruturada e a entrevista sociolinguística integraram o conjunto de situações interacionais mobilizadas para analisar a construção da inteligibilidade. Na primeira, as perguntas orientadoras permitiram conhecer o perfil sociolinguístico de cada sujeito e reconstruir aspectos de suas trajetórias pessoais, familiares, educacionais, profissionais, migratórias e linguísticas, ao mesmo tempo que constituíram situações de interação nas quais pudemos observar a mobilização dos repertórios, os ajustes e as negociações de sentido. Na segunda, a condução foi organizada a partir de propostas de produção discursiva, como descrição, procedimento, narrativa de experiência pessoal e opinião, o que permitiu examinar

como os participantes organizavam suas produções em cada configuração interacional. A distinção entre os dois instrumentos, portanto, não corresponde a objetivos analíticos excludentes: ambos forneceram dados para o exame da construção da inteligibilidade, diferenciando-se principalmente pela forma de condução e pelo tipo de atividade proposta em cada situação.

5.3.1 Entrevistas semiestruturadas

As entrevistas semiestruturadas tiveram como objetivo reunir informações sobre as trajetórias de vida, os percursos migratórios e as experiências comunicativas dos participantes, considerando também seus processos de inserção social em Roraima. As questões contribuíram para a caracterização do grupo e para a compreensão de aspectos de suas experiências familiares, educacionais, profissionais, migratórias e linguísticas. Ao mesmo tempo, as interações produzidas a partir dessas perguntas permitiram observar como os sujeitos mobilizavam seus repertórios, introduziam e retomavam informações, realizavam ajustes e negociavam sentidos com a interlocutora.

O roteiro foi elaborado previamente e utilizado de forma flexível, com adequações ao desenvolvimento de cada interação e às particularidades das experiências compartilhadas. As perguntas contemplaram dados de caracterização pessoal e social, além de aspectos relacionados ao percurso migratório, às experiências linguísticas, às relações familiares, educacionais, profissionais e comunitárias e às situações de comunicação vivenciadas antes e após a chegada ao Brasil. O roteiro completo das entrevistas semiestruturadas encontra-se no Apêndice A.

5.3.2 Entrevistas sociolinguísticas

As entrevistas sociolinguísticas foram organizadas como situações orientadas de interação, com foco nas práticas comunicativas desenvolvidas pelos participantes. Em vez de buscar reproduzir situações cotidianas, esse procedimento possibilitou examinar a organização da interação, a produção de sentidos e os ajustes realizados diante das demandas de cada atividade.

Com base nos procedimentos metodológicos do Projeto Lucinda Ferreira, essa etapa foi estruturada segundo tipos de produção discursiva, entre eles descrição, relato de procedimento, narrativa de experiência pessoal e relato de opinião. Essas atividades permitiram examinar como os sujeitos organizavam seus enunciados, mobilizavam repertórios constituídos ao longo de suas trajetórias e negociavam sentidos no curso das atividades.

O interesse analítico concentrou-se nos alinhamentos estabelecidos entre os interlocutores, nas retomadas, reformulações e ajustes realizados no decorrer das atividades e nos recursos mobilizados para sustentar a continuidade da interação. Mais do que obter respostas previamente determinadas, examinamos o trabalho interacional pelo qual a inteligibilidade era construída nas propostas apresentadas ao grupo.

O Quadro 11 apresenta os tipos de produção discursiva utilizados nas entrevistas sociolinguísticas e suas respectivas finalidades analíticas.

Quadro 11 – Tipos de produção discursiva nas entrevistas sociolinguísticas

Tipo de produção discursiva	**Finalidade analítica**
Descrição	Analisar a organização das informações e a mobilização de recursos linguísticos e espaciais.
Relato de procedimento	Observar a articulação de repertórios na organização de ações e sequências de atividades.
Narrativa de experiência pessoal	Analisar a organização narrativa, a progressão referencial e a mobilização de repertórios comunicativos.
Relato de opinião	Observar posicionamentos, justificativas e processos de negociação de sentidos em situações argumentativas.

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Os diferentes tipos de produção discursiva possibilitaram examinar modos distintos de organização dos enunciados e de mobilização dos repertórios nas interações propostas. O roteiro completo das atividades e das questões utilizadas nas entrevistas sociolinguísticas encontra-se no Apêndice B.

5.4 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

O tratamento do material empírico envolveu procedimentos de organização, segmentação, anotação, transcrição, tradução e análise dos registros videográficos, além da sistematização das anotações produzidas em diário de campo. Nos registros em vídeo, utilizamos o *software* ELAN (*EUDICO Linguistic Annotator*), por meio do qual relacionamos temporalmente diferentes aspectos das produções sinalizadas e da organização das interações.

Com base nesse tratamento, segmentamos os registros e identificamos os elementos pertinentes à análise de cada episódio, considerando tanto sua organização linguística e interacional quanto as condições sociais e institucionais em que ocorreram. O trabalho analítico não buscou reconstruir integralmente os repertórios dos participantes a partir de ocorrências isoladas, mas examinar os recursos efetivamente mobilizados nas interações e relacioná-los, quando pertinente, às trajetórias relatadas nas entrevistas e às demais informações produzidas no trabalho de campo.

O Quadro 12 sintetiza as principais etapas desse tratamento, os recursos empregados e suas respectivas finalidades.

Quadro 12 – Procedimentos de transcrição, tradução e vídeo-análise

Procedimento	**Ferramenta/Recurso**	**Finalidade**
Organização dos arquivos	Padronização de pastas e backup em nuvem	Preservação e sistematização dos dados
Segmentação dos vídeos	ELAN	Delimitação de eventos e segmentos interacionais
Transcrição e anotação dos dados sinalizados	ELAN + glosas e convenções de transcrição	Representação das produções sinalizadas e de sua organização temporal
Anotação de elementos linguísticos e interacionais	ELAN	Registro de expressões não manuais, uso do espaço, apontamentos, gestualidades e outros elementos pertinentes à análise
Tradução para o português brasileiro	Tradução comentada	Elaboração de tradução possível para apoio à análise
Revisão colaborativa	Pesquisadora e colaboradores	Conferência das transcrições e traduções

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Os procedimentos apresentados no Quadro 12 foram articulados no tratamento dos registros, uma vez que segmentação, anotação, transcrição e tradução constituíram etapas interdependentes. No ELAN, relacionamos temporalmente a sinalização às expressões não manuais, ao direcionamento do olhar, ao uso do espaço e a outros componentes relevantes para a interpretação. Cada ocorrência foi examinada em seu contexto, sem pressupor que esses elementos constituíssem, por si mesmos, recursos exteriores à estrutura linguística da Libras ou da LSV.

Nas transcrições, utilizamos glosas em letras maiúsculas e convenções específicas para datilologia, apontamentos, expressões não manuais, classificadores, repetições e *mouthing*. As traduções para o português brasileiro foram apresentadas como possibilidades de leitura das produções sinalizadas, respeitadas as particularidades linguísticas e discursivas que nem sempre encontram correspondência direta entre as línguas envolvidas.

A Etnografia da Comunicação, conforme Hymes (1972), fundamentou a descrição dos eventos comunicativos e de suas condições socioculturais. A Sociolinguística Interacional, especialmente Gumperz (1982), orientou o exame dos processos inferenciais e dos ajustes interpretativos; os estudos da translinguagem subsidiaram a análise da articulação situada dos repertórios; e a Linguística Crítica, com Blommaert (2010) e Blommaert e Rampton (2011), contribuiu para compreender as relações entre circulação linguística, reconhecimento e participação. Como fontes complementares, utilizamos editais e documentos institucionais relacionados à mediação linguística, à acessibilidade e à atuação de tradutores e intérpretes de Libras, considerando as informações neles explicitadas e os limites das inferências que permitem sustentar.

A partir desses referenciais, organizamos uma matriz que relaciona as dimensões analíticas aos objetivos da investigação e às características do material empírico. Construção da inteligibilidade, organização referencial, práticas translíngues, regimes de legitimação e constituição e circulação de repertórios foram operacionalizadas como categorias próprias desta pesquisa, sem corresponder à reprodução direta de classificações dos autores. Sua aplicação considerou as particularidades de cada episódio, sem pressupor que todas as dimensões estivessem igualmente presentes nas interações. O Quadro 13 apresenta essa organização.

Quadro 13 – Operacionalização das categorias analíticas da pesquisa

Dimensão analítica	**Categoria analítica**	**Pergunta analítica**	**Evidências observadas**
Microinteracional	Construção da inteligibilidade	Como os interlocutores constroem e reajustam a inteligibilidade ao longo da interação?	Pistas de contextualização, inferências, retomadas, reformulações, confirmações, esclarecimentos e ajustes.
Discursivo-interacional	Organização referencial	Como os referentes são introduzidos, estabilizados e retomados ao longo da interação?	Introdução, estabilização e retomada de referentes, progressão narrativa e redefinições.
Repertórios linguísticos	Práticas translíngues	Como conhecimentos constituídos em repertórios distintos são articulados de forma integrada e situada na produção de sentidos?	Mobilização relacional de Libras, LSV, português, espanhol, datilologia, escrita, mouthing e outros recursos pertinentes à situação, sem tomar sua mera presença como evidência de translinguagem.
Institucional	Regimes de legitimação	Como as condições institucionais de mediação, acesso e reconhecimento atravessam a participação e a construção da inteligibilidade?	Mediação linguística, acessibilidade, documentos institucionais e condições de reconhecimento e participação.
Mobilidade	Constituição e circulação de repertórios	Como as trajetórias de mobilidade participam da constituição e reorganização dos repertórios?	Trajetórias linguísticas, deslocamentos, experiências de aprendizagem e socialização e circulação entre espaços.

Fonte: Elaborado pela autora (2026), com base nas contribuições analíticas mobilizadas na pesquisa.

5.5 TRABALHO DE CAMPO

Na análise da construção da inteligibilidade, consideramos as respostas dos interlocutores e a continuidade das sequências interacionais como indícios da compreensão alcançada em determinado momento. Retomadas, reformulações, confirmações e esclarecimentos permitiram examinar situações nas quais as interpretações foram revistas ou negociadas. A estabilização foi considerada provisória, caracterizada pela suficiência de determinada interpretação para o prosseguimento da atividade, sem pressupor equivalência integral entre os sentidos atribuídos pelos participantes. A ausência de dificuldades explicitamente manifestadas, por sua vez, não foi tomada como evidência de compreensão plena.

As categorias sistematizadas no Quadro 13 foram empregadas de forma integrada na interpretação do corpus. A separação apresentada no quadro responde a uma necessidade metodológica de explicitação, pois, nas análises, aspectos microinteracionais, organização referencial, mobilização de repertórios, condições institucionais e trajetórias de mobilidade podem relacionar-se em um mesmo episódio. A matriz articula, assim, os referenciais teóricos, os objetivos da investigação e os procedimentos empregados na leitura dos dados.

A seleção das vinhetas partiu do conjunto mais amplo de registros e considerou episódios que possibilitassem examinar em detalhe a construção da inteligibilidade, os ajustes realizados pelos interlocutores e a mobilização situada de diferentes conhecimentos. Também foram consideradas as condições de produção das interações, de modo a reunir situações orientadas e episódios ocorridos em contextos cotidianos ou institucionais. Conforme a natureza de cada registro, as vinhetas articulam contextualização do episódio, *frames*, glosas, tradução para o português brasileiro e interpretação das práticas observadas.

A aproximação com os participantes ocorreu a partir do contato estabelecido com o grupo de venezuelanos migrantes surdos e favoreceu a observação de práticas comunicativas em espaços de convivência e interação. Em consonância com a orientação etnográfica adotada nesta investigação, a inserção no campo ocorreu de forma gradual e envolveu o estabelecimento de vínculos, a negociação das formas de participação e a observação das dinâmicas sociais e comunicativas próprias do contexto investigado, conforme a perspectiva descritiva de Hymes (1972).

Os primeiros contatos foram estabelecidos por meio do aplicativo WhatsApp, utilizado para a comunicação com o grupo e para a organização dos encontros presenciais. Posteriormente, as atividades foram realizadas de acordo com a disponibilidade dos participantes e as condições encontradas em cada período de trabalho de campo.

Figura 4: Microcomunidade surda migrante, pesquisadores e filhos



Fonte: Arquivo da autora (2023)

A primeira etapa ocorreu em julho de 2023, durante 28 dias, predominantemente no ambiente de moradia dos participantes. Nesse período, o grupo era composto por cinco venezuelanos migrantes surdos. Parte das interações aconteceu em uma residência compartilhada por diferentes famílias, constituída por ambientes de uso coletivo e espaços utilizados simultaneamente pelos moradores. Essas características condicionaram a realização dos registros videográficos, efetuados, em sua maioria, nas áreas externas da residência.

A permanência nesse espaço possibilitou reunir informações sobre as condições de moradia, as formas de convivência e a organização cotidiana do grupo, consideradas na contextualização das interações registradas nessa etapa.

Figura 5 - Moradia dos participantes em 2023 - etapa do trabalho de campo



Fonte: Arquivo da autora (2023)

A segunda etapa foi realizada em 2024, durante 15 dias, e correspondeu ao retorno da pesquisadora a Boa Vista. Nesse período, quatro novos participantes foram incorporados à investigação, completando o grupo de nove pessoas. As atividades destinadas aos registros videográficos ocorreram principalmente no estúdio da Universidade Federal de Roraima (UFRR), Campus Paricarana, preparado para assegurar condições adequadas de iluminação, enquadramento e visualização das produções sinalizadas.

Além dos registros realizados no estúdio, uma das situações selecionadas para análise ocorreu por videochamada, em contexto de trabalho. A inclusão desse episódio aos dados de pesquisa incorporou uma configuração interacional distinta das situações presenciais registradas durante as atividades orientadas.

Figura 6 – Estúdio de gravações da UFRR – Campus Paricarana



Fonte: Arquivo da autora (2024)

As condições encontradas na segunda etapa diferiram das observadas no primeiro período de campo. O contato anteriormente estabelecido favoreceu a retomada das atividades e a organização dos novos encontros, enquanto a ampliação do grupo incorporou outras trajetórias e experiências ao conjunto de dados. Nesse período, os nove participantes formalizaram a autorização para utilização de suas imagens e dos registros videográficos, conforme os procedimentos éticos descritos na Seção 5.6.

As atividades foram organizadas de acordo com a rotina de trabalho e a disponibilidade dos participantes. Essa adequação assegurou a realização dos registros em consonância com as condições concretas de participação do grupo e possibilitou observar situações em diferentes espaços sociais e institucionais.

Figura 7 – Estúdio de gravação na Universidade Federal de Roraima



Fonte: Arquivo da autora (2024)

Os dois períodos de campo reuniram registros produzidos em ambientes domésticos, universitários, profissionais e institucionais. Essa diversidade de situações possibilitou examinar a construção da inteligibilidade em distintas configurações interacionais e relacionar os recursos mobilizados pelo grupo às experiências de mobilidade e às condições sociais em que as interações ocorreram.

5.6 ASPECTOS ÉTICOS

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), conforme Parecer nº 6.297.816, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, aplicável às pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.

Todos os participantes receberam informações sobre os objetivos da investigação, os procedimentos adotados e as formas de utilização dos registros produzidos. A participação ocorreu de forma voluntária, mediante assinatura do Termo

de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e da autorização para uso da imagem, considerando que o corpus desta pesquisa é constituído por registros videográficos de interações em línguas de sinais. Os modelos desses documentos encontram-se nos Apêndices C e D.

Nas transcrições, descrições e análises apresentadas nesta tese, adotamos pseudônimos para evitar a identificação nominal dos participantes no texto. Essa medida, contudo, precisa ser considerada à luz da natureza do corpus, composto por registros videográficos em línguas de sinais. Em alguns desses registros, disponibilizados na plataforma do Projeto Lucinda Ferreira, determinados participantes realizam espontaneamente a datilologia de seus próprios nomes durante a interação, aspecto que integra a dinâmica comunicativa analisada. A divulgação desses materiais ocorreu mediante autorização específica para uso de imagem e dos respectivos registros videográficos, assinada pelos participantes. Nos casos em que há participação de criança como interlocutora, o uso dos registros foi igualmente autorizado pelo responsável legal.

Em razão da natureza visuoespacial das línguas de sinais, o uso de registros videográficos constituiu condição indispensável para a documentação das práticas comunicativas analisadas. Os procedimentos metodológicos buscaram garantir a acessibilidade nas diferentes etapas da investigação, desde a interação com os participantes até a organização e a análise do material empírico, em respeito às especificidades linguísticas envolvidas.

Em conformidade com a Portaria Unesp nº 125, de 15 de setembro de 2025, foi utilizada a ferramenta ChatGPT (OpenAI) como apoio gráfico. Seu uso não compreendeu a produção, seleção, tratamento, processamento, interpretação ou análise dos dados. A conferência das informações, as decisões teóricas e metodológicas e o conteúdo científico do trabalho permaneceram sob responsabilidade integral da autora.

As fotografias, os registros videográficos e os demais materiais empíricos que compõem os dados de pesquisa não foram produzidos, alterados ou editados com o auxílio de ferramentas de inteligência artificial. A autora assume integral responsabilidade pela exatidão e pela integridade do conteúdo apresentado nesta tese.

6. ANÁLISE DAS PRÁTICAS COMUNICATIVAS, DOS REPERTÓRIOS LINGUÍSTICOS E DA TRANSLINGUAGEM EM CONTEXTO MIGRATÓRIO

As discussões desenvolvidas nos capítulos anteriores mostraram que a construção da inteligibilidade entre migrantes surdos não depende do compartilhamento prévio de uma mesma língua, mas das formas pelas quais os interlocutores mobilizam seus repertórios nas situações de interação. Partindo desse pressuposto, neste capítulo analisamos práticas comunicativas registradas durante o trabalho de campo, com o objetivo de compreender como a inteligibilidade se constitui entre falantes de Libras e da Língua de Sinais Venezuelana (LSV) em diferentes situações de interação.

Organizamos os dados em vinhetas etnográficas que reúnem a contextualização do registro, o recorte da dinâmica interacional, a sequência de frames selecionados, as glosas, a tradução possível, a descrição do episódio e a análise interpretativa. Essa organização permite acompanhar a progressão das interações e analisar os processos de negociação, ajuste, retomada e alinhamento que sustentam a construção da inteligibilidade. As vinhetas não são tomadas como episódios equivalentes entre si; cada uma coloca em primeiro plano aspectos específicos das práticas comunicativas e das condições sociais e institucionais em que elas ocorrem.

As práticas analisadas são compreendidas a partir da mobilização situada dos repertórios dos participantes. Ocorrências de *mouthing*, datilologia e recursos associados ao português e ao espanhol são analisadas em articulação com os demais elementos presentes nas interações sem que sua ocorrência isolada seja tomada, de antemão, como evidência de prática translíngue. A interpretação considera a função assumida por esses recursos na situação analisada e sua relação com as diferentes experiências linguísticas que integram os repertórios dos participantes. É nessa mobilização integrada que a translinguagem, conforme García (2009) e García e Li Wei (2014), orienta a leitura dos dados.

Os dados sinalizados são apresentados por meio de glosas, seguidas de tradução para o português brasileiro. As glosas, registradas em caixa alta, constituem uma convenção analítica para representar as produções selecionadas sem pressupor equivalência estrutural entre as línguas de sinais e o português. As produções identificadas como Libras são apresentadas em negrito e letras **MAIÚSCULAS**;

aquelas identificadas como LSV aparecem em negrito, itálico e letras ***MAIÚSCULAS***; quando a produção não pode ser identificada, com segurança, como pertencente à Libras ou à LSV, empregamos negrito, sublinhado e letras **MAIÚSCULAS**. A expressão "**tradução possível"** acompanha os segmentos analisados para assinalar o caráter interpretativo da passagem do enunciado sinalizado para o português, sem pressupor correspondência palavra por palavra.

Para orientar a leitura das sequências visuais, adotamos um sistema de referenciação composto pela identificação da vinheta e do frame correspondente. A letra **V** indica a vinheta analisada, enquanto **F** identifica o frame selecionado dentro da sequência. Assim, a referência **V2–F4**, por exemplo, corresponde ao quarto frame da Vinheta 2. Os frames são numerados de acordo com a ordem em que aparecem no recorte interacional e retomados ao longo da descrição e da análise sempre que necessário localizar uma produção específica. Desse modo, a referenciação articula imagem, glosa, tradução possível e interpretação, permitindo ao leitor acompanhar visualmente os movimentos analíticos desenvolvidos ao longo das vinhetas.

Quadro 14 – Sistema de referenciação das vinhetas e dos frames

Sistema de referenciação das vinhetas e dos frames

V – Vinheta
F – Frame
V2–F4 – **NASCER** com ajuste lexical **NASCER**



Fonte: Elaborado pela autora. Dados da pesquisa (2026).

Nas análises, os participantes são identificados por nomes fictícios escolhidos pela pesquisadora e associados às respectivas vinhetas, com o propósito de preservar

as relações construídas durante o trabalho de campo e evitar uma representação excessivamente impessoal dos sujeitos envolvidos. Nos casos em que o próprio dado interacional incorpora o nome do participante e sua manutenção foi devidamente autorizada, preservamos essa identificação.

As categorias analíticas sistematizadas no capítulo metodológico orientam a leitura das vinhetas de forma articulada, embora assumam pesos distintos conforme as particularidades de cada situação. A construção da inteligibilidade relaciona-se à mobilização dos repertórios, às trajetórias de mobilidade e às condições institucionais presentes nas práticas comunicativas dos participantes. A análise busca, portanto, identificar não apenas os recursos mobilizados, mas o trabalho interacional por meio do qual sentidos são negociados, retomados e reorganizados em contextos nos quais os repertórios dos interlocutores não são integralmente compartilhados.

6.1 VINHETA (1) – ACESSIBILIDADE LINGUÍSTICA E MEDIAÇÃO INSTITUCIONAL

Contexto do registro

Boa Vista – RR: segundo semestre de 2023 a janeiro de 2025

Ambiente: empresa privada, serviços públicos e interação institucional por videochamada

Procedimento de registro do dado: diário de campo e notas etnográficas

Participantes: Lúcio e Martina; gerente da empresa; responsável pelo setor financeiro; pesquisadora

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

6.1.1 Vinheta etnográfica

Diferentemente das demais vinhetas deste capítulo, esta foi construída exclusivamente a partir dos registros do diário de campo, uma vez que as situações descritas não puderam ser documentadas em vídeo devido às restrições dos contextos institucionais. O recorte reúne episódios relacionados à participação de Lúcio e Martina em atividades acadêmicas, à regularização documental de Martina e às negociações estabelecidas com a empresa em que ambos trabalhavam. Embora ocorram em momentos e espaços distintos, esses episódios se articulam pela recorrência de situações nas quais o acesso à informação e a realização de

procedimentos dependem de reformulações, negociações e da atuação de diferentes interlocutores.

Lúcio e Martina trabalhavam em uma empresa privada e, em 2023, para viabilizar a participação de ambos em uma atividade acadêmica vinculada ao projeto, foi encaminhada uma carta-convite solicitando sua liberação nos dias previstos. Além da documentação formal, foi necessário explicar os objetivos da atividade e a relevância da presença dos migrantes surdos. Embora atuassem na mesma empresa, estavam lotados em unidades diferentes e vinculados a gerências distintas. O responsável pelo setor de Martina solicitou esclarecimentos adicionais antes de autorizar sua participação, o que acrescentou uma nova etapa de negociação a um procedimento formalmente iniciado pela universidade.

No ano seguinte, às vésperas da viagem para o evento de encerramento do Projeto Lucinda Ferreira, surgiram novas dificuldades relacionadas à documentação pessoal de Martina, entre elas a ausência da certidão de nascimento e do CPF. A participante informou que a situação persistia havia aproximadamente dois anos. Para regularizá-la, precisava registrar um boletim de ocorrência e, ao procurar a delegacia, foi orientada a efetuar o registro pela internet. Não conseguiu concluí-lo devido à dificuldade de compreender o funcionamento do sistema. Algumas providências também exigiam afastamento do trabalho, o que, segundo relatou, poderia resultar em advertências. Nesse percurso, a existência de um canal digital não se mostrou suficiente para que a demanda fosse resolvida de forma autônoma.

A regularização documental e os demais encaminhamentos necessários à viagem mobilizaram uma rede de apoio composta por intérpretes, pesquisadores, amigos e outros profissionais. Essa atuação conjunta possibilitou desde o registro do boletim de ocorrência virtual até as providências relacionadas ao embarque no aeroporto de Boa Vista. A circulação entre diferentes espaços exigiu, portanto, não apenas o cumprimento de exigências administrativas, mas sucessivas formas de apoio para que informações e etapas do processo se tornassem acessíveis ao longo do percurso.

Após a viagem, em janeiro de 2025, Martina e Lúcio voltaram a procurar a pesquisadora. A empresa estava sob nova gestão havia aproximadamente três meses, e o novo gerente desconhecia os acordos anteriormente estabelecidos. Foram então informados de que os cinco dias de ausência destinados à participação no evento em São Paulo seriam descontados de seus salários. Diante da situação, foi

organizada uma reunião por videochamada com o casal, o gerente, a responsável pelo setor financeiro e a pesquisadora. A mudança de gestão fez com que condições anteriormente negociadas precisassem ser novamente apresentadas e justificadas, evidenciando a ausência de continuidade dos acordos construídos com os trabalhadores.

Durante a reunião, Martina mobiliza LSV, datilologia e apontamentos, enquanto Lúcio reorganiza em LSV determinadas informações apresentadas pelos demais interlocutores. O gerente utiliza fala oralizada, papel e caneta e dirige parte significativa de suas intervenções à pesquisadora, em vez de estabelecer interlocução direta com o casal. Em diferentes momentos, mantém a cabeça baixa enquanto escreve, o que reduz a disponibilidade de informações visuais provenientes do rosto e dos movimentos labiais. A responsável pelo setor financeiro permanece diante do computador e informa os valores dos descontos e as possibilidades oferecidas pela empresa para parcelamento ou compensação posterior. Diferentes formas de produção de sentido passam, assim, a integrar a mesma atividade comunicativa, embora o acesso a elas não se distribua de maneira equivalente entre os envolvidos.

O gerente que ocupava anteriormente a função tinha um filho surdo adulto e demonstrava maior abertura às solicitações relacionadas à participação dos trabalhadores surdos nas atividades acadêmicas. Apesar dessa experiência pessoal, não estabelecia comunicação em Libras ou LSV com os funcionários, de modo que as interlocuções continuavam a depender de apoio externo. Com a mudança da gestão, os acordos já estabelecidos precisaram ser novamente explicados e negociados. Assim, mesmo quando determinadas condições eram favorecidas pela disposição individual de um responsável, elas não se convertiam em procedimentos permanentes capazes de assegurar continuidade ao atendimento.

6.1.1.1 Análise Interpretativa

Nesta primeira vinheta, identificamos que a dimensão institucional assume peso central, pois condiciona as próprias possibilidades de construção da inteligibilidade. As situações descritas mostram que as dificuldades enfrentadas por Lúcio e Martina não decorrem simplesmente da ausência de uma língua plenamente compartilhada, mas da relação entre repertórios heterogêneos e formas de atendimento que não oferecem, de modo estável, condições de interlocução

compatíveis com essa diversidade. A produção de sentidos depende, portanto, tanto do trabalho interacional realizado pelos sujeitos quanto das condições concretas disponíveis em cada situação. Essa relação aproxima a análise do quarto objetivo específico da pesquisa, uma vez que as negociações se desenvolvem em contextos atravessados por assimetrias de acesso, autoridade e decisão.

Nas interações registradas, identificamos a articulação entre LSV, datilologia, escrita, fala oralizada e atuação de terceiros na reorganização dos sentidos. Não classificamos cada uma dessas formas, isoladamente, como manifestação de translinguagem. O que sustenta essa interpretação é a maneira integrada pela qual conhecimentos provenientes de diferentes experiências linguísticas passam a compor uma mesma atividade comunicativa. Quando Lúcio reformula em LSV informações apresentadas durante a reunião, sua produção se articula à escrita do gerente, às intervenções da pesquisadora e aos demais elementos mobilizados naquele encontro. Essas possibilidades não funcionam como sistemas estanques, mas se combinam para sustentar a interação. É nesse movimento situado que García (2009) e García e Li Wei (2014) contribuem para compreender a mobilização do repertório sem reduzi-la à alternância entre línguas previamente delimitadas.

A interação durante a videochamada demonstra, ainda, uma dimensão microinteracional particularmente relevante. Ao manter a cabeça baixa enquanto escreve e dirigir grande parte de sua fala à pesquisadora, o gerente reduz a disponibilidade de informações visuais para Lúcio e Martina e desloca parte da interlocução para uma terceira pessoa. O problema, nesse caso, não reside apenas no conteúdo transmitido, mas na própria organização da participação. Em diálogo com Gumperz (1982), compreendemos que a interpretação depende das condições pelas quais os interlocutores têm acesso aos indícios que orientam inferências sobre o desenvolvimento da atividade. Em uma interação de modalidade visuoespacial, a visibilidade do rosto, a orientação corporal e as expressões não manuais, como o direcionamento do olhar, integram essas condições e interferem diretamente na possibilidade de acompanhar, responder e reajustar o curso da comunicação.

A comparação entre a gestão anterior e a situação observada em 2025 permite distinguir familiaridade pessoal de acessibilidade institucional. O fato de o antigo gerente ter um filho surdo adulto favorecia maior abertura às solicitações do casal, mas não resultou na criação de mecanismos permanentes de interlocução linguística na empresa. Com a substituição desse profissional, acordos anteriormente

construídos perderam continuidade e precisaram ser reapresentados ao novo responsável. O acesso permanecia, desse modo, condicionado às disposições individuais de quem ocupava determinada função, e não a práticas organizacionais capazes de assegurar condições relativamente estáveis de participação.

Esse funcionamento permite aproximar o episódio da discussão sobre política linguística desenvolvida por Calvet (2007). A regulação dos usos linguísticos não se restringe a decisões explicitamente apresentadas como políticas de língua, pois também se materializa em escolhas que definem quais formas de comunicação encontram espaço nas rotinas de atendimento. Na empresa, não há uma proibição explícita à Libras ou à LSV, mas tampouco existem mecanismos permanentes que assegurem sua presença nas interlocuções entre trabalhadores surdos e gestores. Desse modo, a ausência de respostas estáveis também produz efeitos sobre quais repertórios podem circular diretamente e quais necessitam da participação de terceiros para adquirir eficácia naquela situação comunicativa.

A assimetria manifesta-se, portanto, não somente durante a interação, mas também na distribuição do poder de definir quais formas de comunicação serão reconhecidas e quem deverá realizar os ajustes necessários para que o atendimento prossiga. Essa leitura dialoga com Blommaert (2010), para quem os recursos linguísticos não possuem valor fixo e independente dos espaços em que circulam. Sua possibilidade de produzir efeitos relaciona-se às condições sociais de reconhecimento. Assim, os repertórios mobilizados por Lúcio e Martina sustentam negociações complexas entre os interlocutores e, simultaneamente, encontram limites quando ingressam em ambientes organizados segundo outras expectativas de legitimidade.

A trajetória de regularização documental de Martina apresenta dinâmica semelhante em outro espaço. A existência de um procedimento digital para o registro do boletim de ocorrência não garantiu acesso efetivo ao serviço. Diante da dificuldade de compreender o funcionamento do sistema e de obter informações em condições linguisticamente acessíveis, a participante precisou recorrer a terceiros para concluir etapas necessárias à obtenção de seus documentos. A situação assumia maior urgência porque a ausência dessa documentação comprometia seu deslocamento para São Paulo, transformando a regularização documental em condição concreta para sua mobilidade.

O episódio retoma a discussão de vulnerabilidade linguística apresentada na Seção 3.3.1, não como atributo individual nem como insuficiência do repertório de Martina, mas como resultado da relação entre os conhecimentos de que dispõe e a maneira pela qual os serviços organizam o acesso à informação. A necessidade de buscar auxílio para utilizar um sistema oficialmente disponibilizado, deslocar-se entre diferentes instâncias e ausentar-se do trabalho para resolver essas demandas mostra que uma barreira comunicacional não se encerra no atendimento imediato. Seus efeitos alcançam a regularização documental, a mobilidade, as relações laborais e as possibilidades de participação em outros domínios da vida social.

As redes formadas por Lúcio, pela pesquisadora, por intérpretes e por outras pessoas desempenham papel decisivo para que informações circulem e procedimentos sejam encaminhados. Contudo, sua eficácia em situações específicas não elimina a assimetria produzida quando parte significativa do trabalho comunicativo é reiteradamente transferida aos próprios sujeitos e àqueles que os acompanham. Para participar, eles precisam acionar contatos, reformular informações, articular diferentes formas de comunicação e localizar interlocutores dispostos a sustentar a negociação. A inteligibilidade se estabelece, desse modo, por meio de um investimento interacional cuja responsabilidade não se distribui de maneira equivalente entre todos os envolvidos.

Essa distribuição desigual permite observar uma diferença importante entre ser capaz de construir inteligibilidade e encontrar condições que favoreçam esse processo. Lúcio e Martina demonstram capacidade de reorganizar sentidos, combinar conhecimentos e buscar formas alternativas de interlocução. Entretanto, a possibilidade de agir linguisticamente não elimina as barreiras decorrentes da forma como cada espaço reconhece aquilo que eles mobilizam. A questão desloca-se, portanto, de uma suposta limitação dos sujeitos para as condições sob as quais seus repertórios podem ou não adquirir eficácia social.

Ao considerarmos a circulação desses repertórios entre universidade, empresa e serviços públicos, reconhecemos outra manifestação dessa desigualdade. Com Blommaert (2010), compreendemos que os recursos linguísticos não circulam com o mesmo valor em todos os espaços sociais. Lúcio e Martina dispõem de repertórios capazes de sustentar reformulações, retomadas e negociações complexas, mas sua legitimidade varia conforme o ambiente e as possibilidades de reconhecimento que ele oferece. A mobilidade entre diferentes espaços não implica, portanto, mobilidade

equivalente dos recursos: aquilo que permite aos sujeitos construir sentidos em uma situação pode precisar ser traduzido, reorganizado ou sustentado por outros interlocutores para produzir efeitos em outra.

Com base na Vinheta 1, identificamos, assim, que a construção da inteligibilidade em espaços institucionais não pode ser reduzida ao contato entre Libras e LSV nem à capacidade individual de adaptação dos migrantes surdos. Ela se constitui por reformulações, retomadas, negociações e pela articulação de diferentes possibilidades comunicativas, mas esse trabalho ocorre sob condições desiguais de participação. O achado específico desta vinheta reside justamente na distinção entre construir inteligibilidade em uma situação concreta e dispor de acessibilidade linguística assegurada de maneira estável. Lúcio e Martina conseguem negociar sentidos, porém esse resultado depende reiteradamente de redes pessoais, intervenções circunstanciais e ajustes realizados no curso das interações. A inteligibilidade pode, portanto, ser construída localmente mesmo quando as condições de acesso permanecem frágeis. É nessa tensão entre a capacidade de negociação dos sujeitos e a desigualdade das condições de participação que as relações de poder se tornam parte constitutiva, e não periférica, da própria construção da inteligibilidade.

6.2 VINHETA (2) – APRESENTAÇÃO PESSOAL E INTELIGIBILIDADE

Contexto do registro

Ambiente: Estúdio UFRR

Instrumento de coleta dos dado: entrevista semiestruturada

Participante: Nelson

Registro: gravação videográfica

Link: https://bit.ly/AlessandraCruz-TeseUnesp-V2

Fonte: Elaborado pela autora (2026)

6.2.1 Vinheta etnográfica

O episódio ocorreu no estúdio da Universidade Federal de Roraima (UFRR), em Boa Vista (RR), no segundo semestre de 2024. O recorte corresponde ao momento da apresentação pessoal do participante e reúne informações relativas ao nome, ao sobrenome, ao nascimento e à origem territorial. Ao longo da sequência, o participante mobiliza sinais, datilologia, *mouthing*, expressões não manuais e

direcionamento do olhar, além de promover ajustes que acompanham a organização progressiva do enunciado.

A dinâmica distribui-se em dois turnos complementares. No primeiro, observamos o estabelecimento do alinhamento inicial com a interlocutora e a apresentação do nome e do sobrenome. No segundo, são acrescentadas informações sobre nascimento, cidade e país de origem. A articulação entre os dois segmentos permite acompanhar como os referentes são introduzidos, ajustados e estabilizados no decorrer da apresentação.

Recorte de dinâmica interacional e apresentação pessoal – entrevista semiestruturada – Turno 1

Para fins de referência analítica, os frames que compõem esta vinheta são numerados sequencialmente de (V2–F1 a V2–F3) para o turno 1 e (V2–F4 a V2–F6) para o turno 2, conforme o sistema apresentado na abertura deste capítulo.

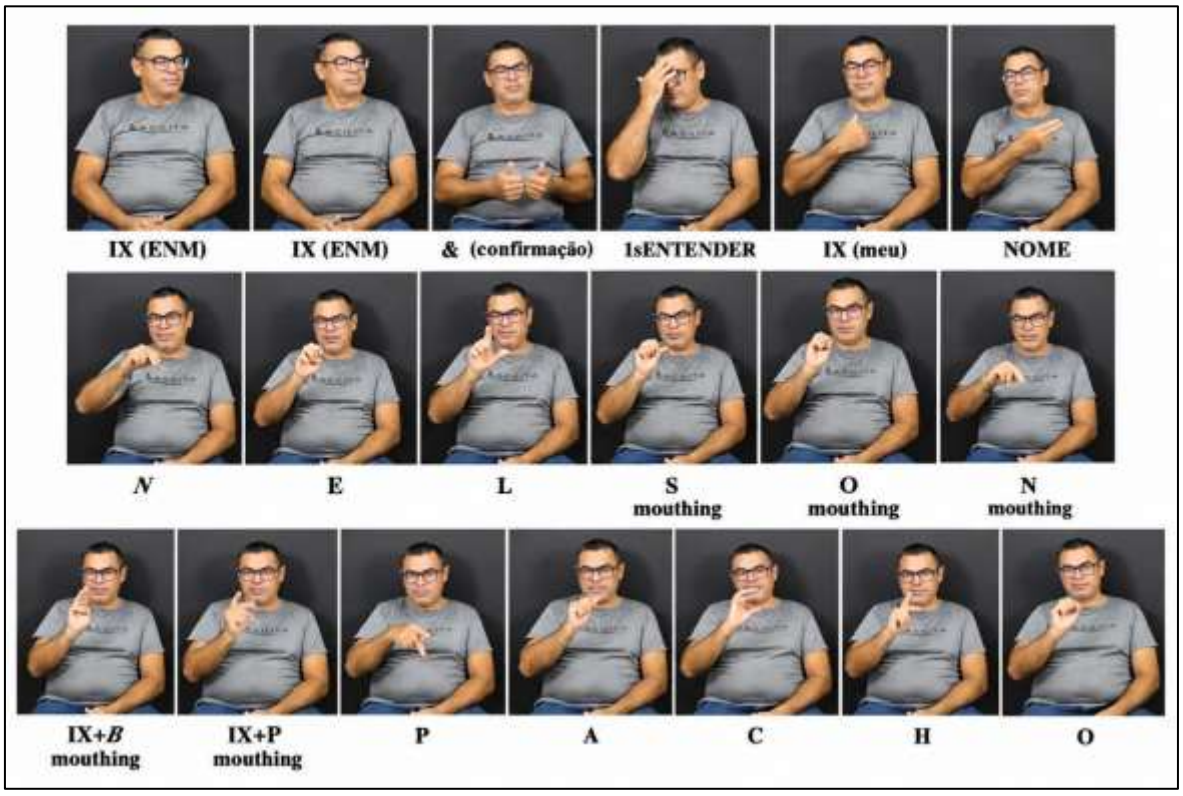
Quadro 15 – Organização dos frames (V2–F1 a V2–F3)

Frame	Descrição
V2–F1	Abertura e alinhamento interacional (OK / ENTENDER + ENM)
V2–F2	Nomeação (datilologia – N-E-L-S-O-N)
V2–F3	Sobrenome (datilologia com autorreparo)

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

A sequência reunida neste primeiro turno torna visível que a apresentação pessoal não se organiza apenas pela sucessão das informações fornecidas. Desde o alinhamento inicial até a conclusão da identificação nominal, o participante acompanha a própria produção e intervém sobre ela quando necessário, sem romper a continuidade da interação. Nesse percurso, os frames permitem observar que a referência ao próprio nome é construída no curso do enunciado, por meio da articulação entre a datilologia, as expressões não manuais, como o direcionamento do olhar, e os ajustes realizados durante a sinalização.

Figura 8 – Sequência visual da vinheta 2



Fonte: Elaborado pela autora. Dados de pesquisa (2026)

Tradução possível

Nelson: Okay. Entendi. Meu nome é **N-E-L-S-O-N *B*-P-A-C-H-O**

Nos frames V2–F1 a V2–F3, o participante inicia o turno estabelecendo alinhamento com a interlocutora antes de apresentar sua identificação nominal. Essa abertura delimita a atividade em curso e prepara a continuidade da sequência. Em seguida, realiza a datilologia do primeiro nome e passa à produção do sobrenome.

Durante a soletração, ocorre um autorreparo. Ele produz inicialmente a configuração correspondente à letra ***B***, direciona brevemente o olhar para o lado direito e para cima, interrompe a sequência e substitui essa configuração por **P** antes de prosseguir com a datilologia do sobrenome. O ajuste ocorre sem ruptura do turno e é acompanhado por *mouthing* e expressões não manuais. Ao considerarmos esses elementos em conjunto, identificamos que eles se articulam à organização visuoespacial e interacional do enunciado e participam do processo pelo qual o participante reorganiza a própria produção.

A incorporação do autorreparo ao próprio turno mostra que a correção não rompe a continuidade da apresentação. A interlocutora permanece diante de uma sequência interpretável, enquanto o participante monitora e reorganiza a própria produção. Desse modo, o ajuste deixa de ser apenas uma correção formal da datilologia e passa a integrar o trabalho interacional de estabilização do referente nominal.

O primeiro turno estabelece, portanto, o enquadramento da apresentação e introduz os referentes pessoais que sustentam sua progressão. O autorreparo integra esse percurso sem interromper a continuidade da apresentação, permitindo que o participante prossiga na construção do referente nominal.

Recorte da dinâmica interacional e apresentação pessoal – entrevista semiestruturada – Turno 2

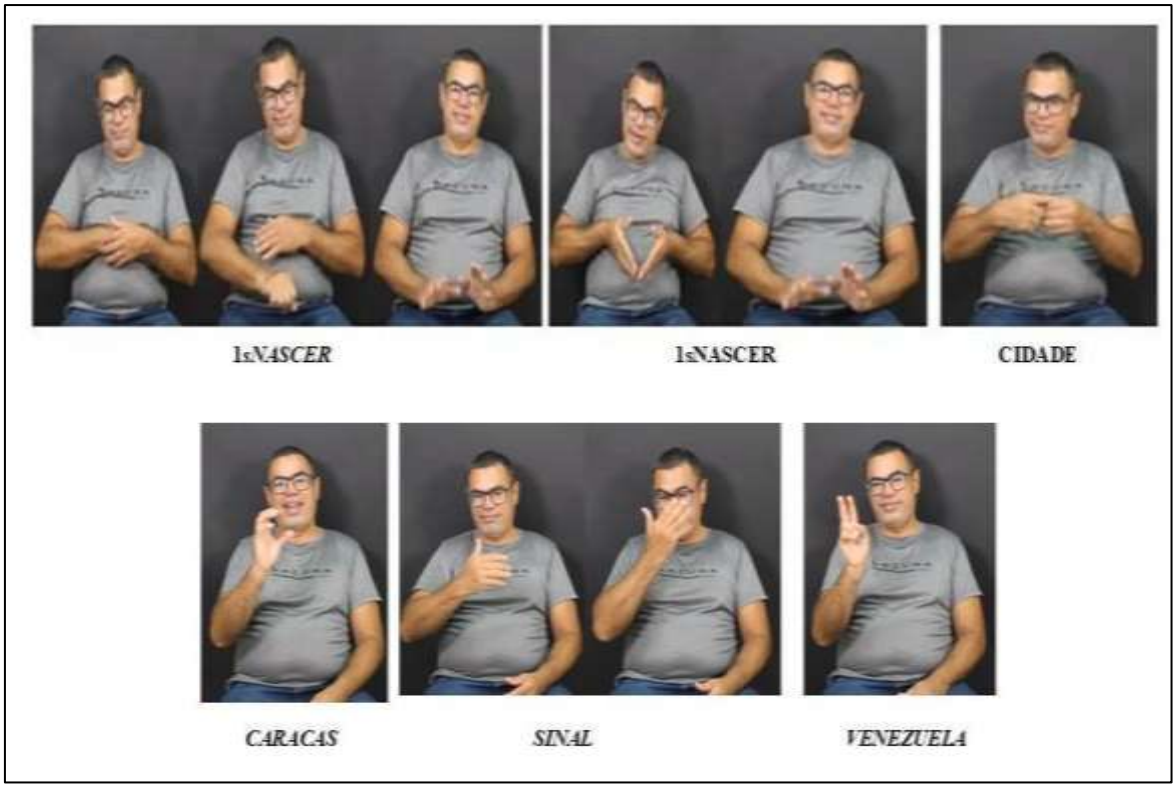
Quadro 16 – Organização dos frames (V2–F4 a V2–F6)

Frame	**Descrição**
V2–F4	Processo verbal (***NASCER*** com ajuste lexical **NASCER**)
V2–F5	Localização espacial (cidade – ***CARACAS***)
V2–F6	Identificação territorial (***VENEZUELA***)

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Neste segundo turno, a apresentação desloca-se da identificação nominal para as informações relacionadas ao nascimento e à origem territorial. A progressão não ocorre pela simples justaposição de dados, mas pela incorporação gradual de formas que especificam o domínio já instaurado. Nesse movimento, o ajuste lexical associado a **NASCER** articula-se à introdução de **CARACAS** e **VENEZUELA**, compondo uma continuidade enunciativa em que diferentes conhecimentos disponíveis no repertório do participante são mobilizados para tornar mais precisa a localização espacial e sustentar a apresentação

Figura 9 – Sequência visual da vinheta 2



Fonte: Elaborado pela autora. Dados de pesquisa (2026)

Tradução possível

Participante: Eu nasci em Caracas, na Venezuela. Este é o sinal.

Análise Interpretativa

Na apresentação pessoal, analisamos, em escala microinteracional, como a inteligibilidade se constrói à medida que os referentes são introduzidos, especificados e estabilizados no curso do enunciado. Nome, sobrenome, nascimento, cidade e país de origem não constituem apenas uma sucessão de informações biográficas, mas integram uma cadeia referencial cuja progressão pode ser acompanhada pela interlocutora. Cada elemento acrescentado amplia e delimita com maior precisão o domínio já instaurado, de modo que a compreensão se constitui gradualmente durante a própria atividade de apresentação.

Ao acompanharmos os ajustes realizados ao longo da sequência, identificamos que eles cumprem funções distintas nesse processo. Durante a datilologia do sobrenome, a substituição da configuração correspondente à letra ***B*** por **P** configura um autorreparo: o participante interrompe pontualmente a soletração, corrige a forma

produzida e prossegue sem reiniciar o turno. A intervenção ocorre antes da conclusão do referente nominal e contribui para sua estabilização. Em contraste com esse autorreparo, a passagem do sinal ***NASCER*** para **NASCER** envolve uma reorganização lexical na qual formas associadas à LSV e à Libras são mobilizadas na continuidade do enunciado. A distinção entre essas ocorrências evita que correção e reorganização lexical sejam interpretadas indistintamente como manifestação de translinguagem e permite compreender a função específica assumida por cada movimento na construção do sentido.

Esse autorreparo mostra também que a inteligibilidade não depende de uma produção inteiramente linear. A breve suspensão da datilologia permanece reconhecível como parte da atividade em curso, e a sequência é retomada sem necessidade de intervenção da interlocutora para restabelecer o referente. A contribuição de Gumperz (1982) torna-se relevante justamente pelo fato de a interpretação envolver inferências construídas no curso da interação. O que foi produzido anteriormente, a interrupção momentânea, a correção e a retomada da soletração oferecem elementos para que a atividade continue interpretável. O direcionamento do olhar, o *mouthing* e as expressões não manuais participam dessa organização não como componentes exteriores às línguas de sinais, mas como elementos que, naquele momento, colaboram para o acompanhamento da ação em curso.

Para compreendermos essa dinâmica, consideramos, ainda, as especificidades da modalidade visuoespacial. Quadros e Karnopp (2004) e Emmorey (2002) permitem reconhecer que o espaço, a orientação corporal, as expressões não manuais e a organização dos referentes integram a própria estruturação das línguas de sinais. Na sequência analisada, esses componentes articulam-se à produção lexical e à datilologia enquanto os referentes são mantidos, corrigidos e ampliados. A progressão do sentido não se estabelece, portanto, exclusivamente pela sucessão de sinais, mas pela articulação entre diferentes dimensões da produção visuoespacial que possibilitam acompanhar o enunciado enquanto ele se reorganiza.

A mobilização de ***NASCER*** e **NASCER**, por sua vez, introduz uma dimensão distinta na construção da inteligibilidade. O participante mobiliza, em continuidade, formas relacionadas a experiências linguísticas diferentes sem estabelecer, no próprio turno, uma separação rígida entre LSV e Libras. O que permite interpretar esse segmento em termos de translinguagem não é simplesmente a presença de duas

formas associáveis a línguas nomeadas distintas, mas sua integração em uma mesma ação comunicativa. A perspectiva de García (2009) e García e Li Wei (2014) contribui, nesse ponto, para compreender como conhecimentos disponíveis no repertório podem ser articulados de maneira situada, conforme as demandas produzidas durante a interação. Desse modo, a reorganização lexical participa da continuidade da própria atividade comunicativa, em vez de configurar uma passagem entre sistemas mantidos separadamente.

A partir da realização dos sinais ***CARACAS*** e ***VENEZUELA***, relacionamos a organização local do enunciado à trajetória linguística do participante. Na sequência **CIDADE *CARACAS SINAL***, a produção do termo ***SINAL*** explicita a relação entre a configuração de mão em **C** e o referente ***CARACAS***, ainda que não ocorra um apontamento manual para a forma produzida. Essa interpretação não se apoia apenas na proximidade entre os sinais na sequência, mas também no conhecimento compartilhado construído em interações anteriores. O sinal de **VENEZUELA** já havia sido apresentado pelo participante em interações anteriores, inclusive quanto à sua localização e ao movimento, e passou a ser utilizado pelos demais interlocutores. **CARACAS**, por sua vez, constituía um referente menos recorrente naquele contexto. Nesse caso, **SINAL** assume função metalinguística ao explicitar uma forma que ainda não apresentava o mesmo grau de estabilização no repertório compartilhado. A operação não apenas informa o local de nascimento, mas fornece à interlocutora uma chave adicional para relacionar a forma produzida ao referente territorial.

Em outro momento da coleta dos dados, o participante chamou atenção para a realização lateral de ***VENEZUELA*** e a relacionou à LSV. Essa informação indica que reconhece diferenças entre formas presentes em seu repertório e associa determinadas realizações a experiências linguísticas constituídas anteriormente. Não atribuímos ao sinal, isoladamente, valor identitário ou representativo de uma coletividade, pois os dados não sustentam essa extensão. Ao considerarmos o conjunto dessas ocorrências, identificamos que, além de mobilizar formas vinculadas a diferentes experiências linguísticas, o participante é capaz de explicitar relações entre forma e referente quando isso se torna pertinente à interação. A estabilização referencial apoia-se, portanto, tanto nos recursos acionados naquele momento quanto em conhecimentos construídos ao longo de uma história interacional compartilhada.

Relacionamos essa dimensão à concepção de repertório desenvolvida por Blommaert e Backus (2013). Os conhecimentos mobilizados não formam um conjunto

homogêneo adquirido em um único espaço ou período, mas resultam de experiências acumuladas em diferentes contextos de aprendizagem, socialização e participação. Formas relacionadas à LSV permanecem disponíveis ao mesmo tempo que recursos da Libras passam a integrar novas possibilidades comunicativas. Não ocorre, assim, a simples substituição de uma língua por outra, mas a ampliação e a reorganização de recursos constituídos em momentos distintos da trajetória. A própria sequência analisada torna perceptível essa dimensão biográfica quando diferentes formas são selecionadas, ajustadas e explicitadas em resposta às necessidades que emergem naquele encontro.

Com base na Vinheta 2, compreendemos, assim, uma dimensão específica da construção da inteligibilidade**:** a estabilidade do sentido não resulta da ausência de hesitações, correções ou reformulações, mas da possibilidade de manter a interação interpretável enquanto os referentes são progressivamente organizados. O autorreparo na datilologia estabiliza o referente nominal; a passagem de ***NASCER*** para **NASCER** mostra a reorganização de recursos disponíveis no repertório; e a explicitação de ***CARACAS*** por meio de ***SINAL*** acrescenta um trabalho metalinguístico pelo qual a relação entre forma e referente é tornada mais acessível à interlocutora. O achado desta vinheta reside justamente nesse caráter processual: a inteligibilidade não se estabelece somente depois que os ajustes são concluídos; ela se constitui por meio deles, à medida que o participante monitora sua produção, reorganiza recursos, mobiliza conhecimentos compartilhados e estabiliza progressivamente os referentes no próprio curso da interação.

6.3 VINHETA (3) – REFERENTES E INTELIGIBILIDADE

Contexto do registro

Boa Vista – RR: segundo semestre de 2024

Ambiente: Estúdio UFRR

Instrumento de coleta dos dado: entrevista semiestruturada

Participante: Martina

Registro: gravação videográfica

Link: https://bit.ly/AlessandraCruz-TeseUnesp-V3

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

6.3.1 Vinheta etnográfica

Na dinâmica interacional, identificamos a mobilização de formas associadas à LSV e à Libras em articulação com diferentes recursos visuoespaciais durante o processo de sinalização. A interação comunicativa organiza-se em turnos alternados, com pausas, retomadas e autorreparos. Os apontamentos assumem papel recorrente na introdução e na reorganização de referentes no espaço de sinalização, aspecto particularmente relevante para o desenvolvimento desta vinheta.

Recorte de dinâmica interacional e organização do relato – entrevista semiestruturada – Turno 1

No relato autobiográfico, identificamos o ponto de partida para a construção da inteligibilidade. Durante a interação, Martina introduz e retoma progressivamente os referentes que estruturam sua narrativa, ao mesmo tempo que redefine algumas das relações estabelecidas entre eles. A compreensão não decorre da simples sucessão de informações, mas da constituição gradual de um domínio referencial compartilhado, no qual cada elemento passa a ser interpretado em relação aos anteriormente apresentados.

Para fins de referência analítica, os frames que compõem esta vinheta foram numerados sequencialmente de V3–F1 a V3–F6 para o turno 1 e V3–F7 a V3–F8 para o turno 2, permitindo localizar os segmentos descritos ao longo da análise.

Quadro 17 – Organização dos frames (V3–F1 a V3–F6)

Frame	Descrição
V3–F1	Abertura e autoidentificação
V3–F2	Introdução da família
V3–F3	Restrição / negação
V3–F4	Referente materno (avó = mãe)
V3–F5	Ação e relação (cuidar / quando)
V3–F6	Evento narrativo (ver / igual)

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

No primeiro turno, a organização referencial assume papel estruturante na progressão do relato, sobretudo porque a continuidade narrativa depende não apenas da introdução de personagens, mas da atualização das relações que os vinculam à experiência narrada. A sequência aponta esse movimento quando um referente inicialmente situado no domínio familiar passa a ser reinterpretado a partir da função materna que ocupa na trajetória de Martina. Desse modo, os frames tornam visível um processo em que a estabilidade referencial não decorre da permanência das designações, mas da possibilidade de conservar o referente enquanto novas informações reconfiguram sua posição no interior da narrativa.

Figura 10 — Sequência visual da vinheta 3



Fonte: Elaborado pela autora. Dados de pesquisa (2026)

Tradução possível:

Martina: Minha família é apenas minha mãe, ela cuidou de mim. Minha mãe (avó) estava olhando o jornal, e espantada disse: Veja, ela é igual.

Nos frames V3–F1 a V3–F6, Martina inicia o relato com a apresentação de si e, em seguida, introduz o núcleo familiar que servirá de referência para os

acontecimentos narrados. A sequência delimita progressivamente esse domínio ao destacar a figura da avó e explicitar a posição materna que ela ocupa em sua trajetória.

A redefinição desse referente torna-se importante para a continuidade do relato. Ao estabelecer que a avó corresponde à figura materna responsável por seus cuidados, a participante oferece uma informação necessária para interpretar os acontecimentos que serão apresentados posteriormente. A narrativa passa, então, ao episódio relacionado à descoberta de sua surdez, retomando os referentes já estabelecidos e acrescentando novas informações sem romper a continuidade temática.

Expressões não manuais, direcionamento do olhar, *mouthing*, apontamentos e demais elementos da organização visuoespacial acompanham o desenvolvimento do turno. Ao acompanharmos esse primeiro recorte, identificamos que esses elementos participam tanto da manutenção dos referentes quanto da passagem entre a apresentação das relações familiares e a introdução do acontecimento desenvolvido na continuidade do relato.

Recorte de dinâmica interacional e organização do relato – entrevista semiestruturada – Turno 2

Quadro 18 – Organização dos frames (V3–F7 a V3–F8)

Frame	Descrição
V3–F7	Expansão da rede familiar
V3–F8	Descoberta e avaliação (surdez / aparelho / jornal)

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

A ampliação da rede familiar modifica o funcionamento do relato ao deslocar o foco da simples identificação dos referentes para a reconstrução de um acontecimento atribuído a eles. À medida que novas ações e avaliações se incorporam à narrativa, os personagens já introduzidos permanecem disponíveis como pontos de ancoragem para a progressão do episódio. O conjunto de frames permite observar, portanto, como a continuidade narrativa se sustenta na retomada desses referentes e na incorporação de novos enquadramentos sem ruptura da organização anteriormente estabelecida.

Figura 11 – Sequência visual da vinheta 3



Fonte: Elaborado pela autora. Dados de pesquisa (2026)

Tradução possível:

Martina: Eu tinha contato com um tio/tia e minha avó/avô. Minha avó/avô abriu o jornal e ficou espantada olhando e depois disse: ela precisa de aparelho. Ficou pensando e disse: ela é surda.

Nos frames V3–F7 e V3–F8, Martina amplia a rede de referentes familiares ao incorporar outros participantes à narrativa. A introdução dessas figuras não inaugura um novo episódio, mas expande o contexto no qual o acontecimento iniciado anteriormente passa a ser reconstruído.

Na continuidade do relato, acompanhamos o desenvolvimento do episódio relacionado à descoberta de sua surdez a partir da reação atribuída à avó diante da leitura do jornal. Os referentes anteriormente estabelecidos permanecem disponíveis, enquanto novas ações e avaliações são incorporadas ao relato até que a surdez seja identificada. A progressão depende, assim, da possibilidade de recuperar

personagens já introduzidos sem que suas relações precisem ser novamente explicadas a cada ocorrência.

A organização visuoespacial da sinalização sustenta a reconstrução das ações atribuídas à avó e preserva a continuidade entre os dois turnos. Ao longo desse segmento, a articulação entre os referentes já estabelecidos e os novos enquadramentos permite que a interlocutora acompanhe a progressão do episódio sem que as relações anteriormente construídas precisem ser novamente explicitadas.

O segundo recorte completa, portanto, o episódio iniciado anteriormente e mostra como as relações familiares, as ações e as avaliações se articulam na organização visuoespacial do relato autobiográfico.

6.3.1.1 Análise interpretativa

A Vinheta 3 permite observar uma dimensão particular da construção da inteligibilidade: a necessidade de manter reconhecíveis pessoas, relações e acontecimentos enquanto as informações atribuídas a eles se modificam no curso da narrativa. Diferentemente da apresentação pessoal observada na vinheta anterior, em que a estabilização de referências como nome e lugar de origem ocupa posição central, o relato de Martina exige da interlocutora o acompanhamento de um domínio em transformação. Pessoas já introduzidas permanecem disponíveis, outros integrantes são incorporados e relações anteriormente estabelecidas recebem informações que alteram sua compreensão. A continuidade da interação não depende, assim, apenas do reconhecimento sucessivo dos sinais produzidos, mas da possibilidade de relacionar cada elemento novo ao conhecimento construído ao longo da troca.

Essa dinâmica se torna particularmente clara quando Martina apresenta a avó como mãe. A sequência não introduz duas pessoas distintas nem substitui simplesmente uma denominação por outra. A participante mantém a personagem no domínio discursivo e acrescenta uma informação decisiva sobre a posição que ela ocupa em sua trajetória: trata-se da avó que exerceu função materna e foi responsável por seus cuidados. O que se transforma não é sua identidade, mas a relação pela qual passa a ser compreendida. A informação acrescentada reorganiza o que havia sido estabelecido e, simultaneamente, oferece uma chave para os acontecimentos

subsequentes. A continuidade se sustenta, nesse ponto, pela permanência da personagem e pela atualização da relação que a vincula à experiência narrada.

Esse funcionamento impede reduzir a referenciação à correspondência entre um sinal e uma pessoa previamente determinada. O espaço de sinalização, os apontamentos e as retomadas contribuem para a constituição de um domínio no qual pessoas e relações permanecem acessíveis mesmo quando não são lexicalmente explicitadas a cada ocorrência. Quadros e Karnopp (2004) e Emmorey (2002) permitem compreender esse processo a partir da própria organização das línguas de sinais: localização espacial e mecanismos de retomada integram a estruturação das relações produzidas no discurso. No relato de Martina, essa propriedade favorece a manutenção dos vínculos já estabelecidos enquanto outros membros da família, ações e acontecimentos são incorporados sem exigir a reconstrução integral de quem está envolvido a cada novo segmento.

A relação avó/mãe também altera o enquadramento pelo qual o episódio seguinte pode ser compreendido. Quando Martina passa dos vínculos familiares ao acontecimento relacionado à descoberta de sua surdez, a interlocutora já dispõe de uma informação que redefine a posição da avó na narrativa. É essa mesma figura, anteriormente situada como cuidadora e reconhecida em função materna, que passa a ocupar lugar central na cena do jornal. A continuidade entre os segmentos não decorre somente da retomada de uma personagem, mas da acumulação de informações que amplia sua posição no relato. Cada nova ocorrência recupera relações já construídas e acrescenta elementos que modificam seu alcance interpretativo.

No episódio do jornal, Martina deixa de apenas apresentar as relações familiares e passa a reconstruir uma ação atribuída à avó. A leitura, a reação de espanto, a observação, a indicação da necessidade de aparelho e a identificação da surdez compõem um acontecimento articulado. Nesse segmento, classificadores, apontamentos, expressões não manuais, direção do olhar e movimentos corporais não funcionam como acréscimos a uma mensagem inteiramente contida nos sinais lexicais. A cena se constitui pela articulação desses componentes no espaço de sinalização. A modalidade visuoespacial permite que personagem, ação, perspectiva e avaliação sejam produzidas de maneira simultânea, de modo que sua fragmentação em unidades independentes reduziria o funcionamento observado na sequência.

A reação de espanto atribuída à avó assume especial relevância. A alteração facial, a ampliação do olhar e a reorganização corporal não apenas informam que houve uma reação, mas participam da forma pela qual ela se torna reconhecível durante o relato. A personagem é reconstruída na própria ação e sob determinada orientação avaliativa. A simultaneidade descrita por Emmorey (2002) contribui para compreender esse funcionamento, uma vez que informações produzidas pelas mãos, pela face, pelo olhar, pelo corpo e pelo espaço podem integrar uma mesma construção de sentido e adquirir valor na relação estabelecida entre esses componentes.

A passagem da apresentação das relações familiares para a reconstrução do episódio aproxima os dados da noção de pistas de contextualização proposta por Gumperz (1982). Seu rendimento analítico não está em converter olhar, expressão facial ou movimento corporal em uma lista fixa de pistas, mas em compreender como determinadas ocorrências orientam a leitura da atividade em curso. Ao longo da sequência, a interlocutora precisa reconhecer que Martina já não apenas apresenta integrantes da família: ela reconstrói uma ação atribuída à avó, introduz sua reação e conduz o relato até a identificação da surdez. As alterações produzidas na sinalização colaboram para essa mudança de enquadramento e permitem relacionar quem age, o que ocorre e de qual posição o acontecimento é apresentado.

A inferência conversacional ocupa papel central nesse processo. O sentido não se encontra integralmente disponível em qualquer elemento isolado da produção. Ele se constitui pela relação entre informações anteriormente apresentadas, pistas produzidas no momento e ações que surgem na continuidade. A compreensão da avó como figura materna depende da associação entre ocorrências construídas em pontos distintos da narrativa; sua participação no episódio do jornal pressupõe a recuperação dessa relação; e a reação diante da descoberta da surdez adquire pertinência porque se integra ao acontecimento que vinha sendo reconstruído. Em Gumperz (1982), novas ações podem confirmar, ampliar ou reorganizar inferências produzidas a partir daquilo que as antecede, princípio que ajuda a compreender a progressão observada nesse relato.

Os dados mostram, ainda, que a estabilidade necessária à inteligibilidade não equivale à fixação dos sentidos. A avó permanece reconhecível, mas sua posição na narrativa se amplia quando Martina explicita a função materna que essa pessoa exerceu. O episódio do jornal, por sua vez, reinscreve a mesma personagem em outra configuração de ações e avaliações. A continuidade depende dessa combinação entre

permanência e transformação: determinadas relações precisam ser conservadas para que outras informações possam modificá-las sem produzir ruptura. A compreensão se estabelece, portanto, pela atualização contínua do conhecimento construído durante a própria interação.

Ao longo da dinâmica, Martina também mobiliza sinais identificados em LSV e em Libras. A presença das duas línguas nomeadas, contudo, não explica por si só a construção da inteligibilidade, assim como classificadores, apontamentos, expressões não manuais e organização espacial não constituem automaticamente evidências de translinguagem. Parte desses elementos integra a organização linguística e discursiva das próprias línguas de sinais. Inteligibilidade e translinguagem ocupam, assim, planos analíticos distintos: a primeira se refere ao processo pelo qual as produções se tornam compreensíveis no desenvolvimento da interação; a segunda permite focalizar a mobilização integrada de conhecimentos constituídos em diferentes experiências linguísticas.

A leitura translíngue adquire pertinência porque Martina não organiza sua prática comunicativa como sucessão rígida entre Libras e LSV. Os conhecimentos disponíveis em seu repertório são acionados de acordo com o desenvolvimento da narrativa e com as demandas produzidas no encontro. García (2009) e García e Li Wei (2014) permitem deslocar o foco da delimitação de códigos para aquilo que a participante realiza com os conhecimentos de que dispõe. Interessa compreender como experiências linguísticas distintas convergem na produção de uma narrativa que permanece acessível à interlocutora, sem pressupor que sua organização siga fronteiras previamente estabelecidas entre as línguas nomeadas.

A Vinheta 3 revela, desse modo, uma forma de construção da inteligibilidade assentada na capacidade de preservar, atualizar e reconfigurar relações ao longo do relato. O domínio compartilhado não constitui um inventário estático de pessoas previamente definidas. Ele se transforma à medida que Martina apresenta vínculos familiares, redefine a posição ocupada pela avó, incorpora outros integrantes e reconstrói um acontecimento no qual essa mesma personagem passa a agir e avaliar. A organização visuoespacial da sinalização mantém disponíveis pessoas e relações enquanto possibilita representar ações, perspectivas e avaliações de forma articulada.

O achado específico desta vinheta reside na relação entre continuidade e transformação interpretativa. Construir inteligibilidade não significa apenas identificar pessoas, sinais ou acontecimentos isolados, mas acompanhar como aquilo que já foi

compreendido precisa ser retomado diante de informações posteriores. A avó permanece a mesma pessoa enquanto sua posição na trajetória de Martina adquire outra densidade; o episódio da descoberta da surdez se ancora nas relações anteriormente estabelecidas; e a reconstrução visuoespacial da cena integra ação, personagem e avaliação à progressão narrativa. A inteligibilidade emerge desse trabalho cumulativo e relacional, no qual os sentidos precisam conservar estabilidade suficiente para sustentar a interação sem deixar de admitir ampliações e redefinições ao longo do relato.

6.4 VINHETA (4) – MEMÓRIA AUTOBIOGRÁFICA E INTELIGIBILIDADE

Considerando a trajetória sociolinguística de Francisco, marcada pela socialização em contexto rural, no interior de uma família majoritariamente surda, e pelo contato com a Libras em contextos institucionais brasileiros já na vida adulta, algumas produções visuoespaciais registradas nesta interação não são atribuídas, nesta análise, de forma conclusiva à Libras ou à LSV. Essa decisão decorre dos limites do próprio dado para sustentar uma identificação linguística inequívoca e não pressupõe que tais produções sejam externas a uma ou a outra língua. Nesses casos, privilegiamos sua descrição a partir da função que desempenham na organização local da interação, sem lhes atribuir uma filiação linguística que o material analisado não permite estabelecer com segurança. Para distingui-las graficamente das formas identificadas em Libras e em LSV, essas produções são registradas em **NEGRITO, SUBLINHADAS E EM LETRAS MAIÚSCULAS**.

Contexto do registro

Boa Vista – RR: Segundo semestre de 2024

Ambiente: Estúdio da UFRR

Instrumento de coleta dos dado: entrevista semiestruturada

Participante: Francisco

Registro: gravação videográfica

Link: https://bit.ly/AlessandraCruz-TeseUnesp-V4

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

6.4.1 Vinheta etnográfica

O recorte selecionado reúne Francisco, a pesquisadora e outras pessoas presentes no estúdio durante a gravação. Ao longo da interação, acompanhamos uma narrativa autobiográfica em que o participante situa episódios ligados à história familiar, ao próprio nascimento e aos espaços aos quais essas experiências são vinculadas. O relato avança pela introdução e retomada de referentes, pela delimitação temporal dos fatos e pela construção visuoespacial dos lugares mobilizados. As informações são incorporadas e, em alguns momentos, revistas sem que se perca a continuidade da atividade em curso, o que permite observar como Francisco articula pessoas, temporalidade e localização ao reconstruir acontecimentos anteriores e posteriores ao nascimento. Esse percurso oferece a base para compreendermos como a inteligibilidade se constitui no desenvolvimento da interação.

À época do registro, Francisco tinha 21 anos e residia no Brasil havia aproximadamente um ano. Na Venezuela, interrompeu a trajetória escolar aos 14 anos, em um contexto marcado pela ausência de mediação em língua de sinais no ambiente educacional. As experiências familiares e institucionais recuperadas nesta vinheta permitem situar sua trajetória sociolinguística e a constituição de seu repertório, sem determinar previamente quais recursos serão acionados na interação. Essas informações biográficas contribuem para compreender as condições de acesso, aprendizagem e participação que atravessaram suas vivências antes e depois do deslocamento para o Brasil, mas não são tomadas como explicação automática para as escolhas observadas no episódio. Interessa-nos relacioná-las aos conhecimentos disponíveis ao participante e identificar, no curso da interação, quais deles se tornam pertinentes à construção do relato e à negociação dos sentidos.

Para fins de referência analítica, os *frames* que compõem esta vinheta foram numerados sequencialmente de acordo com os seis turnos da interação:

a) V4–F1 a V4–F4, no Turno 1;
b) V4–F5 a V4–F7, no Turno 2;
c) V4–F8 a V4–F10, no Turno 3;
d) V4–F11 a V4–F21, no Turno 4;
e) V4–F22 a V4–F31, no Turno 5;
f) e V4–F32 a V4–F42, no Turno 6.

Recorte de dinâmica interacional e organização do relato – entrevista semiestruturada – Turno 1

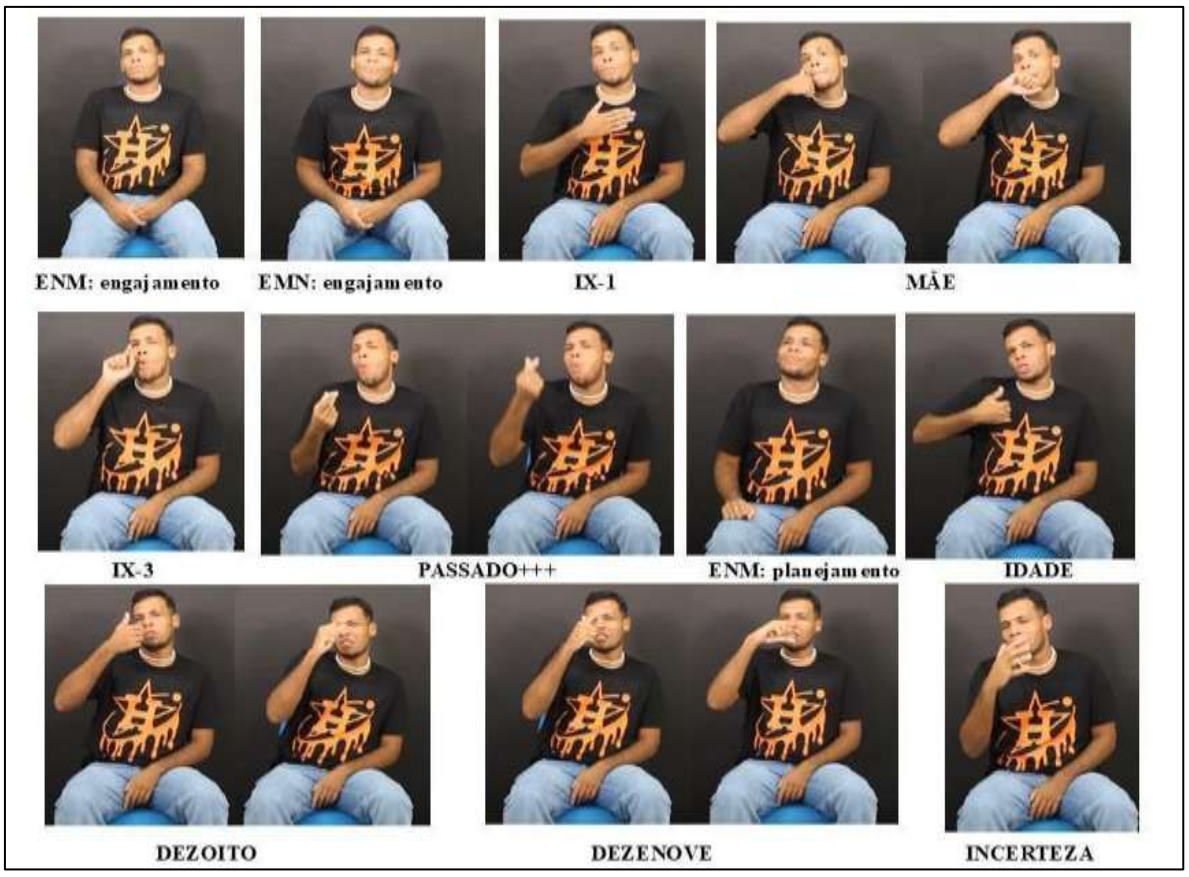
Quadro 19 – Organização dos frames (V4–F1 a V4–F4)

Frame	Descrição
V4–F1	Abertura e alinhamento interacional
V4–F2	Introdução do referente (mãe)
V4–F3	Enquadramento temporal (passado)
V4–F4	Informação etária com ajuste

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Francisco introduz o referente materno e estabelece o marco temporal a partir do qual reconstrói as vivências da mãe até seu nascimento

Figura 12 – Sequência visual da vinheta 4



Fonte: Elaborado pela autora. Dados de pesquisa (2026)

Tradução possível

Francisco: Há muito tempo, quando minha mãe tinha uns 18 ou 19 anos, mais ou menos, não sei exatamente.

Nos frames correspondentes ao Turno 1 (V4–F1 a V4–F4), Francisco inicia o relato pela introdução da mãe como referente central dos acontecimentos que antecedem seu nascimento. A abertura é acompanhada por expressões não manuais que participam do alinhamento com a interlocutora e antecedem a produção de MÃE. Em seguida, **PASSADO+++** delimita um período anterior e estabelece a orientação temporal para os episódios subsequentes.

Francisco acrescenta a idade aproximada da mãe naquele período. Ao produzir **DEZOITO** e, posteriormente, **DEZENOVE**, apresenta duas possibilidades e encerra o trecho com uma marca de incerteza. A variação entre as idades não compromete a localização temporal construída, pois ambas remetem ao mesmo intervalo biográfico. O turno estabelece, assim, o referente materno e o marco temporal que sustentam a continuidade do relato.

Recorte da dinâmica interacional e organização do relato – entrevista semiestruturada – Turno 2

Quadro 20 – Organização dos frames (V4–F5 a V4–F7)

Frame	Descrição
V4–F5	Evento narrativo inicial (gravidez)
V4–F6	Construção espacial (domínio rural)
V4–F7	Estabilização lexical (C-A-M-P-O)

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

A delimitação do espaço narrado ocorre de forma gradual. Francisco não nomeia de imediato o lugar em que situa a experiência da mãe, mas fornece elementos que permitem à interlocutora restringir progressivamente as possibilidades de interpretação. O referente espacial torna-se, assim, reconhecível antes de receber uma forma mais específica, mostrando que sua construção depende da articulação entre localização, associação contextual e explicitação lexical.

Figura 13 – Sequência visual da vinheta 4



Fonte: Elaborado pela autora. Dados de pesquisa (2026)

Tradução possível

Francisco: Ela estava grávida e morava na área rural/sítio.

No Turno 2, o relato avança da delimitação temporal para a localização dos fatos narrados. Ao retomar a gestação, Francisco mobiliza expressões não manuais, com levantamento das sobrancelhas e abertura da boca, enquanto recupera informações relativas ao passado. Em seguida, introduz **LUGAR** e estabelece uma posição no espaço de sinalização, à qual associa posteriormente o sinal BOI, identificado em Libras. Não tomamos **LUGAR + BOI** como uma forma lexical equivalente a “área rural”; interessa-nos o modo como essas produções se relacionam no curso da interação. A localização espacial, seguida da referência ao animal, oferece elementos para que a interlocutora infira o ambiente ao qual Francisco se refere.

A datilologia **C-A-M-P-O** torna mais precisa a informação anteriormente introduzida. Sua ocorrência após **LUGAR e BOI** indica um processo de especificação: Francisco não substitui o que já havia produzido, mas acrescenta uma forma que reduz a indeterminação e favorece o reconhecimento do referente. A inteligibilidade se estabelece, portanto, por aproximações sucessivas. Primeiro, um espaço é delimitado; depois, recebe uma caracterização associada ao contexto rural; por fim, **C-A-M-P-O** fornece uma designação mais específica. O dado mostra que a interpretação não depende da correspondência entre uma única forma e determinado significado, mas das relações construídas entre produções sucessivas no desenvolvimento da interação.

Recorte da dinâmica interacional e organização do relato – entrevista semiestruturada – Turno 3

Quadro 21 – Organização dos frames (V4–F8 a V4–F10)

Frame	**Descrição**
V4–F8	Retomada da gestação e intensificação da autorreferência
V4–F9	Expansão narrativa (família e espaço)
V4-F10	Negação de nascimento (**NADA+BEBÊ**)

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Neste turno, Francisco explicita quem ocupa a posição de bebê no episódio narrado por meio de apontamentos dirigidos ao próprio corpo. A corporeidade

assume, assim, papel central na autorreferência e articula, em uma mesma configuração narrativa, o referente materno, a gestação e o próprio participante.

Figura 14 – Sequência visual da vinheta 4



Fonte: Elaborado pela autora. Dados de pesquisa (2026).

Tradução possível

Francisco: Grávida de mim, minha mãe continuava no sítio com sua família, e nada de bebê.

Nos *frames* correspondentes ao Turno 3 (V4–F8 a V4–F10), Francisco retoma a gestação da mãe e marca a si próprio como referente desse estado. Após produzir **GRÁVIDA**, realiza apontamentos para o próprio corpo, inicialmente com os dois dedos indicadores e, em seguida, com ambas as mãos orientadas para o peito, em movimento descendente. A repetição e a variação dessas formas conferem ênfase à autorreferência e tornam mais explícita a relação entre a mãe, já estabelecida no relato, e o próprio Francisco. Expressões não manuais, como o direcionamento do olhar e o arqueamento das sobrancelhas, articuladas ao movimento afirmativo da cabeça, acompanham essa produção e reforçam a vinculação entre a gestação e sua própria pessoa.

Na continuidade, Francisco recupera elementos associados ao espaço e à família, mantendo disponíveis referências construídas nos turnos anteriores. Ao final, direciona novamente a atenção para a região abdominal e produz **NADA**, seguido de **BEBÊ**, cuja realização se prolonga por sucessivos *frames*. A posição da negação imediatamente antes de **BEBÊ** indica que, naquele ponto da história reconstruída, o nascimento ainda não havia ocorrido. O turno permanece, portanto, situado no período da gestação e delimita com maior precisão a ordem temporal dos fatos.

O recorte apresenta uso recorrente de apontamentos e classificadores, articulados às expressões não manuais e à organização do espaço de sinalização. Esses recursos permitem estabelecer e recuperar referentes, representar ações e relações visuoespaciais, relacionar a gestação ao corpo do participante e distribuir visualmente as informações mobilizadas ao longo do turno. Sua recorrência contribui para preservar as relações entre pessoas, espaço e temporalidade, mantendo-as acessíveis à interlocutora e preparando a passagem para o segmento seguinte.

Recorte da dinâmica interacional e organização do relato – entrevista semiestruturada - Turno 4

Quadro 22 – Organização dos Frames (V4 – F11 a V4 – F21)

Frame	Descrição
V4–F11	Abertura e retomada do fio narrativo (**ENTÃO**)
V4–F12	Pausa de evocação
V4–F13	Organização temporal do relato
V4–F14	Referência a **CASAR**
V4–F15	Início de ***NASCER*** e autointerrupção
V4–F16	Evocação e reorganização da sequência narrativa
V4–F17	Reorganização temporal do acontecimento
V4–F18	Apontamento indexical (**IX-3**)
V4–F19	Retomada do referente **MÃE**
V4–F20	Suspensão momentânea e busca de continuidade narrativa
V4–F21	Marcação de espera (**ESPERAR**)

Fonte: Elaborado pela autora. Dados de pesquisa (2026).

A organização temporal do relato torna-se, neste segmento, objeto de revisão pelo próprio participante. Ao interromper ***NASCER*** e retornar a elementos anteriormente mobilizados, Francisco deixa visível que a cronologia ainda está sendo ajustada no próprio curso da sinalização. Esse movimento revela que a narrativa autobiográfica não se constitui por uma sequência previamente estabilizada, mas por um processo em que lembrança, ordenação e reformulação se articulam enquanto o relato avança. A suspensão não compromete a inteligibilidade; ao contrário, passa a integrar o modo como a interlocutora acompanha a elaboração em curso. O interesse analítico está, portanto, na possibilidade de observar como Francisco administra a própria reconstrução dos fatos, revendo relações temporais sem perder a continuidade da interação. Nesse percurso, a inteligibilidade se sustenta não apesar das correções, mas também por meio delas, uma vez que o próprio trabalho de ajuste se torna perceptível durante a atividade narrativa.

Figura 15 – Sequências Visual da vinheta 4



Fonte: Elaborado pela autora. Dados de pesquisa (2026).

Tradução possível

Francisco: Então, o tempo passou, minha mãe se casou. Eu nasci, espera!

Ao longo dos *frames* V4–F11 a V4–F21, Francisco retoma o fio narrativo com **ENTÃO**, introduz **CASAR** e, em seguida, inicia ***NASCER***. A produção é interrompida, e o participante passa a recuperar informações anteriormente mobilizadas antes de prosseguir. Nesse intervalo, mudanças no direcionamento do olhar, nos movimentos de cabeça e na postura corporal acompanham a busca por uma ordem temporal mais adequada ao que pretende narrar.

Na sequência, Francisco retoma **MÃE** e mantém o relato aberto até produzir **ESPERAR**, que explicita a suspensão momentânea da progressão. As expressões não manuais e os movimentos corporais tornam visíveis momentos de hesitação, reconhecimento e correção, permitindo à interlocutora acompanhar o processo de reorganização enquanto ele ainda está em curso. O segmento mostra, assim, como a revisão da cronologia se realiza concretamente na interação, sem que a continuidade do relato seja perdida.

Recorte da dinâmica interacional e organização do relato – entrevista semiestruturada – Turno 5

Quadro 23 – Organização dos Frames (V4 – F22 a V4 – F31)

Frame	Descrição
V4–F22	ENM de evocação e retomada do contexto narrativo
V4–F23	ENM de checagem da sequência dos acontecimentos
V4–F24	Referência a ***MUDAR***
V4–F25	Referência a **CASA**
V4–F26	Apontamento locativo (**IX-LÁ**)
V4–F27	Especificação do referente locativo com ***VENEZUELA***
V4–F28	Introdução do evento ***NASCER***
V4–F29	Apontamento de primeira pessoa (**IX-1**)
V4–F30	Autorreferência
V4–F31	Referência a **BEBÊ**

Fonte: Elaborado pela autora. Dados de pesquisa

Depois da suspensão observada no turno anterior, Francisco recompõe o curso do relato e passa a estabelecer uma relação mais definida entre mudança de lugar e nascimento. O que antes permanecia em processo de ajuste adquire maior estabilidade à medida que os fatos são reposicionados e o próprio participante volta a ocupar lugar central na narrativa. Essa passagem mostra que a inteligibilidade pode ser preservada mesmo quando a cronologia exige revisão, pois os sentidos permanecem acessíveis enquanto novas relações temporais e espaciais são construídas.

O interesse analítico reside justamente na passagem entre uma ordem ainda instável e uma configuração mais definida dos acontecimentos. A retomada não apaga as suspensões e reformulações anteriores, mas as incorpora ao percurso por meio do qual o relato se torna progressivamente mais reconhecível para a interlocutora. Assim, a inteligibilidade não depende de uma narrativa linear desde o início; sustenta-se também pela possibilidade de acompanhar os ajustes, reconhecer seus efeitos e compreender como os fatos vão sendo reposicionados no decorrer da interação. Ao final desse percurso, o nascimento passa a ocupar um lugar mais estável na cronologia reconstruída, sem romper a continuidade com o trabalho de revisão realizado no turno precedente.

Figura 16 – Sequências Visual da vinheta 4



Fonte: Elaborado pela autora. Dados de pesquisa (2026)

Tradução possível

Francisco: Ah, ela mudou de casa, foi para a Venezuela, e eu nasci.

Neste segmento, Francisco retoma o relato após o momento de suspensão registrado anteriormente. Expressões não manuais associadas à evocação e à checagem acompanham essa retomada, seguida pela produção de ***MUDAR***, **CASA** e **IX-LÁ**. O apontamento estabelece uma localização no espaço de sinalização, posteriormente especificada por ***VENEZUELA***, o que delimita com maior precisão o lugar para o qual a mudança se orienta.

Em seguida, Francisco introduz ***NASCER*** e desloca a referência para si por meio de **IX-1**, seguido de uma autorreferência mais enfática, realizada com movimentos dirigidos ao próprio corpo. **BEBÊ** encerra o trecho e explicita a relação entre o evento narrado e o próprio participante. Diferentemente da ocorrência anterior

de ***NASCER***, interrompida durante a revisão da cronologia, sua reaparição neste turno integra uma sequência mais estável, na qual mudança de lugar, autorreferência e nascimento passam a compor uma ordem reconhecível para a interlocutora.

Recorte da dinâmica interacional relação familiar – entrevista semiestruturada – Turno 6

O segmento dá continuidade à dinâmica interacional apresentada na Vinheta 4, mas introduz uma mudança relevante no foco do relato. Francisco passa a concentrar sua narrativa nas relações familiares e nas experiências comunicativas vivenciadas nesse contexto, acrescentando uma dimensão avaliativa à reconstrução autobiográfica desenvolvida nos turnos anteriores.

Quadro 24 – Organização dos frames (V4–F32 a V4–F42)

Frame	Descrição
V4–F32	Abertura e ancoragem temática (família)
V4–F33	Engajamento e alinhamento interacional (ENM)
V4–F34	Introdução da prática comunicativa (CONVERSAR)
V4–F35	Avaliação positiva da interação (BOM)
V4–F36	Intensificação da interação (CONVERSAR / TROCA++)
V4–F37	Expansão do referente (membros da família)
V4–F38	Indeterminação de gênero na referenciação (TIA/TIO; AVÓ/AVÔ)
V4–F39	Retomada e centralização do referente (mãe)
V4–F40	Reinscrição do participante no enunciado (IX-1)
V4–F41	Posicionamento modal (1sPRECISAR)
V4–F42	Avaliação final e condição para interação (LIVRE)

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

A mudança de foco amplia o alcance da narrativa autobiográfica. Francisco deixa de privilegiar a ordenação dos fatos passados e passa a construir uma leitura sobre as relações comunicativas que marcaram sua experiência familiar. O relato assume, assim, uma dimensão avaliativa, na qual a convivência deixa de compor apenas o cenário biográfico e passa a integrar o posicionamento do participante diante das condições em que essas interações se realizavam. Essa inflexão permite

acompanhar não somente aquilo que Francisco recorda, mas também o modo como atribui valor às experiências recuperadas no curso da interação.

Figura 17 – Sequências Visual da vinheta 4



Fonte: Elaborado pela autora. Dados de pesquisa (2026)

Tradução possível

Francisco: Sempre tive uma ótima troca com minha família, tios, avós, com minha mãe, pois eu preciso ter liberdade.

Nos *frames* correspondentes ao Turno 6 (V4–F32 a V4–F42), o relato se desloca da reconstrução dos fatos passados para as relações familiares e para a maneira como Francisco qualifica suas experiências comunicativas nesse contexto. A abertura organiza-se em torno de **FAMÍLIA**, acompanhada de expressões não manuais que participam do alinhamento interacional. Em seguida, o participante introduz **CONVERSAR** e produz **BOM**, atribuindo valor positivo à experiência evocada.

Nos *frames* seguintes, Francisco retoma **CONVERSAR**, articula-o a **TROCA++** e amplia a rede de referentes ao mencionar outros membros da família, antes de

recuperar a figura materna. Em **TIA/TIO** e **AVÓ/AVÔ**, a referenciação mantém indeterminado o gênero do familiar mencionado, sem interromper o desenvolvimento do relato. A ampliação desses referentes estende a experiência comunicativa para um domínio familiar mais abrangente.

Na parte final, Francisco reinscreve-se no enunciado por meio de **IX-1** e articula **1sPRECISAR** a **LIVRE**. Essa combinação acrescenta ao trecho uma dimensão de posicionamento, pois a referência à liberdade passa a integrar a forma como o participante avalia as condições de comunicação vivenciadas no âmbito familiar. O segmento encerra-se, portanto, não apenas com a retomada dessas relações, mas com a explicitação do valor atribuído por Francisco à possibilidade de participar delas com liberdade.

No conjunto, o Turno 6 marca uma inflexão no relato autobiográfico: a reconstrução dos acontecimentos cede espaço à avaliação das experiências comunicativas associadas à família. Essa passagem torna visível a mudança entre narrar fatos e posicionar-se diante das condições de participação que integram a experiência recordada.

6.4.1.1 Análise interpretativa

No Turno 1, Francisco estabelece as primeiras coordenadas temporais e referenciais da narrativa autobiográfica. A introdução de **MÃE**, articulada à intensificação de ***PASSADO***+++, delimita o domínio a partir do qual os fatos posteriores passam a ser interpretados. A oscilação entre **DEZOITO** e **DEZENOVE** anos não inviabiliza a compreensão, pois ambas as possibilidades situam o referente materno em um mesmo período da história narrada. O dado evidencia que a inteligibilidade não depende de precisão absoluta em cada informação, mas da construção de referências suficientemente reconhecíveis para orientar a interlocutora. Desde a abertura, portanto, o relato se constitui por aproximações e ajustes que preservam sua continuidade.

Esse funcionamento aproxima-se da noção de contextualização de Gumperz (1982), uma vez que a interpretação não se apoia em uma forma isolada, mas na relação entre diferentes pistas disponíveis no curso da atividade. A referência temporal, o referente materno e as expressões não manuais compõem um enquadramento que permite à interlocutora acompanhar a direção assumida pelo

relato mesmo diante da incerteza quanto à idade exata. A inteligibilidade começa, assim, a ser construída antes que todas as informações estejam plenamente especificadas e depende da possibilidade de relacionar o que já foi estabelecido ao que será introduzido nos turnos seguintes.

No Turno 2, esse princípio torna-se particularmente visível na construção do referente espacial. Francisco não apresenta, de imediato, uma forma capaz de condensar toda a informação sobre o lugar em que sua mãe vivia. Em vez disso, delimita **LUGAR** no espaço de sinalização, associa a esse domínio **BOI**, identificado em Libras, e, posteriormente, recorre à datilologia **C-A-M-P-O**. O valor analítico desse percurso não reside na atribuição de um significado lexical equivalente a “área rural” à combinação **LUGAR + BOI**, mas no modo como cada produção restringe possibilidades de interpretação e acrescenta elementos ao que já havia sido estabelecido. O referente torna-se progressivamente reconhecível antes de receber uma designação mais específica.

O espaço de sinalização assume, nesse processo, função constitutiva da referenciação. Ao estabelecer uma localização e mantê-la disponível para retomadas posteriores, Francisco cria uma base à qual novas informações podem ser vinculadas sem necessidade de reconstruí-la integralmente. **C-A-M-P-O** adquire relevância justamente porque surge depois dessa preparação espacial e semântica e reduz a indeterminação do lugar anteriormente apresentado. A inteligibilidade decorre, portanto, da articulação entre sinalização, espacialidade e inferência, e não da correspondência entre uma única forma e determinado significado. Em termos de Gumperz (1982), são as relações estabelecidas entre as pistas ao longo da sequência que orientam a interpretação.

No Turno 3, a centralidade da localização externa cede espaço à própria corporeidade de Francisco. Ao recuperar a gestação, o participante relaciona **MÃE**, **GRÁVIDA** e sua própria pessoa por meio de apontamentos sucessivos dirigidos ao corpo. A repetição dessas autorreferências não constitui mera redundância, pois reduz possíveis ambiguidades e reforça quem ocupa a posição de bebê no episódio narrado. O corpo passa, desse modo, a funcionar como ponto de ancoragem referencial, articulado às expressões não manuais, à disposição das mãos e à organização do espaço.

Os classificadores também assumem papel relevante nesse trecho, pois permitem representar visualmente relações entre pessoas, corpo e espaço sem

depender exclusivamente de formas lexicais discretas. Mesmo quando determinadas produções não podem ser associadas com segurança a unidades lexicais identificáveis em Libras ou LSV, sua função permanece interpretável no curso da interação. Mais do que preencher uma eventual ausência de nomeação lexical, esses recursos participam da organização dos referentes e das relações construídas no relato, oferecendo à interlocutora elementos para acompanhar a cena e reconhecer os vínculos estabelecidos entre os acontecimentos narrados. Configurações de mão, movimentos corporais, apontamentos e posições assumidas no espaço mantêm referentes acessíveis e estabelecem vínculos entre os fatos narrados. Essa constatação afasta uma leitura deficitária das formas cuja vinculação a uma língua nomeada não pode ser determinada a partir dos dados disponíveis: sua contribuição para a inteligibilidade decorre do funcionamento que assumem naquela situação, e não de uma classificação lexical prévia.

As expressões não manuais adquirem peso interpretativo especialmente significativo nesse percurso. O direcionamento do olhar, as alterações das sobrancelhas, a abertura da boca e os movimentos de cabeça permitem distinguir momentos em que Francisco parece buscar determinada informação daqueles em que a recupera e volta a integrá-la ao relato. Tais pistas não apenas acompanham a sinalização, mas tornam perceptível o estatuto da produção em curso: se permanece em elaboração, se está sendo reconsiderada ou se voltou a integrar a narrativa. A interlocutora pode, assim, acompanhar não somente o conteúdo produzido, mas também o próprio processo pelo qual Francisco organiza sua memória durante a interação.

Essa característica torna-se particularmente evidente no Turno 4, quando a ordem temporal passa a ser objeto de revisão pelo próprio participante. Após produzir **CASAR**, Francisco inicia ***NASCER*** e interrompe sua realização, recupera informações anteriormente mobilizadas e retorna a **MÃE** antes de prosseguir. O dado revela mais do que uma hesitação pontual: torna visível um trabalho de reorganização da cronologia enquanto a atividade narrativa permanece aberta. A inteligibilidade não é interrompida pela autointerrupção, porque as pistas visuoespaciais permitem reconhecer que o participante ainda trabalha sobre a relação entre os acontecimentos.

A produção de **ESPERAR** explicita esse gerenciamento do relato. Ao empregá-la, Francisco suspende temporariamente o avanço da narrativa e sinaliza que seu turno não foi concluído. A forma orienta a interlocutora para interpretar a pausa não

como encerramento, mas como necessidade de reajuste. Em diálogo com Gumperz (1982), compreendemos que a inteligibilidade se mantém porque a própria revisão é contextualizada por pistas que indicam como aquela suspensão deve ser interpretada. O processo de correção, portanto, não constitui um obstáculo externo à construção do sentido; passa a integrar o próprio trabalho interacional por meio do qual o sentido continua acessível.

No Turno 5, os efeitos dessa revisão aparecem quando Francisco estabelece uma relação mais definida entre mudança de lugar e nascimento. ***MUDAR***, **CASA**, **IX-LÁ** e ***VENEZUELA*** reconstroem o domínio espacial no qual o evento é situado, enquanto ***NASCER*** reaparece articulado a **IX-1**, à autorreferência corporal e a **BEBÊ**. O contraste com a ocorrência anterior de ***NASCER*** é analiticamente relevante: aquilo que havia sido iniciado e suspenso passa a ocupar uma posição mais estável na cronologia reconstruída. O nascimento torna-se interpretável não apenas pelo reconhecimento de uma forma lexical, mas pela rede de relações que vincula evento, corpo, primeira pessoa, espaço e temporalidade.

Um aspecto particularmente significativo desse conjunto reside na composição do repertório efetivamente mobilizado por Francisco. Entre as formas reconhecidas com segurança, ***NASCER*** é a que identificamos como associada à LSV, enquanto grande parte da atividade se organiza por apontamentos, classificadores, produções de forte iconicidade, expressões não manuais e outras realizações visuoespaciais cuja vinculação lexical a Libras ou LSV não pode ser estabelecida de modo seguro a partir dos dados disponíveis. Essa impossibilidade de classificação não autoriza tratá-las como externas a essas línguas, tampouco como produções desprovidas de pertencimento linguístico. Exige, antes, cautela diante da variabilidade das práticas, das trajetórias de aprendizagem e do caráter aberto dos repertórios.

A noção de repertório discutida por Blommaert e Backus (2013) contribui para compreender essa heterogeneidade sem pressupor conhecimentos distribuídos de maneira uniforme ou organizados como sistemas completos e rigidamente separados. Os recursos acionados por Francisco foram constituídos ao longo de experiências distintas e apresentam diferentes graus de disponibilidade e reconhecimento. Nessa perspectiva, interessa menos decidir previamente a qual língua pertence cada produção do que identificar aquilo que o participante efetivamente mobiliza e compreender a função que esses recursos assumem na manutenção dos referentes, na reorganização temporal e na construção dos sentidos.

Essa leitura também exige cautela na mobilização da perspectiva translíngue. Os diferentes elementos que participam da construção da inteligibilidade não configuram, por si sós, uma prática translíngue, pois muitos deles integram possibilidades estruturais e discursivas próprias das línguas de sinais e das práticas visuoespaciais. A translinguagem torna-se pertinente quando recursos vinculados a diferentes experiências linguísticas são mobilizados de forma integrada no curso da mesma prática comunicativa, sem que sua organização dependa de fronteiras rígidas entre Libras e LSV. Nessa perspectiva, a translinguagem não decorre da presença isolada de uma forma, mas do modo como conhecimentos constituídos em trajetórias linguísticas distintas são articulados para sustentar a interação e a construção dos sentidos. A contribuição de García e Li Wei (2014) torna-se produtiva quando observamos como recursos associados a conhecimentos e experiências linguísticas distintas são mobilizados de forma integrada para responder às demandas da situação. A relevância translíngue não decorre, portanto, da simples coexistência de formas associadas à Libras, à LSV ou de produções cuja filiação lexical não pode ser determinada, mas do modo como essa heterogeneidade participa da construção dos sentidos.

No Turno 6, ocorre uma inflexão na função assumida pelo relato. A narrativa deixa de privilegiar a reconstrução da cronologia e passa a incorporar a avaliação das experiências comunicativas vividas no âmbito familiar. **FAMÍLIA** deixa de atuar somente como referente da história autobiográfica e passa a constituir o domínio a partir do qual Francisco se posiciona sobre suas relações de convivência. **CONVERSAR**, **BOM** e **TROCA++** participam da qualificação positiva dessa experiência, enquanto **TIA/TIO**, **AVÓ/AVÔ** e a retomada da mãe ampliam a rede de pessoas às quais essa avaliação é associada.

Essa mudança não rompe a unidade da narrativa, mas lhe acrescenta uma dimensão avaliativa. Depois de reconstruir lugares, pessoas e relações entre acontecimentos, Francisco passa a explicitar como interpreta parte das experiências recordadas. A inteligibilidade deixa, assim, de envolver apenas o reconhecimento de referentes ou da organização temporal e passa a abranger também o posicionamento construído pelo participante diante daquilo que narra. A interlocutora acompanha não somente o que ocorreu, mas o valor que Francisco atribui às condições em que essas relações comunicativas foram vivenciadas.

A articulação entre **IX-1**, **1sPRECISAR** e **LIVRE** assume especial relevância nesse percurso. Ao reinscrever-se no enunciado e relacionar a comunicação familiar à necessidade de liberdade, Francisco explicita uma condição valorizada em sua experiência de interação. **LIVRE** não aparece como informação isolada nem como simples encerramento lexical, mas se relaciona à avaliação anteriormente construída por meio de **CONVERSAR**, **BOM** e **TROCA++**. A experiência familiar passa, desse modo, a ser apresentada não apenas como parte da trajetória autobiográfica, mas como espaço sobre o qual o participante produz uma avaliação de suas próprias condições de participação.

Em diálogo com Gumperz (1982), compreendemos essa passagem como uma mudança de enquadramento tornada reconhecível pela articulação das pistas disponíveis no curso da interação. Formas lexicais, apontamentos, expressões não manuais e relações entre os referentes orientam a interlocutora para uma leitura distinta daquela predominante nos segmentos dedicados à reconstrução cronológica. O significado não reside em cada recurso tomado isoladamente, mas nas relações que se estabelecem entre eles e na maneira como essas relações permitem reconhecer a passagem entre narrar fatos e posicionar-se diante das experiências vividas.

A Vinheta 4 mostra, portanto, que a inteligibilidade não constitui uma condição prévia nem depende de linearidade absoluta, precisão lexical ou identificação inequívoca de todas as produções. Ela se estabelece à medida que referentes são introduzidos e recuperados, relações espaciais e temporais são ajustadas, informações são reformuladas e pistas visuoespaciais orientam a interpretação. Mesmo diante de autointerrupções, suspensões e correções, o relato permanece acessível porque o trabalho de revisão também se torna perceptível para a interlocutora. Quando o foco se desloca para as relações familiares, essa construção passa a incluir ainda a possibilidade de acompanhar o valor atribuído pelo participante às experiências reconstruídas.

O percurso de Francisco permite identificar, assim, dimensões articuladas da inteligibilidade no interior de uma mesma prática narrativa. Pessoas, espaços, temporalidades e acontecimentos precisam permanecer suficientemente acessíveis para que o relato avance, ao mesmo tempo que a interlocutora acompanha as reformulações pelas quais essas relações são ajustadas e, posteriormente, o posicionamento construído pelo participante diante de sua experiência familiar. Os

diferentes recursos mobilizados ao longo da interação atuam de forma integrada na manutenção dos referentes, na reorganização dos acontecimentos e na construção das relações entre aquilo que é narrado e a maneira como Francisco o avalia. A inteligibilidade emerge, portanto, desse trabalho interacional contínuo, no qual conhecimentos e recursos heterogêneos são articulados e reajustados às demandas concretas da interação, sem depender de linearidade absoluta nem de sua organização prévia em fronteiras rígidas entre Libras e LSV.

6.5 VINHETA (5) – CONSTRUÇÃO COMPARTILHADA DA INTELIGIBILIDADE

Contexto do registro

Boa Vista – RR: Segundo semestre de 2023

Ambiente: Contexto familiar

Participantes: Lúcio e Marina

Registro: Gravação videográfica

Link: https://bit.ly/AlessandraCruz-TeseUnesp-V5



6.5.1 Vinheta etnográfica

A dinâmica interacional desenvolveu-se em frente à residência compartilhada por uma família de venezuelanos migrantes surdos, em Boa Vista–RR, no segundo semestre de 2023. Estavam presentes o padrasto surdo, a enteada ouvinte e outros membros da família.

A interação teve início com o padrasto dirigindo-se à enteada por meio de sinais, acompanhados de expressões faciais e apontamentos no espaço de sinalização. Nos turnos apresentados, Lúcio realiza reformulações de sua produção, com ajustes na configuração dos sinais e na organização do espaço, mobilizando diferentes recursos visuais e recorrendo também a *mouthing* relacionado ao uso do espanhol.

A enteada, de 8 anos, responde por meio de gestos, expressões faciais e reprodução de sinais e apontamentos, orientando sua produção ao adulto. Os interlocutores organizam a troca em turnos curtos, marcados por movimentos de confirmação, reformulação e reação, em um contexto de comunicação face a face no ambiente familiar.

Recorte da dinâmica interacional – Interação em contexto familiar

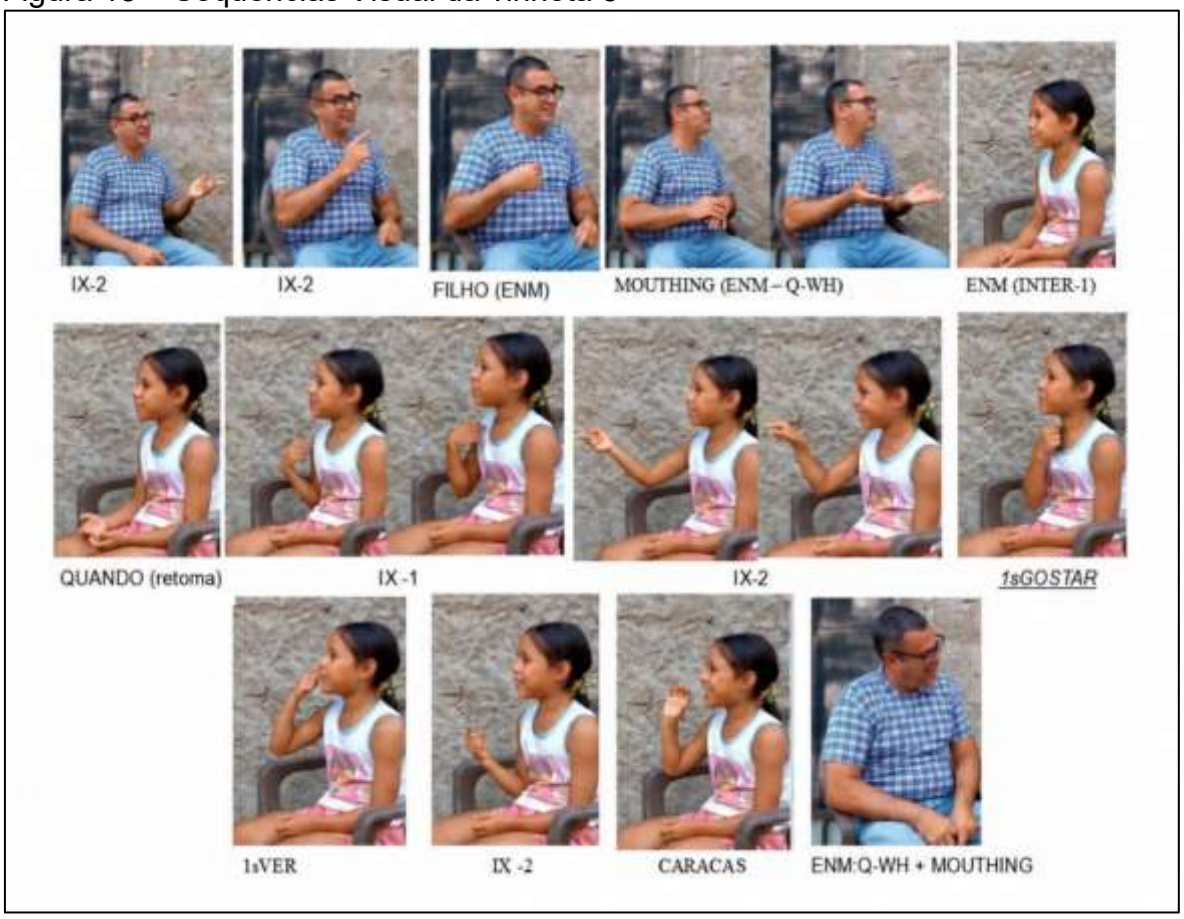
Quadro 25 – Organização dos frames (V5–F1 a V5–F12)

Frame	Descrição
V5–F1	Abertura da interação e direcionamento ao interlocutor **(IX-2)**
V5–F2	Estabelecimento do referente e focalização **(IX-2)**
V5–F3	Introdução do domínio relacional **(*FILHO* + ENM)**
V5–F4	Formulação interrogativa com *mouthing* **(Q-WH)**
V5–F5	Alinhamento interacional da interlocutora **(ENM)**
V5–F6	Retomada temporal e progressão temática **(QUANDO)**
V5–F7	Reinscrição do participante **(IX-1)**
V5–F8	Expansão referencial **(IX-2)**
V5–F9	Posicionamento afetivo (***1sGOSTAR)***
V5–F10	Introdução de evento passado **(1sVER)**
V5–F11	Localização espacial do referente ***(CARACAS)***
V5–F12	Fechamento com checagem interacional **(ENM-Q-WH + *mouthing*)**

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

A sequência reunida neste recorte demonstra uma dinâmica familiar em que a inteligibilidade se sustenta pela articulação entre referenciação, acompanhamento visual e ratificação mútua. Desde a abertura, Lúcio orienta a interação para Marina e mantém-se atento à resposta da criança, que amplia sua produção por meio de apontamentos, sinais e expressões não manuais. O interesse analítico recai menos sobre cada recurso isoladamente do que sobre a forma como eles se combinam para manter os referentes acessíveis, sustentar a alternância dos turnos e tornar reconhecíveis as confirmações produzidas ao longo da troca. Nesse percurso, os interlocutores ajustam, retomam e validam mutuamente o que é construído, preservando a continuidade da interação.

Figura 18 – Sequências Visual da vinheta 5



Fonte: Elaborado pela autora (2026). Dados de pesquisa (2023)

Tradução possível

Lúcio: Você é minha filha? Desde quando?

Marina: Sim. Eu gostei de você quando o vi em Caracas.

Lúcio: É? (risos)

Nos frames correspondentes a este segmento (V5–F1 a V5–F12), Lúcio organiza a interação tomando Marina como principal referente da atividade comunicativa. A abertura do turno estabelece o direcionamento da produção e delimita o foco da troca. Ao sinalizar, o participante articula sinais em LSV à oralização em espanhol e acompanha as respostas da criança por meio do olhar e de movimentos afirmativos de cabeça, recursos que permanecem presentes ao longo da sequência.

Logo adiante (V5–F3 a V5–F5), o participante desloca o foco para o domínio das relações familiares e organiza o enunciado em forma de pergunta. Marina responde inicialmente por meio de expressões não manuais e apontamentos. A

recorrência desses apontamentos acompanha sua produção e participa da organização espacial dos referentes mobilizados no turno. Enquanto a criança desenvolve a resposta, Lúcio realiza movimentos afirmativos de cabeça, mantendo o acompanhamento visual de sua sinalização.

Na sequência, em (V5–F6 a V5–F11), Marina amplia a resposta ao retomar referentes anteriormente introduzidos e acrescentar informações relacionadas a um acontecimento passado. Para isso, articula apontamentos, sinais, expressões não manuais e referências temporais, espaciais e afetivas, entre elas a localização em Caracas e o posicionamento expresso pelo sinal GOSTAR. Os apontamentos aparecem de forma recorrente nesse percurso e contribuem para estabelecer e retomar os referentes necessários à continuidade de sua produção.

O segmento é concluído em (V5–F12) com a retomada do turno por Lúcio. Em vez de simplesmente encerrar a troca após a primeira resposta da criança, o adulto solicita uma confirmação adicional acerca do que havia compreendido. Marina confirma a produção anterior por meio de movimento afirmativo de cabeça e sorriso. A sequência encerra-se, portanto, com uma nova ratificação entre os participantes.

No conjunto, o recorte caracteriza-se pela alternância coordenada de turnos, pela frequência dos apontamentos empregados por Marina, pelo acompanhamento visual mantido por Lúcio e pelas sucessivas formas de confirmação mobilizadas pelos dois interlocutores. Esses elementos sustentam o desenvolvimento da atividade comunicativa e constituem a base para a análise da construção da inteligibilidade apresentada a seguir.

6.5.1.1 Análise interpretativa

Com a Vinheta 5, deslocamos o foco para uma interação em contexto familiar. Diferentemente das narrativas autobiográficas das vinhetas anteriores, a conversa não responde à condução da pesquisadora, mas se desenvolve a partir das iniciativas de Lúcio e Marina. Essa característica permite observar como a inteligibilidade é construída em uma situação cotidiana, na qual os interlocutores recorrem a recursos já presentes em suas práticas de convivência e ajustam suas produções no próprio curso da interação.

Desde os primeiros frames, chama atenção o predomínio de sinais em LSV articulados à oralização em espanhol. Essa combinação não aparece como recurso

excepcional acionado diante de uma ruptura comunicativa, mas integra o modo como a atividade se desenvolve. Enquanto Marina produz sua resposta, Lúcio mantém o olhar direcionado a ela e realiza movimentos afirmativos de cabeça. Esses movimentos acompanham diferentes momentos do turno e oferecem à criança um retorno contínuo de que sua produção está sendo seguida pelo interlocutor. A compreensão, nesse caso, não se manifesta apenas ao final da sequência, mas se torna perceptível durante o próprio desenvolvimento do enunciado.

Na produção de Marina, os apontamentos também desempenham papel central. Eles são mobilizados reiteradamente para localizar, estabelecer e retomar referentes à medida que pessoas, lugares e acontecimentos são introduzidos na conversa. Quando a criança recupera informações relacionadas ao episódio narrado, por exemplo, os apontamentos se articulam aos sinais, às expressões não manuais e às referências espaciais e temporais, entre elas a localização em Caracas. Não se trata, portanto, de elementos acessórios aos sinais lexicalizados. Eles participam da organização referencial da resposta e permitem que Marina mantenha disponíveis os elementos necessários à continuidade de sua produção.

É justamente na articulação desses elementos que a dimensão translíngue do episódio se torna mais evidente. Os sinais em LSV, a oralização em espanhol, os apontamentos, as expressões não manuais e os movimentos corporais não aparecem em blocos independentes nem são acionados um após o outro segundo fronteiras previamente estabelecidas. Eles se combinam no desenvolvimento de uma mesma atividade e participam conjuntamente da construção dos sentidos, da organização dos turnos e da sustentação da inteligibilidade.

Outro aspecto particularmente relevante emerge nos momentos em que Marina reorganiza aquilo que está sinalizando. Lúcio não interrompe seu turno, não antecipa a forma esperada nem oferece uma correção explícita. Em vez disso, mantém a atenção visual e continua produzindo movimentos afirmativos de cabeça. A criança dispõe, assim, de espaço interacional para perceber o desenvolvimento de sua própria produção e realizar os ajustes necessários. O autorreparo ocorre sem que o interlocutor assuma uma posição corretiva. Esse dado é importante porque mostra que a sustentação da inteligibilidade não depende de uma intervenção destinada a substituir ou normalizar a produção da criança, mas da possibilidade de ela própria reorganizá-la enquanto o adulto sinaliza, por meio de pistas visuais, que continua acompanhando o que está sendo construído.

Essa relação entre autorreparo e acompanhamento permite compreender com maior precisão o papel dos movimentos afirmativos de cabeça de Lúcio. Eles não constituem apenas manifestações genéricas de atenção. No contexto da sequência, funcionam como pistas que informam Marina de que o percurso de sua produção permanece interpretável, inclusive enquanto ela a reformula. Em termos interacionais, há diferença entre corrigir o interlocutor e oferecer condições para que ele mantenha a iniciativa sobre o próprio turno. É essa segunda dinâmica que predomina no recorte: Lúcio não substitui a produção de Marina por uma forma que considere mais adequada, mas sustenta sua participação enquanto ela organiza, expande e, quando necessário, reajusta o enunciado.

A contribuição de Gumperz (1982) ajuda a compreender essa dimensão do dado. O direcionamento do olhar, os movimentos de cabeça, as expressões não manuais e a retomada posterior do turno constituem pistas de contextualização porque orientam os interlocutores quanto ao modo como as ações em curso estão sendo interpretadas. No episódio analisado, essas pistas permitem acompanhar não apenas o conteúdo produzido, mas também o alinhamento entre os participantes. Lúcio sinaliza que acompanha Marina; Marina prossegue, reformula quando necessário e mantém sua contribuição; ao final, o adulto retoma o turno para verificar explicitamente a interpretação construída.

Essa checagem final acrescenta uma dimensão importante ao percurso anterior. Embora os movimentos afirmativos de cabeça tenham indicado acompanhamento ao longo da resposta, Lúcio não toma essa compreensão como definitivamente assegurada. Em (V5–F12), ele solicita uma confirmação adicional, e Marina responde com movimento afirmativo de cabeça e sorriso. A sequência mostra, portanto, dois níveis distintos de sustentação da inteligibilidade: durante o turno, há sinais contínuos de acompanhamento; ao final, há uma ratificação explícita da interpretação. Compreender, nessa interação, não significa apenas acompanhar uma produção em andamento, mas também poder submetê-la à confirmação do outro.

É justamente na articulação desses elementos que a dimensão translíngue do episódio se torna mais evidente. Os sinais em LSV, a oralização em espanhol, os apontamentos, as expressões não manuais e os movimentos corporais não aparecem em blocos independentes nem são acionados um após o outro segundo fronteiras previamente estabelecidas. Eles se combinam no desenvolvimento de uma mesma atividade. A leitura translíngue, nesse caso, não decorre da simples enumeração de

recursos diferentes, mas da maneira como esses elementos são coordenados pelos interlocutores para estabelecer referentes, acompanhar turnos, reorganizar produções e verificar interpretações.

À luz de García e Li Wei (2014), o episódio permite observar que essa mobilização não está restrita a situações de dificuldade. O dado mostra justamente o contrário: LSV e espanhol integram uma prática familiar ordinária e aparecem articulados desde o início da conversa, antes que qualquer problema de compreensão se manifeste. Isso é relevante porque impede que a translinguagem seja interpretada apenas como estratégia de compensação ou reparo. No recorte, ela constitui parte do próprio funcionamento da interação e do repertório que Lúcio e Marina mobilizam habitualmente na relação entre ambos.

A presença desses recursos também precisa ser relacionada às trajetórias dos interlocutores. Lúcio traz para a interação conhecimentos constituídos em sua experiência na Venezuela e em sua trajetória posterior no Brasil. Marina, por sua vez, participa de um espaço familiar no qual LSV, Libras, espanhol, português e diferentes recursos visuoespaciais fazem parte de seu ambiente de socialização. O episódio permite observar concretamente como essas trajetórias deixam marcas na comunicação: a criança mobiliza formas que circulam nesse espaço familiar, enquanto o adulto reconhece, acompanha e responde a elas sem exigir que a interação seja reorganizada segundo uma única língua nomeada.

Nesse sentido, a discussão de Blommaert (2010) sobre repertórios ajuda a interpretar o que os dados revelam sem convertê-los em inventários estáticos de línguas. O que está em jogo não é simplesmente quantificar quanto de LSV, Libras ou espanhol cada interlocutor conhece, mas compreender quais recursos se tornam disponíveis e funcionais naquela situação. A própria sequência mostra essa funcionalidade: determinados sinais permitem avançar o conteúdo; os apontamentos mantêm referentes acessíveis; os movimentos de cabeça sustentam o turno; o autorreparo reorganiza a produção; e a checagem final confirma a interpretação alcançada.

A dimensão intergeracional também se manifesta no modo como esses recursos circulam. Lúcio e Marina não possuem trajetórias sociolinguísticas idênticas, mas conseguem construir uma atividade conjunta porque seus repertórios encontram pontos de articulação na interação. Mais do que colocar lado a lado conhecimentos individuais, a conversa mostra recursos em circulação entre membros da família. Essa

observação aproxima-se de Blommaert e Rampton (2011), para quem repertórios formados em contextos de mobilidade não correspondem necessariamente a uma única língua, território ou comunidade estável.

O achado específico da Vinheta 5, portanto, não reside apenas no fato de os interlocutores mobilizarem repertórios heterogêneos. O dado mostra algo mais preciso: em uma relação familiar, a inteligibilidade é sustentada por formas contínuas de acompanhamento que preservam a iniciativa do outro. Lúcio compreende sem transformar essa compreensão em correção; Marina pode reorganizar sua produção por meio de autorreparos; os movimentos afirmativos de cabeça oferecem sinais de continuidade; e a checagem final permite confirmar explicitamente o sentido construído. A familiaridade entre os interlocutores favorece a interação, mas não torna a compreensão automática. Ela continua a depender do trabalho local realizado pelos dois, turno a turno, por meio dos recursos que efetivamente mobilizam naquela situação.

6.6 VINHETA (6) – NEGOCIAÇÃO DA INTELIGIBILIDADE E EXPERIÊNCIAS LINGUÍSTICAS

Contexto do registro

Local: Boa Vista – RR (ambiente específico a confirmar)
Período: a confirmar no registro original
Ambiente: Curso de Letras Libras da UFRR
Participantes: Tânia (pseudônimo) e professora do Curso de Letras Libras da UFRR
Registro: gravação videográfica
Link: https://bit.ly/AlessandraCruz-TeseUnesp-V6

Fonte: Elaborado pela autora.

6.6.1 Vinheta etnográfica

Entre as mulheres surdas venezuelanas participantes da pesquisa, Tânia destacou-se, nos encontros observados, pela espontaneidade e pela expressividade de suas práticas comunicativas. Suas produções sinalizadas eram frequentemente acompanhadas de mouthing, expressões não manuais e movimentos corporais. Alterações no olhar, nas sobrancelhas e na postura ofereciam pistas para acompanhar

suas reações à sinalização das interlocutoras, sobretudo diante de dúvidas ou esclarecimentos. Outras participantes, em alguns encontros, manifestaram receio de sinalizar de maneira considerada inadequada ou afirmaram não saber determinados sinais. Com o avanço das conversas e a construção de um ambiente de diálogo, passaram a participar com maior desenvoltura e mais tranquilidade. Essas diferenças dizem respeito às condições observadas de participação, e não autorizam estabelecer hierarquias de competência linguística.

A trajetória de Tânia inclui a convivência com outros familiares surdos, o que lhe proporciona oportunidades de interação com pares linguísticos no ambiente familiar. Esse aspecto diferencia sua experiência daquela de pessoas surdas que são os únicos membros surdos de suas famílias. Não se pode, contudo, inferir apenas dessa informação a idade em que iniciou a aquisição da LSV nem atribuir diretamente a essa convivência a expressividade observada nas gravações.

O episódio examinado registra uma interação entre Tânia e uma das professoras do curso de Letras Libras da Universidade Federal de Roraima. Durante a formulação de uma pergunta, a professora produz o sinal **QUEM** em Libras. Antes que a pergunta seja concluída, Tânia eleva progressivamente o olhar e inclina o corpo para a frente, com mudanças expressivas na região das sobrancelhas e lábios. A sequência sugere a emergência de uma dúvida quanto ao valor da forma interrogativa empregada, esclarecida no próprio desenvolvimento da interação.

Após o esclarecimento da professora, Tânia apresenta espontaneamente duas formas de realização do sinal interrogativo ***QUEM*** em seu repertório de LSV: uma na região do queixo e outra no espaço neutro, à frente do corpo, com uma mão sobreposta à outra. Na continuidade, retoma a forma empregada pela professora e observa que, em Libras, essa realização também pode corresponder à interrogativa **O QUÊ**. Ao estabelecer a comparação, a participante chama a atenção para as diferenças entre as formas interrogativas que reconhece nas duas línguas, distinguindo as realizações de ***QUEM*** em LSV daquela utilizada pela interlocutora em Libras. Durante a explicação, articula formas sinalizadas, *mouthing* e apontamento dêitico **AQUI**, por meio do qual remete ao Brasil no contexto da entrevista. A sequência permite acompanhar como Tânia mobiliza conhecimentos de seu repertório linguístico para explicitar uma diferença relevante à compreensão da pergunta inicialmente formulada pela professora.

Na sequência, a professora pergunta sobre as experiências de comunicação de Tânia na infância. A participante relata que ingressou na escola por volta dos sete ou oito anos e que, naquele período, uma professora ouvinte trabalhava por meio da oralização e ensinava palavras individualmente, sem utilizar língua de sinais. Ao representar a maneira como a professora falava, Tânia intensifica sua produção sinalizada. Relata ainda que, aproximadamente aos nove anos, conheceu um professor surdo que passou a lhe ensinar língua de sinais. O segmento reúne, assim, o esclarecimento interacional de formas interrogativas e uma narrativa sobre diferentes condições de acesso à comunicação em sua trajetória escolar.

Recorte da dinâmica interacional – Negociação de formas interrogativas e memória escolar

Quadro 26 – Organização dos frames (V6–F1 a V5–F9)

Frame	Descrição
V6–F1	Atenção visual à sinalização da professora, acompanhada de expressão não manual (ENM).
V6–F2	Produção do termo **SINAL**, registrada em duas imagens sucessivas, na introdução da explicação sobre a forma interrogativa apresentada pela professora.
V6–F3	Produção do sinal ***IGUAL,*** na construção de uma correspondência entre a forma interrogativa apresentada pela professora e as realizações de QUEM no repertório de LSV.
V6–F4–V6-F5	Apresentação de duas realizações distintas de QUEM em LSV, articuladas pelo mouthing **“OU”,** sem produção manual correspondente a essa unidade. A associação exata de cada realização aos frames deve respeitar o registro audiovisual.
V6–F6	Produção de ***VENEZUELA***, introduzindo a referência ao contexto linguístico venezuelano.
V6–F7	Nova produção de ***QUEM***, com a mão posicionada próxima ao queixo e expressão não manual associada.
V6–F8	Apontamento dêitico acompanhado de mouthing “aqui”, estabelecendo referência contextual ao Brasil **AQUI.**
V6–F9	Produção da forma interrogativa **O QUÊ**, com configuração manual de pinça entre polegar e indicador, palma orientada para baixo e mão projetada à frente do corpo.

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

A seleção dos frames desta vinheta privilegia o segmento em que Tânia identifica uma diferença entre formas interrogativas de Libras e LSV e, após um esclarecimento pontual da professora, introduz espontaneamente uma explicação

contrastiva. Embora o registro videográfico compreenda outros momentos da entrevista, o recorte concentra-se nessa ocorrência por sua relevância para o exame da inteligibilidade negociada. A sequência permite acompanhar as manifestações não manuais que antecedem o esclarecimento, a iniciativa metalinguística da participante, as demonstrações sucessivas das formas interrogativas e a articulação entre sinalização, *mouthing* e apontamento dêitico. A delimitação não pretende representar a totalidade da entrevista, mas examinar uma ocorrência em que a própria participante torna explícita uma diferença linguística e contribui para a interpretação do enunciado formulado por sua interlocutora.

Figura 19 – Sequência visual da vinheta 6



Fonte: Elaborado pela autora (2026). Dados de pesquisa (2023).

Tradução possível

Professora: Com **QUEM** você aprendeu LSV e com que idade?

Tânia: Este sinal lá na Venezuela, significa ***QUEM*** **"OU"** ***QUEM.*** **AQUI** significa **O QUÊ.**

6.6.1.1 Análise interpretativa

A particularidade da Vinheta 6 reside na iniciativa de Tânia de transformar uma diferença entre formas interrogativas de Libras e LSV em objeto de explicação durante a interação. O episódio ocorre em uma entrevista conduzida por uma professora do curso de Letras Libras da Universidade Federal de Roraima, que procura saber quem havia ensinado língua de sinais à participante. Durante a formulação da pergunta, Tânia acompanha a sinalização da interlocutora e apresenta modificações nas expressões não manuais, manifestando questionamento diante da forma interrogativa **QUEM**. A ocorrência não permite afirmar que todo o enunciado tenha sido incompreendido, mas indica que um de seus elementos passou a demandar esclarecimento no desenvolvimento da atividade comunicativa.

A organização dessas manifestações pode ser examinada à luz da Sociolinguística Interacional. Para Gumperz (1982), a interpretação dos enunciados envolve processos inferenciais pelos quais os interlocutores relacionam pistas de contextualização aos conhecimentos disponíveis e às expectativas constituídas em experiências comunicativas anteriores. No segmento analisado, as modificações faciais, a orientação do olhar e os movimentos corporais de Tânia adquirem relevância quando considerados em relação à pergunta formulada e ao esclarecimento subsequente. Essas manifestações não devem ser interpretadas isoladamente, pois sua participação na organização da interação depende da sequência em que ocorrem. É necessário, ainda, considerar que as expressões não manuais podem integrar tanto a organização linguística das construções interrogativas quanto o acompanhamento da atividade comunicativa, sem pressupor uma separação rígida entre essas funções.

Após o esclarecimento pontual da professora, Tânia não se limita a responder à pergunta inicialmente formulada. A participante introduz uma explicação própria, recorrendo ao termo **SINAL** na construção correspondente a "Sinal+ENM", e passa a demonstrar diferenças entre formas interrogativas de seu repertório. Essa intervenção modifica momentaneamente a organização da troca, pois Tânia deixa de ocupar

exclusivamente a posição de destinatária da pergunta e assume a iniciativa de explicitar um contraste linguístico. A ação não permite atribuir-lhe uma intenção pedagógica previamente estabelecida, mas demonstra sua participação na definição do aspecto linguístico que passa a ser discutido pelas interlocutoras.

Ao desenvolver a comparação, Tânia introduz a referência ao contexto venezuelano por meio do sinal ***VENEZUELA*** e apresenta duas realizações do interrogativo ***QUEM*** em seu repertório de LSV. Na demonstração, realiza inicialmente ***QUEM*** no espaço neutro, à frente do corpo, com uma mão sobreposta à outra, e, em seguida, na região do queixo, distinguindo as duas formas que reconhece nessa língua. A explicação prossegue com a referência ao contexto brasileiro, introduzida por meio de apontamento dêitico **AQUI**, sem a produção do sinal lexical **BRASIL**. Ao retomar a forma utilizada pela professora, Tânia observa que, em Libras, essa realização também pode corresponder à interrogativa **O QUÊ**. A comparação entre os dois contextos nacionais constrói-se, assim, pela articulação de recursos linguísticos e dêiticos, mediante os quais a participante situa as formas interrogativas nas práticas linguísticas que reconhece em cada país.

O funcionamento de “aqui” merece atenção porque o apontamento não se restringe à localização física imediata das interlocutoras. Sua interpretação remete ao Brasil, país em que Tânia se encontra, em contraposição à ***VENEZUELA*** anteriormente mencionada. A identificação do referente depende da relação entre a organização sequencial da explicação, o apontamento, o *mouthing* e as informações disponíveis na situação comunicativa. O valor dêitico não pode, assim, ser estabelecido exclusivamente pela direção do movimento, uma vez que sua interpretação envolve conhecimentos contextuais mobilizados pelas interlocutoras. Nesse episódio, a referência ao Brasil torna-se reconhecível mesmo sem a produção de um sinal lexical correspondente ao nome do país.

Essa ocorrência também pode ser considerada em relação à história comunicativa das interlocutoras, que já haviam estabelecido contato anteriormente. As experiências compartilhadas constituem condições potencialmente disponíveis para a interpretação das referências produzidas durante a entrevista, embora o registro não permita determinar quais conhecimentos anteriores foram efetivamente mobilizados. Gumperz (2001) contribui para compreender essa articulação ao situar a interpretação dos enunciados nos processos inferenciais pelos quais os participantes relacionam pistas de contextualização e pressupostos comunicativos. No episódio, o

emprego de AQUI permite observar como uma referência dêitica adquire abrangência geográfica no desenvolvimento de uma explicação linguística situada.

A relevância do esclarecimento ultrapassa a identificação de uma forma interrogativa isolada. A professora procurava saber quem havia ensinado língua de sinais a Tânia, de modo que **QUEM** orientava a pergunta à identificação de uma pessoa. Após o esclarecimento, a participante introduz espontaneamente uma comparação entre duas realizações de ***QUEM*** em seu repertório de LSV e a forma interrogativa utilizada pela professora em Libras, que também reconhece como correspondente ao sinal **O QUÊ.** A intervenção não constitui, portanto, uma comparação lexical desvinculada da atividade comunicativa, pois surge de uma questão relacionada à interpretação do enunciado em curso. Ao explicitar essa correspondência, Tânia mobiliza conhecimentos linguísticos pertinentes à compreensão da pergunta, permitindo examinar a inteligibilidade para além das semelhanças e diferenças entre formas sinalizadas.

A distinção adquire maior precisão quando relacionada à modalidade visuoespacial das línguas envolvidas. Conforme discutem Quadros e Karnopp (2004) e Emmorey (2002), a organização linguística das línguas de sinais envolve propriedades manuais e não manuais que participam da constituição das unidades e das construções gramaticais. Na ocorrência analisada, Tânia apresenta duas realizações de ***QUEM*** em seu repertório de **LSV**, situando uma no espaço neutro, à frente do corpo, com uma mão sobreposta à outra, e a segunda na região do queixo. Na comparação com Libras, retoma a forma utilizada pela professora e demonstra que essa realização manual também pode corresponder à interrogativa **O QUÊ**. Nesse caso, os sinais, **QUEM** e **O QUÊ,** compartilham configuração de mão, localização e movimento, diferenciando-se pelas expressões não manuais. A explicação permite reconhecer a participação desses componentes na interpretação das formas interrogativas, sem que a comparação situada realizada pela participante seja tomada como uma descrição sistemática das estruturas das duas línguas.

A sequência também permite observar que o esclarecimento inicial e a comparação posterior constituem ações distintas, embora relacionadas no desenvolvimento da interação. A manifestação interrogativa de Tânia ocorre diante de uma forma utilizada pela professora, cuja interpretação requer um esclarecimento pontual. Na continuidade, a participante introduz, por iniciativa própria, uma explicação contrastiva, sem questionar ou corrigir a realização empregada pela interlocutora. Não

se trata de um autorreparo, uma vez que Tânia não modifica uma produção anterior de sua autoria. O que se observa é um esclarecimento que possibilita a continuidade da interação, seguido de uma atividade metalinguística na qual a participante mobiliza conhecimentos sobre diferentes realizações interrogativas para ampliar a compreensão compartilhada.

A articulação desses recursos permite examinar a ocorrência sob a perspectiva da translinguagem, sem reduzir o fenômeno à presença simultânea de elementos associados a línguas nomeadas distintas. García e Li Wei (2014) oferecem fundamentos para compreender práticas nas quais os sujeitos mobilizam recursos heterogêneos de seus repertórios na realização de ações comunicativas, sem que esses recursos precisem funcionar como unidades independentes e previamente delimitadas. No episódio, a explicação desenvolve-se por meio de formas sinalizadas, expressões não manuais, apontamento dêitico e *mouthing*, articulados no desenvolvimento de uma mesma atividade. A relevância dessa organização não reside na quantidade de recursos empregados, mas nas relações que estabelecem entre si para tornar compreensível a comparação apresentada por Tânia. A perspectiva translíngue permite, assim, considerar sua atuação conjunta na construção da inteligibilidade.

Uma particularidade dessa ocorrência consiste no fato de Tânia não apenas mobilizar recursos linguísticos para participar da interação, mas também tomar as próprias formas de sinalização como conteúdo de sua contribuição. A utilização de SINAL, seguida das demonstrações das formas interrogativas, introduz uma dimensão metalinguística à prática observada. A participante não apresenta uma descrição gramatical sistemática de Libras ou LSV, mas explicita diferenças e correspondências reconhecidas a partir de seus conhecimentos de uso. Essa reflexão ocorre no desenvolvimento da entrevista e relaciona-se diretamente à pergunta anteriormente formulada. Os recursos mobilizados participam, desse modo, tanto da construção do sentido quanto da explicitação das formas por meio das quais esse sentido é interpretado pelas interlocutoras.

A iniciativa também modifica momentaneamente a distribuição das contribuições entre as interlocutoras. Embora a professora ocupe uma posição institucional vinculada ao ensino e ao conhecimento acadêmico de Libras, é Tânia quem introduz informações sobre realizações interrogativas associadas ao contexto venezuelano e estabelece sua comparação com a forma utilizada no Brasil. A

orientação etnográfica de Hymes (1972) permite considerar essa intervenção em relação às condições de participação e às posições ocupadas pelas interlocutoras no evento comunicativo. A explicação não elimina a assimetria institucional existente, mas demonstra que a condução da entrevista não determina integralmente quais conhecimentos se tornam relevantes. Nesse segmento, a experiência linguística da participante constitui uma fonte de conhecimento que passa a integrar a compreensão construída na interação.

A dimensão social dessa ocorrência relaciona-se, ainda, às condições de circulação e reconhecimento dos repertórios linguísticos em contextos de mobilidade. Blommaert (2010) oferece subsídios para compreender que os recursos linguísticos não possuem valores sociais fixos ou independentes dos espaços e das relações em que circulam. Na situação analisada, conhecimentos de Tânia sobre realizações interrogativas de LSV adquirem pertinência diante de uma questão surgida na entrevista. Não é possível inferir que sua intervenção tenha alterado de maneira duradoura as relações de autoridade entre as interlocutoras. Entretanto, observa-se uma redistribuição momentânea da iniciativa explicativa, na qual os conhecimentos linguísticos da participante passam a orientar o desenvolvimento da troca comunicativa.

Na continuidade da entrevista, Tânia relata experiências de sua trajetória escolar. A participante informa que ingressou na escola por volta dos sete ou oito anos, período em que uma professora ouvinte recorria à oralização e ao ensino individualizado de palavras, sem utilizar língua de sinais. Posteriormente, aproximadamente aos nove anos, passou a ter contato com um professor surdo, com quem relata ter aprendido língua de sinais. A distinção entre esses momentos permite reconhecer condições diferentes de participação e acesso à comunicação no ambiente escolar, sem estabelecer conclusões definitivas sobre o início da aquisição de LSV ou sobre os conhecimentos desenvolvidos em cada período. A narrativa acrescenta informações sobre sua trajetória, mas não constitui, isoladamente, uma explicação causal para a iniciativa metalinguística observada.

A perspectiva de Blommaert e Backus (2013), voltada à constituição social e histórica dos repertórios, contribui para situar essas experiências em um percurso mais amplo de socialização linguística. A convivência com familiares surdos, a escolarização em diferentes condições comunicativas e os contatos posteriores com Libras integram oportunidades distintas de participação e aprendizagem. A mobilidade

entre Venezuela e Brasil acrescenta outros espaços de circulação e interpretação aos conhecimentos constituídos ao longo dessa trajetória. A comparação apresentada durante a entrevista permite observar a mobilização situada desses recursos, sem estabelecer correspondência direta entre uma experiência biográfica específica e determinada realização linguística.

A organização da vinheta permite distinguir três dimensões temporais relacionadas à construção da inteligibilidade. A primeira corresponde à sequência imediata da pergunta, do esclarecimento e da comparação realizada por Tânia. A segunda envolve a história de contato anteriormente estabelecida entre a participante e a professora, que constitui parte das condições disponíveis para a interpretação das referências produzidas. A terceira diz respeito à trajetória de socialização linguística de Tânia, marcada por experiências familiares, escolares e migratórias. Essa diferenciação permite considerar conhecimentos historicamente constituídos sem atribuir às experiências anteriores uma determinação direta sobre as escolhas linguísticas observadas. A inteligibilidade é examinada, portanto, em sua realização situada, relacionada às condições particulares do encontro e aos repertórios mobilizados pelas interlocutoras.

Ao final da sequência, Tânia retoma a postura de atenção à sinalização da professora, e a entrevista prossegue. Essa continuidade permite reconhecer que o esclarecimento e a comparação foram incorporados ao desenvolvimento da atividade comunicativa, sem que isso demonstre uma correspondência integral entre as formas linguísticas envolvidas. A negociação observada não consiste na substituição de um sinal considerado inadequado por outro supostamente correto, mas no esclarecimento de uma forma interrogativa, seguido da explicitação de correspondências e diferenças linguísticas pela participante. A continuidade da interação indica que as interlocutoras dispuseram de condições suficientes para prosseguir na atividade naquele momento, embora o registro não permita afirmar uma compreensão idêntica de todos os recursos empregados.

A Vinheta 6 contribui, desse modo, para compreender a inteligibilidade entre Libras e LSV como uma realização interacional que envolve reconhecimento, esclarecimento e explicitação de diferenças linguísticas. A iniciativa de Tânia, a comparação entre formas interrogativas, o emprego de **AQUI** e a mobilização de conhecimentos constituídos em diferentes experiências comunicativas participam da construção do entendimento entre as interlocutoras. A contribuição analítica do

episódio reside especialmente na atuação da participante como sujeito que não apenas utiliza seu repertório para compreender e produzir enunciados, mas também mobiliza conhecimentos linguísticos para explicitar correspondências e diferenças relevantes à interação. A inteligibilidade constitui-se, nessa ocorrência, por meio de práticas situadas nas quais as particularidades dos recursos utilizados não precisam ser eliminadas para que a comunicação tenha continuidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese investigou a construção da inteligibilidade nas interações de venezuelanos migrantes surdos, considerando a mobilização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e da Língua de Sinais Venezuelana (LSV) em ecologias sociolinguísticas plurilíngues de Boa Vista, Roraima. O percurso desenvolvido partiu de uma questão que atravessou todas as etapas da pesquisa: como sujeitos cujas trajetórias linguísticas não pressupõem o compartilhamento integral de uma mesma língua constroem condições para compreender e ser compreendidos em situações concretas de interação? Ao situarmos essa questão na fronteira entre Brasil e Venezuela, em uma região marcada pela mobilidade humana, pelo encontro entre repertórios constituídos em diferentes espaços sociais e por condições desiguais de reconhecimento linguístico, afastamo-nos de explicações que tomam a comunicação como decorrência automática da existência de um código comum.

Os resultados permitem responder à questão central da investigação ao mostrar que a inteligibilidade não constitui uma condição anterior ao encontro entre os interlocutores. Ela se estabelece no curso das interações, mediante um trabalho contínuo de interpretação, acompanhamento, ajuste, retomada, reformulação e confirmação. Os participantes não precisam dispor, de antemão, de repertórios integralmente coincidentes para que a atividade comunicativa prossiga. Precisam, entretanto, construir relações entre os recursos disponíveis, interpretar as respostas produzidas pelo outro e reajustar suas ações diante do que ocorre a cada novo turno. Compreender e ser compreendido constitui, portanto, uma realização relacional e situada, que pode adquirir estabilidade suficiente em determinados momentos sem se converter em um estado definitivo ou plenamente assegurado.

Essa formulação constitui um resultado central da tese. Ao longo do corpus, não identificamos um ponto único a partir do qual a inteligibilidade possa ser considerada integralmente alcançada. Mesmo quando os interlocutores parecem compartilhar uma interpretação suficiente para o prosseguimento da atividade, novas informações, respostas inesperadas ou mudanças na organização da interação podem exigir outros movimentos de negociação. A compreensão construída em determinado momento permanece disponível para confirmação, revisão ou ampliação no turno seguinte. Por essa razão, a inteligibilidade não pode ser tratada como produto acabado da comunicação, mas como processo que se sustenta enquanto os

participantes conseguem produzir condições para acompanhar reciprocamente as ações em desenvolvimento.

O percurso analítico permitiu alcançar os objetivos definidos para a investigação. Descrevemos práticas interacionais de venezuelanos migrantes surdos em situações comunicativas concretas e identificamos os recursos linguísticos e semióticos mobilizados em seus repertórios. Analisamos como esses recursos participam da construção da inteligibilidade e os procedimentos pelos quais os interlocutores acompanham, interpretam, retomam e reajustam suas produções. Também identificamos de que modo relações assimétricas de poder atravessam essas negociações, sobretudo quando instituições, procedimentos de atendimento ou formas de mediação estabelecem condições desiguais para a circulação e o reconhecimento dos repertórios. Os quatro objetivos específicos convergem, assim, para o objetivo geral ao indicar que a inteligibilidade se constitui na articulação entre práticas interacionais, trajetórias sociolinguísticas, recursos disponíveis e condições sociais de participação.

As cinco vinhetas possibilitaram acompanhar essa construção em configurações distintas. A opção por organizar parte dos registros videográficos dessa forma não teve como finalidade reunir exemplos equivalentes de um mesmo fenômeno, mas preservar a especificidade das situações observadas e, a partir delas, reconhecer regularidades e diferenças. Cada recorte colocou em primeiro plano determinadas dimensões da atividade comunicativa, permitindo compreender que os procedimentos empregados pelos participantes variam conforme o contexto, os interlocutores, os propósitos em curso e as possibilidades de participação disponíveis em cada situação.

Na Vinheta 1, a interação institucional revelou com maior nitidez a relação entre inteligibilidade, mediação e assimetria. Lúcio e Martina precisaram articular LSV, datilologia, escrita, apontamentos, videochamada e mediação humana para tratar de demandas relacionadas a documentos e procedimentos administrativos. A situação mostrou que a comunicação não dependia apenas dos conhecimentos disponíveis aos participantes, pois as condições institucionais incidiam diretamente sobre o acesso às informações e a continuidade das negociações. A mudança de interlocutores, a ausência de mecanismos estáveis de mediação e a necessidade de recorrer a terceiros demonstraram que barreiras comunicativas também podem ser produzidas pela própria organização institucional.

Esse resultado responde de modo particularmente direto ao quarto objetivo específico. As relações de poder não se apresentam apenas em decisões explícitas de exclusão ou impedimento. Elas também se manifestam na distribuição desigual da possibilidade de definir como a interação deverá ocorrer, quais recursos serão reconhecidos, quem será tomado como interlocutor legítimo e sobre quem recairá a responsabilidade de adaptar-se para que o atendimento prossiga. No episódio institucional, a familiaridade pessoal com pessoas surdas não se converteu automaticamente em acessibilidade, assim como a presença de recursos comunicativos não garantiu, por si só, condições equitativas de participação. A inteligibilidade revelou-se, nesse caso, inseparável das condições sob as quais determinados sujeitos podem falar, sinalizar, perguntar, compreender, responder e ter suas demandas reconhecidas.

A Vinheta 2 permitiu focalizar outra dimensão do processo. Na apresentação pessoal, a construção dos referentes exigiu acompanhamento mútuo, estabilização progressiva das informações e autorreparo. O participante reorganizou produções quando identificou a necessidade de maior precisão, e a sequência mostrou que a inteligibilidade se sustenta também pela possibilidade de revisar aquilo que acabou de ser produzido. O autorreparo foi compreendido como procedimento interacional por meio do qual o participante monitorou a própria produção e ajustou elementos relevantes para a continuidade da troca. A inteligibilidade, desse modo, não se opõe à ocorrência de hesitação, reformulação ou correção; esses movimentos podem constituir justamente os meios pelos quais ela se mantém.

Na Vinheta 3, a construção referencial assumiu papel decisivo. A narrativa de Martina exigiu que os interlocutores acompanhassem relações familiares cuja interpretação se transformava à medida que novas informações eram introduzidas. A avó permanecia recuperável como referente, ao mesmo tempo que sua função na trajetória da participante era redefinida como materna. Apontamentos, organização do espaço, expressões não manuais, sinais e movimentos corporais participaram da progressão narrativa sem que qualquer um desses elementos, tomado isoladamente, explicasse a compreensão produzida. A inteligibilidade resultou das relações estabelecidas entre referentes, ações e avaliações ao longo da sequência.

Essa vinheta permitiu mostrar que a estabilidade necessária à inteligibilidade não equivale à fixidez. Um referente precisa permanecer suficientemente reconhecível para que possa ser retomado, mas também pode receber novas informações e

assumir funções mais complexas conforme o relato se desenvolve. A compreensão não depende, portanto, de correspondências estáticas entre sinal e significado, mas da capacidade dos interlocutores de conservar e transformar relações construídas no espaço interacional. O que se estabiliza não é uma interpretação imutável, mas uma base provisória a partir da qual novas informações podem ser integradas.

A Vinheta 4 ampliou essa discussão ao aproximar inteligibilidade e trajetória sociolinguística. Na narrativa autobiográfica de Francisco, recursos cuja vinculação exclusiva à Libras ou à LSV não poderia ser sustentada pelos dados foram analisados segundo a função que assumiam na interação. Essa decisão foi metodologicamente importante porque impediu que classificações linguísticas fossem impostas a produções para as quais o próprio corpus não oferecia elementos suficientes de atribuição. A análise voltou-se, assim, para os modos pelos quais referências temporais, espaciais, familiares e avaliativas eram organizadas e retomadas ao longo do relato.

A trajetória de Francisco também mostrou que os repertórios não podem ser compreendidos separadamente das experiências em que se constituíram. Sua socialização em contexto rural, a convivência familiar, a escolarização interrompida e o contato posterior com a Libras no Brasil integram uma biografia linguística que não se deixa reduzir à oposição entre duas línguas de sinais. Os recursos disponíveis no momento da interação carregam marcas dessas experiências e passam por novas reorganizações conforme o sujeito circula por outros espaços. A análise da vinheta reforçou, portanto, a necessidade de relacionar o funcionamento situado da comunicação às trajetórias ao longo das quais os repertórios foram historicamente constituídos.

Na Vinheta 5, essa dimensão tornou-se particularmente visível em uma interação espontânea no ambiente familiar. A quantidade expressiva de apontamentos mobilizados pela criança, a articulação entre LSV e *mouthing* relacionado ao espanhol pelo adulto, o acompanhamento visual e os movimentos afirmativos de cabeça mostraram como diferentes recursos podem assumir funções complementares durante a construção dos sentidos. Enquanto Marina construía sua produção, Lúcio não permaneceu apenas como destinatário. Ao realizar movimentos afirmativos de cabeça, oferecia retornos que indicavam o acompanhamento de sua sinalização e favoreciam a continuidade da troca.

A sequência também demonstrou que esses retornos não eliminavam a necessidade de checagem posterior. Depois da primeira resposta da criança, Lúcio retomou a produção para buscar confirmação do que havia compreendido. Marina respondeu com novo movimento afirmativo de cabeça e sorriso, ratificando a interpretação apresentada pelo adulto. Esse encadeamento permite visualizar, em escala microinteracional, um dos resultados centrais da pesquisa: a inteligibilidade se constrói por aproximações sucessivas e pode envolver diferentes graus de confirmação ao longo de uma mesma sequência. O fato de uma produção ter sido acompanhada não significa que sua interpretação esteja definitivamente encerrada.

A leitura transversal das vinhetas mostra, portanto, que não existe um único procedimento responsável pela construção da inteligibilidade. Estabilização e retomada de referentes, autorreparos, apontamentos, expressões não manuais, datilologia, escrita, organização espacial, *mouthing*, oralização, checagens, gestos, movimentos corporais e mediações humanas podem assumir funções relevantes conforme as características da situação. O valor analítico desses elementos não reside em sua simples presença, mas naquilo que permitem fazer no desenvolvimento da atividade comunicativa. Um apontamento pode estabelecer um referente, retomá-lo ou reorganizar relações no espaço; um movimento de cabeça pode sinalizar acompanhamento ou confirmar uma resposta; uma reformulação pode corrigir, precisar ou tornar novamente interpretável uma produção anterior.

Esses resultados dialogam diretamente com a Sociolinguística Interacional. Em Gumperz (1982, 2001), a interpretação não decorre exclusivamente dos significados lexicais ou gramaticais disponíveis aos interlocutores. Os participantes constroem inferências a partir de conhecimentos anteriores, expectativas acerca da situação e pistas de contextualização que orientam a leitura da atividade em curso. Tais pistas não carregam sentidos independentes do contexto; adquirem valor na relação entre ações sucessivas e nas respostas que provocam. Ao acompanharmos os dados desta pesquisa, interessou-nos justamente compreender como determinadas produções passam a ser interpretáveis, como o turno subsequente informa algo sobre a compreensão anterior e de que modo os participantes reajustam suas ações quando a interpretação construída até aquele momento requer novos ajustes.

A inteligibilidade, tal como a compreendemos ao final deste percurso, aproxima-se desse caráter inferencial e relacional sem se confundir com a ideia de interpretação idêntica entre os interlocutores. Não é necessário pressupor que todos atribuam

exatamente o mesmo sentido a cada produção para que a atividade prossiga. O que os dados permitem acompanhar são graus suficientes de coordenação, manifestados nas respostas, retomadas, confirmações e continuidades produzidas. Quando essa coordenação precisa ser revista ou ampliada, outros procedimentos podem ser mobilizados. A negociação, portanto, não se restringe aos momentos em que a compreensão requer reajustes; constitui parte ordinária da própria organização da interação.

Nas interações em línguas de sinais, essa compreensão requer atenção às especificidades da modalidade visuoespacial. Direcionamento do olhar, expressões não manuais, apontamentos, classificadores, movimentos corporais e organização do espaço participam da estrutura e do funcionamento dessas línguas e não devem ser tratados automaticamente como elementos externos a elas. Esse cuidado foi fundamental para a análise. Não classificamos tais elementos, por si mesmos, como manifestações de translinguagem. Consideramos a função que assumiam em cada ocorrência e as relações estabelecidas com os demais componentes da produção sinalizada.

A translinguagem torna-se pertinente quando recursos vinculados a diferentes experiências linguísticas são mobilizados de modo integrado em uma mesma prática comunicativa, sem que os participantes organizem necessariamente sua produção de acordo com fronteiras rígidas entre línguas nomeadas. García (2009) e García e Li Wei (2014) permitiram interpretar esse funcionamento para além de uma perspectiva centrada na alternância entre códigos. Nos dados analisados, Libras e LSV não aparecem como compartimentos entre os quais os participantes simplesmente transitam. Seus repertórios incluem conhecimentos construídos em diferentes trajetórias e contextos de socialização, que podem ser articulados com escrita, português, espanhol e outros recursos conforme as demandas localmente produzidas.

Essa delimitação é importante para precisar o uso analítico da translinguagem nesta tese. Não buscamos ampliar indiscriminadamente a categoria para incluir toda forma de comunicação visuoespacial ou multimodal. O fato de uma interação envolver gestos, apontamentos, expressões faciais ou organização espacial não basta para caracterizá-la como translíngue, pois muitos desses elementos integram estruturalmente o funcionamento das próprias línguas de sinais. A leitura translíngue emerge quando o conjunto da prática mostra a articulação de conhecimentos

constituídos em diferentes experiências linguísticas e sociais, reorganizados de maneira integrada na produção dos sentidos.

Os dados também afastam uma leitura da translinguagem como procedimento acionado apenas diante de necessidades pontuais de ajuste na comunicação. Nas interações analisadas, as práticas translíngues integram modos ordinários de comunicação. Elas aparecem no espaço institucional, nas narrativas produzidas em estúdio e na convivência familiar. Em alguns momentos respondem à necessidade de reparo; em outros, fazem parte do próprio desenvolvimento da atividade desde seu início. A Vinheta 5 torna isso especialmente claro: no ambiente familiar, a articulação de recursos não constitui resposta excepcional a uma necessidade pontual de ajuste, mas integra as práticas construídas na convivência cotidiana entre os interlocutores.

A análise dos repertórios reforça esse resultado. Em diálogo com Blommaert (2010), Blommaert e Rampton (2011) e com a compreensão biográfica discutida ao longo da tese, não tomamos repertório como inventário estático de línguas ou habilidades pertencentes ao indivíduo. Os conhecimentos disponíveis aos participantes foram constituídos em trajetórias marcadas por família, escolarização, comunidades surdas, migração, inserção institucional e diferentes formas de participação social. A mobilidade não implica apenas o deslocamento de pessoas entre territórios, mas também a circulação de recursos cujas possibilidades de uso e reconhecimento se transformam quando os sujeitos ingressam em novas redes de relações.

Esse aspecto torna inadequada qualquer leitura que interprete a chegada ao Brasil como simples substituição da LSV pela Libras. Os participantes não abandonam uma trajetória linguística para iniciar outra desvinculada da anterior. Recursos constituídos na Venezuela permanecem disponíveis, ao mesmo tempo que novos conhecimentos passam a integrar seus repertórios por meio das experiências vividas no Brasil. O contato entre Libras e LSV ocorre, portanto, no interior de trajetórias sociais concretas. A reorganização resultante não conduz necessariamente a um repertório uniforme nem a uma forma estável de comunicação compartilhada por todos os participantes.

A dimensão biográfica dos repertórios também ajuda a compreender por que sujeitos submetidos a uma mesma condição ampla de migração podem mobilizar recursos de maneiras muito diferentes. Escolarização, idade de contato com línguas de sinais, convivência com familiares surdos ou ouvintes, redes comunitárias e

experiências institucionais não se distribuem igualmente entre os participantes. O corpus mostra trajetórias singulares que se encontram em determinadas situações sem perder suas diferenças. Essas diferenças integram as próprias condições a partir das quais a inteligibilidade é construída.

A Linguística Crítica permite relacionar essa dimensão biográfica às condições sociais de circulação e reconhecimento dos repertórios. Blommaert (2010) e Blommaert e Rampton (2011) mostram que recursos linguísticos não circulam com valores equivalentes em todos os espaços. O fato de um sujeito dispor de determinado conhecimento não assegura que esse recurso seja reconhecido, compreendido ou legitimado no contexto ao qual chega. Essa diferença entre disponibilidade e possibilidade efetiva de uso tornou-se particularmente relevante na análise dos migrantes surdos, cujos repertórios encontram instituições organizadas predominantemente a partir de expectativas relacionadas ao português e, quando há políticas de acessibilidade para pessoas surdas, à Libras.

A centralidade jurídica e institucional da Libras no Brasil constitui uma conquista fundamental para a garantia de direitos linguísticos das pessoas surdas. Os dados desta pesquisa, contudo, mostram que contextos de mobilidade internacional introduzem outras demandas. A existência de uma língua de sinais oficialmente reconhecida não resolve automaticamente situações em que os interlocutores mobilizam LSV, repertórios parcialmente compartilhados ou recursos constituídos em experiências distintas. A acessibilidade precisa, portanto, considerar os sujeitos presentes em cada situação e as condições concretas oferecidas para sua participação.

Esse ponto recoloca em primeiro plano as relações de poder. As assimetrias registradas no material empírico não podem ser atribuídas apenas às diferenças entre Libras e LSV, nem às características individuais dos participantes. Em determinados contextos, a assimetria decorre da possibilidade desigual de definir o formato da interação. Instituições estabelecem documentos, procedimentos, horários, interlocutores e formas legítimas de mediação. Quando essas estruturas não reconhecem a diversidade dos repertórios presentes, o esforço de adaptação tende a recair sobre o migrante. A barreira passa, então, a ser compreendida não como atributo do sujeito, mas também como efeito das condições em que a interação é organizada.

A Vinheta 1 tornou essa dimensão especialmente visível, mas seus efeitos ultrapassam aquele episódio. O reconhecimento linguístico envolve a existência de políticas, serviços, profissionais e procedimentos capazes de sustentar a comunicação para além de soluções dependentes da disponibilidade eventual de pessoas dispostas a mediar a interação. A acessibilidade, nesse sentido, não pode depender exclusivamente de arranjos ocasionais construídos diante de cada situação, mas requer condições institucionais capazes de reconhecer a diversidade linguística dos sujeitos e sustentar sua participação de forma continuada.

A inteligibilidade é, portanto, interacional, mas não é socialmente neutra. Sua construção depende do trabalho realizado pelos interlocutores no curso da interação, ao mesmo tempo que esse trabalho ocorre sob condições sociais, linguísticas e institucionais que distribuem de maneira desigual possibilidades de participação e reconhecimento. Relacionar essas duas dimensões permite compreender por que os mesmos recursos podem assumir valores distintos conforme o espaço em que circulam e o porquê de determinadas negociações exigirem dos migrantes surdos esforços que não são igualmente distribuídos entre todos os envolvidos.

Ao retomarmos a questão que orientou esta investigação, podemos afirmar que os venezuelanos migrantes surdos constroem inteligibilidade não porque compartilhem previamente uma mesma língua em sua totalidade, mas porque mobilizam, relacionam e reorganizam recursos de seus repertórios no desenvolvimento das interações. Essa construção envolve inferências, retomadas, autorreparos, referenciação, pistas de contextualização, práticas translíngues e procedimentos de confirmação, mas também depende das condições concretas em que esses recursos podem circular e ser reconhecidos. A inteligibilidade emerge, assim, como uma construção situada, conjunta e dinâmica, produzida na interação e atravessada pelas possibilidades sociais de participação.

Essa compreensão oferece elementos para refletir sobre contextos de mobilidade nos quais línguas de sinais, trajetórias migratórias e repertórios plurilíngues se encontram. Em vez de tomar a diversidade linguística como algo a ser reduzido para que a comunicação se torne possível, os dados mostram que é justamente a possibilidade de mobilizar conhecimentos constituídos em diferentes experiências que sustenta muitas das interações analisadas. Isso não elimina as assimetrias observadas, mas permite deslocar a análise do indivíduo para as relações entre sujeitos, repertórios e condições de participação.

O alcance desta investigação permanece situado nas condições em que o corpus foi constituído. Os dados dizem respeito às trajetórias e às interações acompanhadas em Roraima e não pretendem representar de forma homogênea as experiências de migrantes surdos venezuelanos em outros contextos. Essa delimitação, contudo, abre possibilidades para novas pesquisas sobre contato entre línguas de sinais em outras regiões de fronteira, experiências de crianças e jovens em famílias migrantes, trajetórias de escolarização e formas de atendimento e mediação em serviços públicos. Estudos desenvolvidos em outros espaços poderão ampliar a compreensão das relações entre mobilidade, repertórios, inteligibilidade e reconhecimento linguístico.

Ao final deste percurso, a fronteira que inicialmente se apresentava como espaço geográfico revelou-se também como espaço de encontros, deslocamentos, negociações e reorganização de repertórios. As interações analisadas mostram que compreender o outro não exige apagar as diferenças entre trajetórias linguísticas, mas criar condições para que os sentidos possam ser negociados no encontro. A fronteira permanece em movimento, assim como permanecem em movimento os sujeitos, seus repertórios e as formas pelas quais encontram possibilidades de compreender e ser compreendidos. Esta tese encontra aqui seu ponto final, não para estabelecer limites às reflexões que suscita, mas para reconhecer que o conhecimento, assim como as fronteiras, também se transforma nos encontros e nos deslocamentos.

REFERÊNCIAS

ACNUR. **Tendências globais: deslocamento forçado em 2019**. Genebra: ACNUR, 2020. Disponível em: https://www.unhcr.org/wp-content/uploads/sites/27/2020/06/UNHCR_global_trends2019.pdf. Acesso em: 5 set. 2026.

ALMEIDA-SILVA, Anderson; MACÊDO, Carlos Douglas Carvalho de. **Língua de Sinais de Buriti dos Lopes (PI)**. Araraquara: Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, 2023. Dado de pesquisa. Disponível em: https://hdl.handle.net/11449/312189. Acesso em: 17 set. 2026.

ALMEIDA-SILVA, Anderson; NEVINS, Andrew Ira. **Observações sobre a estrutura linguística da Cena: a língua de sinais emergente da Várzea Queimada (Piauí, Brasil)**. Linguagem & Ensino, Pelotas, v. 23, n. 4, p. 1029–1053, out./dez. 2020. DOI: https://doi.org/10.15210/rle.v23i4.18533.

ALVES, Isabel Pérez. O fluxo migratório venezuelano para o Brasil como uma questão amazônica. In: BAENINGER, Rosana; JAROCHINSKI SILVA, João Carlos (coord.). **Migrações venezuelanas**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – NEPO/UNICAMP, 2018. p. 152–157.

ALVIM, Roberta Pires. Retrospectiva do trabalho da Defensoria Pública da União na defesa dos direitos dos migrantes venezuelanos. In: BAENINGER, Rosana; JAROCHINSKI SILVA, João Carlos (coord.). **Migrações venezuelanas**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – NEPO/UNICAMP, 2018. p. 87–92.

AMORIM, Lucio Cruz Silveira. **A língua de sinais familiar da zona rural de Tiros: um estudo sobre uma comunidade surda isolada**. 2024. 124 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2024. A autoria, o título, o ano e a natureza da tese estão confirmados no Repositório UNESP.
ARAÚJO, Paulo Jeferson Pilar; BENTES, Thaisy. Contatos linguísticos e bilinguismo uni e bimodal entre a Libras e a LSV em Roraima. **Letra Magna**, v. 14, p. 585–597, 2018.

ARRUDA-BARBOSA, Loeste de; SALES, Alberone Ferreira Gondim; SOUZA, Iara Leão Luna de. Reflexos da imigração venezuelana na assistência em saúde no maior hospital de Roraima: análise qualitativa. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 29, n. 2, e190730, 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-12902020190730.

AZERÊDO, Augusto Carlos de. A comunicação como direito linguístico de surdos migrantes venezuelanos. In: BENTES, Thaisy; ALBANO, Adriana Helena de Oliveira; AZERÊDO, Augusto Carlos de (org.). **Migrantes surdos: línguas de sinais, tradução e direitos humanos**. Santarém, PA: Ufopa, 2023. p. 112–129.

BAALBAKI, Angela Corrêa Ferreira; SILVEIRA, Luciane Cruz. Sobre violência contra mulheres surdas: diferença de gênero e vulnerabilidade linguística. **Fórum**

Linguístico, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 10269–10287, abr./jun. 2024. DOI: 10.5007/1984-8412.2024.e95144.

BAENINGER, Rosana. Apresentação. In: BAENINGER, Rosana; JAROCHINSKI SILVA, João Carlos (coord.). **Migrações venezuelanas**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – NEPO/UNICAMP, 2018. p. 9–10.

BAENINGER, Rosana; DEMÉTRIO, Natália Belmonte; JAROCHINSKI SILVA, João Carlos; DOMENICONI, Jóice; VON ZUBEN, Catarina. **Atlas temático: migrações internacionais em Roraima**. 2. ed. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – NEPO/UNICAMP, 2025.

BAENINGER, Rosana; JAROCHINSKI SILVA, João Carlos (coord.). **Migrações venezuelanas**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – NEPO/UNICAMP, 2018. 400 p.
BASTARDAS I BOADA, Albert. Linguistic sustainability and language ecology. Language & Ecology, n. 3, p. 1–14, 2005.
BENEDICTO, Marcelo. **Brasiliense percorre o país e chega aos quatro pontos extremos**. Agência de Notícias IBGE, Revista Retratos, 21 maio 2018. Atualizado em: 5 jun. 2018. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21261-brasiliense-percorre-o-pais-e-chega-aos-quatro-pontos-extremos. Acesso em: 17 set. 2026.

BERGER, Isis Ribeiro; KUERTEN, Miriam Regina Giongo. Mapeamento linguístico escolar em um município da fronteira plurilíngue Brasil-Paraguai-Argentina: percepções e práticas docentes. In: RIBEIRO, Simone Beatriz Cordeiro; BELONI, Wânia Cristiane (org.). **Pesquisas em políticas linguísticas e ensino de línguas**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. p. 87–108.

BLACKLEDGE, Adrian; CREESE, Angela. Translanguaging and the body. **International Journal of Multilingualism**, v. 14, n. 3, p. 250–268, 2017. DOI: https://doi.org/10.1080/14790718.2017.1315809.

BLOMMAERT, Jan; BACKUS, Ad. Superdiverse repertoires and the individual. In: DE SAINT-GEORGES, Ingrid; WEBER, Jean-Jacques (org.). **Multilingualism and multimodality: current challenges for educational studies**. Rotterdam: Sense Publishers, 2013. p. 11–32.

BLOMMAERT, Jan; RAMPTON, Ben. Language and superdiversity. **Diversities**, v. 13, n. 2, p. 1–21, 2011.

BLOMMAERT, Jan. **The sociolinguistics of globalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Manual de Sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **Language and symbolic power**. Cambridge: Polity Press, 1991.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas, SP: Papirus, 1996.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Comissão Externa destinada a acompanhar o fluxo crescente de imigrantes venezuelanos que vem ocorrendo no estado de Roraima – CEXRR**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde, 2016. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html. Acesso em: 14 set. 2026.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [2018]. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 18 set. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 10.185, de 20 de dezembro de 2019**. Extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal e veda a abertura de concurso público e o provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica. Brasília, DF: Presidência da República, 2019.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF: Presidência da República, 2005.

BRASIL. **Decreto nº 9.656, de 27 de dezembro de 2018**. Altera o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Brasília, DF: Presidência da República, 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2002.

BRASIL. **Portaria nº 120, de 17 de março de 2020**. Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros oriundos da República Bolivariana da Venezuela. Brasília, DF, 2020. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2020/prt0120_18_03_2020.html. Acesso em: 12 jun. 2026.

BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. Tradução de Leila Souza Mendes. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2003.

BUTLER, Judith. **Deshacer el género**. Barcelona: Paidós, 2006.
CALVET, Louis-Jean. **As políticas linguísticas**. Tradução de Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen e Marcos Bagno. Prefácio de Gilvan Müller de Oliveira. São Paulo: Parábola Editorial: IPOL, 2007.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

CÂMARA DOS DEPUTADOS (Brasil). **Comissão Externa destinada a acompanhar o fluxo crescente de imigrantes venezuelanos que vem ocorrendo no Estado de Roraima: resultado da reunião ordinária em 18 de maio de 2018**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2018. Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/ordemdodia/integras/1703512.htm. Acesso em: 5 set. 2026.

CANAGARAJAH, Suresh. Translingual practice as spatial repertoires: expanding the paradigm beyond structuralist orientations. **Applied Linguistics**, p. 1–25, 2017. DOI: https://doi.org/10.1093/applin/amx041.
CARLIEZ, Maria Luizete Sampaio Sobral; FORMIGOSA, Ellen; CRUZ, Eder Barbosa. **Accessibilité et égalité des chances aux micro-communautés des sourds brésiliens: vers la reconnaissance des langues des signes pratiquées par les sourds de Soure (Île de Marajó) et Fortalezinha-PA et Porto de Galinhas-PE**. Revista Moara, n. 45, p. 128–143, jan./jun. 2016.

CARLIEZ, Maria Luizete Sampaio Sobral; FUSELLIER, Ivani. **Collecte des langues des signes des sourds de Soure (Île de Marajó): un parcours méthodologique (2008/2013), les enjeux sociaux et politiques de la non reconnaissance des langues des signes émergentes pratiquées par ces sourds.** Revista Moara, ed. 45, jan./jun. 2016, p. 144–160

CASTLES, Stephen; DE HAAS, Hein; MILLER, Mark J. **The age of migration: international population movements in the modern world**. 5. ed. New York: Guilford Press, 2013.

CASTRO, Mariana Pereira. Língua de sinais em contato: uma comunidade falante das línguas de sinais da fronteira Brasil-Uruguai. **Signos**, Lajeado, ano 45, n. 2, p. 333–353, 2024. DOI: https://doi.org/10.22410/issn.1983-0378.v45i2a2024.3939.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu de; MACEDO, Marília (org.). **Relatório anual 2022: dados sobre migrações, refúgio e mercado de trabalho formal no Brasil**. Brasília, DF: Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), 2022.

CERQUEIRA, Ivanete Freitas; TEIXEIRA, Elizabeth Reis. **Iconicidade e realidade: um olhar sobre a produção de sinais dos surdos do município de Cruzeiro do Sul/AC**. Anthesis, v. 4, n. 8, p. 64–89, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufac.br/index.php/anthesis/article/view/496. Acesso em: 7 set. 2026.

CHAVES, João Freitas de Castro. Panorama da resposta humanitária ao fluxo venezuelano no Brasil na perspectiva da Defensoria Pública da União. In: BAENINGER, Rosana; JAROCHINSKI SILVA, João Carlos (coord.). **Migrações venezuelanas**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – NEPO/UNICAMP, 2018. p. 93–100.

CNN BRASIL. Fronteira da Venezuela com o Brasil é reaberta após breve fechamento. **CNN Brasil**, 3 jan. 2026. Atualizado em: 6 jan. 2026. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/fronteira-da-venezuela-com-o-brasil-e-reaberta-apos-breve-fechamento/. Acesso em: 23 fev. 2026.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

COUTO, Gabriel Franca do. **A influência da Língua de Sinais Americana em uma comunidade surda da cidade de Umuarama** – Paraná. In: BENTES, Thaisy; ALBANO, Adriana Helena de Oliveira; AZERÊDO, Augusto Carlos de (org.). *Migrantes surdos: línguas de sinais, tradução e direitos humanos*. Santarém, PA: UFOPA, 2023. p. 49–76.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171–188, jan. 2002. DOI: 10.1590/S0104-026X2002000100011.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Demarginalizing the intersection of race and sex: a Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, Chicago, v. 1989, n. 1, art. 8, p. 139–167, 1989.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, Stanford, v. 43, n. 6, p. 1241–1299, jul. 1991. DOI: 10.2307/1229039.

CRUZ, Alessandra; ALEIXO, Felipe. As fronteiras que nos unem: a reconstrução linguístico-identitária de imigrantes surdos venezuelanos residentes em Boa Vista (RR). In: CRUZ, Alessandra; ALEIXO, Felipe (org.). **Roraima entre línguas: contatos linguísticos no universo da tríplice fronteira do extremo-norte brasileiro**. Boa Vista, RR: Editora da UFRR, 2020. p. 17–47.

CRUZ, Alessandra Pedrozo da. **Contato entre línguas de sinais: um estudo sociolinguístico sobre o code-switching no contexto fronteiriço Brasil e Venezuela**. 2019. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2019.

CUNHA, Patrícia Socorro da Costa. *Bilinguismo: discursos de professores em área de fronteira, Bonfim-RR*. 2012. 117 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, RR, 2012.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEMÉTRIO, Natália Belmonte; DOMENICONI, Jóice. Imigração venezuelana no Brasil: o espaço da fronteira e o espaço da metrópole. In: BAENINGER, Rosana;

JAROCHINSKI SILVA, João Carlos (coord.). **Migrações venezuelanas**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – NEPO/UNICAMP, 2018. p. 187–200.
EBERHARD, David M.; SIMONS, Gary F.; FENNIG, Charles D. (ed.). Brazilian Sign Language. In: EBERHARD, David M.; SIMONS, Gary F.; FENNIG, Charles D. (ed.). **Ethnologue: languages of the world**. 28. ed. Dallas, Texas: SIL International, 2025a. Disponível em: Ethnologue – Brazilian Sign Language. Acesso em: 6 set. 2026.

EBERHARD, David M.; SIMONS, Gary F.; FENNIG, Charles D. (ed.). Kaapor Sign Language. In: EBERHARD, David M.; SIMONS, Gary F.; FENNIG, Charles D. (ed.). **Ethnologue: languages of the world**. 28. ed. Dallas, Texas: SIL International, 2025b. Disponível em: Ethnologue – Kaapor Sign Language. Acesso em: 6 set. 2026.

EMMOREY, Karen. **Language, cognition, and the brain: insights from sign language research**. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 2002.

FERRARI, Lorene Fernández Dall Negro. Um olhar situado sobre aspectos translíngues da interação professora/alunos em uma escola na fronteira Brasil-Bolívia: justiça social e cultura. In: TALLEI, Jorgelina; TEIXEIRA, Wagner Barros (org.). **Transbordando as fronteiras: lenguajes desde el entrelugar, resistencia y pluralidad en los Brasiles**. Manaus: EDUA, 2020. p. 225–252.

FIGUEROA, Esther. **Sociolinguistic metatheory**. Oxford: Pergamon Press, 1994.

FLORENCIANO, Karla Alexandra Benites; LIMBERTI, Rita de Cássia Pacheco. As implicações linguísticas na aprendizagem dos alunos surdos fronteiriços de Ponta Porã/BR e Pedro Juan Caballero/PY. **EaD & Tecnologias Digitais na Educação**, Dourados, v. 5, n. 6, p. 23–31, 2017. DOI: 10.30612/eadtde.v5i6.6248.

FOLHA WEB. Fluxo imigratório causa impactos na saúde, educação e segurança pública. **Folha BV**, Boa Vista, 18 maio 2018. Disponível em: https://www.folhabv.com.br/cotidiano/fluxo-imigratorio-causa-impactos-na-saude-educacao-e-seguranca-publica/. Acesso em: 5 set. 2026.

FORMIGOSA, Ellen Susan Ferreira Furtado. **Étude de la variation linguistique de la LS au Brésil dans l’enseignement de la Libras**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem, especialidade Didática das Línguas Estrangeiras) – Université Paris 8 Vincennes-Saint-Denis, Saint-Denis, 2015.

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 70, p. 101–138, 2007. DOI: 10.1590/S0102-64452007000100006.

FRASER, Nancy. Social justice in the age of identity politics: redistribution, recognition, and participation. In: FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. **Redistribution or recognition?: a political-philosophical exchange**. London: Verso, 2003. p. 7–109.
GARCÍA, Ofelia. **Bilingual education in the 21st century: a global perspective**. Malden: Wiley-Blackwell, 2009.

GARCÍA, Ofelia; LI WEI. **Translanguaging: language, bilingualism and education**. London: Palgrave Macmillan, 2014.

GARCÍA, Ofelia; LIN, Angel M. Y. Translanguaging in bilingual education. In: GARCÍA, Ofelia; LIN, Angel M. Y.; MAY, Stephen (ed.). **Bilingual and multilingual education**. Cham: Springer International Publishing, 2016. p. 1–14. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-319-02324-3_9-1.

GUMPERZ, John J.; COOK-GUMPERZ, Jenny. Introduction: language and the communication of social identity. In: GUMPERZ, John J. (ed.). **Language and social identity**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982. p. 1–21.
GUMPERZ, John J. **Discourse strategies**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

GUMPERZ, John J. Interactional sociolinguistics: a personal perspective. In: SCHIFFRIN, Deborah; TANNEN, Deborah; HAMILTON, Heidi E. (org.). **The handbook of discourse analysis**. Oxford: Blackwell, 2001. p. 215–228.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HAUGEN, Einar. **The ecology of language: essays by Einar Haugen**. Selected and introduced by Anwar S. Dil. Stanford: Stanford University Press, 1972.

HELLER, Monica. Bilingualism as ideology and practice. In: HELLER, Monica (org.). **Bilingualism: a social approach**. London: Palgrave Macmillan, 2007. p. 1–22.
HERMES, Ernani Silverio; SILVA, Denise Almeida. Identidade, lugar e pertencimento na escrita de bell hooks. **Ágora Revista Eletrônica**, ano XIV, n. 26, p. 179–188, dez. 2018.

HERNDON, William Lewis. **Exploration of the Valley of the Amazon**. Part I. Washington: Robert Armstrong, Public Printer, 1854.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

HYMES, Dell. Models of the interaction of language and social life. In: GUMPERZ, John J.; HYMES, Dell (org.). **Directions in sociolinguistics: the ethnography of communication**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1972. p. 35–71.

INHAPE, Alessandro dos Santos; MAMENDE, Andressa Muniz da Silva; CANDIA, Claudia Ester Soares; SANTOS, Davi Luiz Nascimento dos; SANTOS, David Kaique

Rodrigues dos; ARAÚJO, Domingos de Souza; LIMA, Eliane Alves; MOURA, Indira Stedile Simionato Assis; ALMEIDA, Lizlyn Peres; SILVA, Bruno Henrique da; MENDES, Maria Daniela; VILHALVA, Shirley. **Línguas indígenas de sinais (LIS)**. Organização de Altaci Corrêa Rubim e David Kaique Rodrigues dos Santos. 1. ed. Brasília, DF: Altaci Corrêa Rubim, 2024. 1 PDF. (Campanha de Promoção da Década Internacional das Línguas Indígenas, 4). ISBN 978-65-01-20215-0.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9662-censo-demografico-2010.html. Acesso em: 6 set. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022: pessoas com deficiência e pessoas diagnosticadas com transtorno do espectro autista: resultados preliminares da amostra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022: população e domicílios: primeiros resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/biblioteca/visualizacao/livros/liv102011.pdf. Acesso em: 6 set. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estimativas da população residente para os municípios e para as unidades da Federação brasileiras, com data de referência em 1º de julho de 2024**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-2020-estimativas-da-populacao.html. Acesso em: 6 set. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa nacional de saúde: 2019: ciclos de vida: Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. 139 p. Disponível em. Acesso em: 18 set. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Caderno de conceitos e orientações do Censo Escolar 2025: 1ª etapa da coleta**. Brasília, DF: Inep, 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Sinopse Estatística da Educação Básica 2023**. Brasília, DF: Inep, 2023. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.14135/1346. Acesso em: 17 set. 2026.

JAKOB, Alberto Augusto Eichman. Os desafios na análise da imigração internacional recente no Brasil: o caso dos venezuelanos na Amazônia brasileira. In: BAENINGER, Rosana; JAROCHINSKI SILVA, João Carlos (coord.). **Migrações venezuelanas**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – NEPO/UNICAMP, 2018. p. 183–186.

JAROCHINSKI-SILVA, João Carlos; ABRAHÃO, Bernardo Adame. Migração pela sobrevivência: o caso dos venezuelanos em Roraima. In: JUBILUT, Liliana Lyra; FRINHANI, Fernanda de Magalhães Dias; LOPES, Rachel de Oliveira (org.).

Migrantes forçad@s: conceitos e contextos. Boa Vista, RR: Editora da UFRR, 2018. p. 636–661.

JAROCHINSKI-SILVA, João Carlos Jarochinski; ABRAHÃO, Bernardo Adame. Contradições, debilidades e acertos dos marcos de regularização de venezuelanos no Brasil. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v. 8, n. 16, p. 255–278, 2019. DOI: 10.30612/rmufgd.v8i16.9845.

JUNGER DA SILVA, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; DE OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro. **Refúgio em números 2025: resumo executivo**. Brasília, DF: Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra); Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento das Migrações, 2025.

KRESS, Gunther. **Multimodality: a social semiotic approach to contemporary communication**. London: Routledge, 2010.

LADD, Paddy. **Understanding deaf culture: in search of Deafhood**. Clevedon: Multilingual Matters, 2003.

LAMBERG, D. T.; OLIVEIRA, G. T. Mulheres surdas e a violência de gênero. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11.; WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 13., 2017, Florianópolis. **Anais eletrônicos [...]**. Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1501014918_ARQUIVO_ARTIGOSURDASrevisado(1).pdf. Acesso em: 26 maio 2023.

LIDDELL, Scott K.; JOHNSON, Robert E. American Sign Language: the phonological base. **Sign Language Studies**, n. 64, p. 195–278, 1989. DOI: 10.1353/sls.1989.0027.

LUCCHESI, Dante; SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães. Mudança linguística e contato entre línguas. In: WINDLE, Joel Austin; SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães (org.). **História, política e contato linguístico**. Niterói: Eduff, 2023. p. 14–51.

LUQUE, Beatriz; PÉREZ HERNÁNDEZ, Yolanda. Una aproximación a la educación y a la lengua de la comunidad de sordos de Venezuela. In: ZAMBRANO, Romana Castro; PEDROSA, Cleide Emília Faye (org.). **Comunidades sordas en América Latina: lengua, cultura, educación, identidad = Comunidades surdas na América Latina: língua, cultura, educação, identidade**. Florianópolis: Editora Bookess, 2017. p. 111–132.

MARAFON, Giovanna; PILUSO, Roberta Pinheiro. Deficiência, mulheres e a dimensão do cuidado: compreensões das interseções em relações jurídico-sociais aplicadas. **Teoria Jurídica Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 110–134, jan./jun. 2020. DOI: 10.21875/tjc.v5i1.27991.

MARTINOD, Emmanuella. **Les LS pratiquées par des sourds isolés de Marajó**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Université Paris 8 Vincennes-Saint-Denis, Saint-Denis, 2013.

MAZACOTTE, Andréa Carolina Bernal; MARTINS, Tânia Aparecida; BERGER, Isis Ribeiro. Reconhecimento legal da Libras nos municípios do Paraná. **Caderno de Letras**, Pelotas, n. 49, p. 57–79, maio/ago. 2024.

MESQUITA, Rodrigo; CRUZ, Alessandra. **Codeswitching entre línguas de sinais e as escolhas linguísticas de surdos venezuelanos no Brasil**. *Signótica*, Goiânia, v. 32, e64085, 2020. DOI: 10.5216/sig.v32.64085. O PDF confirma autoria, título, volume, identificador do artigo e DOI.

MIGLIAZZA, Ernesto. Fonologia Máku. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Nova Série: Antropologia**, Belém, n. 25, 8 mar. 1965.

MORALES, Ana María. **Programas de estudio de la lengua de senas venezolana para sordos**. **Educere**, Mérida, v. 12, n. 41, p. 257–268, abr./jun. 2008.

MOREIRA, Julia Bertino; JAROCHINSKI-SILVA, João Carlos. Migrações de crise à luz da legislação migratória e de refúgio no Brasil contemporâneo. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, DF, v. 33, e332192, 2025. DOI: https://doi.org/10.1590/1980-85852503880003321.

MOREIRA, Paula. **Imigração Venezuela-Roraima: evolução, impactos e perspectivas**. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2021. Relatório institucional. DOI: https://doi.org/10.38116/ridirur.imigracaovenezuela-roraima.
OLIVEIRA, Antônio Tadeu R.; CAVALCANTI, Leonardo; COSTA, Luiz Fernando L. O acesso dos imigrantes ao ensino regular. **Périplos: Revista de Pesquisa sobre Migrações**, v. 4, n. 2, p. 200–234, 2020.

OLIVEIRA, Everton Pessôa de; LIBERALI, Fernanda Coelho. Práticas translíngues como instrumento decolonial para alargar gretas. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 39, n. 1, e202359765, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/1678-460X202359765.

OLIVEIRA, Valéria; RAMALHO, Yara. Impulsionado pela migração de venezuelanos, Roraima tem maior crescimento populacional do país. **G1 Roraima**, Boa Vista, 27 ago. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL (ONU BRASIL). **Guia para acolhimento de migrantes, refugiadas e refugiados**. Brasília, DF: Organização das Nações Unidas no Brasil, 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel. Acesso em: 6 set. 2026.

ORLANDI, Eni P.; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (org.). **Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.
ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Política linguística no Brasil**. Campinas: Pontes Editores, 2007.

OVIEDO, Alejandro. **Contando cuentos en Lengua de Señas Venezolana**. Mérida: Universidad de Los Andes, Consejo de Publicaciones; Consejo de Desarrollo Científico, Humanístico y Tecnológico, 1996. 124 p. ISBN 980-221-964-0.

OVIEDO, Alejandro; RUMBOS, Henry; PÉREZ HERNÁNDEZ, Yolanda. El estudio de la Lengua de Señas Venezolana. In: FREITES BARROS, Francisco; PÉREZ, Francisco Javier (comp.). **Las disciplinas lingüísticas en Venezuela: situación actual, otras miradas y nuevas expectativas**. Maracaibo: Universidad Católica Cecilio Acosta, 2004. p. 201–233

OVIEDO, Alejandro. Uma reconstrução histórica da implementação de um modelo bilíngüe nas escolas para surdos na Venezuela entre 1985 e 1996. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 24, n. 4, p. 826–847, 2022. DOI: 10.20396/etd.v24i4.8669157.

OVIEDO, Alejandro. **Un estudio sobre la estructura de las señas de la Lengua de Señas Venezolana (LSV)**. Mérida: Universidad de Los Andes, 2000. Trabalho de ascensão à categoria de professor associado.

PEREIRA, Éverton Luís. **Fazendo cena na cidade dos mudos: surdez, práticas sociais e uso da língua em uma localidade no sertão do Piauí**. 2013. 380 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

PÉREZ, Yolanda. La norma en la lengua de señas venezolana. **Sapiens: Revista Universitaria de Investigación**, Caracas, v. 8, n. 2, p. 105–121, dez. 2007.

PÉREZ, Yolanda. Marcadores manuales en el discurso narrativo en la lengua de señas venezolana. **Letras**, Caracas, v. 48, n. 72, p. 349–363, 2006. Disponível em: https://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0459-12832006000100006. Acesso em: 18 set. 2026.

PERLIN, Gladis; JUNG, Ana Paula. O protagonismo contemporâneo da mulher surda e a luta contra todas as formas de violência linguística e de gênero. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 60, p. 26–40, jan./jun. 2024. DOI: 10.20395/revesp.2024.60.1.26-40.

QUADROS, Ronice Müller de. Inclusão de surdos. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Ensaios pedagógicos: construindo escolas inclusivas*. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2005. p. 122–139. Disponível em: https://dominiopublico.mec.gov.br/download/texto/me000417.pdf. Acesso em: 18 set. 2026.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

QUADROS, Ronice Müller de; SILVA, Diná Souza da. As comunidades surdas brasileiras. In: ZAMBRANO, Romana Castro; PEDROSA, Cleide Emília Faye (org.). **Comunidades surdas na América Latina: língua, cultura, educação, identidade**

= Comunidades sordas en América Latina: lengua, cultura, educación, identidad. Florianópolis: Editora Bookess, 2017. p. 135–152.

QUINTO-POZOS, David (ed.). **Sign languages in contact**. Washington, D.C.: Gallaudet University Press, 2007.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma lingüística crítica: linguagem, identidade e a questão ética**. São Paulo: Parábola Editorial , 2003.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Toward an ethically committed linguistics. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 211–237, jan./jun. 1999. DOI: 10.17851/2237-2083.8.1.211-237.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Uma prévia do futuro do que nos acostumamos a chamar de (a) linguagem. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 65, n. 00, e023011, 2023. DOI: 10.20396/cel.v65i00.8673458.

RAMÍREZ GONZÁLEZ, Javier José. **Una aproximación a la metáfora en Lengua de Señas Venezolana**. 2020. Tese (Doutorado em Pedagogia Crítica) – Universidad Nacional Experimental Simón Rodríguez, Caracas, 2020.

RAVELO MENDOZA, Juan Eugenio. **Hacia una interpretación simultánea y consecutiva de la Lengua de Señas Venezolana (LSV) y la Lengua Española: sugerencias para una propuesta de opción profesional para la Escuela de Idiomas Modernos de la Universidad de Los Andes**. 2006. Memoria de Grado (Licenciatura en Educación, Mención Lenguas Modernas) – Escuela de Educación, Facultad de Humanidades y Educación, Universidad de Los Andes, Mérida, 2006.
ROCHA, Cláudia Hilsdorf. Educação linguística na liquidez da sociedade do cansaço: o potencial decolonial da perspectiva translíngue. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 35, n. 4, e2019350403, 2019. DOI: https://doi.org/10.1590/1678-460X2019350403.

ROCHA, Cláudia Hilsdorf; MEGALE, Antonieta Heyden. Translinguagem e seus atravessamentos: da história, dos entendimentos e das possibilidades para decolonizar a educação linguística contemporânea. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 39, n. 2, e202339251788, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/1678-460X202339251788.

RODRIGUES, Angélica; COSTARDI, Nayane Mendonça. **Língua de Sinais de Umuarama (PR)**. Araraquara: Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, 2024. Esta não é artigo nem capítulo: o Repositório UNESP a classifica como dado de pesquisa e fornece exatamente essa forma de citação.

RORAIMA. **Lei nº 1.672, de 27 de abril de 2022**. Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Trabalhadores em Educação Básica do Estado de Roraima, e dá outras providências. Boa Vista, RR: Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, 2022.

RORAIMA. **Lei nº 2.055, de 16 de setembro de 2024**. Dispõe sobre o reconhecimento das línguas indígenas faladas no estado de Roraima como

patrimônio cultural imaterial, e estabelece a cooficialização de línguas indígenas e institui a Política Estadual de Proteção às Línguas Indígenas do estado de Roraima. Boa Vista, RR: Governo do Estado de Roraima, 2024.

RORAIMA. **Lei nº 892, de 25 de janeiro de 2013**. Dispõe sobre a criação do Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações dos Servidores da Educação Básica do Estado de Roraima (PCCREB), e dá outras providências. Boa Vista, RR: Governo do Estado de Roraima, 2013.
RORAIMA. **Lei nº 992, de 14 de maio de 2015: institui o Dia do Caburaí**. Boa Vista, RR: Governo do Estado de Roraima, 2015. Disponível em: https://al.rr.leg.br/wp-content/uploads/2019/02/Lei-Ordinaria-No.-992-de-14.05.15.pdf. Acesso em: 6 set. 2026.

RORAIMA. Secretaria de Estado da Educação e Desporto. **Edital nº 003/GAB/SEED/RR/2019: processo seletivo simplificado para contratação temporária de Tradutor/Intérprete da Língua Brasileira de Sinais-Libras e formação de cadastro reserva**. Boa Vista, RR: SEED/RR, 2019.

RORAIMA. Secretaria de Estado da Educação e Desporto. **Edital nº 1/2025/SEED/GAB/RR: processo seletivo simplificado para composição de cadastro reserva de profissionais da Educação Básica**. Boa Vista, RR: SEED/RR, 2025.

RORAIMA. Secretaria de Estado da Educação e Desporto. **Edital nº 93/2024/SEED/GAB/RR: processo seletivo simplificado para contratação temporária de profissional de apoio escolar (cuidador de alunos) e profissional Tradutor e Intérprete de Libras para atuar nas escolas da rede pública estadual de ensino e nos Centros de Atendimento Educacional Especializados – capital e interior e formação de cadastro reserva – SEED/RR**. Boa Vista, RR: SEED/RR, 2024.

RUBIM, Altaci Corrêa; SANTOS, David Kaique Rodrigues dos (org.). **Línguas indígenas de sinais (LIS)** [livro eletrônico]. 1. ed. Brasília, DF: Altaci Corrêa Rubim, 2024. (Campanha de Promoção da Década Internacional das Línguas Indígenas, 4). ISBN 978-65-01-20215-0.

SALES, Taísa Aparecida Carvalho. **Letramento literário para surdos: aplicação em uma escola bilíngue**. 2024. 232 p. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2024. Disponível em: https://tede.unioeste.br/handle/tede/7423. Acesso em: 17 set. 2026.

SANTOS, Alessandra de Souza. **Multilinguismo em Bonfim/RR: o ensino de Língua Portuguesa no contexto da diversidade linguística**. 2012. 144 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2012.

SANTOS, Jaelson da Silva. Apresentação. In: CRUZ, Alessandra; ALEIXO, Felipe (org.). **Roraima entre línguas: contatos linguísticos no universo da tríplice**

fronteira do extremo-norte brasileiro. Boa Vista, RR: Editora da UFRR, 2020. p. 8–9.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. Prefácio de Pierre Bourdieu. Tradução de Cristina Murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SCHERMER, Trude; PFAU, Roland. Language contact and change. In: BAKER, Anne E.; VAN DEN BOGAERDE, Beppie; PFAU, Roland; SCHERMER, Trude (ed.). **The linguistics of sign languages: an introduction**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2016. p. 299–324. DOI: 10.1075/z.199.13sch.

SEIFFERT, Ana Paula; QUADROS, Ronice Müller de; NEVES, Bruna Crescêncio. Inventário da Língua Brasileira de Sinais – Libras. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Inventário Nacional da Diversidade Linguística**. Brasília, DF: Iphan, [s.d.]. Disponível em: INDL/Iphan – Projeto Libras. Acesso em: 6 set. 2026.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 53, p. 117–149, 2002. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i53p117-149.

SIEMS, Maria Edith Romano; COSTA, Monique Linciano de Azevedo; CAIADO, Katia Regina Moreno. **Educação Especial no município de Boa Vista, Roraima: embates contemporâneos**. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Corumbá, v. 31, e0328, p. 1–18, 2025. DOI: https://doi.org/10.1590/1980-54702025v31e0328. O próprio artigo confirma título, autoras, volume, identificador, paginação e DOI. SIMÕES, Gustavo da Frota; ROCHA, Rafael. Governança no âmbito da imigração venezuelana no estado de Roraima: o papel da Universidade Federal de Roraima. In: BAENINGER, Rosana; JAROCHINSKI SILVA, João Carlos (coord.). **Migrações venezuelanas**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – NEPO/UNICAMP, 2018. p. 78–86.

STOKOE, William C. **Sign language structure: an outline of the visual communication systems of the American deaf**. Buffalo, NY: Department of Anthropology and Linguistics, University of Buffalo, 1960. (Studies in Linguistics: Occasional Papers, n. 8).

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

STUMPF, Marianne Rossi; QUADROS, Ronice Müller de. Libras: o que é esta língua? **Revista Roseta**, v. 2, n. 1, 2019. Texto publicado em Libras. Disponível em: https://roseta.org.br/libras-o-que-e-esta-lingua/. Acesso em: 4 set. 2026.

TEMÓTEO, Janice Gonçalves. **Diversidade linguístico-cultural da língua de sinais do Ceará: um estudo lexicológico das variações da Libras na comunidade de surdos do Sítio Caiçara**. 2008. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1989.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA (UERR). **Edital nº 11/2025/UERR/CUNI/REIT/GAB: processo seletivo simplificado para intérprete em Língua Brasileira de Sinais – Língua Portuguesa**. Boa Vista, RR: UERR, 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO" (UNESP). **Portaria Unesp nº 125, de 15 de setembro de 2025**. Dispõe sobre o uso da Inteligência Artificial (IA) no âmbito da pós-graduação da Unesp. São Paulo: Unesp, 2025. Disponível em: https://sistemas.unesp.br/legislacao-web/?ano=2025&base=P&dataDocumento=15%2F09%2F2025&numero=125. Acesso em: 14 set. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA (UFRR). Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas. **Edital nº 141/2022-PROGESP: processo seletivo simplificado para contratação de Técnico Especializado em Língua de Sinais**. Boa Vista, RR: UFRR, 2022.

VERTOVEC, Steven. Super-diversity and its implications. **Ethnic and Racial Studies**, London, v. 30, n. 6, p. 1024–1054, 2007. DOI: https://doi.org/10.1080/01419870701599465.

WALLACE, Alfred R. **A narrative of travels on the Amazon and Rio Negro: with an account of the native tribes, and observations on the climate, geology, and natural history of the Amazon Valley**. London: Reeve and Co., 1853.

WILLIAMS, Holly; PARKS, Elizabeth. The Deaf People of Venezuela. **SIL Electronic Survey Reports**, n. 2012-020, p. 1–19, 2012.

ZAMBRANO, Romana Castro; PEDROSA, Cleide Emília Faye. **As comunidades Surdas da América Latina: tendências atuais**. In: ZAMBRANO, Romana Castro; PEDROSA, Cleide Emília Faye (org.). *Comunidades Surdas na América Latina: língua – cultura – educação – identidade*. Florianópolis: Editora Bookess, 2017. p. 27–32.

APÊNDICE

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Objetivo: reunir informações sobre o perfil sociobiográfico dos sujeitos surdos venezuelanos, suas trajetórias linguísticas, educacionais, familiares e migratórias, bem como suas experiências de contato com diferentes línguas, línguas de sinais e formas de comunicação no Brasil e na Venezuela.

1 Identificação e perfil sociobiográfico

1. Qual é a sua idade?
2. Em que cidade e estado da Venezuela você nasceu?
3. Em quais cidades ou regiões da Venezuela você já morou?
4. Há quanto tempo você vive no Brasil?
5. Em que cidade brasileira você mora atualmente?
6. Antes de chegar à cidade onde mora hoje, você passou ou viveu em outros lugares no Brasil? Quais?
7. Com quem você mora atualmente?
8. Qual é o seu estado civil?
9. Você tem filhos? Quantos?
10. Atualmente, você trabalha? Em que atividade?
11. Que outros trabalhos ou atividades profissionais você já realizou na Venezuela ou no Brasil?

2 Família e experiências linguísticas na infância

12. Há outras pessoas surdas em sua família?
13. Seus pais são surdos ou ouvintes?
14. Seus irmãos são surdos ou ouvintes?
15. Como você se comunicava com sua família durante a infância?
16. Quando criança, quais formas de comunicação eram utilizadas em sua casa?
17. Você utilizava sinais com seus familiares?
18. Havia sinais criados ou utilizados apenas entre as pessoas da sua família?

19. Você se lembra de quando começou a ter contato com uma língua de sinais?
20. Com quem ocorreu esse primeiro contato?
21. Qual língua de sinais você conheceu primeiro?
22. Antes de conhecer uma língua de sinais, como você costumava se comunicar?

3 Trajetória escolar

23. Você frequentou escola na Venezuela?
24. Com que idade começou a estudar?
25. Até que etapa ou série estudou?
26. A escola era destinada a estudantes surdos, ouvintes ou atendia aos dois grupos?
27. Havia outros estudantes surdos na escola?
28. Os professores utilizavam língua de sinais?
29. Havia intérprete de língua de sinais?
30. Como acontecia a comunicação entre você e os professores?
31. Como você se comunicava com os colegas?
32. Qual língua de sinais era utilizada na escola?
33. Você utilizava espanhol escrito nas atividades escolares?
34. Você teve alguma dificuldade de comunicação durante sua vida escolar? Pode contar alguma situação?
35. Você estudou no Brasil?
36. Caso tenha estudado no Brasil, como foi sua experiência na escola, curso ou universidade?

4 Línguas, línguas de sinais e repertório comunicativo

37. Quais línguas ou formas de comunicação você utiliza atualmente?
38. Você utiliza Língua de Sinais Venezuelana (LSV)?
39. Em quais situações costuma utilizar LSV?
40. Com quem costuma utilizar LSV?
41. Quando você conheceu a Libras?

42. Onde ocorreu seu primeiro contato com a Libras?
43. Com quem você começou a aprender Libras?
44. Como você aprendeu ou continua aprendendo Libras?
45. Atualmente, com quem você utiliza Libras?
46. Em quais lugares ou situações costuma utilizar Libras?
47. Você percebe diferenças entre Libras e LSV? Quais?
48. Há sinais de Libras que você considera parecidos com sinais da LSV?
49. Há sinais que têm formas semelhantes, mas significados diferentes?
50. Durante uma conversa, você costuma utilizar Libras e LSV na mesma interação?
51. Você utiliza apontamentos, expressões faciais, movimentos corporais, datilologia, escrita ou outros recursos para se comunicar?
52. Quando a outra pessoa não compreende um sinal, o que você costuma fazer?
53. Quando você não compreende o que outra pessoa sinaliza, como tenta resolver a situação?

5 Trajetória migratória

54. Quando você saiu da Venezuela?
55. Por que decidiu vir para o Brasil?
56. Você veio sozinho ou acompanhado?
57. Por qual cidade ou região entrou no Brasil?
58. Como foi sua chegada ao Brasil?
59. Quais foram as principais dificuldades encontradas quando chegou?
60. Como você se comunicava com brasileiros nos primeiros meses no país?
61. Você já conhecia Libras quando chegou ao Brasil?
62. Quem ajudou você nos primeiros contatos com pessoas e instituições brasileiras?
63. Houve situações em que a diferença entre Libras e LSV dificultou a comunicação? Pode contar alguma?

64. Houve situações em que você conseguiu compreender ou ser compreendido mesmo sem conhecer determinados sinais? Como isso aconteceu?

6 Experiências comunicativas no Brasil

65. Como é sua comunicação com pessoas surdas brasileiras?
66. Como é sua comunicação com pessoas ouvintes brasileiras?
67. Você participa de grupos, associações, igrejas, universidades, projetos ou outras atividades com pessoas surdas?
68. Em quais espaços você utiliza mais Libras?
69. Em quais espaços ainda utiliza mais LSV?
70. Você conversa com outros venezuelanos surdos que vivem no Brasil?
71. Nessas conversas, vocês utilizam principalmente LSV, Libras ou diferentes recursos?
72. Você já precisou utilizar escrita em português ou espanhol para resolver alguma situação?
73. Você já precisou pedir ajuda de outra pessoa para conseguir se comunicar?
74. Em quais situações isso costuma acontecer?
75. Você percebe mudanças na sua forma de sinalizar desde que chegou ao Brasil? Quais?

7 Situações institucionais e acesso a serviços

76. Como costuma ocorrer sua comunicação em serviços de saúde?
77. Como ocorre sua comunicação em órgãos públicos?
78. Como acontece sua comunicação em bancos, lojas ou outros estabelecimentos comerciais?
79. Você já precisou utilizar serviços relacionados a documentação, emprego, saúde, educação ou assistência social no Brasil?
80. Nessas situações, houve intérprete de Libras?
81. Quando não havia intérprete, como a comunicação aconteceu?

82. Você já utilizou celular, mensagens escritas, vídeos, aplicativos, gestos ou ajuda de outras pessoas para conseguir atendimento?

83. Pode contar alguma situação em que a comunicação tenha sido difícil?

84. Pode contar alguma situação em que, apesar das diferenças linguísticas, vocês conseguiram se compreender?

8 Relações sociais e experiências no Brasil

85. Como é sua relação com a comunidade surda brasileira?

86. Você considera importante conviver com outros surdos no Brasil? Por quê?

87. O contato com pessoas surdas brasileiras modificou sua maneira de se comunicar?

88. Você mantém contato com familiares ou amigos que vivem na Venezuela?

89. Como vocês se comunicam atualmente?

90. Há alguma diferença entre sua forma de sinalizar hoje e a forma como sinalizava antes de vir para o Brasil?

91. Como você se sente utilizando Libras atualmente?

92. E utilizando LSV?

93. Há alguma situação sobre sua experiência como venezuelano surdo no Brasil que você considera importante contar e que não foi perguntada?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SOCIOLINGUÍSTICA

Objetivo: favorecer produções discursivas diversificadas por meio de situações de descrição, procedimento, narrativa e opinião, de modo a possibilitar a observação dos recursos linguísticos e semióticos mobilizados ao longo da interação.
As questões funcionam como estímulos à interação e podem ser complementadas por perguntas de continuidade, pedidos de esclarecimento, retomadas ou reformulações, conforme o desenvolvimento da entrevista.

1 Descrição

1. Como é a cidade onde você nasceu?
2. Como era a casa onde você morava na Venezuela?
3. Como era sua escola?
4. Como era o lugar onde você costumava encontrar outros surdos?
5. Como é o lugar onde você mora atualmente?
6. Como é a cidade onde você vive hoje?
7. Como é uma pessoa importante para você?
8. Como era sua família quando você era criança?
9. Como você descreveria a comunidade surda da sua cidade na Venezuela?
10. Como você descreveria a comunidade surda que conheceu no Brasil?

Perguntas de continuidade possíveis:

1. Como era?
2. Onde ficava?
3. Quem estava lá?
4. Era grande ou pequeno?
5. O que havia nesse lugar?
6. Como as pessoas se comunicavam?

2 Procedimento

1. Explique como você prepara uma comida que sabe fazer.
2. Como você faz para ir da sua casa até um lugar que frequenta bastante?
3. Como você utiliza o celular para conversar com familiares ou amigos?
4. Como você faz uma chamada de vídeo para outra pessoa?
5. Como você faz quando precisa marcar uma consulta médica?
6. Como você faz quando precisa resolver alguma documentação?
7. Como você faz compras em uma loja ou supermercado?
8. Como você aprende um sinal novo em Libras?
9. Como você explica um sinal da LSV para uma pessoa brasileira?
10. Quando alguém não entende o que você sinalizou, o que você faz para tentar explicar novamente?

Perguntas de continuidade possíveis:

1. O que você faz primeiro?
2. E depois?
3. Pode mostrar como faz?
4. O que acontece se a pessoa não compreender?
5. Você utiliza outro sinal?
6. Você escreve?
7. Você aponta?
8. Você demonstra?
9. Imagine que eu estou chegando à sua casa pela primeira vez. Explique como chegar até lá.
10. Ensine-me a preparar alguma comida simples.
11. Explique para uma pessoa como utilizar um aplicativo do celular que você conhece bem.
12. Imagine que uma pessoa venezuelana surda acabou de chegar ao Brasil. O que ela precisa fazer nos primeiros dias?
13. Explique para essa pessoa como procurar atendimento em um hospital ou unidade de saúde.

14. Explique como ela poderia pedir ajuda caso não compreendesse Libras.
15. Imagine que uma pessoa brasileira queira conversar com um venezuelano surdo que ainda conhece pouca Libras. Que orientações você daria?
16. Ensine-me um sinal da LSV que você considera importante.
17. Imagine que eu não compreendi o sinal. Tente explicar de outra maneira.
18. Dê orientações para uma pessoa surda venezuelana que pretende morar em Boa Vista.

4 Narrativa

1. Conte uma lembrança importante da sua infância.
2. Conte como foi seu primeiro contato com outras pessoas surdas.
3. Conte como você aprendeu LSV.
4. Conte alguma lembrança importante da escola.
5. Conte como decidiu sair da Venezuela.
6. Conte como foi sua viagem até o Brasil.
7. Conte como foi o dia em que chegou ao Brasil.
8. Conte como foi seu primeiro contato com uma pessoa surda brasileira.
9. Você se lembra da primeira vez em que viu alguém utilizando Libras? Conte como foi.
10. Conte uma situação em que você não compreendeu o que uma pessoa brasileira estava sinalizando.
11. O que aconteceu depois?
12. Como vocês conseguiram resolver a dificuldade de comunicação?
13. Conte alguma situação em que uma pessoa inicialmente não compreendeu você, mas depois conseguiu compreender.
14. Conte uma situação em que você precisou utilizar diferentes maneiras de se comunicar.
15. Conte alguma situação importante vivida em hospital, escola, universidade, trabalho, banco, comércio ou órgão público no Brasil.
16. Conte uma situação em que outra pessoa ajudou você a conseguir se comunicar.
17. Conte alguma experiência marcante vivida com pessoas surdas brasileiras.

18. Conte alguma situação engraçada ou inesperada relacionada às diferenças entre Libras e LSV.
19. Conte uma situação em que um sinal de Libras ou LSV causou dúvida ou confusão.
20. Conte uma experiência no Brasil que você considera importante em sua trajetória.

Perguntas de continuidade possíveis:

1. E depois, o que aconteceu?
2. Quem estava com você?
3. Como vocês se comunicaram?
4. Você tentou explicar novamente?
5. A outra pessoa mudou a forma de sinalizar?
6. Como vocês conseguiram se compreender?

5 Opinião

1. O que você pensa sobre viver no Brasil?
2. O que considera mais fácil para um venezuelano surdo que chega ao Brasil?
3. O que considera mais difícil?
4. O que você pensa sobre as diferenças entre Libras e LSV?
5. Para você, é importante que venezuelanos surdos aprendam Libras? Por quê?
6. É importante continuar utilizando LSV depois de morar no Brasil? Por quê?
7. O que você pensa sobre utilizar Libras e LSV em uma mesma conversa?
8. Você considera possível conversar com uma pessoa mesmo quando vocês não conhecem exatamente os mesmos sinais? Como?
9. Quais recursos ajudam quando duas pessoas surdas utilizam línguas de sinais diferentes?
10. Na sua opinião, o que facilita a comunicação entre surdos brasileiros e venezuelanos?
11. O que costuma dificultar essa comunicação?
12. Na sua opinião, os serviços públicos brasileiros estão preparados para atender migrantes surdos? Por quê?

13. O que poderia melhorar no atendimento de venezuelanos surdos em hospitais, escolas e órgãos públicos?
14. Qual é a importância da presença de intérpretes de Libras nesses espaços?
15. Na sua opinião, conhecer apenas Libras é suficiente para atender um migrante surdo venezuelano que acabou de chegar ao Brasil?
16. O que as pessoas ouvintes poderiam fazer para facilitar a comunicação com pessoas surdas migrantes?
17. O que a comunidade surda brasileira pode fazer para apoiar surdos venezuelanos recém-chegados?
18. Depois de sua experiência no Brasil, sua maneira de pensar sobre Libras ou LSV mudou? Como?
19. O que significa, para você, conseguir compreender uma pessoa durante uma conversa?
20. Há alguma coisa sobre a comunicação entre brasileiros e venezuelanos surdos que você gostaria de acrescentar?

ORIENTAÇÕES PARA A CONDUÇÃO DA ENTREVISTA

O roteiro não pressupõe a realização obrigatória de todas as perguntas nem uma ordem rígida de apresentação. As questões podem ser selecionadas e reorganizadas de acordo com o desenvolvimento da interação e com as experiências relatadas pelo sujeito.

Durante a entrevista, podem ser utilizados pedidos de esclarecimento, retomadas, reformulações e perguntas de continuidade, sem exigir do entrevistado o emprego exclusivo de determinada língua ou recurso comunicativo.

Quando pertinente, o pesquisador pode solicitar que o sujeito demonstre novamente determinado sinal, explique uma informação de outra maneira, compare formas utilizadas em Libras e LSV ou retome algum episódio mencionado anteriormente. Essas intervenções preservam o caráter interacional da entrevista e não têm finalidade de avaliação de proficiência linguística ou de conhecimento lexical.

As produções podem envolver, além de Libras e LSV, datilologia, apontamentos, expressões não manuais, movimentos corporais, escrita, oralização, mouthing e outros recursos semióticos mobilizados durante a interação.

ANEXOS

ANEXO A – FONOLOGIA MÁKU: REGISTRO HISTÓRICO DOS DESLOCAMENTOS E DOS DESCENDENTES MÁKU EM RORAIMA

ANEXO A – FONOLOGIA MÁKU: REGISTRO HISTÓRICO DOS DESLOCAMENTOS E DOS DESCENDENTES MÁKU EM RORAIMA

CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA

BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI

NOVA SÉRIE

BELÉM — PARÁ — BRASIL

ANTROPOLOGIA N.º 25 MARÇO, 8, 1965

FONOLOGIA MÁKU (*)

ERNESTO MIGLIAZZA

INTRODUÇÃO

A língua Máku (1) dos rios Uraricuera e Uaris, Território Federal de Roraima, figura entre as línguas do Brasil classificadas como "isoladas". A classificação baseia-se sòmente em uma pequena lista de vocábulos, colhidos por Koch-Grünberg (2), no princípio dêste século, lista insuficiente para uma análise comparativa. Atualmente a língua Máku — que não deve ser confundida com a dos Makú (Puináve), dos rios Negro e Japurá ou com a dos Macó-Piaroa (Saliva), do baixo rio Ventuari (Venezuela) — está em processo de extinção, contando sòmente com três falantes.

A maioria dos dados dêste trabalho foi coletada durante uma excursão aos Máku, promovida pelo Museu Paraense Emílio Goeldi, em março-abril de 1964. A análise fonológica baseia-se em 629 frases e palavras (3) registradas fonèticamente e triplicadamente gravadas, junto com cinco textos mitológicos,

(*) — Pesquisa realizada sob os auspícios do Museu Paraense Emílio Goeldi.

(1) — Para os nomes tribais mencionados neste trabalho, o autor usa a grafia proposta pela 1.ª Reunião Brasileira de Antropologia (Rio, 1953) e publicada na Revista de Antropologia, Vol. 3, n.º 2, São Paulo, 1955.

(2) — Koch-Grünberg, 1917, Tomo IV. Nos seus dias pré-fonêmicos Koch-Grünberg registrou uma pequena lista de vocábulos Máku diferenciando mais fonemas do que era necessário. Outra pequena lista de palavras Máku (inédita), foi coletada pelo Marechal Rondon (m.s).

(3) — Formulário dos vocabulários padrões para estudos comparativos preliminares nas línguas indígenas brasileiras (Museu Nacional).

em fitas magnéticas pelo autor e depositadas na Divisão de Antropologia do referido Museu. Os informantes, Sinfrônio e Maria, irmãos de aproximadamente 45 e 50 anos de idade, quase bilíngües Máku-Português, trabalham como ajudantes na fazenda Boa Esperança, rio Uraricuera nas proximidades da ilha Maracá.

A área percorrida pelos Máku nos últimos 200 anos (4) compreende os vales do rio Uraricuera, alto rio Orinoco na Venezuela e cordilheira Parima. Excetuados alguns planaltos de vegetação campestre das serras Parima, é uma região coberta por floresta tropical (5).

Os Máku contam que seu *habitat* tradicional era a serra /maluwaka/ (6) "samaúma", entre o alto rio Padamo e rio Cunucunuma, afluentes do alto rio Orinoco (Venezuela), onde viviam essencialmente de caça e coleta. Antes de emigrar para o norte, aprenderam a cultivar mandioca /mexikü/, e a fazer canoas /kudyalu/. Da região da serra Maluwaká espalharam-se para o nordeste, provàvelmente por causa da invasão das tribos Xirianá (7) do sudeste, até atingirem o alto rio Ventuari e entrando em contato quase permanente com os Mayongong (8) (Karíb).

Os rios mais navegados pelos Máku, nos dois séculos passados, eram: alto Orinoco /ulinyaku/, canal Casiquiare /katsitsyali/, Padamo /padamu/, Mataruni /mataluni/, Merevari

(4) — Informações diretas de informantes Máku, Xirianá, Mayongong e Makuxí; também conclusões tiradas das obras dos primeiros exploradores do rio Branco e do rio Negro: os Carmelitas em 1725; Xavier de Andrade em 1740; Sampaio (1825) em 1774; Rodrigues Ferreira (1885) em 1785; Lobo de Almada (1861) em 1787; Humboldt em 1799; Schomburgk (1841 e 1841-a) em 1835, e Koch-Grünberg (1906). Os Máku, desde 1700, não eram conhecidos nos afluentes norte do alto rio Negro, mas o eram no rio Uraricuera.

(5) — Murdock (1951) inclui esta região na área cultural "savana" ainda que seja coberta de floresta.

(6) — As palavras entre barras oblíquas são da língua Máku e escritas fonêmicamente, e aquelas entre colchetes são escritas fonèticamente. Para a pronúncia ver mais adiante: Fonologia Máku.

(7) — Recentemente, a família lingüística Xirianá foi designada também com o têrmo Yanonami. Inclui as tribos comumente chamadas Xiriâna, Waiká, Guaiká, Guaharibo, Xamatarí, etc.

(8) — Conhecidos na Venezuela como Maquiritare.

/malewali/ e alto Paragua /balawa/ na Venezuela; Uaris /awali/, Aracasá /alakasa/, Uraricuera /palãyma/, Uraricaá /kulalika/ e furo Maracá /malaka/ no Brasil. Os Mayongong são chamados pelos Máku /dakwana/, e pelos Xirianá /pawana/, palavras que têm o sentido de "bons patrões" ou "boa gente". Os contatos Mayongong-Máku foram sempre amistosos, mas o mesmo não ocorria nos contatos Xirianá-Máku. Os Xirianá causaram a emigração dos Máku primeiro para o nordeste e em seguida, provàvelmente antes do século passado, para leste além das serras do sistema Parima no vale dos rios Uaris e alto Uraricuera. Êstes rios eram naquele tempo (1700) ocupados pelos Karíb : Mayongong proveniente do nordeste; Taulipang do norte e nordeste; Waimará, Sapará, Makuxí do leste. Havia também Wapitxâna (Aruak) no baixo Uraricuera, e Xirianá no Mucajaí. A invasão Xirianá proveniente do sul (entre Rio Branco e Rio Negro), não sòmente deslocou os Máku, mas também parou, em modo geral na área do Uraricuera, o movimento norte-sul dos Karíb.

Os Máku viajavam regularmente do rio Uaris e alto Uraricuera para o baixo Uraricuera até o rio Branco para trocar seus artefatos com os Karíb e "civilizados". No princípio dêste século, subseqüentes incursões hostis e ataques de tribos Xirianá (Wayka "gente que não planta", Guaharibo, etc.) forçaram os Máku a mudar pouco a pouco o seu *habitat* rio abaixo. Foi em conseqüência dêsses ataques que algumas mulheres e crianças Máku foram incorporadas às tribos Xirianá da região.

O local de uma das maiores malocas Máku do fim do século passado e princípio dêste, era a cachoeira Tocoxima /tukuxímã/ "caminho de bôto", no alto rio Uraricuera, perto da bôca do rio Uaris. Entre 1920-1930, havia malocas a uns 60 km abaixo da bôca do rio Aracasá no alto Uraricuera, e também um acampamento na altura da cachoeira Kulekuleima, 75 km acima da ilha Maracá. No princípio do decênio de 1930, os Kasrapai "lábio comprido" (Xirianá do médio rio Mucajaí) atacaram e exterminaram os moradores Máku e Mayongong da cachoeira Kulekuleima, levando para o Mucajaí algumas crianças e mulheres jovens, quatro das quais estão ainda vivas.

Dois anos mais tarde, mercê das doenças e ameaças dos Xirianá, os últimos Máku do alto Uraricuera desceram, uns o rio em sete canoas até o furo Maracá e estabeleceram-se perto da cachoeira Alakalé /alakale/ "peixe Pirandirá", constituindo o último aldeamento Máku autóctone cuja comunidade era ainda "isolada" (9); e outros subiram em duas canoas o rio Uraricaá, onde passaram a ser incorporados aos /Aywatâteri/ "moradores da serra Aywatâ", tribo Xirianá do rio Uraricaá (10).

A poucos quilômetros, rio abaixo da última aldeia Máku, do furo Maracá, achava-se a frente pioneira nacional. Em poucos anos, o contato com a "civilização" causou, por fôrça da gripe, "tosse guariba" e conseqüentes complicações, a morte de quase todos os adultos da aldeia. Os órfãos (por intermédio do responsável pelo S.P.I.) foram criados, juntos aos Makuxí (Karíb), pelos moradores das fazendas Boa Esperança e Santa Rosa, passando conseqüentemente de uma economia de caça e coleta para uma de tipo pastoril.

Em março de 1964, foram achados dez descendentes Máku no Território Federal de Roraima, dos quais sòmente três falam a língua Máku. Os Mayongong do alto Uaris e Ventuari assim como os Xirianá informam que não há mais Máku na Venezuela. Nas suas aventuras Gheerbrant (1952) menciona os Macú e Dupowy (1954) os mostra no seu mapa, mas é provável que se refiram aos Macó do baixo rio Ventuari já mencionados em 1799 por Humboldt (Macgillivray, 1836:240) relacionados com os Piaroa como o mostra J. Wilbert (1963) em seu trabalho. Há alguns descendentes Máku em outras tribos Xirianá e Mayongong, não mencionados nesta relação que segue porque não falam a língua *mater* e estão completamente incorporados às culturas Xirianá ou Karíb. (V. Quadro)

Julgando por alguns traços culturais dos antigos Máku do alto rio Uraricuera, descritos pelos informantes, antes de 1953 os Máku poderiam ter sido enquadrados dentro da área cultural Norte-Amazônica, Núcleo B, segundo a divisão de Galvão (1960).

(9) — Usando as mesmas categorias de Ribeiro, 1957.
(10) — Cf. Migliazza, 1964.

Tangas /temukute/ (para mulheres) de algodão e miçangas do tipo Karíb, medindo cêrca de 30 cm de largura e 40 de altura. Rêdes de dois tipos, de cipó, usadas durante as viagens, e de algodão na maloca, sendo possível que o algodão fôsse influência Karíb. A rêde em geral é chamada /tsilaka/ que significa "cipó". A técnica do trançado era "torcido" (twined); as cestas mais usuais eram aquelas para transporte de carga /dule/ de forma globular com 40 a 50 cm de diâmetro e 60 de altura. As malocas /mine/ eram de planta circular ou oval (perto de 20 m de diâmetro), teto cônico e paredes de estacas e, em alguns casos, de taipa como os Mayongong (11). Internamente as famílias nucleares eram dispostas em círculo acompanhando a parede. A cerâmica limitava-se a panelas de barro /buntsi/. As canoas constituiam-se de um só tronco escavado e aberto com fogo. Plantavam mandioca, banana, cará, batata doce, abacaxi e fumo. Usavam tipiti para espremer a massa ralada de mandioca, mas o ralador era escambado com os Mayongong. Caçavam com arco e flecha, conheciam a zarabatana originária dos Mayongong. Pescavam com anzol, flecha e veneno. Enterravam os mortos amarrados nas próprias rêdes e postos dentro da cesta de carga (12).

O sistema de numeração na língua Máku aproxima-se do sistema usado pelos seus vizinhos Karíb (13). Há têrmos para os números um, dois, três, quatro, sendo "u'a mão" cinco, "duas mãos" dez, "duas mãos e dois pés" vinte.

Têrmos de Parentesco

/ba?tsi/	pai do pai, pai da mãe, irmão da mãe, marido da irmã da mãe, marido da irmã do pai
/ba?ba/	mãe do pai, mãe da mãe, irmã do pai, espôsa do irmão do pai, espôsa do irmão da mãe

(11) — Como se nota nas fotografias de Hamilton Rice em 1924. (Cf. Rice, 1937).

(12) — Enquanto que os vizinhos Karíb (Mayongong e Makuxí) não enterravam os mortos, os Xirianá os queimavam.

(13) — Diferente do sistema dos Xirianá que tem sòmente um, dois, mais um, menos um e muito.

/me/	pai, irmão do pai
/nu/	mãe, irmã da mãe
/kanaba/	pai da espôsa ou do espôso, mãe da espôsa ou do espôso
/bu?ne/	espôsa
/ba?leke/	espôso
/nana/	irmã (ego masc. e fem.)
/ne?mu/	irmão (ego masculino)
/wada/	irmão (ego feminino)
/wane/	marido da irmã, marido da irmã da espôsa ou do espôso, irmão do espôso ou da espôsa
/na?i/	espôsa do irmão, irmã do espôso ou da espôsa, espôsa do irmão do espôso ou da espôsa
/tane/	filhos do irmão ou irmã, filhos do irmão do pai ou da irmã da mãe, filhos do irmão do espôso ou irmã da espôsa
/naba/	filhos

O sistema de parentesco apresenta quatorze têrmos vocativos dos quais nove são de tipo classificatório e dois, /nana/ "irmã", /ne?mu/ "irmão" são recíprocos. A terminologia de parentesco Máku é do tipo "fusão bifurcada". Ainda que os têrmos para designar os primos paralelos não sejam idênticos aos dos irmãos, como no tipo Iroquês, o *ego* não pode casar com /tane/ "primos paralelos", /nana/ "irmã" e /wada/ "irmão — *ego* feminino", mas pode casar com os primos cruzados que são chamados pelo próprio nome.

Raramente a irmã da mãe é chamada também /tsümna/. Os filhos são chamados /naba/ até uns dez anos de idade, depois são chamados /sakana/. Os têrmos /me/ "pai" e /nu/ "mãe" são usados sòmente como vocativos, como nomes de re

ferência usa-se /lu:ke/ para pai e /u:ne/ para mãe. O morfema /-taka/ "pequeno" pode ser empregado com sufixo nos têrmos /nana/ e /ne?mu/ para designar irmã mais nova ou irmão mais nôvo.

Fonologia

Fonemas (14)

A unidade do nível mais baixo da hierarquia fonológica Máku é o fonema. Fonemas ocorrem nos momentos ascendentes e descendentes da sílaba (consoantes) e também como ápice da sílaba (vogais).

As quinze consoantes, da língua Máku, distinguem-se entre si por dez traços articulatórios, sendo cinco de posição na bôca e cinco de modo de articulação. As posições articulatórias são : bilabiais, alveolares, alveopalatais, velares e glotais. Os modos de articulação são : oclusivos (surdos, sonoros e complexos), fricativos, laterais, nasais e semi-vocálicos. Êstes traços combinam-se dando os seguintes fonemas :

p	t		k	?
b	d			
	ts			
	s	x		h
	l			
m	n			
w		y		

As consoantes acima são dispostas verticalmente quanto ao ponto de articulação e horizontalmente quanto ao modo de articulação.

/p/ oclusiva bilabial surda com um só alofone [p], sua distribuição é limitada ocorrendo sòmente antes de /i/, /e/, /a/ e raramente antes de /u/; /pate/ [pa:té] *êle anda*.

(14) — Para definição dos têrmos lingüísticos, citados neste trabalho e não definidos no mesmo, cf. Câmara Jr., 1959.

/b/ oclusiva bilabial sonora com um só alofone [b], /ba?ta/ [ba?tá] *dois*.

/t/ oclusiva alveolar surda [t], ocorre antes de /e/, /a/, /u/ e raramente antes de /i/, /tate/ [taté] *eu ando*.

/d/ tem três alofones, [ḍ] oclusiva alveolar sonora retroflexa diante de vogal posterior arredondada /u/, [d'] fricativa interdental sonora diante de vogal baixa central /a/, [d] oclusiva alveolar sonora em outros ambientes, /dute/ [ḍu:té] *língua*, /oda/ [o:d'a] *êle*, /demu/ [de:mó] ou [de-mú] *fôlha*.

/k/ oclusiva velar surda [k], /kute/ [ku:té] *cabelo*.

/?/ oclusiva glotal [?] /dü?ü/ [dü?ü] *anta*.

/ts/ oclusiva complexa, tem três alofones em distribuição complementar, [tš] africada alveopalatal surda quando precede /i/, /ü/ e raramente /ï/, [dz] africada alveolar sonora (15) em início de palavra diante de vogal posterior arredondada /u/ ou em meio de palavra depois de /n/, [ts] africada alveolar surda nos outros ambientes, /metsi/ [me:tší] *flor*, /tsu?wi/ [dzo?wí] *cachorro*, /tsene/ [tse:né] *nos*.

/s/ fricativa alveolar surda [s], /isa/ [i:sá] *fígado dêle*.

/x/ fricativa alveopalatal surda [š], /xixa/ [ši:šá] *cantando*.

/h/ tem dois alofones, [x'] fricativa pré-vilar surda diante de /i/, [h] fricativa glotal surda em todos os outros ambientes, /kahina/ [kax'ína] *comprido*, /mihuna/ [mihúna] *frio*.

/m/ nasal bilabial sonora [m], /amu/ [a:mú] *osso*.

/n/ nasal alveolar sonora [n], /na?me/ [na?mé] *água*.

/l/ lateral alveolar sonora [l], /luna/ [lo:ná] *cobra*.

/w/ semi-vogal, tem três alofones assilábicos [ü] vocóide anterior alto arredondado em início de palavras diante de /i/. [b'] fricativa bilabial sonora em início de palavra diante de /a/, [u] vocóide posterior alto arredondado nos outros ambientes, /wike/ [üi:ké] *monte*, /wani-/ [b'ani-] *êle pensa*, /we?tsí/ [we?tší] *prêto*.

(15) — O alofone [dz] ocorre sòmente em três exemplos; é possível que antigamente fôsse um fonema distinto, porém os dados que temos à mão, agora, não mostram contraste nenhum.

/y/ semi-vogal, vocóide anterior alto não-arredondado assilábico [i], /waytse/ [wəytsé] *êles*.

O sistema vocálico Máku apresenta um contraste de altura e um de posição (anterior e posterior). As vogais altas contrastam também em arrendondamento e não-arredondamento dos lábios. Conseqüentemente cinco traços articulatórios, sendo dois de posição (anterior e posterior) dois de altura e um de arredondamento dos lábios concomitante com a posição, distinguem seis vogais :

i	ü	ï	u (mais o fonema de
e		a	nazalização / ˜ /)

As vogais são dispostas verticalmente de acôrdo com a posição na bôca onde se realiza o impedimento, e horizontalmente conforme a altura de levantamento da língua.

/i/ vogal anterior alta fechada não-arredondada [i], /ine/ [i:né] *piolho*.

/ü/ vogal anterior alta fechada arredondada [ü] /küxa/ [kü:šá] *chupando*.

/ï/ vogal central alta fechada não-arredondada em variação livre com vogal posterior alta fechada não-arredondada [ï], /sïkïlïka/ [sikïliká] ou [sïkïlïká] *sentado*.

/u/ tem dois alofones, [o] vogal posterior média fechada arredondada em início de palavra ou precedida de /t/ ou /ts/, em outros ambientes varia livremente com a vogal posterior alta (aberta ou fechada) arredondada [u] /une/ [o:né] *mãe* /netu/ [ne:tó] *rabo*, /ekatsu/ [èkatsó] *chifre dêle*, /bukulu/ [bòkoló] ou [bùkulú] *procurando caça*, /sukute/ [sùkuté] *ôlho*.

/e/ vogal anterior média fechada não-arredondada [e], em variação livre, no fim de palavra, com a vogal anterior média aberta não-arredondada [ɛ], /kete/ [ke:té] ou [ke:tɛ́] *cabeça*.

/a/ tem dois alofones, [ə] vogal central média aberta não-arredondada ocorrendo sòmente em 4% das palavras quando em fala rápida e em sílabas não acentuadas, [a] vogal central-

-posterior baixa aberta não-arredondada em variação livre com [ɔ] em fala compassada, nenhum contraste em posição idêntica ou análoga foi encontrado, /basakate/ [basɔkaté] ou [baskaté] *joelho*, /takana/ [tàkaná] ou [tɔ̀kɔná] *pequeno*.

Exemplos para a separação dos fonemas orais, acima descritos, que contrastam em ambientes idênticos e análogos:

/p/ /b/	/pate/ *êle anda*	/ba?ta/ *dois*
	/lipina/ *faca*	/kabina/ *prêto*
/t/ /d/	/tikise/ *dá . . . a mim*	/dikixa/ *"aspecto continuativo"*
	/bute/ *rio*	/büde/ *fumo, tabaco*
/?/	/i?sa/ *aí*	/isa/ *fígado dêle*
	/bu?te/ *terra*	/bute/ *rio*
/?/ /k/	/nu?u/ *"plural"*	/nukudante/ *cinco*
/b/ /w/	/bïtsi/ *perna*	/wïtsi/ *bôca*
/t/ /ts/	/ṭene/ *eu*	/tsene/ *nós*
/s/ /x/	/-sa/ *com*	/-xa/ *"aspecto continuativo"*
	/isa/ *fígado dêle*	/xixa/ *cantando*
/y/ /h/	/eyune/ *tua mãe*	/mihuna/ *frio*
/i/ /e/ /u/	/ine/ *piolho* /ene/ *tu*	/une/ *mãe* (referência)
/i/ /ü/	/wanixa/ *pensando*	/nüxa/ *voando*
/i/ /ï/	/kise/ *êle dá*	/kïse/ *"imperativo"*
/ï/ /ü/	/kïxa/ *"continuativo classe kï"*	/küxa/ *chupando*
/ï/ /u/	/sïkïte/ *intestino*	/sukute/ *ôlho*
/ü/ /u/	/küte/ *semente*	/kute/ *cabelo*
/a/ /u/	/batsi/ *perna dêle*	/butsi/ *mata, floresta*
/a/ /e/	/asake/ *hoje*	/seke/ *comer*

A nasalização / ˜ / é fonêmica e ocorre com as vogais /ĩ/ /ẽ/ /ã/ /ũ/ (16). Embora não encontrada com freqüência, a fonemicidade da nasalização é evidente nos contrastes:

(16) — Com mais dados disponíveis, é provável que a nasalização ocorra com tôdas as vogais.

/we?e/ *não dormir*, versus /we?ẽ/ *não durma!* (imperativo). /nyu-/ *cortar* versus /nyũ-/ *bater*.

As consoantes modificadas (palatalizadas e labializadas) são interpretadas, neste trabalho, como seqüências de duas consoantes, obedecendo assim ao padrão silábico CCV, C indicando uma consoante e V uma vogal. As consoantes palatizadas e labializadas (17) incluem /py/ /by/ /ty/ /dy/ /tsy/ /ky/ /ny/ /ly/ /hy/ /kw/ /lw/. A nasal palatalizada /ny/ tem um alofone, nasal álveo-palatal sonora [ñ] (18), em distribuição complementar, sendo [ñ] sòmente diante de /u/ e [ny] em outros ambientes.

Um fenômeno de duração [:] não-fonêmico, ocorre com as vogais da língua Máku. As vogais longas são de menor duração que a seqüência de dois impulsos sonoros ou de duas vogais, e são também identificáveis como se mostrará mais adiante na parte "palavras fonológicas".

Freqüência de ocorrência dos fonemas cada 100 palavras fonológicas :

	a	e	k	i	u	n	ts	d	l	t	m	s	b
%	81	60	43	42	39	30	24	22	20	19	18	17	16

	?	x	ü	w	y	p	i	h	ã	ẽ	ũ	ĩ
%	15	14	14	13	12	11	8	3	2	1	0,7	0,3

Sílabas

O segundo nível da hierarquia fonológica Máku é a sílaba. Os padrões silábicos são cinco : V, VC, CV, CVC, CCV (19).

Os primeiros dois tipos de sílabas (V e VC) são de distribuição limitada, ocorrendo sòmente em início de palavra fonológica. Exemplos :

(17) — É possível que mais dados revelem mais consoantes modificadas.
(18) — O alofone [ñ] podia ser interpretado também como alofone de /n/, ocorrendo [ñ] antes de [u] e [n] em outros ambientes; mas esta interpretação complicava a explicação de [o] como alofone de /u/.
(19) — V indica vogal e C consoante.

/ikilu/ *caminho*, /ene/ *tu*, /antsuna/ *frieza*, /u?xi/ *outro*. A composição interna destas sílabas é também limitada, sendo a sílaba tipo V constituída de uma das vogais /i, e, a, u, ã, ũ/. e a sílaba tipo VC de uma das vogais /i, e, a, u/, com uma das consoantes /n, ?/.

Os padrões silábicos CV, CVC, CCV, ocorrem em qualquer posição na palavra fonológica. Exemplos :

/dü?ü/ *anta*, /buntsi bu?te/ *panela de barro*, /wanaka/ *bicho*, /ekunspaxa/ *esfregando*, /nyũdiba/ *baterei em você*. O padrão CV ocorre mais freqüentemente do que os outros padrões. A casa C desta sílaba pode ser ocupada por tôdas as consoantes, e a casa V por tôdas as vogais; porém as seguintes seqüências não foram ainda observadas: /pü, pï, tï, sü, xï, hü, hï, nï, wü, yi, yü, yï/.

As seqüências tipo CV nas quais V é vogal nasalizada incluem :

/tã, ?ĩ, ?ẽ, ?ã, ?ũ, hẽ, hã, mã, lã/; certamente há mais destas seqüências mas não foram ainda encontradas.

O tipo CVC é constituido internamente por tôdas as consoantes, menos /?/ e /h/ ocupando a casa C do momento ascendente, tôdas as vogais ocupando a casa V do ápice silábico (menos as nasais), e sòmente as consoantes /n/, /y/, /l/ e /?/ ocupando a casa C do momento descendente da sílaba.

A constituição interna da sílaba tipo CCV apresenta um grupo consonantal CC no momento ascendente da sílaba, constituido por consoantes modificadas acima mencionadas ou combinação de fricativas /s, x/ mais oclusivas /p, k/. O ápice silábico consta de uma das vogais / i, e, a, u, ü, ũ/.

Não há grupo vocálico através das fronteiras silábicas; ocorrem porém grupos consonantais de duas e três consoantes. As seqüências possíveis entre fronteiras silábicas são : V-C, V-CC, C-C, C-CC.

Palavras Fonológicas (20)

As sílabas juntam-se formando palavras fonológicas no ter-

(20) — O têrmo "palavra fonológica" equivale a "Vocábulo Fonético" referido por Câmara Jr., 1959.

ceiro nível da hierarquia fonológica Máku. A palavra fonológica nem sempre coincide com a palavra morfológica.

A palavra fonológica Máku é individualizada pelo conjunto juntura-acento, e também, pela sua distribuição no grupo de pausa. As fronteiras entre palavras fonológicas atualizam-se em junturas externas abertas. Cada palavra é também caracterizada pelo acento primário, não fonêmico [´] que cai sempre na última sílaba excetuado quando a palavra termina com o sufixo /-na/ *nominalizador*. Neste último caso, o acento cai na penúltima sílaba. Em palavras de três sílabas, a primeira sílaba recebe um acento secundário [`]. Palavras com quatro e cinco sílabas recebem o acento secundário na segunda sílaba.

As palavras fonológicas Máku são constituídas de uma sílaba ou combinação de duas, três, quatro ou cinco sílabas. As sílabas tipo CV, CCV, CVC, ocorrem em qualquer ordem entre sí mas sempre seguem as sílabas V e VC que ocorrem sòmente em princípio de palavra. Palavras de uma sílaba são constituídas sòmente da sílaba tipo CV. Exemplos :

/pi/ *nariz dêle*, /le/ *êle cai*, /itse/ *coletivo*, /u?xi/ *outro*, /tate/ *eu ando*, /la?a/ *não*, /waytse/ *êles*, /tekene/ *nós, inclusivo*, /elukya/ *você é velho*, /tekilila/ *nós puxamos*, /ekudumana/ *você é bom*, /kalamadana/ *amarelo*.

As sílabas tipo V e CV recebem uma vogal longa como ápice silábico, quando ocorrem em posição inicial de uma palavra fonológica de duas sílabas. Quando a sílaba inicial tipo V (e raramente o tipo CV) recebe o acento secundário (em palavras de três sílabas), a vogal em fala não rápida, é impressionàvelmente quase idêntica a uma vogal longa. Exemplos :

/une/ [o:né] *mãe* /line/ [li:né] *pedra*, /eline/ [è:liné] *a tua pedra*, /ikilo/ [ì:kiló] *caminho*, /kuskexa/ [kù:skešá] *está vendo*.

Algumas palavras de duas sílabas, quando ocorrem em posição final no grupo de pausa (21), apresentam características

(21) — Para uma descrição de níveis fonológicos superiores ao da "Palavra Fonológica", assim como grupo de fôrça, grupo melódico, contôrno, grupo de pausa, discurso, etc., campo nôvo e pouco explorado de lingüística descritiva, uma ulterior investigação seria necessária.

tonais que parecem distintivas em um nível hierárquico fonológico acima da palavra fonológica.

TEXTO (22)

dawule lemekü

mucura jabuti

dawule taba nebü nyakamutsa // dawule lemekü
mucura pau cortou (pass. rem.) mucura jabuti

kulalawa penenya // nukuda na?me patena / lemekü
gaiola-na pôs (pass.) um chuva tempo (inverno) jabuti

du sekehanya // dawule sekedani / lemekü
fome aguentou mucura tira-o-fora jabuti

epanaytsu dani nyamutsa // lemekü dawule kulaluwa
saiu fora (pass. rem.) jabuti mucura gaiola-na

penenya // nukuda ke?lya / dawule du sekehanya//
pôs um dia mucura fome aguentou

lamãmu lemekü kuske patenya / dawule kinubanya//
manhã-cedo jabuti ver foi mucura morreu

etsiwa lemekü ximanya / dawule kinuba maka //
então jabuti achou-graça mucura morta estava

A MUCURA E O JABUTI

A mucura cortou um pau e fêz uma gaiola. A mucura pôs o jabuti na gaiola e êle passou um ano sem comer. A mucura tirou o jabuti e êle saiu fora. Por sua vez, o jabuti pôs a mucura na gaiola, mas ela passou um dia sem comer e no outro dia cedo, quando o jabuti foi ver, estava morta. O jabuti achou graça.

(22) — O texto está escrito fonêmicamente. Duas barras oblíquas // significam pausa. Uma barra oblíqua / significa pausa breve.

SUMMARY

The Máku of Upper Uraricuera and Uaris Rivers (Territory of Roraima — Brazil) were a hunting and gathering tribe with little agriculture and of unknown linguistic affiliation. Research done in March-April 1964, under the auspices of the Museu Paraense Emilio Goeldi, found only three speakers of the Máku language.

The phonology is presented in three hierarchical levels : Phoneme, Syllable and Phonological Word. The Máku phonemes are : p, t, k, ?, b, d, ts, s, x, h, l, m, n, w, y, i, ü, e, a, u, ï. Nasalization is phonemic and can occur with all the vowels. Palatalization occurs with all the stops except /?/, and with /h/, /n/, and /l/. Labialization occurs only with /k/ and /l/. There is a non-phonemic phonetic phenomena of lenth occurring with the vowels. There are five syllable patterns : V, VC, CV, CVC, CCV. The first two patterns occur only in word initial position. Phonological words consist of one, two, three, four or five syllables, and are characterized by a stress-juncture complex.

The phonology is preceded by an introduction containing an historical background, some cultural traits and the kinship system of the Máku.

BIBLIOGRAFIA CITADA

ALMADA, MANUEL DA GAMA LÔBO DE
1861 — Descrição relativa ao rio Branco e seu território (1787). *Revista trimestral do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*, XXIV. Rio de Janeiro.

CÂMARA JR., JOAQUIM MATTOSO
1959 — Princípios de lingüística geral. *Biblioteca Brasileira de Filologia* N.º 5. Rio de Janeiro.

DUPOUY, WALTER
1954 — The Indian in the map of Venezuela. *Boletin Indegenista*, N.º 4, México.

GALVÃO, EDUARDO
1960 — Áreas culturais indígenas do Brasil, 1900-1959. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Antropologia N.º 8, Belém, Pará.

GHEERBRANT, ALAIN
1954 — Journey to the far Amazon. Simon and Schuster, New York.

KOCH-GRÜNBERG, THEODOR
1906 — Die Maku. *Anthropos I*, Salzburg.
1917 — Von Roraima zum Orinoco, Ergebnisse einer Reise in Nord-Brasilien und Venezuela in der Jahren 1911-1913. Tomo IV, D. Reimer, Berlin.

MACGILLIVRAY, WILLIAM
1836 — The travels and researches of Alexander von Humboldt in 1799. Oliver and Boyd, Edinburgh.

MIGLIAZZA, ERNESTO
1964 — Notas sôbre a organização social dos Xiriâna do rio Uraricaá. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Antropologia N.º 22, Belém, Pará.

MURDOCK, GEORGE PETER
1951 — Outline of South American Cultures. *Behavior Science Outlines* vol. II. Published by *Human Relations Area Files*, Inc. New Haven.

RIBEIRO, DARCY
1957 — Culturas e línguas indígenas do Brasil. *Educação e Ciências Sociais*. Vol. 2, N.º 6, Rio de Janeiro.

RICE, HAMILTON
1937 — Exploration en Guyane Brésilienne (1924-1925). Paris.

RODRIGUES, ALEXANDRE FERREIRA

1885 — Diário de viagem philosophica pela Capitania de São José do rio Negro (1785-86). *Revista trimestral do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil*, Tomo XLVIII, Rio de Janeiro.

RONDON, CANDIDO M. S .

ms. Tribo Maco (rio Branco), Vocabulário manuscrito. Arquivo da Comissão Rondon e inspeção de Fronteiras. Rio de Janeiro. (inédito).

SAMPAIO, FRANCISCO XAVIER RIBEIRO DE

1825 — Diário da viagem (Capitania S. José do rio Negro), 1774-1775. Typ. da Academia, Lisboa.

SCHOMBURGK, ROBERT HERMANN

1841 — Reisen in Guiana und Orinoco waehrend der Jahre 1835-1839. Leipzig.

1841a — Twelve views in the interior of Guiana, from drawings executed by Mr. Charles Bentley, with descriptive letter-press by R. H. Schomburgk. Ackermann and Co. London.

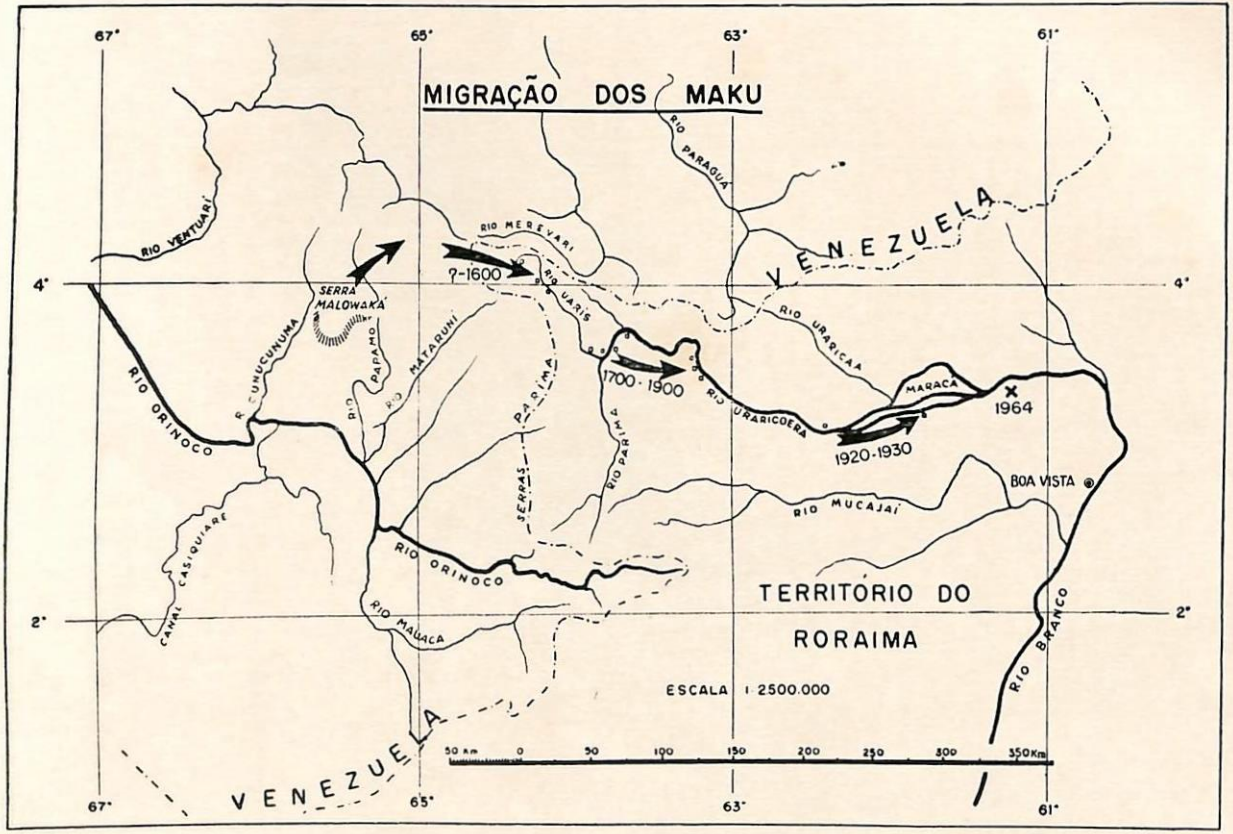
WILBERT, JOHANNES

1963 — Indios de la region Orinoco-Ventuari. *Monografia N.° 8, Fundacion La Salle de Ciencias Naturales*. Editorial Sucre C. A., Caracas.

SOBREVIVENTES "MÁKU" ACHADOS NO TERRITÓRIO DE RORAIMA (MARÇO, 1964)

NOME	SEXO IDADE	ESTADO CIVIL	LUGAR DE NASCIMENTO	DOMICÍLIO	OCUPAÇÃO	LÍNGUAS QUE FALAM	OBSERVAÇÕES
Sinfrônio	M 45	Viúvo	Alto Uraricuera	Mal. Mangueira Boa Esperança	Braçal fazenda e roça	Máku e pouco Português	Foi criado, até 13 anos na sua maloca de onde passou para fazenda Boa Esperança
Maria	F 50	Viúva	Alto Uraricuera	Boa Esperança Mal. Mangueira	Braçal fazenda e roça	Máku e pouco Português	Mora com Sinfrônio (seu irmão)
Conceição	F 13	Solteira	Boa Esperança	Mal. Mangueira Boa Esperança	Braçal fazenda e roça	Português	Mora com Maria (sua mãe)
Júlia	F 40	Casada	Alto Uraricuera	Rio Surumu	Braçal roça	Máku-Português	Irmã de Sinfrônio e deixada do marido Makuxí
José	M 25	Casado	Furo Maracá	Rio Cotingo	Braçal fazenda e garimpo	Português	Sobrinho de Sinfrônio e casado com Makuxí
Avelino	M 30	Solteiro	Furo Maracá	Boqueirão e minas do Ter.	Braçal garimpo e fazenda	—	Surdo-mudo, sobrinho de Sinfrônio
Máku	M 35	Solteiro	Santa Rosa	Boa Vista	Mendigo recadeiro	Português (pouco)	Débil mental
Moacir	M 25	Casado	Rio Uraricaá	Alto Uraricaá	(caça-pesca-coleta)	Xiriâna	Casado com Xiriâna. O pai de Moacir passou a morar com os Xiriâna em 1935, era cunhado de Sinfrônio
Kaxïra	F 20	Casada	Rio Uraricaá	Alto Uraricaá		Xiriâna	Irmã de Moacir e casada com Xiriâna
Iwazoló	F 45	Casada	Alto Uraricuera	Rio Mucajaí		Xirianá e Máku (pouco)	Casada com Kasrapai (Xirianá). Quando mais nova era casada com Máku, morto pelos Kasrapai na cachoeira Kulekuleima.

OBS.: — Sòmente os dois últimos nomes são originais.


MIGRAÇÃO DOS MAKU
67°
65°
63°
61°
4°
2°
RIO VENTUARI
SERRA MALOWARA
RIO MEREVARI
?-1600
RIO PARAGUA
VENEZUELA
RIO URARICAA
RIO URARICOERA
1700-1900
1920-1930
MARACA
1964
BOA VISTA
RIO MUCAJAI
RIO ORINOCO
R. UNUCUNUMA
RIO PAPAMO
RIO MATARUNI
PARIMA
SERRAS
RIO PARIMA
CANAL CASIQUIARE
RIO MALACA
TERRITÓRIO DO
RORAIMA
ESCALA 1:2500.000
50 Km 0 50 100 150 200 250 300 350Km
RIO BRANCO
VENEZUELA

ANEXO B – EDITAL Nº 003/2019: PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LIBRAS – SEED/RR

de 18 de fevereiro de 2019, conforme informações abaixo:

ONDE LÊ-SE	1	RAYANE PRANKLISMAR SILVESTRE SANTOS SOBRINHA	531.564.712-9	Gerente de Núcleo de Área Hospitalar de Pequeno Porte/ Núcleo de Arquivo Médico e Estatística	CDI-II
LEIA-SE	1	RAYANE PRANKLISMAR SILVESTRE SANTOS SOBRINHA	531.564.712-9	Gerente de Núcleo de Área Hospitalar de Pequeno Porte/ Núcleo de Arquivo Médico e Estatística	CDS-I

Decreto nº. 373-P, art. 1°, de 18 de fevereiro de 2019, publicado no Diário Oficial n° 3420 de 18 de fevereiro de 2019, conforme informações abaixo:

ONDE LÊ-SE	[...]				
	2	GISELLE MORGANA DE SOUZA LEITÃO	000.806.492-09	Gerente de Unidade de Saúde de Médio Porte/ Gerência Técnica	CNES-III
	4	ZORAYA ALVES FREITAS	449.977.364-49	Gerente de Núcleo de Área Hospitalar de Médio Porte/Núcleo de Odontologia	CDS-II
	5	GRAZIELLY CRISTINA DA SILVA	031.097.842-46	Gerente de Núcleo de Área Hospitalar de Médio Porte/Núcleo de Controle de Serviços	CDS-II
	9	OSIEL ANDRADE DE ALCÂNTARA	446.814.882-91	Gerente de Núcleo de Área Hospitalar de Médio Porte/Núcleo de Laboratório	CDS-II
	[...]				
LEIA-SE	[...]				
	2	GIZELLE MORGANA DE SOUZA LEITÃO	000.806.492-09	Gerente de Unidade de Saúde de Médio Porte/ Gerência Técnica	CNES-III
	4	ZORAIA ALVES FREITAS	449.977.364-49	Gerente de Núcleo de Área Hospitalar de Médio Porte/Núcleo de Odontologia	CDS-II
	5	GRASIELLY CRISTINA DA SILVA PEREIRA	031.097.842-46	Gerente de Núcleo de Área Hospitalar de Médio Porte/Núcleo de Controle de Serviços	CDS-II
	9	OSIEL ANDRADE DE ALCÂNTARA	429.488.433-91	Gerente de Núcleo de Área Hospitalar de Médio Porte/Núcleo de Laboratório	CDS-II
	[...]				

Decreto nº. 372-P, art. 1°, de 18 de fevereiro de 2019, publicado no Diário Oficial n° 3420 de 18 de fevereiro de 2019, conforme informações abaixo:

ONDE LÊ-SE	[...]				
	1	JÁDILA VERÔNICA PEREIRA	382.464.902-06	Gerente de Unidade de Saúde de Grande Porte/ Gerência Técnica	CNES-II
	14	SULAMITA PEREIRA LOPES	012.775.172-66	Gerente de Núcleo de Área Hospitalar de Grande Porte/ Núcleo de Centro Cirúrgico e Material Esterilização	CDS-I
	22	JANDERLEIA DOS SANTOS	241.707.392-72	Gerente de Núcleo de Área Hospitalar de Grande Porte/ Núcleo de Arquivo Médico e Estatístico	CDS-I
	[...]				
LEIA-SE	[...]				
	1	JADLA VERÔNICA BEZERRA PEREIRA	382.464.902-06	Gerente de Unidade de Saúde de Grande Porte/ Gerência Técnica	CNES-II
	14	SUNAMITA PEREIRA LOPES	012.775.172-66	Gerente de Núcleo de Área Hospitalar de Grande Porte/Núcleo de Centro Cirúrgico e Material Esterilização	CDS-I
	22	JANDERLEIA DOS SANTOS MAIA	241.707.392-72	Gerente de Núcleo de Área Hospitalar de Grande Porte/Núcleo de Arquivo Médico e Estatístico	CDS-I
	[...]				

Decreto nº. 396-P, art. 1°, de 18 de fevereiro de 2019, publicado no Diário Oficial n° 3421 de 19 de fevereiro de 2019, conforme informações abaixo:

ONDE LÊ-SE	4	JOANILTON LIMA DOS SANTOS	933.111.252-15	ASSESSSOR DE GABINETE	CDI-I
LEIA-SE	4	JOAÍLTON LIMA DOS SANTOS	933.111.252-15	ASSESSSOR DE GABINETE	CDI-I

Decreto nº. 399-P, art. 1°, de 18 de fevereiro de 2019, publicado no Diário Oficial n° 3421 de 19 de fevereiro de 2019, conforme informações abaixo:

ONDE LÊ-SE	1	JAIR BARBOSA OLIVEIRA	491.877.674-45	Gerente de Núcleo na Saúde/Gerente do Núcleo de Ações Programáticas de Saúde	CDS-I
	4	ALSHELLDSON DE JESUS ARAUJO DA SILVA	619.449.042-04	Gerente de Núcleo na Saúde/Gerente do Núcleo de Aços Programáticas	CDS-I
LEIA-SE	1	JAIR BARBOSA OLIVEIRA	491.877.674-49	Gerente de Núcleo na Saúde/Gerente do Núcleo de Ações Programáticas de Saúde do Adolescente e Jovem	CDS-I
	4	ALSHELLDSON DE JESUS ARAUJO DA SILVA	619.449.042-04	Gerente de Núcleo na Saúde/Gerente do Núcleo de Ações Programáticas de Saúde da Família	CDS-I

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 28 de fevereiro de 2019.
ANTONIO DENARIUM
Governador do Estado de Roraima

Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Secretário: **Renato Virgílio Martins Primo**

PORTARIA Nº. 060/2019/SEAPA-GABINETE
O Secretário de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Governo do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Decreto n.º 130-P, de 17 de dezembro de 2018:
R E S O L V E:
Art. 1º - AUTORIZAR a Servidora Estadual Efetiva detentora de Cargo Comissionado, GERCELAINE GONÇALVES DE ALMIRANTE, Assistente Administrativo – Chefe de Seção – CDI-II, matrícula n.º 040003577 - 020113720, o gozo de férias nos períodos de 04/06/2019 a 13/06/2019 – 10 (dez) dias e 04/11/2019 a 23/11/2019 – 20 (vinte) dias, referentes ao exercício 2018/2019, das férias suspensas contidas na Portaria n.º 002/2019/SEAPA/GABINETE, de 02/01/2019, publicadas no Diário Oficial do Estado n.º 3392, de 09/01/2019, não restando período a serem usufruídos nesse exercício.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Boa Vista-RR, 26 de fevereiro de 2019.
RENATO VIRGÍLIO MARTINS PRIMO
Secretário de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA

PORTARIA Nº. 061/2019/SEAPA/GABINETE
O Secretário de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Governo do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Decreto n.º 130-P, de 17 de dezembro de 2018:
Considerando que compete a esta Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA/RR a responsabilidade pelo funcionamento, gestão administrativa e patrimonial das Feiras do Produtor Rural e do Passarão;
Considerando ainda o §2 º do art. 3º do Regimento Interno das Feiras publicado no Diário Oficial do Estado – DOE nº 3046 de 21 de julho de 2017;
R E S O L V E:
Art. 1º PUBLICAR a nova composição do Conselho Administrativo da Feira do Produtor Rural empossado na reunião de Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 05.02.2019 para um mandato de 02 (dois) anos, assim definido:
Nadson Velasco Barbosa – Coordenador Geral (Presidente);
Ademilton Nascimento – Coordenador Administrativo;
Arineudis Alves Gomes Silva – Coordenadora de Assuntos Sociais;
Ubiranaldo Bonfim Pereira Ribeiro – Coordenador Financeiro;
Aleomar de Lima Santana – Coordenador de Fiscalização;
Antonio Wedney Martins da Silva – Suplente (SEAPA/RR) e;
Suzy Nunes Sampaio – Suplente (Feirante).
Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário
Boa Vista-RR, 26 de fevereiro de 2019.
RENATO VIRGÍLIO MARTINS PRIMO
Secretário de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA

Secretaria de Estado da Educação e Desportos

Secretária: **Leila Soares de Souza Perussolo**

EDITAL Nº 002/GAB/SEED/RR/2019
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR E FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA
O SECRETÁRIO ADJUNTO DA GESTÃO DE EDUCAÇÃO BÁSICA – SAGEB/SEED/RR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 18-P de 10/12/2018 e considerando o Decreto nº 26.404-E de 28 de dezembro de 2018, que trata sobre o estado de Calamidade Pública no âmbito da Administração Financeira no Estado, torna público o Processo Seletivo Simplificado para Contratação Temporária de Profissional de Apoio Escolar e Formação de Cadastro Reserva, nos termos do Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal; da Política Nacional de Educação Especial; da Lei n° 12.764/2012; da Lei nº 3.146/2015; da Nota Técnica 19/10-MEC/SEESP/GAB; e da Lei Estadual nº 323, de 31 de dezembro de 2001, modificada pela Lei Estadual nº 807/2011.
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Este Processo Seletivo Simplificado será realizado pela SEED/RR, sob a coordenação e supervisão da Comissão Geral Organizadora dos Processos Seletivos Simplificados, operacionalizado por uma Subcomissão, para Contratação Temporária de Profissional de Apoio Escolar e Formação de Cadastro Reserva.
O Profissional de Apoio Escolar contratado desenvolverá suas atribuições nas escolas da Educação Básica, modalidades Regular e Educação de Jovens e Adultos-EJA, da Rede Pública Estadual de Ensino e nos Centros de Atendimento Especializado da SEED/RR, de acordo com o interesse da Administração.
A duração do contrato será de 12(doze) meses, podendo ser renovado por igual período, por interesse da Administração, a contar da data de assinatura do primeiro contrato, por excepcional interesse público.
A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, não cabendo, portanto, alegação de desconhecimento.
É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos referentes a este Processo Seletivo Simplificado no Diário Oficial do Estado de Roraima-DOE/RR (endereço eletrônico www.imprensaoficial.rr.gov.br), no mural da SEED/RR e locais de inscrição.
É reservado à SEED/RR o direito de contratar a quantidade de profissionais que atenda ao interesse, necessidades e previsões deste Edital.
A seleção será por meio da avaliação dos títulos dispostos no subitem 7.1 deste Edital.
À pessoa com deficiência é assegurado o direito de candidatar-se a uma vaga, desde que a deficiência não seja incompatível com as atribuições do cargo, conforme previsto no § 3º do Art. 5° da Lei nº. 053/2001.
Do total das vagas existentes, 10% (dez por cento) serão reservadas, nos termos do §3º, Artigo 5º da Lei Complementar nº. 053, de 31 de dezembro de 2001, às pessoas com deficiência.
A contratação temporária pretendida por este Edital rescindir-se-á:
Pelo término do prazo contratual;
Por iniciativa da Administração Pública;
Por iniciativa do contratado;
Por abandono da unidade de exercício, por faltas injustificadas;
Por descumprimento de qualquer cláusula contratual pelo contratado;
Pelo óbito do contratado.
O candidato, no ato da inscrição, optará por apenas um município dos constantes no Anexo VI deste Edital.
Fica vetada a inscrição para mais de um município, resultando em desclassificação do candidato, caso ocorra duplicidade de inscrição.
O candidato será lotado no município informado na inscrição, não havendo transferência no período de vigência do contrato temporário de trabalho, sob a pena de rescisão. Exceto por interesse da Administração, que poderá convidar profissionais do Cadastro Reserva para contratar e desenvolver suas atividades em município distinto daquele para o qual realizou o processo seletivo.
DOS REQUISITOS BÁSICOS
O candidato deverá:
Ter Ensino Médio;
Ter curso na área de Cuidador, cuja ementa corresponda com as atribuições descritas no subitem 4.1 deste Edital, com carga horária mínima de 60 horas;
Ser brasileiro;
Maior de 18 anos;
Estar em dia com as obrigações eleitorais;
Estar em dia com as obrigações militares, caso do sexo masculino.
No caso de nacionalidade portuguesa, na forma da Lei, comprovar reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do art. 12, §1° da Constituição e dos Decretos n° 70.391/72 e n° 70.436/72.
O candidato estrangeiro das demais nacionalidades deverá comprovar a situação legal de permanência e autorização para trabalhar no País e entregar, no ato da inscrição, a documentação exigida nas alíneas "f" e "g" do subitem 6.4 deste Edital, traduzida por órgão juramentado.
DAS VAGAS
As vagas estão listadas no anexo VI deste Edital.
Não havendo candidatos aprovados para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, estas serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem de classificação final.
Após o preenchimento das vagas, os demais candidatos, em ordem classificatória decrescente, formarão o Cadastro Reserva de Profissional de Apoio Escolar da SEED/RR, a fim de atender eventuais necessidades.
DA FUNÇÃO/CARGA HORÁRIA E ATRIBUIÇÕES
A função/carga horária e atribuições serão de acordo com o disposto abaixo:

Função/Carga Horária	Profissional de Apoio Escolar: 40 (quarenta) horas semanais.
Atribuições	Atividades de suporte para alimentação, locomoção, higiene corporal, vestimenta, comunicação, orientação espacial, manipulação de objetos, transferência postural, brincadeiras e atividades correlatas, de acordo com a rotina escolar do aluno com necessidades especiais; além das atribuições descritas acima, deverá ainda seguir orientação determinada pela gestão escolar e SEED/RR.

O não cumprimento das atribuições do subitem 4.1 acarretará em rescisão contratual.
DA REMUNERAÇÃO
A remuneração atenderá ao que determina o Art. 7° da Lei 323/01, modificada pela Lei 807/2011, conforme abaixo:

Nível de Escolaridade	Carga Horária	Remuneração
Ensino Médio	40h	R$ 1.200,00

DA INSCRIÇÃO
As inscrições serão realizadas nos dias 11 e 12 de março de 2019, das 08h00min às 17h00min.
Os locais de inscrição e entrega dos documentos serão os descritos abaixo:

MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO
Alto Alegre	Colégio Estadual Militarizado Desembargador Sadoc Pereira (Rua Monte Roraima, s/n, Centro)
Amajarí	Escola Estadual Ovídio Dias de Souza (Avenida Tepequém, s/n, Centro)
Bonfim	Colégio Estadual Militarizado José Aldébaro de Alcântara (Rua Duque de Caxias, s/n, Centro)
Boa Vista (Zonas Urbana e Rural)	Unidade Acadêmica Maria Odete Calheiros Pena/UNIVIRR (Avenida São Sebastião, 521, Tancredo Neves, Boa Vista/RR)
Cantá	Escola Estadual José Aureliano da Costa (Rua Francisco Cunha, s/n, Centro)
Caracaraí	Escola Estadual Presidente Castelo Branco (Praça do Centro Cívico, s/n, Centro)
Caroebe	Escola Estadual Tereza Teodoro de Oliveira (Rua Amazonas, nº 26, Centro)
Iracema	Escola Estadual Dom Pedro II (Rua Izidório Rodrigues, s/n, Centro)
Mucajaí	Escola Médio em Tempo Integral Padre José Monticone (Avenida Maranhão, s/n, Centro)
Normandia	Escola Estadual Mariano Vieira (Rua Beatriz Macedo, s/n, Centro)
Pacaraima	Colégio Estadual Militarizado Cícero Vieira Neto (Rua 01, Bairro Suapi)
Rorainópolis	Colégio Estadual Militarizado Antonia Tavares (Rua Luiz Cavalcante, s/n, Centro)
São João da Baliza	Escola Estadual Henrique Dias (Rua São Miguel, s/n, Centro)
São Luiz	Escola Estadual Professor Alan Kardec D'Hadad (Rua Paraná, s/n, Centro)
Uiramutã	Escola Estadual Joaquim Nabuco (Rua da Pista, s/n, Centro)

Os candidatos residentes nos municípios do interior do Estado poderão, a critério, realizar sua inscrição e entrega dos documentos na Unidade Acadêmica Maria Odete Calheiros Pena/UNIVIRR (Avenida São Sebastião, 521, Tancredo Neves, Boa Vista/RR).
No ato da inscrição, o candidato deverá entregar dentro de envelope pardo no formato papel A4, a Ficha de Inscrição (Anexo II) preenchida, uma cópia dos documentos relacionados abaixo e os originais para simples conferência:
CPF;
Documento de identificação: serão considerados os expedidos pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação, pelos Corpos de Bombeiros Militares, pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.), por órgão público (que por Lei Federal, valham como identidade), passaporte brasileiro, carteira nacional de habilitação (somente o modelo com foto);
Certidão de quitação Eleitoral;

Comprovante de residência;
Comprovante de quitação do Serviço Militar (para candidatos do sexo masculino);
Certificado do Ensino Médio e Histórico Escolar (ou Declaração/Certidão de conclusão do Ensino Médio e Histórico Escolar);
Certificado de curso na área de Cuidador, cuja ementa corresponda com as atribuições descritas no subitem 4.1 deste Edital, com carga horária mínima de 60 horas; (pré-requisito)
Certificado de curso na área de Cuidador, cuja ementa corresponda com as atribuições descritas no subitem 4.1 deste Edital, com carga horária igual ou superior a 60 horas;
Comprovante de Tempo de Serviço no exercício da função cujas atribuições correspondam ao descrito no subitem 4.1 deste Edital, expedida pelo Departamento de Recursos Humanos do órgão competente ou empregador.
As inscrições deverão ser feitas pelo candidato ou por procuração simples, desde que apensada cópia do documento de identificação do procurador, limitado a um candidato por procurador.
Ao candidato que no ato da inscrição não declarar a deficiência é vetado, posteriormente, impetrar recurso em favor de sua condição.
O candidato que se declarar pessoa com deficiência deverá entregar, no ato da inscrição, o laudo médico atestando a deficiência, com expressa referência ao respectivo código da Classificação Internacional de Doenças-CID e Declaração da Pessoa com Deficiência. (Anexo III)
Todos os documentos apresentados deverão estar legíveis e sem rasuras.
A relação dos inscritos e, posteriormente, dos classificados/convocados será publicada no DOE/RR (endereço eletrônico www.imprensaoficial.rr.gov.br), no mural da SEED/RR e locais de inscrição.

DA SELEÇÃO

A seleção compreenderá a avaliação dos títulos abaixo:

ITEM	TÍTULO	PONTUAÇÃO ATRIBUIDA	PONTUAÇÃO MAXIMA
Titulação Complementar	Certificado de curso na área de Cuidador, cuja ementa corresponda com as atribuições descritas no subitem 4.1 deste Edital, com carga horária igual ou superior a 60 horas	10 pontos cada (máximo 04 títulos)	40 pontos
Tempo de Serviço	Comprovante de Tempo de Serviço no exercício da função cujas atribuições correspondam ao descrito no subitem 4.1 deste Edital, expedida pelo Departamento de Recursos Humanos do órgão competente ou empregador	15 pontos por ano (máximo 04 anos)	60 pontos
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS			100 PONTOS

Na contagem final do tempo de serviço comprovado, a fração igual ou superior a seis meses será considerada como um ano, exceto para o critério de desempate.
Não será considerada sobreposição do tempo de serviço.

DO RECURSO

O candidato que desejar interpor recurso contra qualquer etapa prevista neste Edital deverá fazê-lo seguindo o modelo apresentado no Anexo IV e entregá-lo na Comissão Geral Organizadora dos Processos Seletivos Simplificados, instalada na SEED/RR, localizada na Rua Barão do Rio Branco, 1495, Centro, Boa Vista/RR, das 08h00min às 17h00min, em conformidade com o prazo previsto no Cronograma de Atividades. (Anexo I)
O recurso deverá ser objetivo e claramente fundamentado, não sendo admitida a inclusão de documentos que não tenham sido entregues no ato da inscrição.
Será indeferido o recurso interposto fora do prazo, bem como aquele entregue em local diverso do definido no subitem 8.1.
Os recursos serão analisados e julgados pela Comissão Geral Organizadora dos Processos Seletivos Simplificados, não sendo admitido pedido de reconsideração da decisão proferida.

DO RESULTADO

A classificação final/convocação do certame será publicada no DOE/RR; fixada no mural da SEED/RR e nos locais de inscrição, de acordo com os prazos estabelecidos no Anexo I.

DA CLASSIFICAÇÃO

A pontuação final dos candidatos consistirá na somatória dos pontos obtidos no subitem 7.1 deste Edital.
A contratação e lotação dos candidatos classificados ficará a critério da SEED/RR.
Na classificação final, aos candidatos que obtiverem a mesma pontuação, serão aplicados os seguintes critérios de desempate:
Maior pontuação de tempo de serviço comprovado, contado em ano, mês e dias; e
Persistindo o empate, terá preferência o candidato com mais idade.

DA CONVOCAÇÃO

A convocação do candidato classificado atenderá ao previsto no Anexo I deste Edital.
A apresentação dos classificados/convocados para assinatura do contrato (Anexo VII) e lotação será no auditório da SEED/RR, situado na Rua Barão do Rio Branco, 1495, Centro, Boa Vista/RR, nos dias 27 e 28 de março de 2019, das 08h00min às 17h00min.
Caso o candidato classificado/convocado não compareça ou não aceite a contratação imediata, este será excluído do certame e imediatamente convocado o candidato classificado subsequente.
Não será realizada contratação e lotação por procuração.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Todas as informações prestadas, inclusive por representante legal, serão de inteira responsabilidade do candidato.
A SEED/RR não custeará transporte, alimentação e/ou hospedagem aos candidatos do certame.
Em caso de recusa da lotação, o candidato convocado assinará Termo de Desistência (Anexo V) e imediatamente será convocado o candidato classificado subsequente.
Caberá à Comissão Geral Organizadora dos Processos Seletivos Simplificados a elaboração do Edital, análise dos recursos, publicação das relações dos inscritos e da classificação final do certame.
A SEED/RR, por meio do Departamento de Recursos Humanos-DRH, convocará, contratará e lotará os candidatos classificados, respeitando as prioridades garantidas por Lei.
Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este Edital, devendo encaminhar a solicitação, fundamentada e com exposição de motivo/causa à Comissão Geral Organizadora dos Processos Seletivos Simplificados, instalada na SEED/RR, localizada na Rua Barão do Rio Branco, 1495, Centro, Boa Vista/RR.
A solicitação para impugnar este Edital deverá ser apresentada em até 01 (um) dia útil após sua divulgação. Após este prazo qualquer solicitação será considerada preclusa.
Este Processo Seletivo Simplificado terá a vigência de 12 (doze) meses.
Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Geral dos Processos Seletivos Simplificados da SEED/RR.
Boa Vista/RR, 28 de fevereiro de 2019.
SEMAIAS ALEXANDRE DA SILVA
Secretário Adjunto da Gestão de Educação Básica- SAGEB/SEED/RR
Decreto Nº 18-P de 10/12018

ANEXO I
CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	DATA
Divulgação do Edital	01/03/2019
Prazo para Interposição de Recurso (Edital)	07/03/2019
Divulgação do resultado da análise de interposição dos recursos (Edital) no mural da SEED/RR	08/03/2019
Período de inscrição	11 e 12/03/2019
Divulgação dos inscritos	18/03/2019
Prazo para Interposição de Recurso (Inscrição)	19/03/2019
Divulgação do resultado da análise de interposição dos recursos (Inscrição) no mural da SEED/RR	20/03/2019
Divulgação do resultado preliminar da Avaliação de Títulos	21/03/2019
Prazo para Interposição de Recurso (Resultado Preliminar da Avaliação de Títulos)	22/03/2019
Divulgação do resultado da análise de interposição dos recursos (Resultado Preliminar da Avaliação de Títulos) no mural da SEED/RR	25/03/2019
Divulgação do resultado final e convocação dos classificados	26/03/2019
Apresentação dos classificados/convocados para assinatura do contrato e lotação	27 e 28/03/2019

ANEXO II
FICHA DE INSCRIÇÃO PARA PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR

Nome do Candidato:		
CPF:	**RG/Órgão Expedidor:**	**Data de nascimento: / /**
Telefone(s):		**E-mail:**
Vaga a que concorre: PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR	**Município:**	**Zona: ( ) URBANA ( ) RURAL**

PESSOA COM DEFICIÊNCIA: ( )Não ( )Sim (Caso afirmativo, preencher Anexo III e juntar Laudo Médico)

Nº	DOCUMENTOS ENTREGUES (CÓPIAS)	SIM	NÃO	PONT
	CPF			
	Documento de Identificação com foto, conforme alínea "b", subitem 6.4			
	Certidão de Quitação Eleitoral			
	Comprovante de residência			
	Comprovante de quitação do Serviço Militar (para candidatos do sexo masculino)			
	Declaração da Pessoa com Deficiência (Anexo III)			
	Certificado do Ensino Médio e Histórico Escolar (ou Certidão de conclusão do Ensino Médio, com Histórico Escolar)			
	Certificado de curso na área cuja ementa corresponda às atribuições descritas no subitem 4.1 deste Edital, com ementa e carga horária mínima de 60 horas			
	Certificado de curso na área cuja ementa corresponda às atribuições descritas no subitem 4.1 deste Edital, com carga horária igual ou superior a 60 horas			
	Declaração de Tempo de Serviço no exercício da função da função cujas atribuições correspondam ao descrito no subitem 4.1 deste Edital, expedida pelo Departamento de Recursos Humanos do órgão competente ou empregador ( )ANOS ( )MESES ( )DIAS			
	PONTUAÇÃO FINAL			

Declaro junto à Comissão Geral Organizadora dos Processos Seletivos Simplificados da Secretaria de Estado da Educação e Desporto de Roraima-SEED/RR, sob as penas da Lei que possuo habilitação legal exigida para a vaga a que estou concorrendo, que os documentos entregues e as declarações prestadas são verídicos e de minha inteira responsabilidade.
Boa Vista/RR, ( ) de ( ) de 2019.

Assinatura do Candidato		**Responsável pela Inscrição**
Assinatura do (a) avaliador (a)		

.....

Nome do Candidato:		
CPF:	**RG/Órgão Expedidor:**	**Data de nascimento: / /**
Vaga a que concorre:PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR	**Município:**	**Zona: ( ) URBANA ( ) RURAL**

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR E FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA
PROTOCOLO DE COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO
Boa Vista/RR, ( ) de ( ) de 2019.

Assinatura do Candidato		**Responsável pela Inscrição**

ANEXO III
DECLARAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Eu, ... **inscrito(a) no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas-CPF sob o nº**..... **residente e domiciliado(a)**..... **nº**..... **Bairro**..... **Município/UF**..... **candidato a uma vaga no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR E FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, declaro junto à Comissão Geral Organizadora dos Processos Seletivos Simplificados da Secretaria de Estado da Educação e Desporto de Roraima-SEED/RR, que sou pessoa com deficiência do tipo** ..... **(Descrição Sumária da Deficiência – CID e anexar Laudo médico)**
Boa Vista/ RR, ( ) de ( ) de 2019.
Candidato/Declarante
Observação: Anexar Laudo Médico atestando a deficiência, com CID.

ANEXO IV
FORMULÁRIO DE RECURSO
Eu ..... **inscrito(a) no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas-CPF sob o nº** ....., **candidato a uma vaga no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR E FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, venho junto à Comissão Geral Organizadora dos Processos Seletivos Simplificados interpor RECURSO pelos seguintes motivos:**
Fundamentação do Recurso

Boa Vista/ RR, ( ) de ( ) de 2019.

Candidato/Recorrente
Espaço Reservado à Comissão Geral Organizadora dos Processos Seletivos Simplificados
Decisão e Fundamentação
( ) DEFERIDO ( ) INDEFERIDO

Boa Vista/ RR, ( ) de ( ) de 2019.

Membro da Comissão **Presidente da Comissão**

ANEXO V
TERMO DE DESISTÊNCIA
Eu ....., **inscrito(a) no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF sob o nº** ....., **residente e domiciliado(a) na(o)**..... **nº**....., **Bairro** ....., **Município/UF**....., **declaro junto à Secretaria de Estado da Educação e Desporto de Roraima-SEED/RR que estou desistindo da celebração de contrato temporário para Profissional de Apoio Escolar, cuja atuação seria nas escolas da Rede Pública Estadual de Ensino e Centros de Atendimento Especializado da SEED/RR, de acordo com as atribuições previstas no EDITAL Nº ( )/CAB/SEED/RR/2019, de ( ) de ( ) de 2019.**
Boa Vista/ RR, ( ) de ( ) de 2019.
Candidato/Declarante

ANEXO VI
QUADRO DE VAGAS

Município	VAGA MASC	VAGA PNE	VAGA FEM	VAGA PNE
Alto Alegre - Zona Rural	01	00	01	00
Alto Alegre - Zona Urbana	01	00	01	00
Amajari - Zona Rural	00	00	00	00
Amajari - Zona Urbana	01	00	01	00
Boa Vista - Zona Rural	02	00	02	00
Boa Vista - Zona Urbana	36	04	36	04
Bonfim - Zona Rural	01	00	01	00
Bonfim - Zona Urbana	01	00	01	00
Cantá - Zona Rural	03	00	03	00
Cantá – Zona Urbana	01	00	01	00
Caracaraí - Zona Rural	03	00	03	00
Caracaraí – Zona Urbana	02	00	02	00
Caroebe - Zona Rural	01	00	01	00
Caroebe – Zona Urbana	01	00	01	00
Iracema - Zona Rural	01	00	01	00
Iracema – Zona Urbana	01	00	01	00
Mucajaí - Zona Rural	03	00	03	00
Mucajaí – Zona Urbana	02	00	02	00
Normandia - Zona Rural	00	00	00	00
Normandia – Zona Urbana	01	00	01	00
Pacaraima - Zona Rural	00	00	00	00
Pacaraima – Zona Urbana	01	00	01	00
Rorainópolis - Zona Rural	03	00	03	00
Rorainópolis – Zona Urbana	02	00	02	00
São João Da Baliza - Zona Rural	00	00	00	00
São João Da Baliza – Zona Urbana	01	00	01	00
São Luiz – Zona Rural	00	00	00	00
São Luiz – Zona Urbana	01	00	01	00
Uiramutã - Zona Rural	00	00	00	00
Uiramutã – Zona Urbana	01	00	01	00
Total De Vagas	150			

ANEXO VII
MINUTA DE CONTRATO TEMPORÁRIO
CONTRATO TEMPORÁRIO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR, POR PRAZO DETERMINADO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE RORAIMA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO-SEED/RR, E O(A) SR(A).....
Nº do Contrato: ( )/2019 – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
Carga Horária: 40 (quarenta) horas semanais
Unidade de Exercício: Secretaria de Estado da Educação e Desporto de Roraima- SEED/RR
Lotação: (SERÁ DEFINIDA NO ATO DA CONTRATAÇÃO)
Função: PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR
Pelo presente instrumento de contrato por tempo determinado, de um lado o GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA, representado pela Senhora Secretária de Estado da Educação e Desporto, LEILA SOARES DE SOUZA PERUSSOLO, RG nº ..... **e CPF nº** ....., **Decreto** ....., **doravante denominada CONTRATANTE e, de outro lado, o(a) Sr(a).** ....., ... **RG nº**..... **CPF nº**....., **doravante denominado(a) CONTRATADO(A), acordam nas seguintes cláusulas:**
DA FUNDAMENTAÇÃO
O presente contrato reger-se-á pelas disposições da Lei Estadual nº 323, de 31/12/2001, modificada pela Lei Estadual nº 807/2011.
DO OBJETO
O objeto do presente é a contratação de pessoal por tempo determinado, para atuar na função de Profissional de Apoio Escolar para atender às demandas das escolas da Rede Pública Estadual de Ensino do Estado de Roraima e Centros de Atendimento Especializado da SEED/RR.
DAS ATRIBUIÇOES DO CONTRATADO
Atividades de suporte para alimentação, locomoção, higiene corporal, vestimenta, comunicação, orientação espacial, manipulação de objetos, transferência postural, brincadeiras e atividades correlatas, de acordo com a rotina escolar do aluno com necessidades especais; além das atribuições descritas acima, deverá ainda seguir orientação determinada pela gestão escolar e SEED/RR.
DAS OBRIGAÇÕES
O Governo do Estado de Roraima obriga-se a pagar ao contratado, a título de remuneração, o valor de R$ 1.200,00 (Hum mil e duzentos reais), sobre o qual incidirá os descontos legais.
DA VIGÊNCIA
O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser renovado por igual período, a critério da SEED/RR, por excepcional interesse público.
DA RESCISÃO CONTRATUAL
Rescindir-se-á o presente contrato:
Pelo término do prazo contratual, sem indenização;
Por iniciativa do (a) CONTRATADO (a) sem indenização, mediante comunicação ao Governo do Estado de Roraima, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
Por iniciativa do Governo do Estado de Roraima, decorrente de conveniência Administrativa, com pagamento, ao contratado, de indenização correspondente a 10% do que lhe caberia referente ao restante do contrato;
Por iniciativa do Governo do Estado de Roraima, decorrente de descumprimento de cláusula do presente contrato e de normas regulamentadoras sem indenização, sem prejuízo das responsabilidades civis por danos causados ao Estado.
Por abandono da unidade de exercício, por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, injustificadamente;
Por descumprimento das atribuições contratuais do cargo;
Por óbito do CONTRATADO.
DO FORO
As partes elegem o foro da cidade de Boa Vista/RR, para dirimir quaisquer dúvidas e/ou litígios advindos da aplicação deste contrato.
E por estarem justos e acordados, depois de lido e achado conforme, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual forma e teor, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de duas testemunhas que abaixo assinam.
Boa Vista/RR, ( ) de ( ) de 2019.

LEILA SOARES DE SOUZA PERUSSOLO **Secretária de Estado da Educação e Desporto** **Decreto Nº 16-P de 10/12/2018**	**CONTRATADO**
Testemunha: **RG .....** **CPF nº .....**	
Testemunha: **RG .....** **CPF nº .....**	

EDITAL Nº 003/GAB/SEED/RR/2019

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE TRADUTOR/INTÉRPRETE DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS-LIBRAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA

O SECRETÁRIO ADJUNTO DA GESTÃO DE EDUCAÇÃO BÁSICA –SAGEB/SEED/RR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 18-P de 10/12/2018 e considerando o Decreto nº 26.404-E de 28 de dezembro de 2018, que trata sobre o estado de Calamidade Pública, no âmbito da Administração Financeira do estado de Roraima, torna público o Processo Seletivo Simplificado para Contratação Temporária de Tradutor/Intérprete da Língua Brasileira de Sinais-Libras e Formação de Cadastro Reserva, nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, da Lei nº 13.146/2015, da Lei nº 12.319/2010 e da Lei Estadual n° 323/2001, modificada pela Lei Estadual nº 807/2011.

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Este Processo Seletivo Simplificado será realizado pela SEED/RR, sob a coordenação e supervisão da Comissão Geral Organizadora dos Processos Seletivos Simplificados, operacionalizado por subcomissões, para Contratação Temporária de Tradutor/Intérprete da Língua Brasileira de Sinais-Libras e formação de Cadastro Reserva.

O Tradutor/Intérprete contratado desenvolverá suas atividades nas escolas da Educação Básica, modalidades Regular e Educação de Jovens e Adultos-EJA, da Rede Pública Estadual de Ensino e nos Centros de Atendimento Especializado da SEED/RR, de acordo com o interesse da Administração.

A duração do contrato será de 12(doze) meses, podendo ser renovado por igual período, por interesse da Administração, a contar da data de assinatura do primeiro contrato, por excepcional interesse público.

A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, não cabendo, portanto, alegação de desconhecimento.

É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos referentes a este Processo Seletivo Simplificado no Diário Oficial do Estado de Roraima-DOE/RR (endereço eletrônico www.imprensaoficial.rr.gov.br), no mural da SEED/RR e locais de inscrição.

É reservado à SEED/RR o direito de contratar a quantidade de profissionais que atenda ao interesse, necessidades e previsões deste Edital.

A seleção será por meio da avaliação dos títulos dispostos no subitem 7.5 deste Edital e prova prática.

A pessoa com deficiência é assegurado o direito de candidatar-se a uma vaga, desde que a deficiência não seja incompatível com as atribuições do cargo, conforme previsto no § 3º do Art. 5° da Lei nº. 053/2001.

Do total das vagas existentes, 10% (dez por cento) serão reservadas, nos termos do §3º, Artigo 5º da Lei Complementar nº. 053, de 31 de dezembro de 2001, às pessoas com deficiência.

A contratação temporária pretendida por este Edital rescindir-se-á:

Pelo término do prazo contratual;

Por iniciativa da Administração Pública;

Por iniciativa do contratado;

Por abandono da unidade de exercício, por faltas injustificadas;

Por descumprimento de qualquer cláusula contratual pelo contratado;

Pelo óbito do contratado.

O candidato, no ato da inscrição, optará por apenas um município dos constantes no Anexo VI deste Edital.

Fica vetada a inscrição para mais de um município, resultando em desclassificação do candidato, caso ocorra duplicidade de inscrição.

O candidato será lotado no município informado na inscrição, não havendo transferência no período de vigência do contrato temporário de trabalho, sob a pena de rescisão. Exceto por interesse da Administração, que poderá convidar profissionais do Cadastro Reserva para contratar e desenvolver suas atividades em município distinto daquele para o qual realizou o processo seletivo.

DOS REQUISITOS BÁSICOS

O candidato deverá:

Ter Ensino Médio;

Ter Certificado de Curso Avançado de Libras, com ementa e carga horária mínima de 120 horas;

Ser brasileiro;

Maior de 18 anos;

Estar em dia com as obrigações eleitorais;

Estar em dia com as obrigações militares (caso do sexo masculino).

No caso de nacionalidade portuguesa, na forma da Lei, comprovar reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do art. 12, §1° da Constituição e dos Decretos n° 70.391/72 e n° 70.436/72.

O candidato estrangeiro das demais nacionalidades deverá comprovar a situação legal de permanência e autorização para trabalhar no País e entregar, no ato da inscrição, a documentação exigida nas alíneas "f" e "g" do subitem 6.4 deste Edital, traduzida por tradutor juramentado.

DAS VAGAS

As vagas estão listadas no anexo VI deste Edital.

Não havendo candidatos aprovados para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, estas serão preenchidas pelos demais candidatos classificados, observada a ordem de classificação final.

Após o preenchimento das vagas, os demais candidatos, em ordem classificatória decrescente, formarão o Cadastro Reserva de Tradutor/Intérprete da Língua Brasileira de Sinais da SEED/RR, a fim de atender eventuais necessidades.

DA FUNÇÃO, CARGA HORÁRIA E ATRIBUIÇÕES

A função, carga horária e atribuições serão de acordo com o disposto abaixo:

Função/Carga Horária	**Tradutor/Intérprete da Língua Brasileira de Sinais: 40(quarenta) horas semanais**
Atribuições	**Fazer tradução de textos da Língua Portuguesa para Libras e de Libras para Língua Portuguesa; intermediar a comunicação entre surdos e ouvintes em diferentes situações; prestar serviços de tradução e interpretação em seminários, palestras e outros eventos, quando solicitado; intermediar a comunicação com as famílias e comunidade, ainda realizar outras atividades correlatas; cumprir os dias letivos previstos no calendário escolar; comparecer, quando convocado, às atividades não previstas no calendário escolar; participar do planejamento para inteirar-se, antecipadamente, do conteúdo; desempenhar as demais tarefas indispensáveis para atingir os fins educacionais da escola e do processo de ensino e aprendizagem; zelar os preceitos éticos da confiabilidade, imparcialidade, discrição e fidelidade na tradução/interpretação; além das atribuições descritas acima, deverá seguir orientação determinada pela gestão escolar e SEED/RR.**

O não cumprimento das atribuições do subitem 4.1 acarretará em rescisão contratual.

DA REMUNERAÇÃO

A remuneração atenderá ao que determina o Art. 7° da Lei 323/01, modificada pela Lei 807/2011, conforme abaixo:

Nível de Escolaridade	**Carga Horária**	**Remuneração**
Nível Médio	**40h**	**R$ 1.200,00**

DA INSCRIÇÃO

As inscrições serão realizadas nos dias 11 e 12 de março de 2019, das 08h00min às 17h00min.

Os locais de inscrição e entrega dos documentos serão os descritos abaixo:

MUNICÍPIO	**INSTITUIÇÃO**
Amajarí	**Escola Estadual Ovídio Dias de Souza (Avenida Tepequém, s/n, Centro)**
Boa Vista (Zonas Urbana e Rural)	**Unidade Acadêmica Maria Odete Calheiros Pena/UNIVIRR (Avenida São Sebastião, 521, Tancredo Neves, Boa Vista/RR)**
Caracaraí	**Escola Estadual Presidente Castelo Branco (Praça do Centro Cívico, s/n, Centro)**
Mucajaí	**Escola Médio em Tempo Integral Padre José Monticone (Avenida Maranhão, s/n, Centro)**
Pacaraima	**Colégio Estadual Militarizado Cícero Vieira Neto (Rua 01, Bairro Suapi)**
Rorainópolis	**Colégio Estadual Militarizado Antonia Tavares (Rua Luiz Cavalcante, s/n, Centro)**
São Luiz	**Escola Estadual Professor Alan Kardec D'Hadad (Rua Paraná, s/n, Centro)**
Uiramutã	**Escola Estadual Joaquim Nabuco (Rua da Pista, s/n, Centro)**

O candidato residente em município do interior do Estado poderá, a critério, realizar sua inscrição e entrega dos documentos na Unidade Acadêmica Maria Odete Calheiros Pena/UNIVIRR (Avenida São Sebastião, 521, Cambará, Boa Vista/RR).

No ato da inscrição, o candidato deverá entregar dentro de um envelope pardo no formato papel A4, a Ficha de Inscrição preenchida (Anexo II), uma cópia dos documentos relacionados abaixo e os originais para simples conferência:

CPF;

Documento de identificação: serão considerados os expedidos pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação, pelos Corpos de Bombeiros Militares, pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.), por órgão público (que por Lei Federal, valham como identidade), passaporte brasileiro, carteira nacional de habilitação (somente o modelo com foto);

Certidão de quitação Eleitoral;

Comprovante de residência;

Comprovante de quitação do Serviço Militar (para candidatos do sexo masculino);

Certificado do Ensino Médio e Histórico Escolar (ou Declaração/Certidão de conclusão do Ensino Médio e Histórico Escolar);

Certificado de Curso Avançado de Libras, com ementa e carga horária mínima de 120h (pré-requisito);

Certificado de Curso de Libras, com ementa e carga horária igual ou superior a 120h;

Comprovante de Tempo de Serviço como Tradutor/Intérprete de Libras, expedido pelo Departamento de Recursos Humanos do órgão competente ou empregador.

As inscrições deverão ser feitas pelo candidato ou por procuração simples, desde que apensada cópia do documento de identificação do procurador.

Ao candidato que no ato da inscrição não declarar a deficiência, é vetado, posteriormente, impetrar recurso em favor de sua condição.

O candidato que se declarar pessoa com deficiência deverá entregar, no ato da inscrição, o laudo médico atestando a deficiência, com expressa referência ao respectivo código da Classificação Internacional de Doenças-CID e Declaração da Pessoa com Deficiência. (Anexo III)

Todos os documentos apresentados deverão estar legíveis e sem rasuras.

A relação dos inscritos e, posteriormente, dos classificados/convocados será publicada no DOE/RR (endereço eletrônico www.imprensaoficial.rr.gov.br), no mural da SEED/RR e locais de inscrição.

7. DA SELEÇÃO

7.1. A seleção será realizada em duas etapas:

1ª etapa: Avaliação dos títulos dispostos no subitem 7.5; e

2ª etapa: Prova prática, de caráter eliminatório e classificatório, com tempo de duração máxima de 20min.

Para a operacionalização da primeira etapa, será nomeada, por meio de portaria da SEED/RR, uma Subcomissão de Análise e Avaliação de Títulos e, para a segunda, uma Banca Avaliadora composta por membros ouvintes e com deficiência auditiva/surdez.

A prova prática consistirá em Interpretação/Sinal Voz e Interpretação/Voz Sinal e será realizada no Centro Estadual de Formação dos Profissionais de Educação de Roraima-CEFORR, situado na Av. Presidente Castelo Branco, nº 668, Bairro Calungá, em Boa Vista, nos dias 25 e 26 de março de 2019, das 08h00min às 17h00min.

A classificação do candidato para a segunda etapa estará condicionada a obtenção de no mínimo 30 pontos na somatória da titulação complementar e tempo de serviço, conforme disposto no subitem 7.5.

Os títulos a serem avaliados serão os seguintes:

ITEM	**TÍTULO**	**PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA**	**PONTUAÇÃO MÁXIMA**
Titulação Complementar	**Certificado de Curso de Língua Brasileira de Sinais-Libras, com ementa e carga horária igual ou superior a 120 horas**	**10 pontos por título (máximo 02 títulos)**	**20 pontos**
Tempo de Serviço	**Comprovante de Tempo de Serviço como Tradutor/Intérprete de Libras, expedido pelo Departamento de Recursos Humanos do órgão competente ou empregador**	**10 pontos por ano (máximo 03 anos)**	**30 pontos**
Prova Prática	**Interpretação/Sinal Voz e Interpretação/Voz Sinal**	**50 pontos**	**50 pontos**
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS			**100 pontos**

Na contagem final do tempo de serviço comprovado, a fração igual ou superior a seis meses será considerada como um ano, exceto para o critério de desempate.

Não será considerada sobreposição do tempo de serviço.

DO RECURSO

O candidato que desejar interpor recurso contra qualquer etapa prevista neste Edital deverá fazê-lo seguindo o modelo apresentado no Anexo IV e entregá-lo na Comissão Geral Organizadora dos Processos Seletivos Simplificados, instalada na SEED/RR, localizada na Rua Barão do Rio Branco, 1495, Centro, Boa Vista/RR, das 08h00min às 17h00min, em conformidade com os prazos estabelecidos no Anexo I.

O recurso deverá ser objetivo e claramente fundamentado, não sendo admitida a inclusão de documentos que não tenham sido entregues no ato da inscrição.

Será indeferido o recurso interposto fora do prazo, bem como aquele entregue em local diverso do definido no subitem 8.1.

Os recursos serão analisados e julgados pela Comissão Geral Organizadora dos Processos Seletivos Simplificados, não sendo admitido pedido de reconsideração da decisão proferida.

DO RESULTADO

A classificação final/convocação do certame será publicada no DOE/RR; fixada no mural da SEED/RR e locais de inscrição, de acordo com os prazos estabelecidos no Anexo I deste Edital.

DA CLASSIFICAÇÃO

A pontuação final dos candidatos consistirá na somatória dos pontos obtidos na avaliação dos itens descritos no subitem 7.5 deste Edital.

A contratação e lotação dos candidatos classificados ficará a critério da SEED/RR.

Na classificação final, aos candidatos que obtiverem a mesma pontuação, serão aplicados os seguintes critérios de desempate:

Maior pontuação de tempo de serviço comprovado, contado em ano, mês e dias; e

Persistindo o empate, terá preferência o candidato com mais idade.

DA CONVOCAÇÃO

A convocação do candidato classificado atenderá ao previsto no Anexo I deste Edital.

A apresentação dos classificados/convocados para assinatura do contrato (Anexo VII) e lotação será no auditório da SEED/RR, situado na Rua Barão do Rio Branco, 1495, Centro, Boa Vista/RR, nos dias 02 e 03 de abril de 2019, das 08h00min às 17h00min.

Caso o candidato classificado/convocado não compareça ou não aceite a contratação imediata, este será excluído do certame e imediatamente convocado o candidato classificado subsequente.

Não será realizada contratação e lotação por procuração.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Todas as informações prestadas, inclusive por representante legal, serão de inteira responsabilidade do candidato.

A SEED/RR não custeará transporte, alimentação e/ou hospedagem aos candidatos do certame.

Em caso de recusa da lotação, o candidato convocado assinará Termo de Desistência (Anexo V) e imediatamente será convocado o candidato classificado subsequente.

Caberá à Comissão Geral Organizadora dos Processos Seletivos Simplificados a elaboração do Edital, análise dos recursos, publicação das relações dos inscritos e da classificação final do certame.

A SEED/RR, por meio do Departamento de Recursos Humanos-DRH/SEED/RR, convocará, contratará e lotará os candidatos classificados, respeitando as prioridades garantidas por Lei.

Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este Edital, devendo encaminhar a solicitação, fundamentada e com exposição de motivo/causa à Comissão Geral Organizadora dos Processos Seletivos Simplificados, instalada na SEED/RR, localizada na Rua Barão do Rio Branco, 1495, Centro, Boa Vista/RR.

A solicitação para impugnar este Edital deverá ser apresentada em até 01 (um) dia útil após sua divulgação. Após este prazo qualquer solicitação será considerada preclusa.

Este Processo Seletivo Simplificado terá a vigência de 12 (doze) meses.

Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Geral dos Processos Seletivos Simplificados da SEED/RR.

Boa Vista/RR, 28 de fevereiro de 2019.

SEMAIAS ALEXANDRE DA SILVA

Secretário Adjunto da Gestão de Educação Básica/SAGEB/SEED/RR

Decreto Nº 18-P de 10/12/2018

ANEXO I

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	**DATA**
Divulgação do Edital	**01/03/2019**
Prazo para Interposição de Recurso (Edital)	**07/03/2019**
Divulgação do resultado da análise de interposição dos recursos (Edital) no mural da SEED/RR	**08/03/2019**
Período de inscrição	**11 e 12/03/2019**
Homologação das inscrições	**15/03/2019**
Divulgação do resultado preliminar da Avaliação de Títulos	**19/03/2019**

Prazo para Interposição de Recurso (Resultado Preliminar da Avaliação de Títulos)	20/03/2019
Divulgação do resultado da análise de interposição dos recursos (Resultado Preliminar da Avaliação de Títulos) no mural da SEED/RR	21/03/2019
Divulgação dos classificados/convocação para Prova Prática	22/03/2019
Prova Prática	25 e 26/03/2019
Divulgação do resultado preliminar da Prova Prática	27/03/2019
Prazo para Interposição de Recurso (Resultado Preliminar da Prova Prática)	28/03/2019
Divulgação do resultado da análise de interposição dos recursos (Resultado Preliminar da Prova Prática) no mural da SEED/RR	29/03/2019
Homologação do resultado final e convocação dos classificados	01/04/2019
Apresentação dos classificados/convocados para assinatura do contrato e lotação	02 e 03/04/2019

ANEXO II
FICHA DE INSCRIÇÃO PARA TRADUTOR/INTÉRPRETE DE LIBRAS

Nome do Candidato:			
CPF:	Documento de Identificação:	Data de nascimento: / /	
Telefone(s):		E-mail:	
Vaga a que concorre: TRADUTOR/INTÉRPRETE DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS-LIBRAS		Município:	
PESSOA COM DEFICIÊNCIA: ( )Não ( )Sim (Caso afirmativo, preencher Anexo III e juntar Laudo Médico)			

Nº	DOCUMENTOS ENTREGUES (CÓPIAS)	SIM	NÃO	PONT
	CPF			
	Documento de Identificação com foto, conforme disposto na alínea "b", subitem 6.4.			
	Certidão de quitação Eleitoral			
	Comprovante de residência			
	Comprovante de quitação do Serviço Militar (para candidatos do sexo masculino)			
	Declaração da Pessoa com Deficiência (Anexo III)			
	Certificado do Ensino Médio e Histórico Escolar (ou Declaração/Certidão de conclusão do Ensino Médio e Histórico Escolar)			
	Certificado de Curso Avançado de Libras, com ementa e carga horária mínima de 120 horas			
	Certificado de Curso de Libras, com ementa e carga horária igual ou superior a 120 horas			
	Comprovante de Tempo de Serviço como Tradutor/Intérprete de Libras, expedida pelo Departamento de Recursos Humanos do órgão competente ou empregador ( )ANOS ( )MESES ( )DIAS			
	Prova Prática Interpretação/Sinal Voz e Interpretação/Voz Sinal			
	PONTUAÇÃO FINAL			

Declaro junto à Comissão Geral Organizadora dos Processos Seletivos Simplificados da Secretaria de Estado da Educação e Desporto de Roraima-SEED/RR, sob as penas da Lei que possuo habilitação legal exigida para a vaga a que estou concorrendo, que os documentos entregues e as declarações prestadas são verídicos e de minha inteira responsabilidade.
Boa Vista/RR, ( ) de ( ) de 2019.

Assinatura do Candidato		Responsável pela Inscrição
	Assinatura do(a) Avaliador(a)	

.....

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE TRADUTOR/INTÉRPRETE DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS-LIBRAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA
PROTOCOLO DE COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Nome do Candidato:		
CPF:	Documento de Identificação:	Data de nascimento: / /
Vaga a que concorre: TRADUTOR/INTÉRPRETE DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS-LIBRAS		Município:

Boa Vista/RR, ( ) de ( ) de 2019.

Assinatura do Candidato	Responsável pela Inscrição

ANEXO III
DECLARAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Eu, ..., inscrito(a) no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas-CPF sob o nº....., residente e domiciliado(a)....., nº....., Bairro....., Município/UF....., candidato a uma vaga no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE TRADUTOR/INTÉRPRETE DE LIBRAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, declaro junto à Comissão Geral Organizadora dos Processos Seletivos Simplificados da Secretaria de Estado da Educação e Desporto de Roraima-SEED/RR, que sou pessoa com deficiência do tipo ..... (Descrição Sumária da Deficiência – CID e anexar Laudo médico)

Boa Vista/ RR, ( ) de ( ) de 2019.

_____
Candidato/Declarante
Observação: Anexar Laudo Médico atestando a deficiência, com CID.

ANEXO IV
FORMULÁRIO DE RECURSO
Eu ....., inscrito(a) no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas-CPF sob o nº ....., candidato a uma vaga no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE TRADUTOR/INTÉRPRETE DE LIBRAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, venho junto à Comissão Geral Organizadora dos Processos Seletivos Simplificados interpor RECURSO pelos seguintes motivos:
Fundamentação do Recurso

Boa Vista/ RR, ( ) de ( ) de 2019.

_____
Candidato/Recorrente
Espaço Reservado à Comissão Geral Organizadora dos Processos Seletivos Simplificados
Decisão e Fundamentação
( ) DEFERIDO ( ) INDEFERIDO

Boa Vista/ RR, ( ) de ( ) de 2019.

_____ _____
Membro da Comissão Presidente da Comissão

ANEXO V
TERMO DE DESISTÊNCIA
Eu ....., inscrito(a) no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF sob o nº ....., residente e domiciliado(a) na(o)....., nº....., Bairro ..... Município/UF....., declaro junto à Secretaria de Estado da Educação e Desporto de Roraima-SEED/RR que estou desistindo da celebração de contrato temporário para Tradutor/Intérprete de Libras, cuja atuação seria nas escolas da Rede Pública Estadual de Ensino

GOVERNO DE RORAIMA
CADA DIA MELHOR

e Centros de Atendimento Especializado da SEED/RR, de acordo com as atribuições previstas no EDITAL Nº ( )/GAB/SEED/RR/2019, de ( ) de ( ) de 2019.
Boa Vista/ RR, ( ) de ( ) de 2019.
Candidato/Declarante

ANEXO VI
QUADRO DE VAGAS

MUNICÍPIO	VAGAS	VAGAS PNE
Amajari – Zona Urbana	01	00
Boa Vista – Zona Urbana	40	04
Caracaraí – Zona Urbana	01	00
Caracaraí – Zona Rural	01	00
Mucajaí – Zona Rural	01	00
Pacaraima – Zona Rural	01	00
Rorainópolis – Zona Rural	01	00
São Luiz – Zona Urbana	01	00
Uiramutã – Zona Urbana	01	00
TOTAL GERAL DE VAGAS	51	

ANEXO VII
MINUTA DE CONTRATO TEMPORÁRIO
CONTRATO TEMPORÁRIO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRADUTOR/INTERPRÉTE DE LIBRAS, POR PRAZO DETERMINADO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE RORAIMA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO-SEED/RR, E O(A) SR(A).....
Nº do Contrato: ( )/2019 – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
Carga Horária: 40 (quarenta) horas semanais
Unidade de Exercício: Secretaria de Estado da Educação e Desporto de Roraima- SEED/RR
Lotação: (SERÁ DEFINIDA NO ATO DA CONTRATAÇÃO)
Função: TRADUTOR/INTÉRPRETE DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS-LIBRAS
Pelo presente instrumento de contrato por tempo determinado, de um lado o GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA, representado pela Senhora Secretária de Estado da Educação e Desporto, LEILA SOARES DE SOUZA PERUSSOLO, RG nº ..... e CPF nº ....., Decreto ...., doravante denominada CONTRATANTE e, de outro lado, o(a) Sr(a). ....., RG nº ..... CPF nº ....., doravante denominado(a) CONTRATADO(A), acordam nas seguintes cláusulas:
DA FUNDAMENTAÇÃO
O presente contrato reger-se-á pelas disposições da Lei Estadual nº 323, de 31/12/2001, modificada pela Lei Estadual nº 807/2011.
DO OBJETO
O objeto do presente é a contratação de pessoal por tempo determinado, para atuar na função de TRADUTOR/INTÉRPRETE DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS-LIBRAS para atender às demandas das escolas da Rede Pública Estadual de Ensino e Centros de Atendimento Especializado da SEED/RR.
DAS ATRIBUIÇÕES DO CONTRATADO
Fazer tradução de textos da Língua Portuguesa para Libras e de Libras para Língua Portuguesa; intermediar a comunicação entre surdos e ouvintes em diferentes situações; prestar serviços de tradução e interpretação em seminários, palestras e outros eventos, quando solicitado; intermediar a comunicação com as famílias e comunidade, ainda realizar outras atividades correlatas; cumprir os dias letivos previstos no calendário escolar; comparecer, quando convocado, às atividades não previstas no calendário escolar; participar do planejamento para inteirar-se, antecipadamente, do conteúdo; desempenhar as demais tarefas indispensáveis para atingir os fins educacionais da escola e do processo de ensino e aprendizagem; zelar os preceitos éticos da confiabilidade, imparcialidade, discrição e fidelidade na tradução/interpretação; além das atribuições descritas acima, deverá seguir orientação determinada pela gestão escolar e SEED/RR.
DAS OBRIGAÇÕES
O Governo do Estado de Roraima obriga-se a pagar ao CONTRATADO, a título de remuneração, o valor de R$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais), sobre o qual incidirá os descontos legais.
DA VIGÊNCIA
O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser renovado por igual período, a critério da SEED/RR, por excepcional interesse público.
DA RESCISÃO CONTRATUAL
Rescindir-se-á o presente contrato:
Pelo término do prazo contratual, sem indenização;
Por iniciativa do (a) CONTRATADO (a) sem indenização, mediante comunicação ao Governo do Estado de Roraima, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
Por iniciativa do Governo do Estado de Roraima, decorrente de conveniência Administrativa, com pagamento, ao CONTRATADO, de indenização correspondente a 10% do que lhe caberia referente ao restante do contrato;
Por iniciativa do Governo do Estado de Roraima, decorrente de descumprimento de cláusula do presente contrato e de normas regulamentadoras sem indenização, sem prejuízo das responsabilidades civis por danos causados ao Estado.
Por abandono da unidade de exercício, por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, injustificadamente;
Por descumprimento das atribuições contratuais do cargo;
Por óbito do CONTRATADO.
DO FORO
As partes elegem o foro da cidade de Boa Vista/RR, para dirimir quaisquer dúvidas e/ou litígios advindos da aplicação deste contrato.
E por estarem justos e acordados, depois de lido e achado conforme, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual forma e teor, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de duas testemunhas que abaixo assinam.
Boa Vista/RR, ( ) de ( ) de 2019.

LEILA SOARES DE SOUZA PERUSSOLO **Secretária de Estado da Educação e Desporto** **Decreto Nº 16-P de 10/12/2018**	**Contratado**
Testemunha: **RG .....** **CPF nº .....**	
Testemunha: **RG .....** **CPF nº .....**	

Portaria nº 151/19/SEED/GAB/RR
A SECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E DESPORTOS, de acordo com o estabelecido no Art. 28 da Resolução CEE/RR nº 11/16 e no uso de suas atribuições legais e regulamentares,
RESOLVE;
Art. 1º Tornar público os nomes dos alunos concludentes do Ensino Fundamental Regular de 9 anos e Ensino Médio Regular, no ano letivo de 2018 da Escola Estadual Maria Francisca da Costa Moraes, localizada no Município de Alto Alegre/Vila São Silvestre/RR.
Ensino Fundamental Regular de 9 anos - ano 2018
116.736.885.867- Angelita Albuquerque dos Santos; 119.833.280.497 – Angelica de Almeida Albuquerque; 119.207.183.110 – Creuza Maria da Costa Carvalho; 116.735.555.600 – Kailany Vitória Souza Messias; 119.130.141.507 – Lúcio Françuar da Costa Pereira; 118.989.602.326 – Matheus Santos Thomas; 110.049.381.791 – Nislainy Kailane Moraes dos Reis; 112.794.071.580 – Ruth Lopes Mota; 114.662.700.683 – Sara da Silva Gentil; 119.011.189.590 – Thayssa Jaine Siqueira Silva; 119.207.104.341 –Taynara Kamilly Sobral Ferreira; .
Ensino Médio Regular – ano 2018.
110.271.574.592 – Eduardo Soares Pereira da Silva; 114.549.488.769 – Elivânia Mota Peixoto; 116.632.719.413 – Jonathan Pedro Ambrosio da Silva; 113.068.266.911 – Kaio Manoel Pereira Silva;111.105.519.324 – Kayke Erasmo Pereira Silva; 114.700.442.343 – Maria Diná Gustavo Mota Penhalosa; 114.323.096.339 – Natacha Gomes Souza..
Art.2ºesta portaria entra em vigor na data da sua publicação.
Boa Vista – RR, 14 de fevereiro de 2019.
LEILA SOARES DE SOUZA PERUSSOLO
Secretária de Estado de Educação e Desportos/SEED/RR

Portaria nº 152/19/SEED/GAB/RR
A SECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E DESPORTOS, de acordo com o estabelecido no Art. 28 da Resolução CEE/RR nº 11/16 e no uso de suas atribuições legais e regulamentares,
RESOLVE;
Art. 1º Tornar público os nomes dos alunos Concludentes do Ensino Fundamental Regular, nos Anos Letivos de 1991, 1998 e 2018 e 1995 do Supletivo Seriado de 1º Grau, da Escola Estadual Buriti, localizada no Município de Boa Vista/RR.
Ensino Fundamental Regular, Ano letivo 1991.
Rayssa Figueiredo de Sousa
Ensino Fundamental Regular, Ano letivo 1998.
Mayk Rangel Cavalcante Sousa Ribeiro
Ensino Fundamental Regular, Ano letivo 2018.
Acrícia Achylla Araujo da Silva, ID: 119.315.573.810; Analice Kristine da Conceição Bezerra, ID: 112.605.467.308; Antonio Rodrigo Mulato da Silva, ID: 120.830.465.870; Ávila dos Santos Amorim, ID: 119.054.456.107; Cleysson Wandrell Sampaio dos Santos, ID: 117.229.506.769; Daira Dias Pulido, ID: 120.902.515.739; Deiveni Richarde Lopes de Castro, ID: 115.306.180.107; Diego de Souza Cunha, ID: 120.597.735.203; Dieumise Dorvil, ID: 177.576.520.573; Emerson Silva Duarte, ID: 120.473.510.579; Exner José Petruce Mejias, ID: 177.609.414.556; Felipe de Lima dos Santos, ID: 119.029.937.997; Fernando Paz Araújo, ID: 120.699.570.807; Filipe da Silva Portela, ID: 0000.000.000.000; Geomarques Moreira da Silva, ID: 111.410.608.769; Geovana Silva de Souza, ID: 118.537.491.178; Gésica Márcia Gomes Costa, ID: 121.438.797.175; Gleyson Abreu Tabosa, ID: 116.577.812.240; Graciele Soares da Silva, ID: 120.809.165.308; Guilherme Antonio Sampaio de Carvalho, ID: 119.007.737.324; Hemilly Estefany Silva Lima, ID: 116.415.636.994; Henderson Alexander Rincon Albarran, ID: 177.576.536.496; Hewellyn Fernanda dos Santos Gomes, ID: 119.668.794.310; Iran Lucas Lima de Oliveira Vieira, ID: 112.529.648.467; Isaías Paurá de Sousa, ID: 119.084.569.813; Isak Cash Dezan de Souza, ID: 120.596.135.237; Jaíne Silva Coelho, ID: 120.616.348.001; Jean Kenned Oliveira dos Santos, ID: 116.428.180.110; Jessé Neto de Alencar, ID: 119.008.268.794; Jhonatan Barbosa de Paiva, ID: 116.390.233.999; Joan Manuel Escobar Hidalgo, ID: 177.576.751.893; Joshet David Blanca Gonzalez, ID: 177.576.848.706; Josiandra Bezerra Sadanha, ID: 119.014.898.680; Juciele Moreira da Silva, ID: 119.895.355.342; Klayne Shayane Fernandes Peixoto, ID: 116.411.456.762; Luan Castro Ramos da Silva, ID: 120.433.041.195; Lucas Vinycios Cruz de Jesus, ID: 120.479.898.501; Luis Fernando de Souza Costa, ID: 118.591.025.147; Luiz Guilherme Rarris Campos, ID: 116.428.418.389; Mainá Francisca da Silva, ID: 117.875.988.100; Marcos Ryan Lopes da Conceição, ID: 112.495.754.782; Maria José Leonett Milano, ID: 177.576.680.007; Mariana Ester Blanca Gonzalez, ID: 177.576.779.631; Mateus dos Santos Gomes, ID: 117.253.948.393; Mirelhey Cristina Vieira de Paula, ID: 119.015.015.405; Natan Vermeck Vilhena, ID: 120.450.468.770; Paulo Roberto Félix Torreias, ID: 120.428.374.742; Paulo Victor dos Santos Braga Vieira, ID: 121.369.911.083; Pedro Afonso Lucas Milton da Silva, ID: 119.019.401.873; Raylane Jordan de Oliveira, ID: 119.207.318.813; Raynara Larissa Souza Moura, ID: 119.004.728.723; Ronison Peixoto da Silva, ID: 114.582.045.021; Tawan Leonidas Moreira Silva, ID: 116.502.045.315; Thalyne Rodrigues Lisboa, ID: 116.576.633.203; Thamiris Sthefany Torres Diniz, ID: 121.370.643.089; Vinicius Silva de Oliveira, ID: 119.018.563.993; Vitória de Oliveira Soares, ID: 122.284.555.399; Wendryo Eduardo Silva Figueira, ID: 113.807.142.141; Willhia dos Reis Oliveira Santos, ID: 116.389.559.568; Yasmim Shamila de Sousa, ID: 119.020.663.088.
Supletino Seriado de 1º Grau, Ano letivo 1995.
Raimundo Dennes Silva Araujo
Art.2º esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.
Boa Vista – RR, 14 de fevereiro de 2019.
LEILA SOARES DE SOUZA PERUSSOLO
Secretária de Estado de Educação e Desportos/SEED/RR

Portaria nº 153/19/SEED/GAB/RR
A SECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E DESPORTOS, de acordo com o estabelecido no Art. 28 da Resolução CEE/RR nº 11/16 e no uso de suas atribuições legais e regulamentares,
RESOLVE;
Art. 1º Tornar Público os nomes dos alunos concludentes do Ensino Fundamental Regular, Ensino Médio e Ensino Fundamental , Ensino Médio EJA, ano letivo de 2018., Ensino Médio Regular 2016 e Ensino Médio EJA-2017.2,da Escola Estadual Dom Pedro II, localizada no Município de Iracema – RR.
Ensino Fundamental Regular– 2018.
111849119081 Ana Caroline Costa Chaves;1188588532;Amanda Larisa Sousa de Paiva;113130786383 Cileide Lima de Oliveira;111615059770 Alynne Viana Barroso;112794108173 Damilly Coutinho Conceição;113660693404 Graziele de Sá Santos;120401143430 Bracilicia Neta Alves Oliveira; 116647763626 Carlos Eduardo Melo Guivares;111016933559 Cris Antonelly Silva Dias;110413613436 Dulce Maria dos Santos Gomes;116616155705 ExleyRithenzo Pereira Cardoso ;113432739515 João Henrique Cipriano de Oliveira;11282696985 Flavio Sousa da Silva;119275020042 Fernanda Delfino Saboia;111888318952 Gustavo Silva Assis;119171373119 Hermicis Pascoal Bernadino de Sousa;110152445489 Leandro Gomes da Silva;116639402407 Leudilene dos Santos Araújo;114505967239 Luana da Silva Araújo; 112830503901 Lucas Sousa Galvão;116684347096 Luana Lavinha Almeida Oliveira;116647592040 Manuela Silva Machado;117813632779 Marcos Henrique Santana de Carvalho;115269975334 Matheus Barros Santos;113322283568 Maria Vitória Damascena Rocha;110256975334Mateus Barros Santos; 116647592040Marina da Silva Conceição;114584485339 NaelyLorrana Viana Pereira;119276265871 Nalanda Gabriela Monteiro;112602413789 Rafaella Andrade do Nascimento Marques; 112302107763 Rebeca Maria Monteiro Rodrigues;111237819236 Regisson Ferrais da Silva; 111018486851 SamyriRillary Araújo da Silva;112250135500 Thaylane de Jesus Alves;116637247684 Thiago Araújo Mendonça;12774795955 Tayla Maria Santiago Teixeira;116814162988 Victor Eduardo Silva Barbosa;110641385438 Weverton Moreira Portela.
Ensino Médio Regular– 2017.2.
1126000437974 Adriele Silva do Nascimento;110831382359 Adrirrar Souza Milhomem;110605018994 Andressa Bezerra da Silva;111057578460 Ana Carolina da Conceição Sousa;113430735296 Andreyna de Sousa Martins;113430735377 Bianca Silva Oliveira;113055372467 Carlos Daniel Almeida Silva;112416539760 Dayanne Silva Santos;110939627557 Edvaldo Rego Filho;110037955283 Elison Costa de Sousa;110185294110 Eremilda da Silva Souza;1137322740187 Eziel pereira Duarte;110335654907 Emylaine Silva Dias;1166036014501450 Fernanda Ferreira Coelho;116617580612 Isabelly Andrade Lima;110605026551 Jannyne dos Santos Moraes;110982074084 Joabe Felix Barroso;111543569497 Juan Lucio Silva;114963128135 Kerolayne da Conceição Sousa;116170915616 Laiane Viana de Brito;114549509782 Lucas Miqueias Cardoso Souza;111845585665 Lairakatheryne dos Santos Almeida110947684211 Luana Sampaio urçulino;110152438512 Lucas Augusto Sales Rocha;112679489062 Luenny Khadija Sampaio Urçulino;1104833215847 Maria Eduarda Delfino de Andrade;111888296290 Marinayrakéssia Evangelista de Almeida;112977463762 Makson Berg Silva do Carmo;112747604372 Mailton Gomes Rodrigues;112826972854 NaylaChist Nascimento de Sousa;114427610756 Raquel de Sousa Lima;110603553965 Ruan Souza Cirqueira;116617270346 TácilaTissiane Batista;116633007123 Sara Caroline Cardoso Rodrigues;1144742062492 Thamula da Silva Oliveira;112675958335 Valéria Caroline da Silva Sousa;115268409793 Virna Araújo dos Santos;112072227711 VanessaVitória da Silva Pereira;111090566564 Vitória Rejé Machado de Andrade112552479204 7 Webert Junior Lima.
Ensino Fundamental EJA– 2018.
113053337052 Adonias Silva Pereira;116630909479 Caio Ferreira da Silva;115666023518 Carlos Manoel da Silva;114219465722 Erick Costa da Silva;115714398113 Francimara de Belem Barroso;112002561310Francisco Sebatião da Silva Oliveira;116529368077Joilton de Araújo Oliveira;114510131673 Luciene Fernandes da Silva;111586135553Lucio Flavio Penha Izel;12332437035 0;123342370350Maria Raimunda Monteiro Nascimento;
Ensino Médio EJA– 2018.2.
116544484600Antonia Renata Sousa Silva;113624194940 Antonio Barros da Silva;1112008752692 Erick Jhonatan Silva dos Santos;114549509600 Fernanda Cardoso da Silva;110831366159Hiago Souza Silva;112265605475 Igor Lopes Ferreira;115246511501Juciane Alves de Sousa;114286613444 Juliana Nascimento Gomes;116652192895 Maria Rosa Pires Cadete;111510691757 Matheus Leandro Durans;116540755588 Thiago Silva de Almeida;111435957694 Valdeíde Silva Lima.
Ensino Médio Regular– 2016.
114926665483Marlison Gomes Rodrigues
Ensino Médio EJA– 2017.2.
112039243487Renisson Oliveira da Silva.
Art.2º esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.
Boa Vista – RR, 14 de fevereiro de 2019.
LEILA SOARES DE SOUZA PERUSSOLO
Secretária de Estado de Educação e Desportos/SEED/RR

Portaria nº 154/19/SEED/GAB/RR
A SECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E DESPORTOS, de acordo com o estabelecido no Art. 28 da Resolução CEE/RR nº 11/16 e no uso de suas atribuições legais e regulamentares,
RESOLVE;
Art. 1º Tornar Público os nomes dos alunos concludentes do Ensino Fundamental Regular, no ano letivo de 2018, Escola Estadual Indígena Apolinário Gimenes, localizada no Município de Amajari/RR.
Ensino Fundamental Regular- 2018
ID. 121820261939 Aline Edaseweeni Rodrigues;ID. 124022346360 Cleyd Conçalo Rodrigues;ID. 121820426016 Diego Tadinhama Rodrigues; ID. Guilherme Aleuta Magalhães; ID. 118998888881LissaneideAleuta Magalhães ID. 121820562890 Reginaldo Wayudima Rodrigues.
Art.2º esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.
Boa Vista – RR, 14 de fevereiro de 2019.
LEILA SOARES DE SOUZA PERUSSOLO
Secretária de Estado de Educação e Desportos/SEED/RR

Portaria nº 155/19/SEED/GAB/RR
A SECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E DESPORTOS, de acordo com o estabelecido no Art. 28 da Resolução CEE/RR nº 11/16 e no uso de suas atribuições legais e regulamentares,
RESOLVE;
Art. 1º Tornar Público os nomes dos alunos concludente do Ensino Fundamental e Ensino Médio, no ano letivo de 2018, do Claretiano Colégio, localizado no Município de Boa Vista/RR.

ANEXO C – EDITAL Nº 1/2025: PROCESSO SELETIVO PARA CADASTRO RESERVA DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, INCLUINDO TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LIBRAS – SEED/RR

PUBLICADO NO DIÁRIO
OFICIAL DO ESTADO
nº 4838 de 03/01/2025

Governo do Estado de Roraima
Secretaria de Estado da Educação e Desporto
"Amazônia: patrimônio dos brasileiros"

EDITAL Nº 1/2025/SEED/GAB/RR

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA COMPOSIÇÃO DE CADASTRO RESERVA DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA – PROFESSOR DO ENSINO FUNDAMENTAL (6º AO 9º ANO), ENSINO MÉDIO, MODALIDADE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA (2º E 3º SEGMENTOS); PROFESSOR AUXILIAR; DOCENTE/ INSTRUTOR E SUPERVISOR/INSTRUTOR (ADMINISTRAÇÃO, AGRONOMIA, ENFERMAGEM, FARMÁCIA, VIGILÂNCIA SANITÁRIA, SAÚDE COLETIVA E/OU EPIDEMIOLOGIA E DIREITO); PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR (CUIDADOR DE ALUNOS); TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS; INSTRUTOR E REGENTE DE BANDAS E FANFARRAS PARA ATENDER O CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PROF. ANTONIO DE PINHO LIMA - CEEPPAPL E AS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO - CAPITAL E INTERIOR.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO DE RORAIMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 270-P, de 08 de abril de 2024, torna público o **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA COMPOSIÇÃO DE CADASTRO RESERVA DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA – PROFESSOR DO ENSINO FUNDAMENTAL (6º AO 9º ANO), ENSINO MÉDIO E MODALIDADE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA (2º E 3º SEGMENTOS); PROFESSOR AUXILIAR; DOCENTE/INSTRUTOR E SUPERVISOR/INSTRUTOR (ADMINISTRAÇÃO E/OU RECURSOS HUMANOS, AGRONOMIA, ENFERMAGEM, FARMÁCIA, VIGILÂNCIA SANITÁRIA, SAÚDE COLETIVA E/OU EPIDEMIOLOGIA E DIREITO); PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR (CUIDADOR DE ALUNOS); TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS; INSTRUTOR E REGENTE DE BANDAS E FANFARRAS PARA ATENDER O CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PROF. ANTONIO DE PINHO LIMA - CEEPPAPL E AS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO - CAPITAL E INTERIOR, DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO – SEED/RR**, nos termos do Art. 37, Inciso IX da Constituição Federal, das Leis Federais nº 10.436/2002, 12.319/2010, 12.764/2012, 13.415/2017 e 14.704/2023, da Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva (2008) e da Lei Estadual n° 323/2001, modificada pela Lei Estadual nº 807/2011 e Portaria nº 02980/16/SEED/GAB/RR de 13/12/2016 (DOE/RR nº 2901 de 14/12/2016), Portaria Normativa nº 07/22/SEED/GAB/RR de 08/06/2022 (DOE/RR nº 4217 de 08/06/2022).

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Este Processo Seletivo Simplificado será realizado pela Secretaria de Estado da Educação e Desporto de Roraima – SEED-RR, com suporte técnico do Instituto de Educação de Roraima – IERR, sob a coordenação e supervisão da Comissão Geral Organizadora dos Processos Seletivos Simplificados da SEED - RR, para composição de Cadastro Reserva de Profissionais da Educação Básica - Professor do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano), Ensino Médio, Modalidade da Educação de Jovens e Adultos – EJA; Professor Auxiliar; Docente/Instrutor e Supervisor/Instrutor (Administração e/ou Recursos

Humanos, Agronomia, Enfermagem, Farmácia, Vigilância Sanitária, Saúde Coletiva e/ou Epidemiologia e Direito), Profissional de Apoio Escolar (Cuidador de Alunos); Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais – Libras; Instrutor e Regente de Bandas e Fanfarras para atender o Centro Estadual de Educação Profissional Prof. Antonio de Pinho Lima - CEEPPAPL e as escolas da rede pública estadual de ensino - Capital e Interior, da Secretaria de Estado da Educação e Desporto – SEED/RR, operacionalizado por Subcomissões.

1.2. O (a) Profissional da Educação Básica quando contratado (a) temporariamente desenvolverá suas atividades nas unidades de ensino da rede pública estadual de ensino - capital e interior, cujos locais e turnos serão definidos de acordo com a necessidade da Administração Pública.

1.3. O prazo de validade deste Processo Seletivo Simplificado inicia-se na homologação e encerra-se em 30 de dezembro de 2025.

1.4. Este Processo Seletivo Simplificado destina-se à composição de cadastro reserva de Profissionais da Educação Básica – com valor orçamentário anual de R$ 127.604.835,85 (cento e vinte e sete milhões, seiscentos e quatro mil, quarenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos), assim distribuídos: R$ 78.626.045,10 (setenta e oito milhões, seiscentos e vinte e seis mil, quarenta e cinco reais e dez centavos), para o cargo de Professor do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano), Ensino Médio, Modalidade da Educação de Jovens e Adultos - EJA (2º e 3º Segmentos); R$ 34.246.531,12 (trinta e quatro milhões, duzentos e quarenta e seis mil, quinhentos e trinta e um reais e doze centavos), para o cargo de Professor Auxiliar; R$ 2.047.587,63 (dois milhões, quarenta e sete mil, quinhentos e oitenta e sete reais e sessenta e três centavos), para o cargo de Docente/Instrutor e Supervisor/Instrutor (Administração e/ou Recursos Humanos, Agronomia, Enfermagem e Farmácia, Vigilância Sanitária, Saúde Coletiva e/ou Epidemiologia e Direito); R$ 9.428.562,00 (nove milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, quinhentos e sessenta e dois reais), para o cargo de Profissional de Apoio Escolar (Cuidador de Alunos); R$ 865.150,00 (oitocentos e sessenta e cinco mil, cento e cinquenta reais), para o cargo de Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais - Libras; R$ 1.132.560,00 (um milhão, cento e trinta e dois mil, quinhentos e sessenta reais) para o cargo de Instrutor de Bandas e Fanfarras e R$ 1.258.400,00 (um milhão duzentos e cinquenta e oito mil e quatrocentos reais), para o cargo de Regente de Bandas e Fanfarras, para atender o Centro Estadual de Educação Profissional Prof. Antonio de Pinho Lima - CEEPPAPL e as escolas da rede pública estadual de ensino - Capital e Interior, da Secretaria de Estado da Educação e Desporto – SEED/RR.

1.5. A inscrição do (a) candidato (a) implicará no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, não cabendo, portanto, a alegação de desconhecimento.

1.6. É de inteira responsabilidade do (a) candidato (a) acompanhar a publicação de todos os atos referentes a este Processo Seletivo Simplificado no endereço eletrônico https://ierr.edu.br/pss2501 e no Diário Oficial do Estado de Roraima – DOE/RR (endereço eletrônico www.imprensaoficial.rr.gov.br).

1.7. É reservado à SEED-RR o direito de convocar e contratar a quantidade de profissionais que atenda às necessidades da Administração Pública.

1.8. As vagas destinadas aos cargos de Instrutor/Docente e Supervisor/Docente destinam-se ao atendimento das necessidades do Centro Estadual de Educação Profissional Prof. Antonio de Pinho Lima - CEEPPAPL.

1.9. A seleção será por meio da avaliação documental, avaliação de títulos e provas práticas, conforme disposto no subitem 6.1, deste Edital e compreenderá:

a) análise de documentos de caráter eliminatório onde será verificado se a documentação do (a) candidato (a) está em conformidade ao que dispõe o subitem 5.5, deste Edital.

b) avaliação de títulos de caráter classificatório, onde será avaliada a condição de habilitação de acordo com o subitem 7.1, deste Edital.

c) avaliação prática de caráter classificatório, onde será avaliada a habilidade conforme subitens 7.5.1.1 para os (as) candidatos (as) que concorrem aos cargos de Instrutor e Regente de Bandas e Fanfarras e 7.5.3.1 para o Profissional Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais - Libras.

1.9. À pessoa com deficiência (PcD) é assegurado o direito de candidatar-se a uma vaga desde que a

deficiência não seja incompatível com as atribuições do cargo.

1.10. Nos termos do § 3º, Artigo 5º da Lei Complementar nº 053/2001, 10% das vagas do certame, serão reservadas às pessoas com deficiência (PcD).

1.11. A contratação temporária pretendida por este Edital extinguir-se-á:

a) pelo término do prazo contratual, sem indenização;

b) por iniciativa do (a) contratado (a), sem indenização, mediante comunicação à contratante;

c) por iniciativa da contratante, decorrente de conveniência administrativa;

d) por iniciativa da contratante decorrente de descumprimento de cláusula contratual e de normas regulamentadoras sem indenização, sem prejuízo das responsabilidades civis por danos causados ao Estado;

e) por abandono da unidade de exercício, por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, injustificadamente;

f) por descumprimento das atribuições contratuais do cargo;

g) por óbito do (a) contratado (a).

1.12. O (a) candidato (a) classificado (a) e convocado (a) que se declarar ocupante de outro cargo, no ato da contratação, deverá comprovar por meio de Certidão emitida pelo Departamento de Recursos Humanos do órgão competente ou empregador (especificando a carga horária semanal e horário de trabalho) a compatibilidade de horário entre as jornadas de trabalho, conforme dispõe o Art. 37, Inciso IX da Constituição Federal e a Lei Estadual nº 323/2001, modificada pela Lei Estadual nº 807/2011.

1.13. O (a) candidato (a) classificado (a) quando convocado (a) assinará, no ato da contratação, a Declaração de Acumulação de Cargos, Empregos ou Funções (formulário disponibilizado pelo DRH no ato da assinatura do contrato).

1.14. Fica vedada a inscrição para mais de um cargo, disciplina, área de atuação ou município, resultando em desclassificação do (a) candidato (a), caso ocorra duplicidade de inscrição.

1.15. Quando convocado, o (a) candidato (a) será lotado (a) no cargo, disciplina, área de atuação ou município, informado no ato da inscrição não havendo transferência no período de vigência do contrato temporário de trabalho, sob pena de rescisão contratual. Exceto por interesse da Administração Pública, que poderá convocar profissionais do Cadastro Reserva para contratar e desenvolver suas atividades em município distinto daquele para o qual realizou o processo seletivo.

2. DOS REQUISITOS BÁSICOS

2.1. O (a) candidato (a) deverá:

a) ser brasileiro (a) nato ou naturalizado (a) conforme legislação vigente;

b) ter 18 (dezoito) anos completos na data da inscrição.

c) estar em dia com as obrigações eleitorais (na convocação);

d) estar quite, se do sexo masculino, com as obrigações militares (na convocação);

e) certidão de Antecedentes Criminais (âmbito federal e estadual) (na convocação);

f) atender às condições específicas prescritas para o preenchimento do cargo;

g) possuir certificado de conclusão de nível médio ou diploma de conclusão de curso superior (licenciatura ou bacharelado), conforme exigência do cargo pretendido, expedido ou revalidado por instituição brasileira credenciada.

2.2. O (a) candidato (a) que não atender aos requisitos básicos obrigatórios será desclassificado do certame.

3. DAS VAGAS

3.1. A formação de Cadastro Reserva visa suprir exclusivamente às vacâncias e afastamentos legais de servidores efetivos, uma vez que não há candidatos habilitados em concurso público vigente para

convocação.

3.2. Os cargos disponíveis para composição do Cadastro Reserva deste certame, encontram-se elencadas nos Anexos III a IX, deste Edital.

3.3. Todos (as) os classificados (as), em ordem decrescente, formarão o Cadastro Reserva da SEED/RR para os cargos constantes neste Edital.

3.4. Não havendo classificados (as) para as vagas reservadas às pessoas com deficiência (PcD), estas serão preenchidas pelos (as) demais candidatos (as) classificados (as), observada a ordem de classificação final.

4. DA FUNÇÃO, ATRIBUIÇÕES, CARGA HORÁRIA E REMUNERAÇÃO DOS CARGOS

4.1. As atribuições, carga horária e remuneração, para os cargos/funções a que se refere este Edital, encontram-se assim descritas:

FUNÇÃO	ATRIBUIÇÕES	
Professor da Educação Básica do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano), Ensino Médio e Modalidade da Educação de Jovens e Adultos – EJA (2º e 3º Segmentos).	Cumprir os dias letivos; ter habilidade para planejar e ministrar as horas-aula estabelecidas pela legislação vigente; participar da proposta pedagógica da escola; participar da elaboração e cumprir o plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola; aplicar a mediação de aprendizagem nas aulas; zelar pela aprendizagem dos alunos, estabelecendo e desenvolvendo estratégias de recuperação paralela ou de reforço de aprendizagem; além das atribuições descritas acima, deverá seguir orientação determinada pela SEED-RR e pela gestão escolar.	
Carga Horária/ Remuneração.	**Professor 30 (trinta) horas semanais sendo**: 20 (vinte) horas para docência em sala de aula; 10 (dez) horas de trabalhos pedagógicos na unidade escolar, atendendo determinação da SEED-RR, à luz do disposto na legislação educacional vigente.	R$ 4.577,36
	Professor 25 (vinte e cinco) horas semanais sendo: 16 (dezesseis) horas para docência em sala de aula; 09 (nove) horas de trabalhos pedagógicos na unidade escolar, atendendo determinação da SEED-RR, à luz do disposto na legislação educacional vigente.	R$ 3.814,45
	Professor 16 (dezesseis) horas semanais sendo: 11 (onze) horas para docência em sala de aula; 05 (cinco) horas de trabalhos pedagógicos na unidade escolar, atendendo determinação da SEED-RR, à luz do disposto na legislação educacional vigente.	R$ 2.441,25
Professor Auxiliar	Cumprir os dias letivos; ter habilidade para planejar e ministrar as horas-aula estabelecidas pela legislação vigente; atuar no desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas da turma em parceria com os professores titulares e os professores do Atendimento Educacional Especializado; participar da seleção, elaboração e confecção de materiais didático-pedagógicos acessíveis; participar da dinâmica escolar para atender as necessidades de planejamento compartilhado nas diversas áreas do conhecimento; colaborar com a equipe pedagógica na organização e preenchimento de documentos, e elaboração de relatórios de interesse do estudante com TGD/TEA ou outras deficiências;	

	auxiliar o professor de área específica no desenvolvimento de suas atividades; promover adaptações necessárias de acesso ao currículo escolar, utilizando recursos pedagógicos acessíveis; realizar outras atividades correlatas à função. Além das atribuições descritas acima, deverá seguir orientações contidas no *Guia de Orientação para Atendimento à Educação Especial na Perspectiva Inclusiva – 2024/SEED/RR.*	
Carga Horária/ Remuneração	**Professor 30 (trinta) horas semanais sendo**: 20 (vinte) horas para docência em sala de aula; 10 (dez) horas de trabalhos pedagógicos na unidade escolar, atendendo determinação da SEED-RR, à luz do disposto na legislação educacional vigente.	R$ 3.792,94
Docente/Instrutor Bacharel em Administração e/ou Recursos Humanos	Ministrar aulas teóricas e teórico/práticas no campo da Administração, bem como desenvolver nos estudantes competências e habilidades de planejamento, e execução de atividades de uma organização nos mais diversos segmentos, com o uso de ferramentas de gestão financeira, de pessoas, de marketing e de produção de forma sustentável; participar de reuniões convocados pela Gerência Técnica Pedagógica – GTP. Além das atribuições descritas acima, deverá seguir orientação determinada pela gestão do CEEPPAL/SEED/RR e cumprir com demais atividades correlatas.	
Docente/Instrutor Bacharel em Agronomia	Ministrar aulas teóricas e teórico/práticas no campo das ciências agrárias, recursos naturais para a produção de alimentos, fibras e outros produtos como também trabalhar as diversas etapas do processo produtivo desde o planejamento até a colheita e pós-colheita; participar de reuniões convocados pela Gerência Técnica Pedagógica – GTP. Além das atribuições descritas acima, deverá seguir orientação determinada pela gestão do CEEPPAL/SEED/RR e cumprir com demais atividades correlatas.	
Docente/Instrutor Bacharel em Farmácia	Ministrar aulas teóricas e teórico/práticas no campo da Farmácia, nos processos de assistência farmacêutica, na preparação de produtos farmacêuticos e afins; participar de reuniões convocadas pela Gerência Técnica Pedagógica – GTP. Além das atribuições descritas acima, deverá seguir orientação determinada pela gestão do CEEPPAL/SEED/RR e cumprir com demais atividades correlatas.	
Docente/Instrutor Bacharel em Enfermagem	Ministrar aulas teóricas e teórico/práticas na prevenção de doenças e promoção da saúde, primeiros socorros, respeitando as práticas e saberes tradicionais indígenas; participar de reuniões convocadas pela Gerência Técnica Pedagógica – GTP. Além das atribuições descritas acima, deverá seguir orientação determinada pela gestão do CEEPPAL/SEED/RR e cumprir com demais atividades correlatas.	
Docente/Instrutor Bacharel em Enfermagem	Ministrar aulas teóricas e teórico/práticas no campo das Bases Biológicas aplicadas à Saúde e Biossegurança; participar de reuniões convocadas pela Gerência Técnica Pedagógica – GTP. Além das atribuições descritas acima, deverá seguir orientação determinada pela gestão do CEEPPAL/SEED/RR e cumprir com demais atividades correlatas.	

Docente/Instrutor Bacharel em Vigilância Sanitária, Saúde Coletiva e/ou Epidemiologia	Ministrar aulas teóricas e teórico/práticas na promoção e preservação da saúde, bem como, promover ações capazes de eliminar, diminuir ou prevenir reiscos à saúde; trabalhar com a regulação de procedimentos, ambientes. Participar de reuniões convocadas pela Gerência Técnico Pedagógica-GTP. Além das atribuições descritas acima, deverá seguir orientação determinada pela gestão do CEEPPAL/SEED/RR e cumprir com demais atividades correlatas.	
Docente/Instrutor Bacharel em Direito	Ministrar aulas teóricas e teórico/práticas no campo do Direito, bem como, desenvolver nos estudantes noções jurídicas com habilidades administrativas, como organização financeira, arquivamento e desenho de processos. Participar de reuniões convocadas pela Gerência Técnico Pedagógica-GTP. Além das atribuições descritas acima, deverá seguir orientação determinada pela gestão do CEEPPAL/SEED/RR e cumprir com demais atividades correlatas.	
Supervisor/Instrutor Bacharel em Administração e/ou Recursos Humanos	Acompanhar o estudante/estágio na realização das atividades em seu campo de estágio; elaborar o Plano de atividades em conjunto com o supervisor da empresa concedente de Estágio; orientar os estudantes/estagiários quanto ao preenchimento das fichas de atividades desenvolvidas no estágio; promover momentos de reflexão crítica juntamente com os estudantes/estagiários zelando pela qualidade das atividades; acompanhar e avaliar o rendimento dos estudantes/estagiários; participar de reuniões convocadas pela Gerência Técnico Pedagógica-GTP. Além das atribuições descritas acima, deverá seguir orientação determinada pela gestão do CEEPPAL/SEED/RR e cumprir com demais atividades correlatas.	
Carga Horária/ Remuneração	30 horas semanais	R$ 4.199,06
Profissional de Apoio Escolar (Cuidador de Alunos).	Desenvolver atividades de suporte para alimentação, locomoção, higiene corporal, vestimenta, comunicação, orientação espacial, manipulação de objetos, transferência postural, brincadeiras e atividades correlatas, de acordo com a rotina escolar do aluno com deficiência e/ou Transtorno do Espectro Autista - TEA, garantindo a ele segurança, bem-estar e melhor adaptação no ambiente escolar. Além das atribuições descritas acima, deverá seguir orientações contidas no *Guia de Orientação para Atendimento à Educação Especial na Perspectiva Inclusiva – 2024/SEED/RR.*	
Carga Horária/ Remuneração	30 horas semanais	R$ 1.800,00
Profissional Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais - Libras.	Intermediar a comunicação entre surdos e ouvintes por meio da Língua Brasileira de Sinais - Libras para a língua oral e vice-versa; intermediar a comunicação entre surdos e surdos por meio da Libras para outra língua de sinais e vice-versa; traduzir textos escritos, orais ou sinalizados da Língua Portuguesa para a Libras e outras línguas de sinais e vice-versa; realizar outras atividades correlatas à função. Além das atribuições descritas acima, deverá seguir orientações contidas no *Guia de Orientação para Atendimento à Educação Especial na Perspectiva Inclusiva – 2024/SEED/RR.*	
Carga Horária/ Remuneração	30 horas semanais	R$ 2.500,00
Instrutor de Bandas e Fanfarras	Exercer com zelo, cuidado e dedicação às atribuições legais e regulamentares inerentes à função; demonstrar conhecimentos técnicos e profissionais na área	

	da música instrumental contribuindo para melhorar a qualidade musical das apresentações; desenvolver trabalhos com os músicos para garantir que as músicas sejam executadas com precisão, harmonia e ritmo; realizar ensaios em subgrupos instrumentais e com o grupo todo, aplicando técnicas adequadas aos diferentes grupos instrumentais; reger grupos vocais ou instrumentais, estudando o repertório, avaliando a competência vocal ou instrumental do grupo a ser dirigido, escolhendo edição da partitura da obra a ser executada, estabelecendo cronograma conforme repertório selecionado e definindo proposta interpretativa a fim de organizar a execução da música. Além das atribuições descritas acima, deverá seguir orientações contidas na Portaria Normativa nº 16/SEED/GAB, de 18/04/2024 (DOE/RR nº 4681 de 16/05/2024).	
Carga Horária/ Remuneração	30 horas semanais	R$ 1.800,00
Regente de Bandas e Fanfarras	Exercer com zelo, cuidado e dedicação às atribuições legais e regulamentares inerentes à função; demonstrar conhecimentos técnicos e profissionais na área da música instrumental contribuindo para melhorar a qualidade musical das apresentações; dirigir grupos musicais seja coros e orquestras, organizar a expressividade da música; atuar como um importante elo entre o compositor e os instrumentistas que executam a obra; atuar como diretor artístico e administrativo da banda ou fanfarra; zelar pelo ritmo, compasso e educação musical. Além das atribuições descritas acima, deverá seguir orientações contidas na Portaria Normativa nº 16/SEED/GAB, de 18/04/2024 (DOE/RR nº 4681 de 16/05/2024).	
Carga Horária/ Remuneração	30 horas semanais	R$ 2.000,00

4.2. O não cumprimento da função, carga/horária e atribuições dos cargos estabelecidos, acarretará em rescisão contratual.

4.3. Quando da convocação do (a) candidato (a) classificado (a), a lotação será definida pela DILOT/ DRH/SEED/RR, em conformidade com as necessidades da rede pública estadual de ensino, ato que se formalizará com a assinatura do contrato com o valor da remuneração correspondente.

5. DA INSCRIÇÃO

5.1. As inscrições poderão ser realizadas:

a) *online* no seguinte endereço eletrônico: https://ierr.edu.br/pss2501 das 8h do dia 08/01/2025 até as 23h59min do dia 13/01/2025.

b) presencialmente, no auditório do novo prédio da Secretaria de Estado da Educação e Desporto – SEED/RR, localizado na Praça do Centro Cívico, 550 - Centro, Boa Vista - RR, nos dias 08, 09, 10, e 13/01/2025 das 8h00min às 13h30min, conforme definido no cronograma (Anexo I).

5.2. Antes de se inscrever o (a) interessado (a) deverá conhecer o presente Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos.

5.3 Considerando a natureza específica das atribuições do cargo de Profissional de Apoio Escolar (Cuidador de Alunos), os (as) candidatos (as) deverão observar a distribuição das vagas conforme o sexo. Essa distribuição faz-se necessária para garantir a adequação ao perfil exigido para o desempenho das funções, os detalhes sobre a alocação das vagas por sexo, encontram-se especificadas no Anexo VII deste Edital, devendo ser rigorosamente seguidos pelos candidatos no momento da inscrição.

5.4. Serão de exclusiva responsabilidade do candidato o correto preenchimento do formulário *online*, a

geração e posterior inserção dos documentos (pessoais e títulos) em ARQUIVO ÚNICO, no formato específico (PDF), o qual deve ser gerado a partir do MODELO DE ANEXO disponibilizado em formato DOCx. Observando o período da inscrição no cronograma, sob pena de eliminação no certame.

5.5. Documentos **obrigatórios e eliminatórios**, comuns a todos os cargos, no ato da inscrição, o (a) candidato (a) deverá inserir no formulário de inscrição *online* ou apresentar à Subcomissão de Apoio à Inscrição os documentos originais para conferência e digitalização, os seguintes documentos para cadastramento e efetivação da inscrição:

a) CPF;

b) Documento de identificação: serão considerados os expedidos pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação, pelo Corpo de Bombeiros Militares, pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc), por órgão público (que por Lei Federal, valham como identidade), passaporte brasileiro, Carteira Nacional de Habilitação (somente o modelo com foto);

c) certificado de nível médio (ou Certidão/Declaração de conclusão) com Histórico Escolar, expedido por instituições brasileiras credenciadas, para os cargos que exigem formação de nível médio, conforme disposto neste Edital.

d) para os cargos/funções de nível superior: diploma de Licenciatura ou Bacharelado concluído (ou Certidão/Declaração de conclusão) e Histórico Acadêmico, consoante à área/disciplina, cargo/função pretendida**,** expedidos por instituições brasileiras credenciadas, conforme disposto neste Edital.

e) registro junto ao Conselho Profissional da Classe, para os candidatos que concorrem às vagas de Instrutor/Docente e Supervisor/Docente, exceto para Bacharel em Direito.

5.6. Será indeferido qualquer pedido de inclusão de documento após a inscrição.

5.7. Antes de efetuar a inscrição o (a) interessado (a) deverá conhecer o presente Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

5.8. No ato da inscrição, o (a) candidato (a) deverá indicar na Ficha de Inscrição o município, zona, área/ disciplina, cargo/função que pretende atuar.

5.9. A duplicidade de inscrição acarretará em eliminação do (a) candidato (a) no certame.

5.10. É vedada a inscrição para mais de um município, área/disciplina, cargo/função devendo o (a) interessado (a), no ato da inscrição, optar por um único município, área/disciplina, cargo/função dentre os dispostos nos Quadros de Vagas (Anexo III a IX).

5.11. Os títulos deverão ser anexados, no ato da inscrição, em sequência, conforme elencados no item 7.1, respeitando a quantidade máxima estabelecida na respectiva tabela.

5.12. Não será atribuída pontuação a certificados de cursos sem ementa e/ou carga horária.

5.13. Todos os títulos anexados deverão estar legíveis e sem rasuras ou montagens. Caso contrário estarão passíveis de não pontuarem.

5.14. O candidato que se declarar pessoa com deficiência (PcD), deverá marcar a opção disponível para PcD no formulário de inscrição e encaminhar, no anexo único, o laudo médico atestando a deficiência, com expressa referência ao respectivo código de Classificação Internacional de Doenças – CID -10.

5.15. O (a) candidato (a) que, no ato da inscrição, não declarar ser pessoa com deficiência (PcD) é vedado, posteriormente, impetrar recurso em favor dessa condição.

5.16. Todos os documentos apresentados deverão estar legíveis e sem rasuras.

5.17. A relação dos inscritos e, posteriormente dos selecionados/classificados será publicada no endereço eletrônico https://ierr.edu.br/pss2501 e no DOE/RR (endereço eletrônico www.imprensaoficial.rr.gov.br).

5.18. Não será aceito, em hipótese alguma, quaisquer documentos encaminhados após o período de inscrição.

5.19. A apresentação da documentação, no ato da inscrição, não desobriga o candidato a comprovar, a

qualquer tempo, quando solicitado, a comprovação de todos os requisitos e condições estabelecidos neste Edital, sob pena de eliminação do certame ou cancelamento do contrato.

5.20. Somente será permitida uma inscrição por candidato. O candidato que, de alguma forma, efetuar duas ou mais inscrições, que detectadas em qualquer fase, será automaticamente eliminado deste Processo Seletivo Simplificado.

5.21. Os candidatos deverão anexar, no ato da inscrição, toda a documentação e titulação exigida em anexo único utilizando o modelo disponibilizado e seguir as orientações contidas na página de acompanhamento.

6. DA SELEÇÃO

6.1. O processo de seleção deste certame, consistirá das etapas de análise documental, avaliação dos títulos e prova prática de caráter eliminatório e classificatório, de acordo com os critérios estabelecidos neste Edital.

7. DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

7.1. A avaliação dos títulos seguirá os seguintes critérios de pontuação:

7.1.1. PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA - ENSINO FUNDAMENTAL (6º AO 9º ANO), ENSINO MÉDIO E MODALIDADE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA (2º E 3º SEGMENTOS):

ITEM	**TITULOS**	PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA	**PONTUAÇÃO MÁXIMA**
Titulação Acadêmica	Diploma de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (Doutorado) na área pretendida, acompanhado de Histórico Acadêmico, expedido ou revalidado por instituição brasileira credenciada.	30 pontos	30 pontos
	Diploma de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (Mestrado) na área pretendida, acompanhado de Histórico Acadêmico expedido ou revalidado por instituição brasileira credenciada.	25 pontos	25 pontos
	Certificado de Pós-Graduação *Lato Sensu* (Especialização) com carga horária mínima de 360h, na área pretendida, acompanhado de Histórico Acadêmico, expedido ou revalidado por instituição brasileira credenciada.	20 pontos	20 pontos
Titulações Complementares	Certificado de cursos na área da educação ou afim com carga/horária mínima de 20h, nos últimos 05 (cinco) anos.	05 pontos por cada título de 20h (Máximo de 03 títulos)	15 pontos
	Certificado de participação em eventos e/ ou capacitação em áreas de avaliação de processos educacionais, currículo escolar, BNCC, informática educacional, competências socioemocionais, educação especial e/ou inclusiva, metodologias ativas, com ementa e carga/horária igual	05 pontos por cada título de 8h (Máximo de 02 títulos).	10 pontos

	ou superior a 8h, nos últimos 05 (cinco) anos.		
Pontuação Máxima			**100 Pontos**

7.1.2. PROFESSOR AUXILIAR:

ITEM	**TITULOS**	PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA	**PONTUAÇÃO MÁXIMA**
Titulação Acadêmica	Diploma de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (Doutorado) na área da educação, acompanhado de Histórico Acadêmico, expedido ou revalidado por instituição brasileira credenciada.	30 pontos	30 pontos
	Diploma de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (Mestrado) na área da educação, acompanhado de Histórico Acadêmico expedido ou revalidado por instituição brasileira credenciada.	25 pontos	25 pontos
	Certificado de Pós-Graduação *Lato Sensu* (Especialização) com carga horária mínima de 360h, na área da Educação Especial e/ou inclusiva, acompanhado de Histórico Acadêmico, expedido ou revalidado por instituição brasileira credenciada.	20 pontos	20 pontos
Titulações Complementares	Certificado de cursos na área da educação especial e/ou inclusiva com carga/horária mínima de 40h, nos últimos 05 (cinco) anos.	05 pontos por cada título de 20h (Máximo de 03 títulos)	15 pontos
	Certificado de participação em eventos e/ ou capacitação em áreas de avaliação de processos educacionais, currículo escolar, BNCC, informática educacional, competências socioemocionais, metodologias ativas, com ementa e carga/ horária igual ou superior a 20h, nos últimos 05 (cinco) anos.	05 pontos por cada título de 8h (Máximo de 02 títulos).	10 pontos
Pontuação Máxima			**100 Pontos**

7.1.3. DOCENTE/INSTRUTOR E SUPERVISOR/INSTRUTOR – ADMINISTRAÇÃO, AGRONOMIA, ENFERMAGEM E FARMÁCIA, VIGILÂNCIA SANITÁRIA, SAÚDE COLETIVA E/OU EPIDEMIOLOGIA E DIREITO:

ITEM	**TITULOS**	PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA	**PONTUAÇÃO MÁXIMA**

Titulação Acadêmica	Diploma de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (Doutorado) na área pretendida, acompanhado de Histórico Acadêmico, expedido ou revalidado por instituição brasileira credenciada.	30 pontos	30 pontos
	Diploma de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (Mestrado) na área pretendida, acompanhado de Histórico Acadêmico expedido ou revalidado por instituição brasileira credenciada.	25 pontos	25 pontos
	Certificado de Pós-Graduação *Lato Sensu* (Especialização) com carga horária mínima de 360h, na área pretendida, acompanhado de Histórico Acadêmico, expedido ou revalidado por instituição brasileira credenciada.	20 pontos	20 pontos
Titulação Complementar	Certificado de curso na área pretendida, cuja ementa corresponda com as atribuições do cargo pretendido, com carga horária mínima de 60h, nos últimos 05 (cinco) anos.	03 pontos cada (máximo 05 títulos)	15 pontos
	Certificado de participação em capacitação/ formação continuada, relativo a área de atuação cuja ementa corresponda com as atribuições compatíveis com o cargo pretendido, com carga horária mínima de 40h, nos últimos 05 (cinco) anos.	05 pontos cada (máximo 02 títulos)	10 pontos
Pontuação Máxima			**100 Pontos**

7.1.4. PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR (CUIDADOR DE ALUNOS):

ITEM	**TITULOS**	PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA	**PONTUAÇÃO MÁXIMA**
Titulação Acadêmica	Certificado de Curso Técnico de Cuidador com Histórico Escolar.	30 pontos	30 pontos
Titulação Complementar	Certificado de conclusão do Ensino Médio com Histórico Escolar.	25 pontos	25 pontos
	Certificado de curso de formação continuada em áreas afins à função de Cuidador, cuja ementa corrobora com as atribuições descritas no item 4 deste Edital, com carga horária mínima de 40h, nos últimos 5 (cinco) anos.	05 pontos cada (máximo 05 títulos)	25 pontos
	Certificado de curso de formação continuada na área da Educação Especial	04 pontos por cada (máximo de 05	20 pontos

	e/ou Inclusiva com ementa e carga horária mínima de 40h, nos últimos 5 (cinco) anos.	títulos)	
Pontuação Máxima			100 Pontos

7.1.5. TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS:

ITEM	**TITULOS**	PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA	**PONTUAÇÃO MÁXIMA**
Titulação Acadêmica	Diploma de curso Superior na área de Língua Brasileira de Sinais – Libras com Histórico Acadêmico.	30 pontos	30 pontos
	Certificado do Pró-Libras ou qualquer curso de Proficiência em Língua Brasileira de Sinais – Libras, acompanhado de Histórico Acadêmico.	25 pontos	25 pontos
Titulação Complementar	Certificado de curso Avançado de Língua Brasileira de Sinais – Libras, com ementa e carga horária mínima de 120h, nos últimos 5 (cinco) anos.	25 pontos	25 pontos
	Certificado de curso na área da Educação Especial e/ou inclusiva, com ementa e carga horária mínima de 40h, nos últimos 5 (cinco) anos.	20 pontos	20 pontos
Avaliação Prática	Conforme subitem Conforme subitem 7.5.1.1 deste Edital	-	**100 pontos**
Pontuação Máxima			**100 + 100 : 2 = 100 pontos**

7.1.6. INSTRUTOR DE BANDAS E FANFARRAS:

ITEM	**TITULOS**	PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA	**PONTUAÇÃO MÁXIMA**	
Titulação Acadêmica	Diploma de curso de Nível Superior na área da Música acompanhado de Histórico Acadêmico, expedido ou revalidado por instituição brasileira credenciada.	30 pontos	30 pontos	
Titulação Complementar	Certificado de curso na área de Regência em Música, cuja ementa e carga horária mínima de 120h, nos últimos 5 (cinco) anos.	20 pontos	20 pontos	
Avaliação Prática	Conforme subitem 7.5.1.1 deste Edital	50 pontos	50 pontos	

Pontuação Máxima			**100 Pontos**	

7.1.7. REGENTE DE BANDAS E FANFARRAS:

ITEM	TITULOS	PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA	PONTUAÇÃO MÁXIMA	
Titulação Acadêmica	**Diploma de curso de Nível Superior na área da Música acompanhado de Histórico Acadêmico, expedido ou revalidado por instituição brasileira credenciada.**	**30 pontos**	**30 pontos**	
Titulação Complementar	**Certificado de curso na área de Regência em Música, cuja ementa e carga horária mínima de 120h, nos últimos 5 (cinco) anos.**	**20 pontos**	**20 pontos**	
Avaliação Prática	**Conforme Item 7.5.1.1 deste Edital**	**50 pontos**	**50 pontos**	
Pontuação Máxima			**100 Pontos**	

7.2. A avaliação prática para os cargos de Instrutor e Regente de Bandas e Fanfarras e Profissional Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais – Libras, será realizada após o encerramento do processo de seleção das etapas de análise documental e da avaliação dos títulos, conforme cronograma (Anexo I).

7.3. A avaliação prática será individual, gravada e terá caráter eliminatório e classificatório com o tempo de duração máxima de 20 (vinte) minutos de apresentação para cada candidato (a).

7.4. A avaliação prática contará com Banca Avaliadora constituída por membros designados através de Portaria da Secretaria de Estado da Educação e Desporto, para este fim.

7.5. Para os cargos de Instrutor e Regente de Bandas e Fanfarras, a avaliação prática será realizada nas dependências da Divisão de Projetos Especiais - DIPE/DEPE, situada no prédio da antiga Escola Estadual Princesa Isabel, na Av. Jaime Brasil nº 393 - Centro, nesta cidade de Boa Vista - RR, nos dias 10, 11, 12 e 13/02/2025, das 8h às 12h e das 14h às 17h.

7.5.1. A classificação final, será alcançada com a somatória da pontuação obtida na avaliação prática, máximo de 50 (cinquenta) pontos (subitem 7.5.1.1)**,** com a pontuação da avaliação dos títulos, perfazendo nota máxima, de 100 (cem) pontos.

7.5.1.1. Avaliação Prática - Instrutores e Regentes de Bandas e Fanfarras:

Quesitos para Pontuação na Avaliação Prática às cegas sobre instrumentos de sopro	Pontuação Atribuída
Execução de escala cromática	05 pontos
Execução das escalas acima com legato e staccato	05 pontos
Execução de 01 (uma) peça musical de livre escolha	05 pontos

Execução de 01 (uma) peça musical, escolhida por sorteio, com leitura à primeira vista	10 pontos
Quesitos para Pontuação na Avaliação Prática às cegas sobre instrumentos de percussão	-
Leitura métrica de trecho simples de livre escolha	05 pontos
Leitura métrica de trecho à primeira vista	05 pontos
Leitura métrica de trecho simples de livre escolha	05 pontos
Leitura métrica de trecho à primeira vista	05 pontos
Execução de ritmos característicos brasileiros, marchas, dobrados e populares nacionais e internacionais	05 pontos
Pontuação Máxima	**50 Pontos**

7.5.2. Para o cargo de Profissional Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais - Libras a Avaliação Prática consistirá de atividades de tradução e interpretação Libras/Português - Português/ Libras e será realizada no auditório do novo prédio da Secretaria de Estado da Educação e Desporto – SEED/RR, localizado na Praça do Centro Cívico, 550 - Centro, nesta cidade de Boa Vista - RR, nos dias 10, 11, 12 e 13/02/2025, das 8h às 12h e das 14h às 17h.

7.5.3. A classificação final será obtida por meio da média aritmética dos pontos obtidos na avaliação dos títulos (máximo 100 pontos) com a dos pontos da avaliação prática, máximo 100 pontos (subitem 7.5.3.1), ou seja, o resultado da soma das duas avaliações será dividido por 2 (dois), resultando na pontuação final de no máximo 100 (cem) pontos. (Pontuação da Avaliação Prática+Pontuação da Avaliação dos Títulos:2).

7.5.3.1. Avaliação Prática – Profissional Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais – Libras

Quesitos para Pontuação na Avaliação Prática de Língua Brasileira de Sinais - Libras		
Critérios	**Pontuação Atribuída**	**Pontuação Máxima**
Fluência em Libras; Vocabulário Libras; classificadora, uso do espaço; expressão facial/estruturação textual.	50 pontos	50 pontos
Interpretação de texto Libras/Português; Fluência em Português; vocabulário Português; estruturação textual.	50 pontos	50 pontos
Pontuação Máxima	100 pontos	**100 pontos**

7.6. Para operacionalizar o Suporte Técnico às Inscrições Presenciais, o processo de Avaliação de Títulos, a Avaliação Prática (Banca Avaliadora), serão nomeadas Subcomissões Específicas, por meio de Portaria da Secretaria de Estado da Educação e Desporto/SEED-RR.

7.7. Nos certificados e/ou diplomas devem constar a respectiva carga horária sob pena de não serem avaliados.

7.8. Nos certificados de formação continuada deve constar o ementário, conteúdo programático e/ou objetivo de aprendizagem e a referida carga horária sob pena de não serem avaliados.

8. DO RECURSO

8.1. O (a) candidato (a) que desejar interpor recurso contra qualquer etapa prevista neste Edital deverá

fazê-lo, utilizando o formulário constante no Anexo II deste Edital, nas datas definidas para recursos constantes no Cronograma de Execução, através do endereço eletrônico https://ierr.edu.br/pss2501

8.2. O recurso deverá ser objetivo e claramente fundamentado, não sendo admitida a adição de anexos que não tenham sido enviados no ato da inscrição.

8.3. O horário limite para envio de recurso será até às 20h das datas definidas no cronograma de execução (Anexo I) deste Edital.

8.4. Será indeferido o recurso, interposto fora do período/horário estabelecido, entregue por meio diverso do definido no subitem 8.1 e enviado em duplicidade.

8.5. Os recursos serão analisados e julgados pela Comissão Geral Organizadora dos Processos Seletivos Simplificados da SEED-RR, não sendo admitido pedido de reconsideração da decisão proferida.

9. DO RESULTADO PRELIMINAR

9.1. O resultado preliminar consistirá:

9.1.1. Na análise documental e na somatória de pontos da avaliação de títulos;

9.1.2. Na somatória dos pontos da análise documental e da avaliação de títulos com a pontuação das Avaliações Práticas, quando o caso requer.

9.1.3. Os resultados serão publicados no endereço eletrônico https://ierr.edu.br/pss2501 e no DOE/RR (www.imprensaoficial.rr.gov.br), conforme cronograma.

9.1.4. O resultado preliminar estará sujeito a alterações decorrentes do julgamento de recursos e/ou retificações.

10. DO RESULTADO FINAL

10.1. A classificação final do certame será publicada no endereço eletrônico https://ierr.edu.br/pss2501 e no DOE/RR (www.imprensaoficial.rr.gov.br), após a análise dos recursos impetrados contra o Resultado Preliminar.

10.2. Os (as) classificados (as) serão relacionados (as) em ordem decrescente, de acordo com a somatória dos pontos da avaliação dos títulos e da avaliação prática quando se aplicar, observados os critérios de desempate.

10.3. A convocação, contratação e lotação dos (as) candidatos (as) classificados (as) ficarão a critério da SEED-RR.

10.4. Na classificação final, aos (às) candidatos (as) que obtiverem a mesma pontuação, será aplicado o critério de desempate onde terá preferência o (a) candidato (a) com mais idade, contada em ano, mês e dia.

11. DA CONVOCAÇÃO

11.1. A convocação do (a) candidato (a) classificado (a) será de acordo com a necessidade da Administração Pública e serão publicadas no endereço eletrônico https://ierr.edu.br/pss2501 e no DOE/ RR (www.imprensaoficial.rr.gov.br), conforme previsto neste Edital.

11.2. Quando da convocação dos (as) classificados (as) para assinatura do contrato os mesmos serão atendidos no horário das 07h30min às 13h30min, no Departamento de Recursos Humanos-DRH/SEED-RR, situado na Av. Ene Garcez nº 550, Praça do Centro Cívico, Centro, Boa Vista-RR.

11.3. Caso o (a) candidato (a) classificado (a) e convocado (a) não compareça, ou não aceite a contratação, este será excluído do certame e imediatamente convocado (a) o (a) candidato (a) classificado (a) subsequente.

11.4. Não será realizada contratação e lotação por procuração.

11.5. Documentos exigidos no ato da contratação:

a) 01 foto 3x4;

b) CPF;

c) Cédula de Identidade;

d) Carteira de Reservista (para candidatos do sexo masculino);

e) Título de Eleitor;

f) comprovante de Escolaridade com Histórico Acadêmico/Escolar correspondente;

g) comprovante de Residência;

h) PIS/PASEP;

i) Certidão de Antecedentes Criminais (Federal e Estadual);

j) Certidão de Casamento;

k) Certidão de dependentes;

l) comprovante de Conta Bancária (Banco do Brasil);

m) E-Social; e

n) atestado ou laudo médico e respectivo código da Classificação Internacional de Doenças-CID-10 (para pessoas com deficiência – PcD).

o) certificado de nível médio (ou certidão/declaração de conclusão) com Histórico Escolar, expedido por instituições brasileiras credenciadas, para os cargos que exigem formação de nível médio, conforme disposto neste Edital.

p) para os cargos/funções de nível superior: diploma de Licenciatura ou Bacharelado concluído (ou certidão/declaração de conclusão) e Histórico Acadêmico, consoante à área/disciplina, cargo/função pretendida, expedido por instituições brasileiras credenciadas;

q) registro junto ao Conselho Profissional da Classe, para os candidatos que concorrem às vagas de Instrutor/Docente e Supervisor/Docente, exceto para bacharel em Direito.

11.6. Os formulários das Declarações (PcD, Bens, Acumulação de Cargos, Empregos ou Funções e de Desistência) serão disponibilizados aos convocados pelo Departamento de Recursos Humanos – DRH/ SEED-RR, no ato da assinatura do contrato.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Todas as informações prestadas e dados informados, durante todo o período deste certame, serão de inteira responsabilidade do (a) candidato (a).

12.2. A SEED-RR não custeará transporte, alimentação e/ou hospedagem aos (à) candidatos (as) do certame.

12.3. Em caso de recusa da lotação, o (a) candidato (a) convocado (a) assinará Termo de Desistência e imediatamente será convocado (a) o (a) próximo (a) candidato (a) classificado (a) subsequente.

12.4. Caberá à Comissão Geral Organizadora dos Processos Seletivos Simplificados da SEED-RR a elaboração do Edital, análise dos recursos, publicação da relação dos (as) inscritos (as) e do resultado final do certame.

12.5. A SEED/RR, por meio do Departamento de Recursos Humanos-DRH/SEED-RR, convocará, contratará e lotará os (as) candidatos (as) classificados (as), respeitando as prioridades garantidas por Lei.

12.6. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este Edital, devendo encaminhar a solicitação, fundamentada e com exposição de motivo/causa à Comissão Geral Organizadora dos Processos Seletivos Simplificados da SEED-RR, até as 20h da data limite estabelecida no cronograma (Anexo I), através do endereço eletrônico https://ierr.edu.br/pss2501

12.7. A solicitação para impugnar este Edital deverá ser apresentada até às 20h das datas especificadas no Anexo I**.** Após este prazo qualquer solicitação será considerada preclusa.

12.8. O prazo de validade deste Processo Seletivo Simplificado inicia-se na homologação e encerra-se em 30 de dezembro de 2025.

12.9. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Geral Organizadora dos Processos Seletivos Simplificados, da SEED-RR.

Boa Vista/RR, 03 de janeiro de 2025.

(assinatura eletrônica)
MIKAEL WALLAS CUNHA CURY-RAD
Secretário de Estado da Educação e Desporto – SEED/RR
Decreto nº. 270-P de 8 de abril de 2024

ANEXO I

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	**DATA**
Divulgação do Edital no endereço eletrônico https://ierr.edu.br/pss2501 e no DOE/RR www.imprensaoficial.rr.gov.br	03/01/2025
Prazo para Interposição de Recursos (Edital)	06/01/2025
Divulgação do Resultado da análise de interposição de recursos (Edital) no endereço eletrônico https://ierr.edu.br/pss2501 e no DOE/RR www.imprensaoficial.rr.gov.br	07/01/2025
Período de Inscrição *online* no endereço eletrônico https://ierr.edu.br/pss2501	08 a 13/2025
Período de Inscrição com suporte técnico (presencial)	08, 09, 10 e 13/01/2025
Divulgação da Relação Preliminar de Inscritos no endereço eletrônico https://ierr.edu.br/pss2501 e no DOE/RR www.imprensaoficial.rr.gov.br	16/01/2025
Prazo para Interposição de Recursos (Inscrições)	17/01/2025
Divulgação do Resultado da análise de interposição dos recursos das Inscrições no endereço eletrônico https://ierr.edu.br/pss2501 e no DOE/RR www.imprensaoficial.rr.gov.br	21/01/2025
Divulgação da Relação Final dos Inscritos no endereço eletrônico https://ierr.edu.br/pss2501 e no DOE/RR www.imprensaoficial.rr.gov.br	22/01/2025
Divulgação do Resultado Preliminar da Avaliação dos Títulos no endereço eletrônico https://ierr.edu.br/pss2501 e no DOE/RR	24/01/2025

www.imprensaoficial.rr.gov.br	
Prazo para Interposição de Recursos (Resultado Preliminar da Avaliação dos Títulos)	27/01/2025
Divulgação do Resultado da Análise de Interposição dos Recursos (Resultado Preliminar da Avaliação dos Títulos) no endereço eletrônico https://ierr.edu.br/pss2501 e no DOE/RR www.imprensaoficial.rr.gov.br	28/01/2025
Divulgação do resultado final no endereço eletrônico https://ierr.edu.br/pss2501 e no DOE/RR www.imprensaoficial.rr.gov.br	31/01/2025
Realização da Avaliação Prática para candidatos Tradutores e Intérpretes de Libras, Regentes e Instrutores de Bandas e Fanfarras	10 a 13/02/2025
Divulgação do Resultado da Avaliação Prática para candidatos Tradutores e Intérpretes de Libras, Regentes e Instrutores de Bandas e Fanfarras no endereço eletrônico https://ierr.edu.br/pss2501 e no DOE/RR www.imprensaoficial.rr.gov.br	17/02/2025
Prazo para Interposição de Recursos do Resultado da Avaliação Prática	18/02/2025
Divulgação do Resultado da Análise de Interposição dos Recursos da Avaliação Prática	19/02/2025
Divulgação do resultado final no endereço eletrônico https://ierr.edu.br/pss2501 e no DOE/RR www.imprensaoficial.rr.gov.br	20/02/2025

ANEXO II

FORMULÁRIO DE RECURSO

Eu....., CPF nº ....., concorrendo no Processo Seletivo Simplificado para Contratação Temporária de Profissional da Educação Escolar Indígena para atender as Escolas Indígenas da Rede Pública Estadual de Ensino e Formação de Cadastro Reserva, para vaga de ..... da SEED-RR, venho à Comissão Geral Organizadora dos Processos Seletivos Simplificados – SEED/RR interpor **RECURSO** pelos seguintes motivos:

Fundamentação do Recurso

Boa Vista-RR, _____ de _____ de 2025.

_____

Candidato/Recorrente

Espaço Reservado para a Comissão do Processo Seletivo Simplificado

Decisão e Fundamentação

( ) DEFERIDO ( ) INDEFERIDO

Boa Vista-RR, _____ de _____ de 2025.

_____ _____

Membro da Comissão Presidente da Comissão

ANEXO III

COMPOSIÇÃO DO CADASTRO RESERVA DE

PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO ENSINO FUNDAMENTAL (6º AO 9º ANO), ENSINO MÉDIO

E MODALIDADE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA (2º E 3º SEGMENTOS)

Município/Zona	**Disciplinas**	Composição do Cadastro Reserva	
		AC	**PcD**
Alto Alegre (Sede)	Arte	CR	CR
	Ciências Biológicas	CR	CR
	Educação Física	CR	CR
	Ensino Religioso	CR	CR
	Filosofia	CR	CR
	Física	CR	CR
	Geografia	CR	CR
	História	CR	CR
	Língua Espanhola	CR	CR
	Língua Inglesa	CR	CR
	Língua Portuguesa	CR	CR
	Matemática	CR	CR
	Química	CR	CR
	Sociologia	CR	CR
-	-	-	-
Alto Alegre (Rural)	Arte	CR	CR
	Ciências Biológicas	CR	CR

	Educação Física	CR	CR
	Ensino Religioso	CR	CR
	Filosofia	CR	CR
	Física	CR	CR
	Geografia	CR	CR
	História	CR	CR
	Língua Espanhola	CR	CR
	Língua Inglesa	CR	CR
	Língua Portuguesa	CR	CR
	Matemática	CR	CR
	Química	CR	CR
	Sociologia	CR	CR
-	-	-	-
Amajari (Sede)	Arte	CR	CR
	Ciências Biológicas	CR	CR
	Educação Física	CR	CR
	Ensino Religioso	CR	CR
	Filosofia	CR	CR
	Física	CR	CR
	Geografia	CR	CR
	História	CR	CR
	Língua Espanhola	CR	CR
	Língua Inglesa	CR	CR
	Língua Portuguesa	CR	CR

	Matemática	CR	CR
	Química	CR	CR
	Sociologia	CR	CR
	-	-	-
Amajari (Rural)	Arte	CR	CR
	Ciências Biológicas	CR	CR
	Educação Física	CR	CR
	Ensino Religioso	CR	CR
	Filosofia	CR	CR
	Física	CR	CR
	Geografia	CR	CR
	História	CR	CR
	Língua Espanhola	CR	CR
	Língua Inglesa	CR	CR
	Língua Portuguesa	CR	CR
	Matemática	CR	CR
	Química	CR	CR
	Sociologia	CR	CR
-	-	-	-
Boa Vista (Capital)	Arte	CR	CR
	Ciências Biológicas	CR	CR
	Educação Física	CR	CR
	Ensino Religioso	CR	CR
	Filosofia	CR	CR

	Física	CR	CR
	Geografia	CR	CR
	História	CR	CR
	Língua Espanhola	CR	CR
	Língua Inglesa	CR	CR
	Língua Portuguesa	CR	CR
	Matemática	CR	CR
	Química	CR	CR
	Sociologia	CR	CR
-	-	-	-
Boa Vista (Rural)	Arte	CR	CR
	Ciências Biológicas	CR	CR
	Educação Física	CR	CR
	Ensino Religioso	CR	CR
	Filosofia	CR	CR
	Física	CR	CR
	Geografia	CR	CR
	História	CR	CR
	Língua Espanhola	CR	CR
	Língua Inglesa	CR	CR
	Língua Portuguesa	CR	CR
	Matemática	CR	CR
	Química	CR	CR
	Sociologia	CR	CR
-	-	-	-

Bonfim (Sede)	Arte	CR	CR
	Ciências Biológicas	CR	CR
	Educação Física	CR	CR
	Ensino Religioso	CR	CR
	Filosofia	CR	CR
	Física	CR	CR
	Geografia	CR	CR
	História	CR	CR
	Língua Espanhola	CR	CR
	Língua Inglesa	CR	CR
	Língua Portuguesa	CR	CR
	Matemática	CR	CR
	Química	CR	CR
	Sociologia	CR	CR
-	-	-	-
Bonfim (Rural)	Arte	CR	CR
	Ciências Biológicas	CR	CR
	Educação Física	CR	CR
	Ensino Religioso	CR	CR
	Filosofia	CR	CR
	Física	CR	CR
	Geografia	CR	CR
	História	CR	CR
	Língua Espanhola	CR	CR

	Língua Inglesa	CR	CR
	Língua Portuguesa	CR	CR
	Matemática	CR	CR
	Química	CR	CR
	Sociologia	CR	CR
-	-	-	-
Cantá (Sede)	Arte	CR	CR
	Ciências Biológicas	CR	CR
	Educação Física	CR	CR
	Ensino Religioso	CR	CR
	Filosofia	CR	CR
	Física	CR	CR
	Geografia	CR	CR
	História	CR	CR
	Língua Espanhola	CR	CR
	Língua Inglesa	CR	CR
	Língua Portuguesa	CR	CR
	Matemática	CR	CR
	Química	CR	CR
	Sociologia	CR	CR
-	-	-	-
Cantá (Rural)	Arte	CR	CR
	Ciências Biológicas	CR	CR
	Educação Física	CR	CR

	Ensino Religioso	CR	CR
	Filosofia	CR	CR
	Física	CR	CR
	Geografia	CR	CR
	História	CR	CR
	Língua Espanhola	CR	CR
	Língua Inglesa	CR	CR
	Língua Portuguesa	CR	CR
	Matemática	CR	CR
	Química	CR	CR
	Sociologia	CR	CR
	-	-	-
Caracaraí (Sede)	Arte	CR	CR
	Ciências Biológicas	CR	CR
	Educação Física	CR	CR
	Ensino Religioso	CR	CR
	Filosofia	CR	CR
	Física	CR	CR
	Geografia	CR	CR
	História	CR	CR
	Língua Espanhola	CR	CR
	Língua Inglesa	CR	CR
	Língua Portuguesa	CR	CR
	Matemática	CR	CR

	Química	CR	CR
	Sociologia	CR	CR
-	-	-	-
Caracaraí (Rural)	Arte	CR	CR
	Ciências Biológicas	CR	CR
	Educação Física	CR	CR
	Ensino Religioso	CR	CR
	Filosofia	CR	CR
	Física	CR	CR
	Geografia	CR	CR
	História	CR	CR
	Língua Espanhola	CR	CR
	Língua Inglesa	CR	CR
	Língua Portuguesa	CR	CR
	Matemática	CR	CR
	Química	CR	CR
	Sociologia	CR	CR
-	-	-	-
Caracaraí (Escola Estadual Maria de Lima Uchoa - Vila Serra Dourada)	Arte	CR	CR
	Ciências Biológicas	CR	CR
	Educação Física	CR	CR
	Ensino Religioso	CR	CR
	Filosofia	CR	CR
	Física	CR	CR

	Geografia	CR	CR
	História	CR	CR
	Língua Espanhola	CR	CR
	Língua Inglesa	CR	CR
	Língua Portuguesa	CR	CR
	Matemática	CR	CR
	Química	CR	CR
	Sociologia	CR	CR
-	-	-	-
Caroebe (Sede)	Arte	CR	CR
	Ciências Biológicas	CR	CR
	Educação Física	CR	CR
	Ensino Religioso	CR	CR
	Filosofia	CR	CR
	Física	CR	CR
	Geografia	CR	CR
	História	CR	CR
	Língua Espanhola	CR	CR
	Língua Inglesa	CR	CR
	Língua Portuguesa	CR	CR
	Matemática	CR	CR
	Química	CR	CR
	Sociologia	CR	CR
-	-	-	-
	Arte	CR	CR

Caroebe (Rural)	Ciências Biológicas	CR	CR
	Educação Física	CR	CR
	Ensino Religioso	CR	CR
	Filosofia	CR	CR
	Física	CR	CR
	Geografia	CR	CR
	História	CR	CR
	Língua Espanhola	CR	CR
	Língua Inglesa	CR	CR
	Língua Portuguesa	CR	CR
	Matemática	CR	CR
	Química	CR	CR
	Sociologia	CR	CR
-	-	-	-
Iracema (Sede)	Arte	CR	CR
	Ciências Biológicas	CR	CR
	Educação Física	CR	CR
	Ensino Religioso	CR	CR
	Filosofia	CR	CR
	Física	CR	CR
	Geografia	CR	CR
	História	CR	CR
	Língua Espanhola	CR	CR
	Língua Inglesa	CR	CR

	Língua Portuguesa	CR	CR
	Matemática	CR	CR
	Química	CR	CR
	Sociologia	CR	CR
-	-	-	-
Iracema (Rural)	Arte	CR	CR
	Ciências Biológicas	CR	CR
	Educação Física	CR	CR
	Ensino Religioso	CR	CR
	Filosofia	CR	CR
	Física	CR	CR
	Geografia	CR	CR
	História	CR	CR
	Língua Espanhola	CR	CR
	Língua Inglesa	CR	CR
	Língua Portuguesa	CR	CR
	Matemática	CR	CR
	Química	CR	CR
	Sociologia	CR	CR
-	-	-	-
Mucajaí (Sede)	Arte	CR	CR
	Ciências Biológicas	CR	CR
	Educação Física	CR	CR
	Ensino Religioso	CR	CR

	Filosofia	CR	CR
	Física	CR	CR
	Geografia	CR	CR
	História	CR	CR
	Língua Espanhola	CR	CR
	Língua Inglesa	CR	CR
	Língua Portuguesa	CR	CR
	Matemática	CR	CR
	Química	CR	CR
	Sociologia	CR	CR
-	-	-	-
Mucajaí (Rural)	Arte	CR	CR
	Ciências Biológicas	CR	CR
	Educação Física	CR	CR
	Ensino Religioso	CR	CR
	Filosofia	CR	CR
	Física	CR	CR
	Geografia	CR	CR
	História	CR	CR
	Língua Espanhola	CR	CR
	Língua Inglesa	CR	CR
	Língua Portuguesa	CR	CR
	Matemática	CR	CR
	Química	CR	CR
	Sociologia	CR	CR

-	-	-	-
Normandia (Sede)	Arte	CR	CR
	Ciências Biológicas	CR	CR
	Educação Física	CR	CR
	Ensino Religioso	CR	CR
	Filosofia	CR	CR
	Física	CR	CR
	Geografia	CR	CR
	História	CR	CR
	Língua Espanhola	CR	CR
	Língua Inglesa	CR	CR
	Língua Portuguesa	CR	CR
	Matemática	CR	CR
	Química	CR	CR
	Sociologia	CR	CR
-	-	-	-
Pacaraima (Sede)	Arte	CR	CR
	Ciências Biológicas	CR	CR
	Educação Física	CR	CR
	Ensino Religioso	CR	CR
	Filosofia	CR	CR
	Física	CR	CR
	Geografia	CR	CR
	História	CR	CR

	Língua Espanhola	CR	CR
	Língua Inglesa	CR	CR
	Língua Portuguesa	CR	CR
	Matemática	CR	CR
	Química	CR	CR
	Sociologia	CR	CR
-	-	-	-
Rorainópolis (Sede)	Arte	CR	CR
	Ciências Biológicas	CR	CR
	Educação Física	CR	CR
	Ensino Religioso	CR	CR
	Filosofia	CR	CR
	Física	CR	CR
	Geografia	CR	CR
	História	CR	CR
	Língua Espanhola	CR	CR
	Língua Inglesa	CR	CR
	Língua Portuguesa	CR	CR
	Matemática	CR	CR
	Química	CR	CR
	Sociologia	CR	CR
-	-		
Rorainópolis (Rural)	Arte	CR	CR
	Ciências Biológicas	CR	CR

	Educação Física	CR	CR
	Ensino Religioso	CR	CR
	Filosofia	CR	CR
	Física	CR	CR
	Geografia	CR	CR
	História	CR	CR
	Língua Espanhola	CR	CR
	Língua Inglesa	CR	CR
	Língua Portuguesa	CR	CR
	Matemática	CR	CR
	Química	CR	CR
	Sociologia	CR	CR
-	-	-	-
Rorainópolis (Escola Estadual José Bonifácio - Santa Maria do Boiaçu)	Arte	CR	CR
	Ciências Biológicas	CR	CR
	Educação Física	CR	CR
	Ensino Religioso	CR	CR
	Filosofia	CR	CR
	Física	CR	CR
	Geografia	CR	CR
	História	CR	CR
	Língua Espanhola	CR	CR
	Língua Inglesa	CR	CR
	Língua Portuguesa	CR	CR

	Matemática	CR	CR
	Química	CR	CR
	Sociologia	CR	CR
-	-	-	-
Rorainópolis (Escola Estadual José Bonifácio - Anexa Caicubi)	Arte	CR	CR
	Ciências Biológicas	CR	CR
	Educação Física	CR	CR
	Ensino Religioso	CR	CR
	Filosofia	CR	CR
	Física	CR	CR
	Geografia	CR	CR
	História	CR	CR
	Língua Espanhola	CR	CR
	Língua Inglesa	CR	CR
	Língua Portuguesa	CR	CR
	Matemática	CR	CR
	Química	CR	CR
	Sociologia	CR	CR
-	-	-	-
Rorainópolis (Escola Estadual José Bonifácio - Anexa Cachoeirinha)	Arte	CR	CR
	Ciências Biológicas	CR	CR
	Educação Física	CR	CR
	Ensino Religioso	CR	CR
	Filosofia	CR	CR

	Física	CR	CR
	Geografia	CR	CR
	História	CR	CR
	Língua Espanhola	CR	CR
	Língua Inglesa	CR	CR
	Língua Portuguesa	CR	CR
	Matemática	CR	CR
	Química	CR	CR
	Sociologia	CR	CR
-	-	-	-
Rorainópolis (Escola Estadual José Bonifácio - Anexas Itinerantes:Terra Preta, Sacaí, Remanso, Itaquera, Canauini)	Arte	CR	CR
	Ciências Biológicas	CR	CR
	Educação Física	CR	CR
	Ensino Religioso	CR	CR
	Filosofia	CR	CR
	Física	CR	CR
	Geografia	CR	CR
	História	CR	CR
	Língua Espanhola	CR	CR
	Língua Inglesa	CR	CR
	Língua Portuguesa	CR	CR
	Matemática	CR	CR
	Química	CR	CR
	Sociologia	CR	CR
-	-	-	-

Rorainópolis (Escola Estadual Prof. Leopoldo Campelo - Jundiá)	Arte	CR	CR
	Ciências Biológicas	CR	CR
	Educação Física	CR	CR
	Ensino Religioso	CR	CR
	Filosofia	CR	CR
	Física	CR	CR
	Geografia	CR	CR
	História	CR	CR
	Língua Espanhola	CR	CR
	Língua Inglesa	CR	CR
	Língua Portuguesa	CR	CR
	Matemática	CR	CR
	Química	CR	CR
	Sociologia	CR	CR
-	-	-	-
São João da Baliza (Sede)	Arte	CR	CR
	Ciências Biológicas	CR	CR
	Educação Física	CR	CR
	Ensino Religioso	CR	CR
	Filosofia	CR	CR
	Física	CR	CR
	Geografia	CR	CR
	História	CR	CR
	Língua Espanhola	CR	CR

	Língua Inglesa	CR	CR
	Língua Portuguesa	CR	CR
	Matemática	CR	CR
	Química	CR	CR
	Sociologia	CR	CR
-	-	-	-
São Luiz do Anauá (Sede)	Arte	CR	CR
	Ciências Biológicas	CR	CR
	Educação Física	CR	CR
	Ensino Religioso	CR	CR
	Filosofia	CR	CR
	Física	CR	CR
	Geografia	CR	CR
	História	CR	CR
	Língua Espanhola	CR	CR
	Língua Inglesa	CR	CR
	Língua Portuguesa	CR	CR
	Matemática	CR	CR
	Química	CR	CR
	Sociologia	CR	CR
-	-	-	-
São Luiz do Anauá (Rural)	Arte	CR	CR
	Ciências Biológicas	CR	CR
	Educação Física	CR	CR

	Ensino Religioso	CR	CR
	Filosofia	CR	CR
	Física	CR	CR
	Geografia	CR	CR
	História	CR	CR
	Língua Espanhola	CR	CR
	Língua Inglesa	CR	CR
	Língua Portuguesa	CR	CR
	Matemática	CR	CR
	Química	CR	CR
	Sociologia	CR	CR
-	-	-	-
Uiramutã (Sede)	Arte	CR	CR
	Ciências Biológicas	CR	CR
	Educação Física	CR	CR
	Ensino Religioso	CR	CR
	Filosofia	CR	CR
	Física	CR	CR
	Geografia	CR	CR
	História	CR	CR
	Língua Espanhola	CR	CR
	Língua Inglesa	CR	CR
	Língua Portuguesa	CR	CR
	Matemática	CR	CR

	Química	CR	CR
	Sociologia	CR	CR
-	-	-	-

Legenda: AC = Ampla Concorrência; CR= Cadastro Reserva, PcD = Pessoa com Deficiência

ANEXO IV
COMPOSIÇÃO DO CADASTRO RESERVA DE
PROFESSOR AUXILIAR

Município	**Zona/Localidade**	Composição do Cadastro Reserva	
Alto Alegre	Sede	**AC**	**PcD**
	Rural	CR	CR
Amajari	Sede	CR	CR
	Rural	CR	CR
Boa Vista	Capital	CR	CR
	Rural	CR	CR
Bonfim	Sede	CR	CR
	Rural	CR	CR
Cantá	Sede	CR	CR
	Rural	CR	CR
Caracaraí	Sede	CR	CR
	Rural	CR	CR
Caroebe	Sede	CR	CR
	Rural	CR	CR
Iracema	Sede	CR	CR
	Rural	CR	CR
Mucajaí	Sede	CR	CR
	Rural	CR	CR
Normandia	Sede	CR	CR
Pacaraima	Sede	CR	CR

Rorainópolis	Sede	CR	CR
	Rural	CR	CR
São João da Baliza	Sede	CR	CR
São Luiz do Anauá	Sede	CR	CR
	Rural	CR	CR
Uiramutã	Sede	CR	CR

Legenda: AC = Ampla Concorrência; CR= Cadastro Reserva, PcD = Pessoa com Deficiência

ANEXO V

COMPOSIÇÃO DO CADASTRO RESERVA DE PROFISSIONAL

DOCENTE/INSTRUTOR (ADMINISTRAÇÃO, AGRONOMIA, ENFERMAGEM E FARMÁCIA, VIGILÂNCIA SANITÁRIA, SAÚDE COLETIVA E/OU EPIDEMIOLOGIA E DIREITO)

Município	**Zona/ Localidade**	**Cargo/Função**	**Composição do Cadastro Reserva**	
			AC	**PcD**
Alto Alegre	Sede	Docente/Instrutor Bacharel em Administração	CR	CR
Boa Vista	Rural	Docente/Instrutor Bacharel em Enfermagem	CR	CR
		Docente/Instrutor Bacharel em Agronomia	CR	CR
		Docente/Instrutor Bacharel em Vigilância Sanitária, Saúde Coletiva e/ou Epidemiologia	CR	CR
		Docente/Instrutor Bacharel em Agronomia	CR	CR
Bonfim (Vila São Francisco)	**Rural**	Docente/Instrutor Bacharel em Administração	CR	CR
Caracaraí	Sede	Docente/Instrutor Bacharel em Administração	CR	CR
		Docente/Instrutor Bacharel em Direito	CR	CR
		Supervisor/Instrutor Bacharel em Administração	CR	CR
São Luiz do	Sede	Docente/Instrutor Bacharel em Farmácia	CR	CR

Anauá		Docente/Instrutor Bacharel em Enfermagem	CR	CR

Legenda: AC = Ampla Concorrência; CR= Cadastro Reserva, PcD = Pessoa com Deficiência

ANEXO VI

COMPOSIÇÃO DO CADASTRO RESERVA DE

PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR (CUIDADOR DE ALUNOS)

Município	**Zona**	**Composição do Cadastro Reserva**			
		Candidatos do Sexo Masculino		**Candidatas do Sexo Feminino**	
		AC	PcD	AC	PcD
Alto Alegre	Sede	CR	CR	CR	CR
	Rural	CR	CR	CR	CR
Amajari	Sede	CR	CR	CR	CR
	Rural	CR	CR	CR	CR
Boa Vista	Capital	CR	CR	CR	CR
	Rural	CR	CR	CR	CR
Bonfim	Sede	CR	CR	CR	CR
	Rural	CR	CR	CR	CR
Cantá	Sede	CR	CR	CR	CR
	Rural	CR	CR	CR	CR
Caracaraí	Sede	CR	CR	CR	CR
	Rural	CR	CR	CR	CR
Caroebe	Sede	CR	CR	CR	CR
	Rural	CR	CR	CR	CR
Iracema	Sede	CR	CR	CR	CR
	Rural	CR	CR	CR	CR
Mucajaí	Sede	CR	CR	CR	CR
	Rural	CR	CR	CR	CR
Normandia	Sede	CR	CR	CR	CR
Pacaraima	Sede	CR	CR	CR	CR

Rorainópolis	Sede	CR	CR	CR	CR
	Rural	CR	CR	CR	CR
São João da Baliza	Sede	CR	CR	CR	CR
São Luiz do Anauá	Sede	CR	CR	CR	CR
	Rural	CR	CR	CR	CR
Uiramutã	Sede	CR	CR	CR	CR

Legenda: AC = Ampla Concorrência; CR= Cadastro Reserva, PcD = Pessoa com Deficiência

ANEXO VII

COMPOSIÇÃO DO CADASTRO RESERVA DE

PROFISSIONAL TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS

Município	**Zona**	Composição do Cadastro Reserva	
		AC	PcD
Alto Alegre	Sede	CR	CR
	Rural	CR	CR
Amajari	Sede	CR	CR
	Rural	CR	CR
Bonfim	Sede	CR	CR
	Rural	CR	CR
Boa Vista	Capital	CR	CR
	Rural	CR	CR
Cantá	Sede	CR	CR
	Rural	CR	CR
Caracaraí	Sede	CR	CR
	Rural	CR	CR
Caroebe	Sede	CR	CR
	Rural	CR	CR
Iracema	Sede	CR	CR
	Rural	CR	CR

Mucajaí	Sede	CR	CR
	Rural	CR	CR
Nrmandia	Sede	CR	CR
Pacaraima	Sede	CR	CR
Rorainópolis	Sede	CR	CR
	Rural	CR	CR
São João da Baliza	Sede	CR	CR
São Luiz do Anauá	Sede	CR	CR
	Rural	CR	CR
Uiramutã	Sede	CR	CR

Legenda: AC = Ampla Concorrência; CR= Cadastro Reserva, PcD = Pessoa com Deficiência.

ANEXO VIII

COMPOSIÇÃO DO CADASTRO RESERVA DE PROFISSIONAL

INSTRUTOR DE BANDAS E FANFARRAS

Município	Zona/Localidade	Escola/Colégio	Composição do Cadastro Reserva	
			AC	PcD
Alto Alegre	Sede	CEM XVIII – Desembargador Sadoc Pereira	CR	CR
Amajari	Sede	CEM XXVI – Ovídio Dias de Souza	CR	CR
	Comunidade Indígena Ouro	EEI Agrícola Pacheco	CR	CR
Boa Vista	Capital	EE Euclides da Cunha	CR	CR
		CEM XXXIII Fernando Grangeiro	CR	CR
		EE General Penha Brasil	CR	CR
		CEM II – Dr. Luiz Rittler Brito de Lucena	CR	CR
		EE Major Alcides Rodrigues dos Santos	CR	CR

		EEMTI Profª Maria das Dores Brasil	CR	CR
		CEM VII – Profª Maria dos Prazeres Mota	CR	CR
		EE Mário David Andreazza	CR	CR
		CEM IX – Pedro Elias de Albuquerque	CR	CR
		CEM XXIII – Presidente Tancredo Neves	CR	CR
		EE Dr. Ulysses Guimarães	CR	CR
		EE Profª Vanda da Silva Pinto	CR	CR
Boa Vista - Rural	Comunidade Indígena Campo Alegre	EEI Lino Augusto da Silva	CR	CR
	Comunidade Indigena Darora	EEI Paulo Augusto Silva	CR	CR
Bonfim	Sede	CEM XVII – Aldébaro José de Alcântara	CR	CR
Cantá	Sede	CEM XXVIII – José Aureliano da Costa	CR	CR
Caracaraí	Sede	CEM XIII – João Rogélio Schuertz	CR	CR
	Vila do Itã – Km 75	EE Sebastião Benício da Silva	CR	CR
Caroebe	Sede	EE Tereza Teodoro de Oliveira	CR	CR
	Vila Entre Rios	EE Prof. Vidal da Penha Penha Ferreira	CR	CR
Iracema	Vila Campos Novos	EE Manoel Agostinho de Almeida	CR	CR
Mucajaí	Sede	CEM XII – Maria Mariselma de Oliveira Cruz	CR	CR
		EMTI Padre José Monticone	CR	CR
Pacaraima	Sede	CEM XVI – Cícero Vieira Neto	CR	CR
	Comunidade Indígena Boca da Mata	EEI Tuxaua Antonio Horacio	CR	CR
Rorainópolis	Vila do Equador	EE 1º de Maio	CR	CR

São João da Baliza	Sede	EE Henrique Dias	CR	CR
São Luiz do Anauá	Sede	EE Prof. Alan Kardec Dantas Haddad	CR	CR
		CEM XX – João Rodrigues da Silva	CR	CR

Legenda: AC = Ampla Concorrência; CR= Cadastro Reserva, PcD = Pessoa com Deficiência.

ANEXO IX

COMPOSIÇÃO DO CADASTRO RESERVA DE PROFISSIONAL

REGENTE DE BANDAS E FANFARRAS

Município	Localidade	Escola/Colégio	Composição do Cadastro Reserva	
			AC	PcD
Boa Vista	Capital	EE Ana Libória	CR	CR
		EMTI América Sarmento Ribeiro	CR	CR
		CEM XXI Prof. Camilo Dias	CR	CR
		CEM XXX Carlos Drummond de Andrade	CR	CR
		EE Profª. Coema Souto Maior Nogueira	CR	CR
		EE D. José Nepote	CR	CR
		CEM IV Prof. Jaceguai Reis Cunha	CR	CR
		CEM II Irmã Maria Teresa Parodi	CR	CR
		EE Monteiro Lobato	CR	CR
		EE São Vicente de Paula	CR	CR
		CEM XXXII Prof. Severino Gonçalo Gomes Cavalcante	CR	CR
Cantá	Vila Félix Pinto	EE Profª. Genira Brito Rodrigues	CR	CR

Legenda: AC = Ampla Concorrência; CR= Cadastro Reserva, PcD = Pessoa com Deficiência.

ANEXO X

MINUTA DE CONTRATO TEMPORÁRIO

CONTRATO TEMPORÁRIO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ..... POR PRAZO DETERMINADO QUE ENTRE SI

CELEBRAM O ESTADO DE RORAIMA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO-SEED/RR, E O (A) SR (A).....

Nº do Contrato: **( )/2025 – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**

Carga Horária: **..... HORAS**

Unidade de Exercício: **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO DE RORAIMA- SEED/RR**

Lotação: **(SERÁ DEFINIDA NO ATO DA CONTRATAÇÃO)**

Função: **.....**

Pelo presente instrumento de contrato de trabalho por tempo determinado, de um lado o **GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA**, representado pelo Senhor Secretário de Estado da Educação e Desporto, **MIKAEL WALLAS CUNHA CURY-RAD**, RG nº ..... e CPF nº ....., Decreto Nº 270-P de 08 de abril de 2024, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, o (a) Sr (a). **.....**, RG nº ..... CPF nº....., doravante denominado (a) **CONTRATADO (A)**, acordam nas seguintes cláusulas:

1. DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1 O presente contrato reger-se-á pelas disposições da Lei Estadual nº 323, de 31/12/2001, modificada pela Lei Estadual nº 807/2011.

2. DO OBJETO

2.1 O objeto do presente é a contratação de pessoal por prazo determinado, para atuar na função de ..... para atender às demandas das escolas indígenas da rede pública estadual de ensino.

3. DAS ATRIBUIÇÕES DO CONTRATADO

3.1 De acordo com os cargos, conforme disposto no presente Edital.

4. DAS OBRIGAÇÕES

4.1 O Governo do Estado de Roraima obriga-se a pagar ao **CONTRATADO**, a título de remuneração, o valor de R$ ..... (.....), sobre o qual incidirá os descontos legais.

5. DA VIGÊNCIA

5.1. O prazo de validade deste Processo Seletivo Simplificado inicia-se na homologação e encerra-se em 30 de dezembro de 2025.

6. DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1. Rescindir-se-á o presente contrato:

a) pelo término do prazo contratual, sem indenização;

b) por iniciativa do (a) contratado (a), sem indenização, mediante comunicação a contratante;

c) por iniciativa da contratante, decorrente de conveniência administrativa;

d) por iniciativa da contratante decorrente de descumprimento de cláusula contratual e de normas regulamentadoras sem indenização, sem prejuízo das responsabilidades civis por danos causados ao Estado;

e) por abandono da unidade de exercício, por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, injustificadamente;

f) por descumprimento das atribuições contratuais do cargo;

g) por óbito do (a) contratado (a).

7. DO FORO

7.1. As partes elegem o foro da cidade de Boa Vista/RR, para dirimir quaisquer dúvidas e/ou litígios advindos da aplicação deste contrato.

E por estarem justos e acordados, depois de lido e achado conforme, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual forma e teor, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de duas testemunhas que abaixo assinam.

Boa Vista/RR, _____de _____ de 2025.

MIKAEL WALLAS CUNHA CURY-RAD Secretário de Estado da Educação e Desporto Decreto Nº 270-P de 08/04/2024		**CONTRATADO (A)**

Testemunha: RG ..... CPF nº .....
Testemunha: RG ..... CPF nº .....

Documento assinado eletronicamente por **Mikael Wallas Cunha Cury-Rad**, **Secretário de Estado da Educação e Desporto**, em 03/01/2025, às 13:46, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.

A autenticidade do documento pode ser conferida no endereço https://sei.rr.gov.br/autenticar informando o código verificador **15831434** e o código CRC **0714B895**.

ANEXO D – EDITAL Nº 11/2025: PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LIBRAS – UERR

Governo do Estado de Roraima
Universidade Estadual de Roraima
"Amazônia: patrimônio dos brasileiros"

EDITAL 11/2025/UERR/CUNI/REIT/GAB

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA-UERR, no uso de suas atribuições e em consonância com a Resolução *Ad Referendum* CONUNI n.º 08/2025, torna pública as inscrições para o Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária ao cargo técnico especializado de Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais, para prestação de serviços de atendimento às pessoas usuárias da Língua Brasileira de Sinais - Libras, conforme as informações especificadas no **ANEXO I**, nos termos do presente Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O presente Processo Seletivo Simplificado será regido por este Edital, nos termos da Lei Estadual n.º 1.285/2018, em conformidade com o Decreto Federal n.º 5.626/2005 e de acordo com as disposições da legislação vigente, conforme o inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, que trata da contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

1.2. O presente Processo Seletivo Simplificado tem por objetivo a seleção e contratação, sob o regime temporário, de profissional para atuar em educação de Nível Superior da UERR, a fim de suprir a carência de profissional efetivo do quadro da UERR.

1.3. O profissional Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais tem como objetivo proporcionar aos acadêmicos com surdez a mediação da comunicação durante as aulas e nos demais espaços dos *Campi* da UERR.

1.4. A seleção de que trata este Edital dar-se-á em uma única etapa, de caráter Classificatório e Eliminatório.

1.4.1. A Prova de Títulos terá caráter classificatório e eliminatório, obedecendo a formação mínima estabelecida no **ANEXO I** deste Edital.

1.4.2. Para ser classificado, o candidato deve alcançar uma pontuação total superior a **70** (setenta) pontos.

1.5. A organização do certame cabe aos Membros da Comissão Permanente de Concurso e Vestibular - CPCV da UERR, já nomeados em caráter permanente e sua execução pelos Membros da Banca, conforme indicação da Pró-Reitoria de Ensino e Graduação.

1.6. A seleção dos candidatos será conduzida por Banca Examinadora, sendo essa Banca nomeada através de Portaria assinada pelo Reitor da UERR.

1.7. A seleção seguirá o **Cronograma de Atividades - ANEXO IV** do presente Edital.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. Ao realizar a inscrição para as vagas do Processo Seletivo Simplificado em pauta, o candidato fica ciente que atenderá o graduando com surdez em sala de aula e nos demais espaços dos *Campi* da UERR, efetuando a comunicação entre professores e alunos, surdos e ouvintes, por meio da Libras para a Língua Portuguesa e vice-versa, como também transcrições de provas e o trabalho de Tradução e Interpretação durante atividades didático-pedagógicas na graduação e pós-graduação e outras atividades

acadêmicas extensionista e/ou culturais desenvolvidas na instituição (aulas, oficinas, seminários, congressos, formatura dentre outros eventos), conforme a necessidade desta Universidade.

2.2. As inscrições serão gratuitas, e deverão ser realizadas no site da UERR, devendo o interessado realizar sua inscrição no período constante no Cronograma de Atividades - ANEXO IV deste Edital, exclusivamente pela internet, na página cpc.uerr.edu.br, no *menu* Seletivo, na área do Processo Seletivo Simplificado para Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais, cumprindo os procedimentos e instruções determinados neste Edital.

2.3. O candidato fará a inscrição e concorrerá à área constante no **ANEXO I** deste Edital.

2.4. Serão aceitas inscrições de candidatos com formação mínima, de acordo com a área de conhecimento especificada no quadro de vagas do **ANEXO I**.

2.5. O candidato deverá realizar o *upload* dos arquivos no ato da inscrição, até 23h da data constante no Cronograma de Atividades - **ANEXO IV** deste Edital, apresentando, **obrigatoriamente**, os seguintes documentos (em arquivo *PDF*, um por vez) para efetivação da inscrição:

a) Declaração de ausência de vínculo empregatício com a UERR nos últimos 24 meses – **ANEXO III**

b) Documento comprobatório do nível de formação da graduação e pós-graduação na área exigida, devidamente revalidada, conforme o caso;

c) Cópia do documento de identidade do candidato;

d) *Currículo Lattes* ou *Curriculum Vitae* (conforme modelo do **ANEXO II**), qualquer que seja deverá estar acompanhado das cópias comprobatórias das informações constantes no currículo;

e) Os candidatos estrangeiros deverão apresentar o visto de permanência.

2.5.1. Não serão aceitas inscrições condicionais ou extemporâneas.

2.5.2. As informações constantes no currículo sem comprovação documental anexa não serão pontuadas ou consideradas.

2.6. Em hipótese alguma serão efetivadas inscrições cuja documentação não atenda rigorosamente ao subitem 2.5.

2.7. Os candidatos inscritos assumirão total responsabilidade pelas informações prestadas no formulário de inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros de preenchimento.

2.8. A inscrição implica compromisso tácito, por parte do candidato, de aceitar as condições estabelecidas para a realização do Processo Seletivo Simplificado.

2.9. As informações prestadas no formulário de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, dispondo à UERR o direito de excluir do Processo Seletivo Simplificado aquele que preencher com dados incorretos ou rasurados bem como inverídicos, mesmo se constatados posteriormente.

2.10. Poderá haver alterações no **Cronograma de Atividades - ANEXO IV** do presente Edital, a critério da Administração.

3. DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação será realizada por tempo determinado observado o que dispõe as Constituições Federal e Estadual e demais legislações vigentes.

3.1.1. A contratação será efetivada mediante a apresentação de fotocópias legíveis, juntamente com originais, dos seguintes documentos:

a) Certidão de nascimento/casamento, RG e CPF;

b) Título de eleitor e o último comprovante de votação;

c) Documento do Conselho Regional;

d) Certificado de Reservista (se do sexo masculino);

e) Diploma de conclusão do curso de graduação, devidamente revalidado, conforme o caso;

f) Certificado de conclusão do curso de Especialização (*Lato Sensu*), ou documento comprobatório;

g) Diploma de conclusão do curso de Pós-graduação (*Stricto Sensu*), devidamente revalidado, conforme o caso, se houver;

h) Certidão negativa da Receita Estadual;

i) Certidão negativa da Receita Federal;

j) Certidão de antecedentes criminais;

k) 01(uma) foto 3x4;

l) Comprovante de residência atualizado;

m) PIS/PASEP;

n) Outros documentos exigidos no Edital de convocação para contratação.

3.1.2. Estudos realizados no exterior deverão apresentar a comprovação da revalidação ou reconhecimento.

3.2. A modalidade de contratação é Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais, sem vínculo empregatício com a Universidade Estadual de Roraima.

3.3. A convocação para contratação será de acordo com a necessidade da Instituição, conforme **ANEXO I** do Edital.

3.4. O contrato firmado entre a Universidade e o Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, conforme legislação vigente e a critério da UERR.

3.5. A remuneração do Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais contratado nos termos deste Edital será fixada levando-se em consideração a tabela de honorários estabelecida pela Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais – Febrapils, outros certames da região norte como referência e a Resolução *Ad Referendum* CONUNI n.º **08/2025.**

3.6. A convocação dos candidatos selecionados será feita após a publicação da homologação do Resultado Final no Diário Oficial do Estado de Roraima, pela UERR.

3.7. Em hipótese alguma haverá contratação regida pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

3.8. Nos termos da Lei Federal nº 8.745/93, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, um profissional não poderá ser novamente contratado, com fundamento nesta Lei, antes de decorridos 24 (vinte e quatro) meses de encerramento de seu contrato anterior.

4. DO PROCESSO SELETIVO

4.1. O Processo Seletivo Simplificado é regido e está em conformidade com a Resolução *Ad Referendum* CONUNI n.º 08/2025.

4.2. O Processo Seletivo Simplificado constará da modalidade de Prova de Títulos.

4.2.1. A Prova de Títulos valerá 100 (cem) pontos e será contabilizada de acordo com a Tabela do **ANEXO II.**

4.2.2. A Banca Examinadora da Prova de Títulos deste Seletivo será composta por profissionais da área do objeto deste certame, em conformidade com a normatização da UERR.

4.3. A titulação exigida para inscrição, conforme **ANEXO I**, não será considerada para efeito de pontuação e classificação.

4.4. As atividades previstas neste Edital de Seleção ocorrerão em conformidade com o Cronograma de Atividades estabelecido no **ANEXO IV**.

4.5. A interposição de recursos deverá ser devidamente fundamentada, na área de acompanhamento do candidato, utilizando o Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos dentro do prazo estabelecido.

4.5.1 As decisões dos recursos serão dadas a conhecer individualmente aos candidatos recorrentes, nas suas respectivas áreas de acompanhamento (realizando *login* com CPF e Senha), conforme Cronograma de Atividades – **ANEXO IV**.

5. DA PROVA DE TÍTULOS

5.1. A Prova de Títulos será realizada conforme o Cronograma de Atividades – **ANEXO IV.**

6. DA CLASSIFICAÇÃO E DOS RESULTADOS DAS PROVAS

6.1. Os candidatos serão classificados de acordo com a ordem decrescente de pontuação final.

6.2. A nota final do candidato no certame será calculada mediante a soma do total de pontos atingidos na prova de títulos, com valor máximo de 100 (cem) pontos.

6.3. O candidato, para ser classificado, deverá obter no mínimo 70 (setenta) pontos, após análise do currículo na etapa da Prova de Títulos.

6.4. Em caso de empate na pontuação final, serão utilizados os seguintes critérios para desempate:

a) Maior titulação acadêmica;

b) Persistindo o empate, idade mais elevada.

6.5. Os resultados do Processo Seletivo Simplificado serão divulgados no endereço eletrônico: cpc.uerr.edu.br, no *menu* Seletivo, na área do Processo Seletivo Simplificado para Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais.

7. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. Não será fornecida declaração, certidão ou qualquer outro documento de comprovação de aprovação no Processo Seletivo Simplificado, servindo para este fim a publicação do Edital de Homologação no Diário Oficial do Estado de Roraima.

7.2. O Processo Seletivo Simplificado não se constitui Concurso para ingresso no Quadro Permanente de Pessoal da Carreira da UERR.

7.2.1. O prazo de validade de que trata este Edital será de 2 (dois) anos, contados a partir da publicação do Edital de homologação do Resultado Final, podendo ser prorrogado por igual período, diante de interesse da Administração.

7.3. O resultado final do Processo Seletivo Simplificado, uma vez homologado pelo Reitor, será publicado no Diário Oficial do Estado de Roraima, através de Edital contendo relação dos candidatos classificados.

7.4. A convocação dos candidatos habilitados será feita através de Edital específico publicado no Diário Oficial do Estado de Roraima e disponibilizado no site www.uerr.edu.br

7.4.1. A aprovação do candidato dentro do número de vagas não garante sua convocação, cabendo à Universidade convocar de acordo com a necessidade da UERR.

7.5. O não pronunciamento do candidato habilitado no prazo estabelecido para esse fim facultará à Administração a convocação do(s) candidato(s) seguinte(s), sendo seu nome excluído desta seleção, seja qual for o motivo alegado.

7.6. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar o endereço eletrônico da UERR, o Diário Oficial do Estado e demais publicações referentes a este Processo Seletivo Simplificado.

7.7. Será eliminado da seleção o candidato que estiver ou agir em desacordo com os itens deste Edital.

7.8. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Permanente de Concurso e Vestibular, Pró-Reitoria de Ensino e Graduação e Núcleo de Acessibilidade.

Boa Vista - RR, 20 de março de 2025.

(assinatura eletrônica)
CLAUDIO TRAVASSOS DELICATO
Reitor

ANEXO I

EDITAL 11/2025/UERR/CUNI/REIT/GAB
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA INTÉRPRETE EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LÍNGUA PORTUGUESA

QUADRO DE VAGAS

VAGAS	CARGA HORÁRIA	REQUISITOS	REMUNERAÇÃO
01	40h semanais	**1.** Ensino superior completo, Bacharelado em Letras-Libras; **2. ou** Graduação em qualquer área + Pós-Graduação como Tradutor e Intérprete de Libras com carga horária mínima de 360h. **3. ou** Graduação em qualquer área + Certificação – Prolibras (proficiência em tradução e interpretação de Libras emitido pelo Ministério da Educação - MEC) **4.ou** Graduação em qualquer área + certificação obtida por meio de exame de proficiência em Tradução e Interpretação de Libras promovido pela Secretaria de Educação Estadual – SEED ou Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos - FENEIS ou Centro de Apoio às Pessoas com Surdez – CAS ou Institutos Federais ou Universidades Federais desde que reconhecido pelo MEC. **5.** Experiência mínima comprovada de 12 meses (ou dois semestres letivos) em Tradução e Interpretação de Libras.	R$ 4.320,00

ANEXO II

EDITAL 11/2025/UERR/CUNI/REIT/GAB
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA INTÉRPRETE EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LÍNGUA PORTUGUESA

MODELO DE CURRÍCULO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

CRITÉRIOS AVALIATIVOS		PONTUAÇÃO MÁXIMA	TOTAL
Titulação Acadêmica	Graduação em Letras/Libras	5	
	Especialização em Tradução Interpretação da Libras	10	
	Mestrado em Tradução Interpretação da Libras	15	
	Doutorado em Tradução Interpretação da Libras	20	
Tempo de atuação como Tradutor e intérprete de LIBRAS/PORTUGUÊS/LIBRAS		5 pontos por ano de atuação, no máximo 5	
Cursos de formação continuada em Tradução e Interpretação da Libras – Português (carga horária mínima para cada curso de 120 horas)		5 pontos, no máximo 5 cursos	

Pontuação	100	
Pontuação total do candidato		

Nome e Assinatura do Candidato

ANEXO III

EDITAL 11/2025/UERR/CUNI/REIT/GAB
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA INTÉRPRETE EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LÍNGUA PORTUGUESA

DECLARAÇÃO AUSÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

Nome:	
Inscrição:	
R.G.:	Órgão Exp.:
CPF:	
Endereço Completo:	
Cidade:	

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins de direito junto à UERR que não tive, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, contrato temporário com esta instituição Estadual de Ensino.

Boa Vista- RR, __ de _____ de 2025.

Assinatura do Candidato

ANEXO IV

EDITAL 11/2025/UERR/CUNI/REIT/GAB
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA INTÉRPRETE EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LÍNGUA PORTUGUESA

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

DATA	ATIVIDADES	DISCRIMINAÇÃO
2025		
MARÇO		
21	Publicação do Edital	No DOERR e na página da UERR
24 e 25	Período de impugnação ao Edital	Através do link na área do certame
27	Respostas as impugnações ao Edital	No e-mail ou na área do candidato ou ainda pela publicação de retificação ao edital, se for o caso
	Início das Inscrições	**Somente pelo sitio com *upload* da documentação via sistema de inscrições da UERR**
ABRIL		
07	**Fim das Inscrições**	**Somente pelo sitio com *upload* da documentação via sistema de inscrições da UERR**
08	Homologação Preliminar das Inscrições	Divulgação no sítio da UERR, no *menu* Seletivo, na área do Processo Seletivo Simplificado para Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais

09 e 10	Recurso contra a Homologação Preliminar das Inscrições	Somente pelo Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos da UERR
11	Homologação Final das Inscrições	Divulgação no sítio da UERR, no *menu* Seletivo, na área do Processo Seletivo Simplificado para Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais
	Respostas aos recursos	Somente na área do candidato
14	Realização da Análise da Prova de Títulos	Conforme publicação no *menu* Seletivo, na área do Processo Seletivo Simplificado para Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais
15	Resultado Preliminar (Prova de Títulos)	Divulgação no sítio da UERR, no *menu* Seletivo, na área do Processo Seletivo Simplificado para Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais
16 e 17	Recursos contra o Resultado Preliminar	Somente pelo Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos da UERR
18	**Resultado Final**	Divulgação no sítio da UERR, no *menu* Seletivo, na área do Processo Seletivo Simplificado para Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais

Documento assinado eletronicamente por **Claudio Travassos Delicato**, **Reitor**, em 20/03/2025, às 09:15, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.

A autenticidade do documento pode ser conferida no endereço https://sei.rr.gov.br/autenticar informando o código verificador **16754742** e o código CRC **FC4A3715**.

ANEXO E – EDITAL Nº 119/2024: ALTERAÇÃO DO EDITAL Nº 93/2024 PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFISSIONAIS DE APOIO ESCOLAR E TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LIBRAS – SEED/RR

EDITAL Nº 93/2024/SEED/GAB/RR

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR (CUIDADOR DE ALUNOS) E PROFISSIONAL TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS PARA ATUAR NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO E NOS CENTROS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADOS – CAPITAL E INTERIOR E FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA – SEED/RR.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO DE RORAIMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 270-P de 08/04/2024, torna público o **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR (CUIDADOR DE ALUNOS) E PROFISSIONAL TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS PARA ATUAR NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO E NOS CENTROS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADOS – CAPITAL E INTERIOR E FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA – SEED/RR,** nos termos do Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal; da Política Nacional de Educação Especial (2008); da Lei Federal nº 10.436/2002, da Lei Federal nº 12.319/2010, da Lei Federal n° 12.764/2012; do Decreto Federal nº 5.626/2005, do Decreto Federal nº 7612/2011, da Lei Estadual nº 323/2001, modificada pela Lei Estadual nº 807/201; e da Nota Técnica nº 19/2010-MEC/SEESP/GAB.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Este Processo Seletivo Simplificado será realizado pela SEED/RR, sob a coordenação e supervisão da Comissão Geral Organizadora dos Processos Seletivos Simplificados, operacionalizado por Subcomissões, para **CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR (CUIDADOR DE ALUNOS) E PROFISSIONAL TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS PARA ATUAR NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO E NOS CENTROS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADOS – CAPITAL E INTERIOR E FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA.**

1.2. O **Profissional de Apoio Escolar (Cuidador de Alunos)** e o **Profissional Tradutor e Intérprete de Libras (TIL)** contratado (a) desenvolverá suas atividades nas escolas da rede pública estadual de ensino e nos Centros de Atendimento Educacional Especializados da SEED/RR, de acordo com o interesse da Administração Pública.

1.3. Este Processo Seletivo Simplificado terá a vigência até 30/12/2024, podendo ser aditivado se houver alteração do Calendário Escolar, para atender a conclusão do ano letivo 2024 e prorrogável para o exercício do ano letivo de 2025, a depender do interesse e necessidade da Administração Pública.

1.4. A inscrição do (a) candidato (a) implicará no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, não cabendo, portanto, alegação de desconhecimento.

1.5. O presente Processo Seletivo Simplificado destina-se à contratação temporária de 290 (duzentos e noventa) **Profissionais de Apoio Escolar (Cuidador de Alunos)** e 43 (quarenta e três) **Profissionais Tradutores e Intérpretes de Libras (TILs)** para atuar nas escolas da rede pública estadual de ensino e nos Centros de Atendimento Educacional Especializados e Formação de Cadastro Reserva da SEED-RR, com previsão orçamentária anual de R$ 7.857.135,00 (sete milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil, centro e trinta e cinco reais).

1.6. É de inteira responsabilidade do (a) candidato (a), acompanhar a publicação de todos os atos

referentes a este Processo Seletivo Simplificado na página de acompanhamento e no Diário Oficial do Estado de Roraima-DOE/RR (endereço eletrônico www.imprensaoficial.rr.gov.br).
1.7. É reservado à SEED/RR o direito de contratar a quantidade de profissionais que atenda ao interesse, necessidades e previsões deste Edital (Anexos II e III).
1.8. A seleção será por meio da avaliação de títulos disposta nos subitens 6.3.1 e 6.3.2 deste Edital.
1.9. A contratação temporária pretendida por este Edital rescindir-se-á:
a) pelo término do prazo contratual, sem indenização;
b) por iniciativa do (a) contratado (a), sem indenização, mediante comunicação a contratante;
c) por iniciativa da contratante, decorrente de conveniência administrativa, com pagamento, ao contratado, de indenização correspondente a 10% do que lhe caberia referente ao restante do contrato;
d) por iniciativa da contratante decorrente de descumprimento de cláusula contratual e de normas regulamentadoras sem indenização, sem prejuízo das responsabilidades civis por danos causados ao Estado;
e) por abandono da unidade de exercício, por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, injustificadamente;
f) por descumprimento das atribuições contratuais do cargo;
g) por óbito do (a) contratado (a).
1.10. O (a) candidato (a) classificado (a) e convocado (a) assinará, no ato da contratação, a Declaração de Acúmulo de Cargos, Empregos ou Funções.
1.11. No ato da inscrição, o (a) candidato (a) deverá optar por apenas um cargo/função e município dos constantes nos Anexos II e III deste Edital, além de indicar a preferência da localidade (zona urbana ou rural).
1.12. Fica vedada a inscrição para mais de um cargo/função, município ou localidade (rural ou urbana), resultando em desclassificação do (a) candidato (a), caso ocorra duplicidade de inscrição.
1.13. O (a) candidato (a) classificado (a) e convocado (a) que se declarar ocupante de outro cargo, no ato da contratação, deve comprovar por meio de Certidão emitida pelo Departamento de Recursos Humanos do órgão competente ou empregador (especificando a carga horária semanal e horário de trabalho) a compatibilidade de horário entre as jornadas de trabalho, conforme dispõe o Artigo 37, Inciso XVI da Constituição Federal e a Lei Estadual nº 323/2001, modificada pela Lei Estadual nº 807/2011.
1.14. O (a) candidato (a) classificado (a) e convocado (a) será lotado (a) no cargo/função, município e localidade informados na inscrição, não havendo transferência no período de vigência do contrato temporário de trabalho, sob pena de rescisão. Exceto por interesse da Administração Pública, que poderá convidar profissionais do Cadastro Reserva para contratar e desenvolver suas atividades em município ou escola distinto daquele para o qual realizou o processo seletivo.

2. DOS REQUISITOS BÁSICOS

2.1. O (a) candidato (a) deverá:
a) ter idade mínima de 18 anos no ato da inscrição;
b) ser brasileiro (a) nato (a) ou naturalizado (a) conforme legislação vigente;
c) ter certificação de conclusão de Ensino Médio, com Histório Escolar correspondente;
2.1.1. O (a) candidato (a) ao cargo de Profissional de Apoio Escolar (Cuidador de Alunos) deverá acrescer à documentação:
a) certificação de Curso na área de Cuidador, cuja ementa corresponda com as atribuições descritas no subitem 4.3 deste Edital, com carga horária mínima de 60 (sessenta) horas (para candidatos ao cargo de Profissional de Apoio Escolar (Cuidador de Alunos); e
b) certificação de Curso na área de Cuidador, cuja ementa corresponda com as atribuições descritas

no subitem 4.3 deste Edital, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas (para candidatos ao cargo de Profissional de Apoio Escolar (Cuidador de Alunos).
2.1.2. O (a) candidato (a) ao cargo de Profissional Tradutor e Intérprete de Libras – TIL, deverá acrescer à documentação:
a) certificação de Curso Avançado de Libras, com ementa e carga horária mínima de 120 horas e/ou Certificado do Pró-Libras (para candidatos ao cargo de Profissional Tradutor e Intérprete de Libras – TIL; e
b) comprovante de Tempo de Serviço na área de atuação pretendida.
2.2. No caso de nacionalidade portuguesa, na forma da Lei, comprovar reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do art. 12, §1° da Constituição e dos Decretos n° 70.391/72 e n° 70.436/72.

3. DAS VAGAS

3.1. As vagas estão listadas nos Anexos II e III deste Edital.
3.2. À pessoa com deficiência é assegurado o direito de candidatar-se a uma vaga, desde que a deficiência não seja incompatível com as atribuições do cargo, conforme previsto no § 3º do Art. 5° da Lei nº. 053/2001.
3.3. Do total das vagas existentes, 10% (dez por cento) serão reservadas, às pessoas com deficiência, nos termos do §3º, Artigo 5º da Lei Complementar nº. 053, de 31 de dezembro de 2001.
3.4. Não havendo candidatos aprovados para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, estas serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem de classificação final.
3.5. Após o preenchimento das vagas, os demais candidatos, em ordem classificatória decrescente, formarão o Cadastro Reserva de Profissional de Apoio Escolar (Cuidador de Alunos) e de Tradutor e Intérprete de Libras –TIL da SEED/RR, a fim de atender eventuais necessidades.

4. DA FUNÇÃO, CARGA HORÁRIA, ATRIBUIÇÕES E REMUNERAÇÃO DO CARGO

4.1. A jornada de trabalho compreenderá 30 horas semanais para ambos os cargos.
4.2. Aos interessados aos cargos de Profissional de Apoio Escolar (Cuidador de Alunos) e de Tradutor e Intérprete de Libras –TIL, deverão optar por apenas uma das áreas de atuação dentre as dispostas neste Edital e cumprir com as exigências previstas na legislação que as regulamentam.
4.3. Funções, atribuições, carga horária e remuneração das categorias profissionais, serão de acordo com o disposto abaixo:

<table>
<tr><th>Função/Carga Horária</th><th colspan="2">Atribuições</th></tr>
<tr><td rowspan="3">Profissional de Apoio Escolar (Cuidador de Alunos)</td><td colspan="2">Desenvolver atividades de suporte para alimentação, locomoção, higiene corporal, vestimenta, comunicação, orientação espacial, manipulação de objetos, transferência postural, brincadeiras e atividades correlatas, de acordo com a rotina escolar do aluno com deficiência e/ou Transtorno do Espectro Autista -TEA, garantindo a ele segurança, bem-estar e melhor adaptação no ambiente escolar.</td></tr>
<tr><td>Carga Horária</td><td>Remuneração</td></tr>
<tr><td>30 h semanais</td><td>R$ 1.500,00</td></tr>
<tr><td>Profissional Tradutor e Intérprete de Libras</td><td colspan="2">Fazer tradução/interpretação de Libras/Português e de Português/Libras nas aulas/atividades das disciplinas curriculares; intermediar a comunicação entre surdos e ouvintes, ouvintes e surdos</td></tr>
</table>

<table>
<tr><td rowspan="3">- TIL</td><td colspan="2">em diferentes situações; prestar serviços de tradução e interpretação em seminários, palestras e outros eventos escolares, quando solicitado; intermediar a comunicação com as famílias e comunidade; cumprir os dias letivos previstos no calendário escolar; comparecer, quando convocado, às atividades não previstas no calendário escolar; participar do planejamento de aula para inteirar-se, antecipadamente, do conteúdo; desempenhar as tarefas indispensáveis para atingir os fins educacionais da escola e do processo de ensino e de aprendizagem; zelar pelos preceitos éticos da confiabilidade, imparcialidade, discrição e fidelidade na tradução/interpretação; realizar outras atividades correlatas, além das atribuições descritas acima; seguir orientação determinada pela gestão escolar e SEED/RR.</td></tr>
<tr><td>Carga Horária</td><td>Remuneração</td></tr>
<tr><td>30 h semanais</td><td>R$ 1.500,00</td></tr>
</table>

4.4. O não cumprimento das atribuições do subitem 4.3 acarretará em rescisão contratual.

5. DA INSCRIÇÃO

5.1. As inscrições poderão ser realizadas:

a) ***online*** por meio da página de acompanhamento no seguinte endereço eletrônico: https://pss.ierr.edu.br/pss-seed-2401 a partir das 08he00min. do dia 21/05/2024 às 23he59min. do dia 26/05/2024.

b) **presencialmente**, no prédio da antiga Escola Estadual Princesa Isabel, localizada na Avenida Jaime Brasil nº 393, Centro, Boa Vista –RR, nos dias 21 a 24/05/2024, das 07he30min. às 13h30min.

5.2. Documentos **obrigatórios e eliminatórios**, comuns a ambos os cargos: no ato da inscrição, o (a) candidato(a) deverá inserir no formulário de inscrição online ou apresentar à Subcomissão de Inscrição os documentos originais para conferência e digitalização, os seguintes documentos para cadastramento e efetivação da inscrição:

a) CPF;

b) documento de identificação: serão considerados os expedidos pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação, pelos Corpos de Bombeiros Militares, pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.), por órgão público (que por Lei Federal, valham como identidade), passaporte brasileiro, carteira nacional de habilitação (somente o modelo com foto);

c) certificação de conclusão do Ensino Médio com Histórico Escolar (ou Declaração/Certidão de conclusão do Ensino Médio com Histórico Escolar);

5.2.1. O (a) candidato (a) ao cargo de Profissional de Apoio Escolar (Cuidador de Alunos) deverá acrescer à documentação (não cumulativo e **classificatório)**:

a) certificação de Curso na área de Cuidador, cuja ementa corresponda com as atribuições descritas no subitem 4.3 deste Edital, com carga horária mínima de 60 (sessenta) horas;

b) certificação de Curso na área de Cuidador, cuja ementa corresponda com as atribuições descritas no subitem 4.3 deste Edital, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas; e

c) certificação de curso na área de Educação Especial e/ou Inclusica com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas.

5.2.2. O (a) candidato (a) ao cargo de Profissional Tradutor e Intérprete de Libras – TIL, deverá acrescer à documentação (não cumulativo e **classificatório)**:

a) certificação de Curso Avançado de Libras, com ementa e carga horária mínima de 120 (cento e vinte) horas;
b) certificação do Pró-Libras (Proficiência em Libras) expedido pelo MEC; e
c) certificação de curso na área de Educação Especial e/ou Inclusica com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas; e
c) comprovante de Tempo de Serviço na área de atuação pretendida.

5.3. Ao candidato que no ato da inscrição não declarar a deficiência é vedado, posteriormente, impetrar recurso em favor de sua condição.

5.4. O candidato que se declarar pessoa com deficiência (PcD) deverá apresentar ou enviar no ato da inscrição, o laudo médico atestando a deficiência, com expressa referência ao respectivo código da Classificação Internacional de Doenças-CID.

5.5. Todos os documentos apresentados deverão estar legíveis, sem rasuras, digitalizados e inseridos no MODELO DE ANEXO disponível para cada cargo na página de acompanhamento.

5.6. Será de exclusiva responsabilidade do candidato o correto preenchimento do formulário on-line, a geração e posterior inserção dos documentos (pessoais e títulos) em ARQUIVO ÚNICO, no formato específico (PDF), o qual deve ser gerado a partir do MODELO DE ANEXO disponibilizado em formato DOCx. Observando o período da inscrição no cronograma, sob pena de eliminação no certame;

5.7. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, não cabendo, portanto, alegação de desconhecimento.

5.8. Não será permitido o envio de documentos para avaliação de títulos, após o período de inscrição;

5.9. O envio da documentação, no ato da inscrição, não desobriga o candidato a apresentar, a qualquer tempo, quando solicitado, a comprovação de todos os requisitos e condições estabelecidos neste edital, sob pena de eliminação do certame ou cancelamento do contrato.

5.10. O deferimento da inscrição ficará condicionado ao correto preenchimento do formulário de inscrição on-line por parte do candidato, com a observância de todas as condições e exigências constantes no presente Edital, das quais não poderá alegar desconhecimento;

5.11. As orientações para o correto preenchimento do formulário de inscrição e o modelo de arquivo único para envio de documentação para análise, laudo médico (PcD), estão disponíveis no link: https://pss.ierr.edu.br/pss-seed-240

5.12. A relação dos inscritos e, posteriormente, dos classificados/convocados será publicada na página de acompanhamento e no DOE/RR (endereço eletrônico www.imprensaoficial.rr.gov.br).

5.13. Os certificados de cursos com carga horária abaixo de 120 (cento e vinte) horas devem estar datados num período máximo de 5 (cinco) anos do ano 2024.

6. DA SELEÇÃO

6.1. O processo de seleção consistirá das etapas de análise documental e da avaliação dos tírulos de caráter eliminatório e classificatório.

6.2. A avaliação dos títulos, ficará sob a coordenação da Subcomissão de Avaliação de Títulos, designada por Portaria do Senhor Secretário de Estado da Educação e Desporto.

6.3. Para fins de classificação, serão considerados os títulos por área de atuação pretendida:

6.3.1. Profissional de Apoio Escolar (Cuidador de Alunos):

Item	Títulos	Pontuação Atribuída	Pontuação Máxima

Titulação Acadêmica	Diploma de curso de Nível Superior na área da Educação com Histórico Acadêmico	20 pontos	20 pontos
Titulação Complementar	Certificado de curso na área de Cuidador, cuja ementa corresponda às atribuições descritas no subitem 4.3 deste Edital, com carga horária mínima de 60 (sessenta) horas	05 pontos cada (máximo 05 títulos)	25 pontos
	Certificado de curso de formação continuada em áreas afins à função de Cuidador, cuja ementa corrobore com as atribuições descritas no subitem 4.3 deste Edital, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas	10 pontos cada (máximo 03 títulos	30 pontos
	Certificado de curso de formação continuada na área da Educação Especial e/ou Inclusiva com ementa e carga horária mínima de 40 (quarenta)horas	05 pontos por cada (máximo 05 pontos)	25 pontos
Total Máximo de Pontos			**100 PONTOS**

6.3.2. Na classificação final, aos (às) candidatos (as) que obtiverem a mesma pontuação, será aplicado o critério de desempate onde terá preferência o (a) candidato (a) com mais idade, contada em ano, mês e dia.

6.3.4. Profissional Tradutor e Intérprete de Libras – TIL:

Itens	Títulos	Pontuação Atribuída	Pontuação Máxima
Titulação Acadêmica	Diploma de curso de nível superior na área da Educação com Histórico Acadêmico	10 pontos	10 pontos
	Certificação do Pró - Libras (Proficiência em Libras)	20 pontos	20 pontos
Titulação Complementar	Certificação de Curso Avançado de Libras, com ementa e carga horária mínima de 120 (cento e vinte) horas	10 pontos por cada (máximo 03 pontos)	30 pontos
	Certificado de curso na área de Educação Especial e/ou Inclusica com ementa e carga horária mínima de 40 (quarenta) horas	10 pontos por cada (máximo 02 pontos)	20 pontos
Certidão de Tempo de Serviço	Comprovante de Tempo de Serviço no exercício da função cujas atribuições correspondam ao cargo pretendido, expedido pelo Departamento de Recursos Humanos do órgão competente ou pelo empregador	05 pontos por ano (máximo 04 anos)	20 pontos
Total Máximo de Pontos			**100 pontos**

6.3.5. Para comprovação do Tempo de Serviço:
a) se da Administração Públiva: declaração ou Certidão de Tempo de Serviço na área pretendida, emitida pelo Departamento de Recursos Humanos do respectivo órgão.
b) se da iniciativa privada: página com foto, frente e verso, da Carteira de Trabalho e Previdência Social-CTPS, como também as páginas que comprovem o tempo de serviço na área pretendida.
c) Não será atribuída pontuação ao comprovante de tempo de serviço:
1) emitido por órgão diverso ao disposto nas alíneas "a" e "b" do Subitem 6.3.5, deste Edital.
2) emitido por pessoa física;
3) que corresponda a regime de trabalho voluntário ou colaborativo.
6.3.6. Na contagem final ao tempo de serviço, a fração igual ou superior a 6 (seis) meses será considerada como um ano, exceto para o critério de desempate.
6.3.7. Para pontuação de tempo de serviço, não será considerada sobreposição de tempo.
6.4. Não será atribuída pontuação a título de cursos sem ementa e carga horária.
6.5. Todos os títulos apresentados deverão estar legíveis e sem rasuras.

8. DO RECURSO

8.1. O (a) candidato (a) que desejar interpor recurso contra qualquer etapa prevista neste Edital deverá encaminhar à Comissão Geral Organizadora dos Processos Seletivos Simplificados, através da página de acompanhamento nas datas especificadas no Cronograma de Execução (Anexo I), deste Edital.
8.2. O recurso deverá ser objetivo e claramente fundamentado, não sendo admitida a inclusão de documentos que não tenham sido entregues ou adicionados no ato da inscrição.
8.3. A solicitação para impugnar este Edital deve ser apresentada até às 23h59min das datas estabelecidas no Cronograma de Execução (Anexo I), deste Edital.
8.4. O horário limite para envio de recurso será até às 23h59min das datas definidas no Cronograma de Execução (Anexo I) deste Edital.
8.5. Serão indeferidos os recursos interpostos fora dos prazos estabelecidos, bem como aquele apresentado em local diverso do definido no subitem 8.1, deste Edital.
8.6. Os recursos serão analisados e julgados pela Comissão Geral Organizadora dos Processos Seletivos Simplificados, não sendo admitido pedido de reconsideração da decisão proferida.

9. DO RESULTADO PRELIMINAR

9.1. O resultado preliminar consistirá na análise documental e na somatória dos pontos da avaliação dos títulos.
9.2. Os resultados serão publicados na página de acompanhamento e no DOE/RR (www.imprensaoficial.rr.gov.br), conforme cronograma (Anexo I).
9.3. O resultado preliminar estará sujeito a alterações decorrentes do julgamento de recursos e/ou retificações.

10. DO RESULTADO FINAL

10.1. O resultado final será publicado após a análise dos recursos interpostos impetrados contra o Resultado Preliminar.
10.2. Os classificados serão relacionados em ordem decrescente, de acordo com a somatória dos pontos da avaliação dos títulos e observados os critérios de desempate.
10.3. A classificação final/convocação do certame será publicada na página de acompanhamento e no DOE/RR www.imprensaoficial.rr.gov.br de acordo com os prazos estabelecidos no Anexo I.

11. DA CLASSIFICAÇÃO

11.1. A pontuação final dos candidatos consistirá:
11.1.1. Na somatória dos pontos obtidos no subitem 6.3.1 deste Edital, para os candidatos ao cargo de Profissional de Apoio Escolar (Cuidador de Alunos):
11.1.2. Na classificação final, aos (às) candidatos (as) que obtiverem a mesma pontuação, será aplicado o critério de desempate onde terá preferência o (a) candidato (a) com mais idade, contada em ano, mês e dia.
11.2. Na somatória dos pontos obtidos no subitem 6.3.4 para os candidatos ao cargo de Profissional Tradutor e Intérprete de Libras – TIL:
11.2.1. Na classificação final, aos candidatos (as) que obtiverem a mesma pontuação, serão aplicados os seguintes critérios de desempate:
a) maior pontuação de tempo de serviço comprovado, contado em ano, mês e dias; e
b) persistindo o empate, terá preferência o candidato com mais idade.

12. DA CONVOCAÇÃO

12.1. A convocação do (a) candidato (a) classificado (a) atenderá ao previsto no Anexo I deste Edital.
12.2. A apresentação dos (as) classificados (as)/convocados (as) para assinatura do contrato e lotação, será realizada no Departamento de Recursos Humanos-DRH/SEED-RR, situado na Rua Barão do Rio Branco n° 1495, Centro – Boa Vista –RR, nos dias 10 a 14/06/2024, das 07h30min às 13h30min.
12.3. Caso o (a) candidato (a) classificado (a)/convocado (a) não compareça ou não aceite a contratação imediata, este será excluído do certame e imediatamente convocado o candidato classificado subsequente.
12.4. Não será realizada contratação e lotação por procuração.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 Todas as informações prestadas, serão de inteira responsabilidade do candidato.
13.2. A SEED/RR não custeará transporte, alimentação e/ou hospedagem aos candidatos do certame.
13.3. Em caso de recusa da lotação, o candidato convocado assinará Termo de Desistência (Anexo VI) e imediatamente será convocado o candidato classificado subsequente.
13.4. Caberá à Comissão Geral Organizadora dos Processos Seletivos Simplificados a elaboração do Edital, análise dos recursos, publicação das relações dos inscritos e da classificação final do certame.
13.5. A SEED/RR, por meio do Departamento de Recursos Humanos-DRH, convocará, contratará e lotará os candidatos classificados, respeitando as prioridades garantidas por Lei e em consonância com os critérios estabelecidos no Edital.
13.6. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este Edital, devendo encaminhar a solicitação, fundamentada e com exposição de motivo/causa à Comissão Geral Organizadora dos Processos Seletivos Simplificados.
13.7. A solicitação para impugnar este Edital deverá ser apresentada conforme o prazo estipulaso do Anexo I deste Edital, após este prazo qualquer solicitação será considerada preclusa.
13.8. Este Processo Seletivo Simplificado terá a vigência até 30/12/2024, podendo ser aditivado se houver alteração do Calendário Escolar, para atender a conclusão do ano letivo 2024 e prorrogável para o exercício do ano letivo de 2025, a depender do interesse e necessidade da Administração Pública.
13.9. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Geral dos Processos Seletivos Simplificados da SEED/RR.

Boa Vista/RR, 16 de maio de 2024

MIKAEL WALLAS CUNHA CURY-RAD
Secretário de Estado da Educação e Desporto - SEED/RR
Decreto nº 270-P de 08/04/2024

ANEXO I
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	DATA
Divulgação do Edital na página de acompanhamentoe no DOE/RR www.imprensaoficial.rr.gov.br	16/05/2024
Prazo para Interposição de Recurso (Edital) na página de acompanhamento	17/05/2024
Divulgação do resultado da análise de interposição dos recursos (Edital) no página de acompanhamento e no DOE/RR www.imprensaoficial.rr.gov.br	20/05/2024
Período de inscrição no página de acompanhamento	21 a 26/05/2024
Presencialmente, com suporte técnico, no prédio da antiga Escola Estadual Princesa Isabel, na Av. Jaime Brasil nº 393 – Centro - Boa Vista - RR	21 a 24/05/2024
Divulgação dos inscritos no página de acompanhamento e no DOE/RR www.imprensaoficial.rr.gov.br	27/05/2024
Prazo para Interposição de Recurso (Inscrição) no página de acompanhamento	28/05/2024
Divulgação do resultado da análise de interposição dos recursos (Inscrição) no página de acompanhamento e no DOE/RR www.imprensaoficial.rr.gov.br	29/05/2024
Divulgação do resultado preliminar da Avaliação de Títulos no página de acompanhamento e no DOE/RR www.imprensaoficial.rr.gov.br	03/06/2024
Prazo para Interposição de Recurso (Resultado Preliminar da Avaliação de Títulos) página de acompanhamento	04/06/2024
Divulgação do resultado da análise de interposição dos recursos (Resultado Preliminar da Avaliação de Títulos) no página de acompanhamento e no DOE/RR www.imprensaoficial.rr.gov.br	06/06/2024
Divulgação do resultado final e convocação dos classificados no página de acompanhamento e no DOE/RRwww.imprensaoficial.rr.gov.br	07/06/2024
Apresentação dos classificados/convocados para assinatura do contrato e lotação	10 a 14/06/2024

ANEXO II
QUADRO DE VAGAS
PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR (CUIDADOR DE ALUNOS)

Município	Zona	Qtd. De Vagas						
		Masculino			Feminino			Total
		AC	PcD	Sub Total	AC	PcD	Sub Total	
Alto Alegre	Rural	04	01	**05**	01	00	**01**	**06**
	Urbana	02	00	**02**	01	00	**01**	**03**
Amajari	RURAL	CR	-	**CR**	CR	-	**CR**	**CR**
	URBANA	02	00	**02**	CR	-	**CR**	**02**
Boa Vista	RURAL	CR	-	**CR**	CR	-	**CR**	**CR**
	URBANA	90	10	**100**	90	10	**100**	**200**
Bonfim	RURAL	02	00	**02**	CR	-	**CR**	**02**
	URBANA	01	00	**01**	02	00	**02**	**03**
Cantá	RURAL	04	00	**04**	01	00	**01**	**05**
	URBANA	02	00	**02**	01	00	**01**	**03**
Caracaraí	RURAL	03	00	**03**	CR	-	**CR**	**03**
	URBANA	04	01	**05**	06	00	**06**	**11**
Caroebe	RURAL	02	00	**02**	CR	-	**CR**	**02**
	URBANA	CR	-	**CR**	CR	-	**CR**	**CR**
Iracema	RURAL	01	00	**01**	02	00	**02**	**03**
	URBANA	04	01	**05**	02	00	**02**	**07**
Mucajaí	RURAL	04	01	**05**	02	00	**02**	**07**
	URBANA	04	01	**05**	03	00	**03**	**08**
Normandia	URBANA	02	00	**02**	02	00	**02**	**04**
Pacaraima	URBANA	02	00	**02**	03	00	**03**	**05**
Rorainópolis	RURAL	CR	-	**CR**	02	00	**02**	**02**
	URBANA	03	00	**03**	04	00	**04**	**07**
Rorainópolis (Baixo Rio Branco)	URBANA	CR	-	**CR**	CR	-	**CR**	**CR**
São João da Baliza	URBANA	02	00	**02**	CR	-	**CR**	**02**
São Luiz	RURAL	CR	-	**CR**	CR	-	**CR**	**CR**
	URBANA	03	00	**03**	03	00	**03**	**06**
Uiramutã	URBANA	01	00	**01**	CR	-	**CR**	**01**
Sub Total	**-**	142	15	**157**	125	10	**135**	
Total	**-**	**157**			**135**			**292**

Legenda: AC = Ampla Concorrência, PcD = Pessoa com Deficiência, CR = Cadastro Reseva

ANEXO III
QUADRO DE VAGAS
PROFISSIONAL TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS -TIL

MUNICIPIO	QTD. DE VAGAS						TOTAL VAGAS
	URBANA			RURAL			
	AC	PcD	SUB TOTAL	AC	PcD	SUB TOTAL	
ALTO ALEGRE	01	00	01	CR	-	CR	**01**
AMAJARI	02	00	02	CR	-	CR	**02**
BOA VISTA	24	03	27	CR	-	CR	**27**
BONFIM	CR	-	CR	CR	-	CR	**CR**
CANTÁ	01	00	01	CR	-	CR	**01**
CARACARAÍ	01	00	01	CR	-	CR	**CR**
CAROEBE	CR	-	CR	CR	-	CR	**CR**
IRACEMA	CR	-	CR	CR	-	CR	**CR**
MUCAJAÍ	01	00	01	CR	-	CR	**01**
NORMANDIA	01	00	01	CR	-	CR	**01**
PACARAIMA	01	00	01	CR	-	CR	**01**
RORAINÓPOLIS	02	00	02	CR	-	CR	**02**
SÃO JOÃO DA BALIZA	CR	-	CR	CR	-	CR	**CR**
SÃO LUIZ	CR	-	CR	CR	-	CR	**CR**
UIRAMUTÃ	CR	-	CR	CR	-	CR	**CR**
TOTAL	**34**	**03**	**37**	**CR**	**-**	**CR**	**37**

Legenda: AC = Ampla Concorrência, PcD= Pessoa com Deficiência, CR = Cadastro Reseva

ANEXO IV
MINUTA DE CONTRATO TEMPORÁRIO

CONTRATO TEMPORÁRIO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR (CUIDADOR DE ALUNOS), POR PRAZO DETERMINADO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE RORAIMA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO-SEED/RR, E O(A) SR(A).....

Nº do Contrato: **( )/2024 – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**
Carga Horária: **30 (trinta) horas semanais**
Unidade de Exercício: **Secretaria de Estado da Educação e Desporto de Roraima- SEED/RR**
Lotação: **(SERÁ DEFINIDA NO ATO DA CONTRATAÇÃO)**
Função: **PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR (CUIDADOR DE ALUNOS)**

Pelo presente instrumento de contrato por tempo determinado, de um lado o **GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA**, representado pelo Senhor Secretário de Estado da Educação e Desporto, **MIKAEL WALLAS CUNHA CURY-RAD**, RG nº ..... e CPF nº ....., Decreto nº 270-P de 08/04/2024, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, o(a) Sr(a). ....., RG nº ..... CPF nº....., doravante denominado(a) **CONTRATADO**(A), acordam nas seguintes cláusulas:

1. DA FUNDAMENTAÇÃO
1.1. O presente contrato reger-se-á pelas disposições da Lei Estadual nº 323, de 31/12/2001, modificada pela Lei Estadual nº 807/2011.

2. DO OBJETO
2.1. O objeto do presente é a contratação de pessoal por tempo determinado, para atuar na função de Profissional de Apoio Escolar (Cuidador de Alunos) para atender demandas das escolas da rede pública estadual de ensino do Estado de Roraima e Centros de Atendimento Educacional Especializados da SEED/RR.

3. DAS ATRIBUIÇOES DO CONTRATADO
3.1. Desenvolver atividades de suporte para alimentação, locomoção, higiene corporal, vestimenta,

comunicação, orientação espacial, manipulação de objetos, transferência postural, brincadeiras e atividades correlatas, de acordo com a rotina escolar do aluno com deficiência e/ou Transtorno do Espectro Autista -TEA, garantindo a ele segurança, bem-estar e melhor adaptação no ambiente escolar.
3.2. Em caso do não comparecimento do aluno pelo qual o Cuidador é responsável, este poderá ser direcionado ao atendimento de outro aluno público alvo da Educação Especial que necessite.

4. DAS OBRIGAÇÕES

4.1. O Governo do Estado de Roraima obriga-se a pagar ao contratado, a título de remuneração, o valor de **R$ 1.500,00** (mil e quinhentos reais), sobre o qual incidirá os descontos legais.

5. DA VIGÊNCIA

5.1. Este Processo Seletivo Simplificado terá a vigência até 30/12/2024, podendo ser aditivado se houver alteração do Calendário Escolar, para atender a conclusão do ano letivo 2024 e prorrogável para o exercício do ano letivo de 2025, a depender do interesse e necessidade da Administração Pública.

6. DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1. Rescindir-se-á o presente contrato:
a) pelo término do prazo contratual, sem indenização;
b) por iniciativa do(a) contratado(a), sem indenização, mediante comunicação a contratante;
c) por iniciativa da contratante, decorrente de conveniência administrativa, com pagamento, ao contratado, de indenização correspondente a 10% do que lhe caberia referente ao restante do contrato;
d) por iniciativa da contratante decorrente de descumprimento de cláusula contratual e de normas regulamentadoras sem indenização, sem prejuízo das responsabilidades civis por danos causados ao Estado;
e) por abandono da unidade de exercício, por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, injustificadamente;
f) por descumprimento das atribuições contratuais do cargo;
g) por óbito do (a) contratado (a).

7. DO FORO

7.1. As partes elegem o foro da cidade de Boa Vista/RR, para dirimir quaisquer dúvidas e/ou litígios advindos da aplicação deste contrato.

E por estarem justos e acordados, depois de lido e achado conforme, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual forma e teor, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de duas testemunhas que abaixo assinam.

Boa Vista/RR, _____ de _____ de 2024

MIKAEL WALLAS CUNHA CURY-RAD Secretário de Estado da Educação e Desporto	**CONTRATADO**

Decreto Nº 270-P de 08/04/2024

Testemunha:

RG
.....

CPF nº
.....

Testemunha:

RG
.....

CPF nº
.....

ANEXO V
MINUTA DE CONTRATO TEMPORÁRIO

CONTRATO TEMPORÁRIO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS - TIL, POR PRAZO DETERMINADO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE RORAIMA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO-SEED/RR, E O(A)
SR(A).....
.....

Nº do Contrato: **( )/2024 – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**
Carga Horária: **30 (trinta) horas semanais**
Unidade de Exercício: **Secretaria de Estado da Educação e Desporto de Roraima- SEED/RR**
Lotação: **(SERÁ DEFINIDA NO ATO DA CONTRATAÇÃO)**
Função: **PROFISSIONAL TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS - TIL**

Pelo presente instrumento de contrato por tempo determinado, de um lado o **GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA**, representado pelo Senhor Secretário de Estado da Educação e Desporto, **MIKAEL WALLAS CUNHA CURY-RAD**, RG nº ..... e CPF nº ....., Decreto nº 270-P de 08/04/2024, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, o(a) Sr(a). **.....**, RG nº ..... CPF nº....., doravante denominado(a) **CONTRATADO**(A), acordam nas seguintes cláusulas:

1. DA FUNDAMENTAÇÃO
1.1. O presente contrato reger-se-á pelas disposições da Lei Estadual nº 323, de 31/12/2001, modificada pela Lei Estadual nº 807/2011.

2. DO OBJETO
2.1. O objeto do presente é a contratação de pessoal por tempo determinado, para atuar na função de Profissional Tradutor e Intérprete de Libras – TIL, para atender demandas das escolas da rede pública estadual de ensino do Estado de Roraima e Centros de Atendimento Educacional Especializados da SEED/RR.

3. DAS ATRIBUIÇOES DO CONTRATADO
3.1. fazer tradução/interpretação de Libras/Português, Português/Libras nas aulas/atividades das disciplinas curriculares;
3.2. intermediar a comunicação entre surdos e ouvintes, ouvintes e surdos em diferentes situações;
3.3. prestar serviços de tradução e interpretação em seminários, palestras e outros eventos escolares, quando solicitado; 3.4. intermediar a comunicação com as famílias e comunidade;
3.4. cumprir os dias letivos previstos no calendário escolar;
3.5. comparecer, quando convocado, às atividades não previstas no calendário escolar;
3.6. participar do planejamento de aula para inteirar-se, antecipadamente, do conteúdo;
3.7. desempenhar as tarefas indispensáveis para atingir os fins educacionais da escola e do processo de ensino e de aprendizagem;
3.8. zelar pelos preceitos éticos da confiabilidade, imparcialidade, discrição e fidelidade na tradução/interpretação; 3.9. realizar outras atividades correlatas, além das atribuições descritas acima;
3.9. seguir orientação determinada pela gestão escolar e SEED/RR.

4. DAS OBRIGAÇÕES
4.1. O Governo do Estado de Roraima obriga-se a pagar ao contratado, a título de remuneração, o valor de **R$ 1.500,00** (mil e quinhentos reais), sobre o qual incidirá os descontos legais.

5. DA VIGÊNCIA
5.1. Este Processo Seletivo Simplificado terá a vigência até 30/12/2024, podendo ser aditivado se houver alteração do Calendário Escolar, para atender a conclusão do ano letivo 2024 e prorrogável para o exercício do ano letivo de 2025, a depender do interesse e necessidade da Administração Pública.

6. DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1. Rescindir-se-á o presente contrato:
a) pelo término do prazo contratual, sem indenização;
b) por iniciativa do(a) contratado(a), sem indenização, mediante comunicação a contratante;
c) por iniciativa da contratante, decorrente de conveniência administrativa, com pagamento, ao contratado, de indenização correspondente a 10% do que lhe caberia referente ao restante do contrato;
d) por iniciativa da contratante decorrente de descumprimento de cláusula contratual e de normas regulamentadoras sem indenização, sem prejuízo das responsabilidades civis por danos causados ao Estado;
e) por abandono da unidade de exercício, por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, injustificadamente;
f) por descumprimento das atribuições contratuais do cargo;
g) por óbito do (a) contratado (a).

7. DO FORO

7.1. As partes elegem o foro da cidade de Boa Vista/RR, para dirimir quaisquer dúvidas e/ou litígios advindos da aplicação deste contrato.

E por estarem justos e acordados, depois de lido e achado conforme, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual forma e teor, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de duas testemunhas que abaixo assinam.

Boa Vista/RR, ____ de _____ de 2024

MIKAEL WALLAS CUNHA CURY-RAD
Secretário de Estado da Educação e Desporto
Decreto Nº 270-P de 08/04/2024

CONTRATADO

Testemunha:

RG .....
CPF nº .....

Testemunha:

RG .....
CPF nº .....

ANEXO F – ATO DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2018: CRIAÇÃO DE COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAMENTO DO FLUXO MIGRATÓRIO VENEZUELANO EM RORAIMA

Legislação Informatizada - ATO DA PRESIDÊNCIA DE 26/02/2018 - Publicação Original

Veja também:

Dados da Norma

ATO DA PRESIDÊNCIA DE 26/02/2018

Cria Comissão Externa, sem ônus para a Câmara dos Deputados, destinada a acompanhar o fluxo crescente de imigrantes venezuelanos que vem ocorrendo no estado de Roraima.

Nos termos do art. 38 do Regimento Interno, esta Presidência decide criar **Comissão Externa**, sem ônus para a Câmara dos Deputados, **destinada a acompanhar o fluxo crescente de imigrantes venezuelanos que vem ocorrendo no estado de Roraima**, composta pelos seguintes Deputados:

* Carlos Andrade (PHS/RR) - Coordenador,
* Abel Mesquita Jr. (DEM/RR),
* Edio Lopes (PR/RR),
* Hiran Gonçalves (PP/RR),
* Jhonatan de Jesus (PRB/RR),
* Maria Helena (PSB/RR),
* Remídio Monai (PR/RR) e
* Shéridan (PSDB/RR).

Brasília, 26 de fevereiro de 2018.

RODRIGO MAIA
Presidente da Câmara dos Deputados

Este texto não substitui o original publicado no Diário da Câmara dos Deputados de 27/02/2018

Publicação:

- Diário da Câmara dos Deputados - 27/2/2018, Página 131 (Publicação Original)